



Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Área de História
Programa de Pós-Graduação em História



**Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia
“reformada”: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre
da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda**

Doutoranda: Ingrid Silva de Oliveira

Orientador: Prof^o Dr^o Alexander Lemos Gebara

Niterói, janeiro de 2015.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Ingrid Silva de.

Textos militares e mercês numa Angola que se pretendia “reformada” : um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda / Ingrid Silva de Oliveira. – 2015.

277 f. ; il.

Orientador: Alexsander Lemos Gebara.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 260-273.

1. Militar. 2. Angola. 3. Século XVIII. I. Gebara, Alexsander Lemos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 967.3

Banca avaliadora:

Orientador: Prof. Dr. Alexsander Lemos Gebara

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)

Prof. Dr. Marcelo Bittencourt (UFF)

Prof. Dr. Alexandre Vieira Ribeiro (UFF)

Prof. Dra. Flávia Maria de Carvalho (UFAL)

Prof. Dra. Lucilene Reginaldo (UNICAMP) (Suplente)

Prof. Dra. Marina de Mello e Souza (USP) (Suplente)

Dedico esse trabalho a minha amada e saudosa mãe Tania da Silva de Oliveira (in memoriam), que iniciou sua nova vida enquanto eu realizava esse trabalho. Foi muito difícil finalizar, pensei que não ia conseguir, mas seu exemplo de luta e perseverança me estimulou a continuar. “Só enquanto eu respirar, me lembrarei de você”.



Agradecimentos

A jornada para elaboração dessa tese não foi fácil. Sempre achei que acontecimentos pessoais não pudessem atrapalhar nossas questões profissionais. No entanto, as surpresas da vida e os mistérios divinos me puseram à prova. Passei pelo momento mais difícil de minha vida. Porém, existem anjos nesse mundo. Sim, pessoas sem asas que fazem papéis de anjos. Esses me abraçaram, me aconselharam, me deram palavras de incentivo e me ajudaram a não desistir desse grande objetivo que havia delimitado para mim. Portanto, mais do que um agradecimento pela influência que tiveram na escrita dessa tese, gostaria de enfatizar os agradecimentos com relação à humanidade e amizade que essas pessoas tiveram comigo.

Gostaria de iniciar meus agradecimentos pelo professor Roberto Guedes Ferreira. Não apenas pelas considerações fundamentais que fez durante as quase 5 horas de qualificação dessa pesquisa, mas pelas indicações e consultas documentais que me proporcionou e sua verdadeira amizade. Nossas conversas me ensinaram que seria possível realizar a pesquisa mesmo com as dificuldades que as circunstâncias me impuseram. Nunca terei palavras para agradecer o quanto você me auxiliou Guedes. Muito obrigada.

Ao meu orientador Alexsander Lemos Gebara, agradeço por ter me acolhido quando me sentia bastante perdida com relação aos rumos da pesquisa e no meu desejo de recortar meu tema especificamente sobre o espaço angolano. Além de extremamente sincero e crítico com meus textos, sempre foi muito solícito em empréstimos de livros e inúmeras sugestões para meu trabalho.

Ao professor Marcelo Bittencourt pelas inúmeras críticas e sugestões no momento de qualificação da pesquisa. Sua leitura me auxiliou muito a problematizar determinados elementos que não haviam sido valorizados anteriormente.

Gostaria de agradecer também ao professor Marcelo da Rocha Wanderley, cujo curso ampliou meus horizontes sobre a análise de redes sociais e sua relação com temas do Antigo Regime. Também registro meus sinceros agradecimentos ao professor Ronaldo Vainfas, cuja disciplina me possibilitou examinar algumas obras clássicas que me auxiliaram a recortar melhor o meu tema. Agradeço infinitamente à professora Monica Lima, por ter me inspirado com seu trabalho de História da África em sala de aula, durante minha licenciatura no Colégio de Aplicação da UFRJ. O tempo vai passar, mas nunca vou esquecer que foi ali que meu interesse começou.

Gostaria também de agradecer ao professor Alexandre Vieira Ribeiro, a quem pude acompanhar o trabalho ao realizar meu estágio-docência na UFF. Obrigada pelo estímulo e apoio na pesquisa. À professora Maria Cristina Wissenbach gostaria de agradecer pelas preciosas indicações bibliográficas e dicas sobre o aspecto africano na Guerra do Mossulo.

Agradeço também ao professor Ronald Raminelli, que realizou a orientação inicial da tese e cujo trabalho muito me inspirou. Registro meu agradecimento também à professora Mariza Soares, que me proporcionou acesso a livros importantíssimos que utilizei nessa tese. Inclusive, foi durante seu curso que conheci minha amiga Flávia Maria de Carvalho, a quem também gostaria de expressar minha verdadeira amizade e admiração. Obrigada por partilhar livros, fontes, informações, sua amizade sincera e o apoio de sempre. Agradeço também à Ariane Carvalho de Souza, que sempre me ajudou enviando artigos e livros para me ajudar nesse século XVIII que eu desconhecia. Aproveito para parabenizá-la pela excelente dissertação de mestrado recentemente defendida.

A todos os membros do GT Nacional de História da África, que muito me ajudaram ao discutir parte do meu material de qualificação com as críticas, sugestões

valiosíssimas e estímulo à continuidade do trabalho. Gostaria de agradecer também ao Grupo de Pesquisa Antigo Regime dos Trópicos (Art) pela consulta disponibilizada aos documentos da Arquidiocese de Niterói. Agradeço também a todos os funcionários e à coordenação do Programa de Pós-graduação da UFF, que sempre me receberam muito bem e foram sempre muito compreensivos.

Agradeço também a CAPES, pelo incentivo da bolsa de doutorado que desfrutei a partir do segundo semestre de 2011 até o momento. Ela permitiu minha dedicação com muito mais afinco ao tema da tese e a participação nos eventos científicos da área.

Saindo do ambiente “acadêmico”, gostaria de agradecer aos homens da minha vida: meu pai, Francisco Caninde de Oliveira, e meu marido, João Henrique Andrade Leite. Gostaria de agradecer pelo apoio, amor, amizade e colo de sempre. Sem vocês eu não teria mesmo conseguido terminar esse trabalho. Obrigada por me mostrarem que a vida continua, apesar da dor e da saudade. Obrigada por compartilharem tudo comigo. Eu os amo muito. E amarei sempre.

Ainda ao meu marido, gostaria de agradecer pelo incentivo, conversas, cumplicidade e amor que sempre me deu. Um amigo que se tornou meu companheiro para a vida inteira. Essa tese foi escrita por você também. Obrigada pela compreensão nos momentos mais difíceis, principalmente nessa fase final do doutorado. Amo você.

A toda minha família, por ser o exemplo real de que a família é aquilo que nos sustenta quando mais precisamos. Foram sempre muito compreensivos, me deram muito amor e colo no momento que mais precisei. Aos meus avós (Pedro, Antônio, Maria Dolores e Maria Paulino), tios (Sonia, Zélia, Sandra, Marcélia, “Betos”, Ricardo e Fernando) e primos que posso chamar de irmãos (Cinthya, Rodrigo, Thaís, Mayra, Rafael, Rayssa, Juliana, Roberto, Pedro e Luiz), deixo registrado todo o meu amor e agradecimento. Sinto-me abençoada por tê-los em minha vida. Obrigada por

compreenderem os momentos em que tive de me ausentar do convívio familiar, principalmente na fase final da escrita.

Agradeço também a todos os amigos, colegas de trabalho, colegas de turma nos cursos durante a pós (em especial Bruno Silva e Luiz Felipe), enfim, a todos os que cruzaram o meu caminho e compartilharam um sorriso ou uma conversa amigável. Obrigada.

Finalmente, agradeço aquele que me sustenta: Deus. Nele podemos todas as coisas. Obrigada Senhor por ter permitido que eu concluísse essa etapa da minha vida. Tenho a certeza de que o Senhor é sempre comigo. Sua vontade é sempre perfeita e quero seguir minha vida aprendendo a louvar a Ti em todas as situações, sob todas as circunstâncias.

Resumo da pesquisa:

O reinado de D. José I (1750-1777) foi caracterizado por uma série de esforços de reorganização administrativa do império português. Sob influência iluminista e direção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, iniciou-se uma nova gestão metropolitana nas colônias. A extensão dos domínios transcontinentais de Portugal exigiu o desenvolvimento de mecanismos para possibilitar seu governo, conectando e enlaçando áreas dispersas através da circulação de homens, mercadorias e instituições. Uma das características desse período foi a construção de memórias e informações compiladas sobre os domínios ultramarinos por viajantes, comerciantes, militares, administradores e religiosos. Tais produtores de notícias cumpriam um papel fundamental para a transmissão de ideias, valores, costumes e saberes no mundo ibérico. Tendo em vista essa “monarquia ilustrada” portuguesa, em alguns desses textos, os autores expressavam críticas e sugestões para racionalizar a administração colonial local e as dirigiam ao rei lusitano. Na visão daqueles homens, tais projetos coloniais eram legítimos e proporcionariam uma melhor administração, visto que a experiência local os gabaritava como os melhores conselheiros reais. A tese tem por objetivo analisar os textos dos militares Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, produzidos em fins do século XVIII sobre a região de Angola. Alguns objetivos nortearão a investigação desses textos. Primeiramente, a identificação das trajetórias desses autores no complexo império português, a fim de perceber como chegaram a Angola e a natureza da iniciativa da compilação das informações sobre as sociedades africanas e das conquistas portuguesas na região. Em seguida, analisar em que medida tais escritos podem ser entendidos como estratégias de seus autores para obter mercês reais. Em terceiro lugar, demonstrar as características mais marcantes dos textos e estabelecer comparações entre eles. Finalmente, se é possível verificar nessas memórias e relatos a existência e a caracterização de denúncias e sugestões para a administração local, a fim de aconselhar o rei a como proceder naqueles domínios, dentro de uma perspectiva iluminista e compará-los, considerando o lugar social de cada autor.

Abstract:

The reign of José I (1750-1777) was characterized by a series of administrative reorganization efforts of the Portuguese empire. Under Enlightenment influence and the direction of Sebastião José de Carvalho e Melo, “Marquês de Pombal”, a new metropolitan management in the colonies began. The extension of the transcontinental areas of Portugal required the development of mechanisms to enable his government, connecting and wrapping areas scattered through the movement of men, goods and institutions. One of the characteristics of this period was the construction of memories and information compiled on the overseas areas by travelers, merchants, soldiers, administrators and religious. Such news producers reached a key role in the transmission of ideas, values, customs and knowledge in the Iberian world. In view of this "enlightened monarchy" Portuguese in some of these texts, the authors expressed criticisms and suggestions to streamline the local colonial administration and help the Portugal's king. In those men perspectives, such colonial projects were legitimated and would provide a better administration. The thesis aims to analyze the texts of the military Elias Alexandre da Silva Correa and Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, produced in the late eighteenth century on the region of Angola. Some objectives will guide the research of these texts. First, the identification of the trajectories of these authors in the complex Portuguese empire in order to understand how they came to Angola and the nature of the initiative compilation of information on African societies and Portuguese conquests in the region. Then analyze to what extent such writings can be understood as strategies of their authors to get royal favors. Third, demonstrate the most striking features of texts and make comparisons between them. Finally, if one can check in these memories and reports the existence and characterization of complaints and suggestions for local government, in order to advise the king to how to proceed in these areas, within an Enlightenment perspective and compare them, considering the social place of each author.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1: Administração portuguesa e militares em Angola, na segunda metade do século XVIII	37
1.1. Sobre os militares em Angola e a importância da compilação de informações.....	60
1.1.1. Contexto e motivações para ampliar o efetivo militar.....	60
1.1.2. O papel dos naturalistas	67
1.1.3. Militares e outros atuantes como “naturalistas”	76
Capítulo 2: Governadores: experiências locais e expectativas metropolitanas.....	79
Capítulo 3: Militares e escritores: as trajetórias de Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda	101
3.1. Elias Alexandre da Silva Correa.....	105
3.2. Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.....	118
3.3. Elias Alexandre: um interlocutor de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda..	147
Capítulo 4: Militares: seus projetos coloniais	150
4.1. A escrita, as críticas e as propostas de Elias Alexandre.....	155
4.1.1. O estado da “conquista”	161
4.1.2. A necessidade de militares e a caracterização dos africanos	176
4.1.3. A questão religiosa	181
4.1.4. Outros aspectos	192
4.2. A escrita, as críticas e as propostas de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.....	211
Capítulo 5: Elias Alexandre e suas considerações sobre o tráfico de escravos em Angola.....	226
Conclusões	255
Fontes e referências bibliográficas	261
Anexo	274

Introdução

“O atraso dos comerciantes de Angola é um prelúdio da ruína da monarquia. [...] O mau método de conduzir a escravatura e a inhumanidade dos condutores, são os cúmplices de graves prejuízos. [...]”

Elias Alexandre da Silva Corrêa, militar que prestou serviço em Angola na segunda metade do século XVIII e autor da *História de Angola*

A ocupação e administração de Angola eram basilares para o tráfico de escravos que abastecia as demais colônias portuguesas. Para que isso ocorresse, foi necessário o estabelecimento de alianças, e conflitos, com diversos chefes africanos e outras nações europeias. Foi todo esse esforço para assegurar a influência portuguesa numa região tão conflituosa e importante para a Coroa que diversos autores se propuseram a narrar.

O reinado de D. José I (1750-1777) foi caracterizado por uma série de esforços de reorganização administrativa do império português. Sob influência iluminista e direção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, iniciou-se uma nova gestão metropolitana nas colônias. O governo de Pombal, como ministro de D. José I, caracterizava-se pela ambição de restabelecer o controle metropolitano sobre as riquezas que iam para Lisboa, vindas dos domínios ultramarinos¹. As medidas realizadas referentes à administração eclesiástica, estímulo a atividades empresariais e industriais, geração de novos impostos e um inédito sistema educacional na colônia visavam a afirmação da autoridade portuguesa.

A Coroa portuguesa criou meios para conectar áreas tão distantes que compunham seus territórios ultramarinos. Seus agentes nessas regiões remotas prestavam diversos serviços em nome do rei, buscando obter recompensas. Um tipo de

¹ FRANCO, Sandra Aparecida Pires. “Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal”. In: *Fênix - Revista de história e estudos culturais*, UFU-Online, vol. 4, n. 4, p.1-14, 2007, p. 1.

serviço era a criação de memórias ou textos informativos sobre o estado do estabelecimento português nessas áreas. Tais construções narrativas estreitavam o relacionamento do rei com suas possessões distantes da Europa.

Essas “teias informativas” se baseavam nos moldes do Antigo Regime e, por isso, as trajetórias individuais de alguns autores tornam possível perceber a dinâmica entre serviços e recompensas. Ao focar naqueles que escreveram podemos compreender melhor as redes que os ligavam as áreas descritas e às instituições às quais pertenciam.

Os próprios africanistas acreditam que é necessário um esforço para revisitar fontes já analisadas, a fim de criar uma maior historicidade para seus autores.² A atenção às particularidades de cada autor, seu tempo de atuação no continente africano e seus envolvimento com as estruturas administrativas locais devem ser consideradas para uma melhor compreensão do contexto de produção das fontes³.

O objetivo desta tese é entender a maneira como os militares a serviço da coroa portuguesa em Angola, em fins do século XVIII, intencionavam criar propostas para melhorar a administração e economia das regiões nas quais atuavam. Para tal, foram elencados dois militares: Elias Alexandre da Silva Corrêa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Além disso, o presente trabalho pretende comprovar que a escrita militar, bem como as campanhas militares em Angola, eram realizadas com o objetivo de conquistar mercês. Nesse sentido, oferecemos uma contribuição para a percepção de uma continuidade da lógica serviço-recompensa, característica do Antigo Regime, ainda com muita força em fins do século XVIII.

² Beatrix Heintze e Adam Jones Apud WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americanos”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 375-393, p. 378

³ Idem, Ibidem

A pesquisa pretende contribuir para a análise de fontes elaboradas pelos agentes lusitanos e sua administração na região de Angola durante o século XVIII, momento marcado pelas reformas pombalinas no reino e em seus domínios ultramarinos. Felizmente, nosso trabalho se encaixa num crescente interesse de historiadores europeus e brasileiros determinados em compreender melhor o impacto dessas reformas na administração, militarização, relacionamento entre europeus e africanos e na escravidão em Angola. Todavia, esse interesse é um movimento relativamente recente na historiografia e, por isso, é preciso ressaltar a dificuldade em encontrar fontes e realizar uma discussão bibliográfica densa a partir do tema. Esses aspectos caracterizam a importância e contribuição que essa tese se propõe.

O espaço territorial da “Angola” da qual estamos tratando é algo bem difícil de definir. Seria fácil, caso quiséssemos compreender como o território do atual país, mas isso seria um anacronismo imperdoável. Seria fácil também entender que toda aquela região teve ocupação e domínio português, mas isso seria impossível, visto que os interesses africanos entraram em conflito com os portugueses em diversos momentos, fazendo com que fosse irrealizável a definição de uma “fronteira” portuguesa.

Por isso, preferimos destacar que o “espaço angolano” tratado neste trabalho se refere a uma região de fronteiras invisíveis, verdadeiras “sanfonas” que em determinados momentos se alargavam, com a realização de alianças lusitanas e africanas e, por vezes, se encolhiam, em períodos de conflitos entre os mesmos interesses. Estamos falando de uma Angola que contava com uma pequena parcela de população portuguesa, majoritariamente residente na cidade de São Paulo de Luanda e minoritariamente distribuída em presídios e fortalezas em regiões no interior, o que se costuma chamar de *hinterland*⁴.

⁴ Podemos entender como *hinterland* as áreas do interior angolano, ou do “sertão”.

Poucos presídios, poucas pessoas, poucos soldados. Esse é o contexto do século XVIII, momento marcado por uma intenção de racionalizar a administração territorial com um recurso muito escasso de pessoas e soldados. Por isso, a dependência das alianças com os africanos fazia-se primordial para alcançar os objetivos. Indispensável também era que os poucos agentes lusitanos atuassem em diversos papéis.

Nesse caso, precisamos considerar duas grandes variáveis. A primeira é entender até que ponto os africanos se identificavam com os comportamentos e interesses portugueses. A segunda é considerar o grau de autonomia com a qual contavam os homens da administração local.

Pretendemos contribuir para a história da África, pois a tese demonstra como portugueses e americanos se aventuraram pela região de Angola durante o século XVIII, entrando em contato com os povos da região, detentores dos mais diversos e diferentes costumes, que precisaram ser adaptados para sobrevivência local e a realização de alianças e conflitos. Não se pode entender tudo isso sem contemplar o lado africano de tal história. Além disso, ao escrever sobre as trajetórias dos militares analisados, promovemos uma maior historicidade a esses autores, algo primordial para a compreensão de seus discursos tão utilizados para estudar os aspectos africanos. Em resumo, propomos aqui um novo olhar sobre fontes já muito visitadas.

Para a compreensão do império ultramarino lusitano, a pesquisa demonstra as tentativas de implantação de um domínio, que não ocorreu naquela região por parte dos portugueses. Pelo contrário, apesar dos inúmeros esforços, as “fronteiras” da ocupação e administração eram fluídas e nem um pouco fixas. Elas dependiam da posição de povos africanos, se aceitariam ou não, se seria preciso realizar um embate ou não. Caso fosse necessário, o uso da “guerra preta” seria inescapável, graças à grande baixa das tropas lusitanas naquela área. Além disso, os esforços militares dos que serviam à coroa

portuguesa são aqui analisados como uma maneira legítima de pleitear mercês e títulos que poderiam contribuir para uma melhoria na condição de suas carreiras ou famílias. Afinal de contas, as fronteiras “móveis” precisavam de guerras e tais esforços não poderiam ser ignorados por um monarca que zelasse pelo “bom governo”. Desse modo, o rei garantiria as sucessivas tentativas e esforços em nome da coroa naquele território. Mais do que isso, em alguns casos, os militares aconselhavam o rei na maneira de melhor administrar o local, escrevendo textos, verdadeiras compilações de ações lusitanas, a fim de cair nas graças do monarca.

Finalmente, e de maneira inescapável, a presente pesquisa trata-se de uma análise de discurso. Afinal de contas, uma pesquisa histórica como a nossa proposta constitui-se, em sua base, de várias análises de discursos. Acreditamos que para os temas da história de Angola é fundamental, pois a maior parte dos documentos escritos foram frutos de esforços, curiosidades e obrigações de europeus que, por diversos motivos, habitaram aquela região. Sendo assim, as informações contidas nestas fontes têm de ser olhadas com muita cautela, observando quem as produziu, quando, para quem e outras perguntas fundamentais.

Inicialmente, a tese esclarece o ambiente proporcionado pelo Iluminismo, aspecto fundamental para qualquer pesquisa histórica interessada em compreender o século XVIII. Entender o que foi o impacto dessas ideias em Portugal e, conseqüentemente, no ultramar, é aspecto fulcral para a análise do discurso militar. Mais do que isso, faz-se necessário elucidar o papel do conhecimento sobre as colônias para as expectativas reformistas metropolitanas. A criação da Academia Real de Ciências e a ação dos naturalistas têm de ser considerada. Embora, a atuação dos mesmos em Angola sofresse com o pouco investimento lusitano, o que fazia com que os militares e capitães-mores angolanos acabassem por assumir esse papel. Por outro lado,

o naturalista que atuou naquela região – José Joaquim da Silva Xavier – foi incumbido de outros papéis, como analisaremos no primeiro capítulo. Finalmente, será esclarecida a situação dos militares naquelas regiões. A motivação dos militares para servir, suas organizações e estratégias para sobreviver e, ao mesmo tempo, obter interesses individuais, fossem eles mercês ou lucros no envolvimento no tráfico de escravos também serão contemplados nesse primeiro momento.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, fez-se necessário, também, tratar da trajetória dos militares escolhidos para nossa análise. Afinal de contas, a partir da observação de suas vidas é que podemos inferir sobre a obtenção – ou não – de mercês e as razões pelas quais elas foram alcançadas. Em alguns momentos, como se observará ao longo da tese, tivemos de analisar a América Portuguesa para entender melhor as carreiras de Elias Alexandre e Paulo Martins Pinheiros de Lacerda.

Além das suas trajetórias, entendemos que não bastaria inferir sobre as propostas de tentativas de implantação de um domínio português por parte desses militares. Seria necessário contrapô-las com as daqueles que representavam as determinações reais em Angola. Por isso, fizemos uso da vasta bibliografia existente sobre os “governos ilustrados” em Angola e analisamos algumas fontes para ajudar a construir as propostas centrais para modificar e racionalizar a administração lusitana naqueles locais. Em especial, decidimos focar na figura de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que governou Angola durante os anos de 1764 e 1772.

Com o conhecimento sobre as intenções reformadoras metropolitanas, levadas para Angola pelos governadores, foi possível ler os textos militares e identificar suas visões sobre a situação dos enclaves portugueses naquela região. E, finalmente, compará-los àqueles que teriam sido intencionados e promovidos – ou não – pelos governadores em questão.

É preciso ressaltar que os governadores aqui analisados não são contemporâneos aos militares. Sua escolha ocorreu, pois, enquanto governadores podem ser entendidos como representantes da burocracia local e da vontade do rei, embora as circunstâncias locais muitas vezes lhes dessem certa autonomia, graças à distância da metrópole e à escassez de forte fiscalização. Desse modo, suas ideias representariam as tentativas e empecilhos “formais” para o controle e ocupação lusitana em Angola durante o século XVIII. Seus textos podem, então, ser comparados com as concepções perceptíveis – ou não – nos discursos dos militares.

Tais objetivos se baseiam em algumas hipóteses que já gostaríamos de esboçar. A produção de textos sobre Angola no século XVIII não é apenas um aspecto de produção de conhecimento dentro de uma perspectiva iluminista. Funciona também como elaboração de um manual de como administrar de maneira mais racional e produtiva aquele território. Julgando-se gabaritados com suas experiências presenciais em Angola, alguns autores acreditavam compreender a melhor forma de administrá-la e não deixariam passar a oportunidade de demonstrar seus conhecimentos ao rei, pela sua lealdade e interesse na obtenção de mercês. Assim sendo, a mercê era esperada não apenas pela compilação de informações locais, tão desejadas pelo rei, mas também pelas sugestões de administração local, que poderiam ser acatadas. Além disso, podemos apontar também para uma continuidade no padrão de escrita com fins de aconselhamento que, segundo Curto, tornou-se crescente a partir do primeiro terço do século XVII. Este padrão, assim, ainda estaria presente em fins do século XVIII.

De acordo com o objetivo inicial do trabalho, as questões se encerrariam por aí. Contudo a leitura da obra *História de Angola*, de Elias Alexandre da Silva Correa, demonstra uma série de críticas, ora ao tráfico de escravos, ora à escravidão. Como essa atividade era a base da economia daquela conquista, esse fato despertou a curiosidade,

de modo que não poderíamos encerrar o trabalho sem apresentar o debate sobre a escravidão que perpassou o século XVIII. Nesse sentido, apresentamos as críticas elaboradas pelo militar e tentamos incluí-lo nessa discussão sobre a legitimidade da escravidão. Num ambiente em que a liberdade era considerada um direito inalienável de todos os homens, a escravidão continuava sendo a base da economia do lugar do qual ele tratava em seu texto.

Outro aspecto que merece atenção no texto de Elias Alexandre é a inexistência de relatos de batalhas ou campanhas militares vividas por ele. Num ambiente em que os militares eram escassos, é curioso o fato de um militar ter servido seis anos em Angola sem ter participado de nenhuma campanha. Ou o fato de ter participado e escolher não mencionar seus esforços, mesmo sabendo que isso poderia ter boas recompensas.

A análise das fontes será desenvolvida em dois níveis. Primeiramente, um universo mais geral da ilustração portuguesa e seus efeitos na colonização de Angola. Tal tema será realizado a partir da leitura de bibliografia de apoio de autores que já pesquisaram o tema. Em seguida, um estudo mais particular, nos casos dos autores analisados pela pesquisa.

Após a seleção das memórias e relatórios, realizaremos uma pesquisa investigativa para compreender seus autores. Na medida do possível, examinaremos as trajetórias dos mesmos dentro do império português, a fim de descobrir se seus escritos proporcionaram-lhe mercês. Desse modo, além de cumprir uma prerrogativa metodológica, pretendemos descobrir as consequências de suas escritas, possibilitando a resposta para a indagação aqui levantada sobre possíveis mercês originadas de um trabalho escrito.

Além de identificar os escritores em seu espaço e tempo e comparar os seus modelos discursivos, atentaremos também para os contextos das sociedades e espaços

angolanos mencionados nos textos. É impossível ignorar tais aspectos, pois os reinos africanos – vassallos ou não de Portugal - influenciavam diretamente na vida daqueles autores e das informações abordadas em seus relatos.

Ao trabalharmos com memórias do século XVIII, sabemos que lidamos com textos elaborados por homens que afirmam ter assistido ou participado de partes dos fatos relatados ou que, pelo menos, se julgam capazes de narrar tais fatos com exatidão, não apenas pela experiência vivida, mas também por relatos e consultas documentais realizadas anteriormente ao momento da escrita. Desse modo, serão contempladas as características de cada texto, sendo realizadas comparações entre os estilos de escrita, sempre problematizando a função que cada autor desempenhava dentro da administração imperial, ou seja, seu “lugar social”.

Em resumo, para compor a tese, partiremos de um plano mais geral (ambientando a ilustração portuguesa e o pombalismo em Angola) para estudos de caso em autores que se julgavam aptos a propor projetos para melhor administrar a região angolana. A maior parte dos textos selecionados resulta de uma experiência presencial de contato que os autores tiveram com uma dada realidade, fato que fez com que as informações contidas nestes relatos se constituíssem de recolhidas que os próprios realizaram e introduziram de forma coerente com o seu ponto de vista. A partir dos estudos de casos, será possível analisar as características discursivas e compará-las. Dessa maneira, contemplaremos as semelhanças e diferenças entre os projetos coloniais propostos por seus autores.

Ainda nesta introdução, é importante mencionar alguns estudos que inspiraram essa pesquisa. Alguns focam mais na questão do governo imperial português e suas formas de serviço-recompensa para assegurar a boa administração das colônias. Outros

focam em exemplos sobre os discursos elaborados sobre regiões africanas e o impacto do pombalismo na região.

No livro *Cultura imperial e projetos coloniais*, Diogo Ramada Curto disserta sobre os projetos coloniais elaborados por capitães e soldados portugueses atuantes em Angola, no século XVII. As suas descrições e relatos se configuravam como um resultado material da presença lusitana⁵. Seus textos demonstravam uma pretensa “conquista temporal” e “espiritual” da região. Por isso, é comum a existência de conselhos direcionados ao rei para melhor explorar aquelas regiões. Curto enfatiza que esses escritos eram moldados por um discurso monárquico. As denúncias de corrupção e conselhos eram feitos em nome do rei e em respeito ao bem-comum, além do objetivo de ganhar mercês.

A concessão de mercês aos homens do ultramar estabelecia vínculos estratégicos entre o rei e seus agentes em terras remotas. Ao recompensá-los por serviços em nome do “bem comum”, o monarca reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertencimento dos vassallos à estrutura política do império, garantindo a governança de áreas tão distantes. Como qualquer serviço prestado à realeza, o conhecimento era parte de uma troca, um “negócio entre o rei e seus súditos”⁶.

Ainda tratando dos esquemas de serviço-recompensa, característico do Antigo Regime, o trabalho *Viagens ultramarinas* de Ronald Raminelli demonstra como a história dos feitos portugueses estreitava as relações entre o monarca e essas possessões distantes do continente europeu e se configurava como um meio legítimo de tentar obter mercês⁷. A produção de memórias aumentava a chance de agentes ultramarinos conseguir favores reais. Nesse ponto, os estudos de Raminelli e Curto muito se

⁵ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 310

⁶ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 20

⁷ Idem, p. 26

aproximam, pois ambos reconhecem que tais escritos eram pautados pela lógica das mercês, centrados na figura do monarca.

No livro *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*⁸, Isabel Castro Henriques critica a maneira como os historiadores portugueses, até finais do século XX, eram dependentes da questão colonial para pensar a história da África. Dessa maneira, impediam a organização de uma historiografia que abordasse a parte que cabia aos africanos. O interesse maior de Henriques é evidenciar a vitalidade e a flexibilidade dos sistemas africanos, que integravam ou recusavam as propostas europeias em função de seus próprios interesses, mais especificamente os casos das regiões da África subsaariana.

Com a intenção de sublinhar certas constantes no discurso português ao longo do século XIX, Henriques realiza um estudo sobre diferentes casos de autores que escreveram em português, mas que possuíam origens distintas: um angolano chamado Pedro João Batista, um comerciante brasileiro chamado Joaquim Rodrigues Graça e o oficial do exército português Henrique Augusto Dias de Carvalho. A análise comparativa revela que, por exemplo, Rodrigues Graça constrói um texto que sustenta os interesses comerciais e menospreza a sensibilidade e as atitudes africanas. Henrique de Carvalho não ignora os interesses comerciais, mas seu discurso aborda majoritariamente os objetivos do Estado e não traz, por isso, uma agressividade comercial tão grande, como a encontrada em Rodrigues. Por último, salienta que o olhar do angolano Pedro Batista é o único que consegue expressar o olhar africano, ressaltando aspectos distintos dos outros dois cronistas⁹.

⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004

⁹ Idem, p. 62

Uma análise que também enfoca as crônicas de uma forma distinta é o trabalho de Miriam Coser¹⁰. Ao tratar dos cronistas Fernão Lopes (1378-1459) e Gomes Eanes Zurara (1410-1474), Coser defende como ambos representam dois momentos políticos diferentes na primeira fase da nova dinastia portuguesa, o primeiro, identificado com a sua legitimação e a afirmação do que era ser português, e o segundo, com a expansão armada no norte da África, como expressão de honra e glória do reino. Segundo a autora, apesar dessas diferenças, ambos são representantes da dinastia de Avis, que tinha como projeto a elevação do rei a soberano de fato do reino português, em torno do qual se produzia uma memória, por sua vez subsídio da formação da identidade nacional portuguesa.

Apesar de trabalhar com os séculos XIV e XV, ao tratar as semelhanças e diferenças nos textos de Fernão Lopes e Zurara, Coser enriquece a análise dos cronistas e estabelece uma ligação desses textos com o momento histórico em que estavam sendo produzidos. Ao invés de apenas pontuá-los ou se deter em informações textuais, a autora explora seus momentos de produção e demonstra como o estudo dessas crônicas pode contribuir para além da análise do discurso.

Tratando mais especificamente do final do século XVIII, outro estudo que pensa nas compilações de informações como meio de mobilidade social, é o de Júnia Furtado, intitulado *O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé*¹¹. No artigo, Furtado analisa o caso do religioso Vicente Ferreira Pires, que viajou para o Daomé junto com o também padre Cipriano Pires Sardinha no ano de 1795 e teria se apropriado da autoria do texto que vinha sendo elaborado por Sardinha,

¹⁰ COSER, Miriam. “A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais”. In. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727.

¹¹ FURTADO, Júnia. “O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé”. In: BOTELHO, Tarcísio; LEEUWEN, Marco H. D. Van. *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 47-83

que faleceu na missão. A autora se baseia em um momento do texto, no qual é notória a diferença no modo de escrever, quando o texto teria mudado de autor.

O maior argumento de Furtado é que, ao voltar para o Brasil, Vicente tentou, sem sucesso, obter mercês em troca de seus serviços religiosos prestados no reino do Daomé. Após tantas tentativas, no ano de 1800, Vicente ofereceu o relato *Viagem de África em o reino de Daomé* ao príncipe regente de Portugal e, finalmente, obteve diversas mercês, como o Hábito da Ordem de Cristo, o curato da freguesia de S. Felipe de Benguela (na África), além de “usar e gozar das insígnias e honras de cônego que ele tanto aspirara”¹².

Ao pesquisar a formação da rede de informações sobre o Império português a partir das últimas décadas do século XVIII, Ângela Domingues defendeu que os governadores e capitães-generais das diferentes capitanias tiveram papel fundamental no exercício da nova política de conhecimento e exploração do ultramar¹³. De todos os pontos do Império, indivíduos de várias proveniências, com diferente formação, exercendo as mais diversas funções e dotados de objetivos diferentes enviavam aos órgãos da administração central informações sobre os mais variados assuntos. Contudo, esses dados deviam contribuir para o conhecimento global do território. No processo de recolha, preparação e descrição das espécies participavam, ainda, moradores e colonos, altas patentes militares e soldados, funcionários eclesiásticos e degredados. Homens que conheciam os territórios ultramarinos poderiam somar às informações alguns conselhos para racionalizar e melhor administrar as colônias. Em troca, talvez, obtivessem alguma mercê.

¹² FURTADO, Júnia. *Op. cit.*, 2009, p. 74

¹³ DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. In: *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, VIII (suplemento), pp. 823-38, 2001

Para os escritos do século XVIII temos de considerar o funcionamento do mundo complexo daquele período, quando o equilíbrio do império e as políticas metropolitanas se alteraram profundamente, seja no meado do governo de D. João V, seja no consulado pombalino¹⁴. Para entender o pombalismo em Angola é inescapável a citação da tese *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*, de Catarina Madeira dos Santos¹⁵. Tal estudo é importante para entender o que foi o pombalismo em Angola e para contextualizar o momento histórico de produção dos textos analisados na tese, visto que possui uma grande riqueza de detalhes sobre a administração lusitana na região e de seus povos.

Para Santos, falar de colonização de Angola no século XVIII acaba por constituir uma espécie de “abstração” historiográfica, que necessita clarificação. Para este período faz mais sentido referir uma geografia política em gênese, feita de limites, virtuais, potenciais e reais. Trata-se de pensar, considerando o período pombalino, as relações entre território e colonização, a maneira como o poder colonial se apropria do espaço africano e aí estabelece laços políticos, sabendo que o governo de Lisboa sofre transformações importantes durante a segunda metade do século XVIII.

Portugal teve de investir em grande escala na ocupação territorial e na afirmação do poder em novos moldes para manter o monopólio do tráfico de escravos ao norte da linha do rio Kwanza. Um exemplo disso foi a introdução estrangeira nos portos de Luango, Molembo, Cabinda e Pinda, durante a primeira metade do século XVIII, mesmo com os tratados portugueses com o rei do Congo, no qual ficara estipulado o exclusivo mercantil português.

¹⁴ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 49

¹⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*. Lisboa/Paris: Universidade Nova de Lisboa, tese de doutorado, 2005, p. 104

A pouca e frágil estrutura portuguesa em Angola dependia diretamente da realização de alianças e conflitos com povos africanos. Para isso, eram comuns as cerimônias de avassalamento. Tais procedimentos eram uma releitura improvisada pelos portugueses da cerimônia original africana do fundamento. Em troca de paz e proteção, os sobas (chefes africanos) assumiam um elenco de obrigações, juravam fidelidade ao rei português, prometiam respeito às leis do governo, auxílio nas guerras e comprometiam-se a não declarar a guerra aos sobas vassalos sem aprovação de Luanda. Além disso, pagariam uma série de impostos e forneceria hospedagem aos empregados públicos, eclesiásticos, civis, judiciais e militares.

Nos séculos XVI e XVII, o avassalamento de chefes africanos representava a abertura de caminhos nos sertões, que deveriam atender prioritariamente a busca de metais do mercantilismo português. Para o século XVIII e a percepção da alta lucratividade do comércio de escravos, os avassalamentos foram adquirindo outras funções, como a de abrir rotas rumo às áreas de captação de escravos e caminhos até os pombos. As demarcações portuguesas alternavam-se com as jurisdições dos vários poderes africanos, conhecidas e reconhecidas pelas duas partes, e disciplinavam a circulação do sertão¹⁶.

De forma resumida, a administração lusitana em Angola, em fins do século XVIII, era basicamente composta por presídios e os distritos. O primeiro era constituído por uma fortaleza e poucos militares, já os distritos eram áreas de maior circulação de pessoas e mercadorias. Ambos possuíam grupos bastante heterogêneos, como negros, mestiços e pouquíssimos brancos.

Outro estudo importante para entender esse período é a dissertação de mestrado de Ana Madalena de Sousa, intitulada *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola:*

¹⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 115

*Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*¹⁷. A autora problematiza a ideia de que o governador teria sido um profundo “reformador”¹⁸, mesmo reconhecendo que o governo de D. Francisco foi um período de transformações. Seu estudo alega que o governador não foi a figura extraordinária que a historiografia pretendeu enaltecer, e sim apenas um governante cujas capacidades não foram muito diferentes das de outros governadores de Angola.

Devemos citar ainda a pesquisa de Ana Paula Wagner, intitulado *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*¹⁹. A historiadora investiga as ações portuguesas para inventariar os habitantes de seus domínios no continente africano e os procedimentos realizados com este objetivo. Além disso, a autora averigua importância atribuída à população por parte da Coroa. Tal estudo pode nos indicar até que ponto as memórias ou relatos tentam mensurar a população angolana, ou seja, se essa é uma preocupação que aparece nos textos.

Finalmente, o estudo sobre a trajetória de Elias Alexandre no império português durante o século XVIII do professor Magnus Pereira, intitulado *Rede de mercês e carreira: o “desterro D’angola” de um militar Luso-brasileiro (1782-1789)*²⁰, no qual são utilizadas diversas documentações encontradas em arquivos portugueses que esclarecem os meios utilizados pelo militar para alcançar mercês e privilégios. Além disso, estabelece algumas redes clientares que, em alguns momentos facilitavam o

¹⁷ SOUSA, Ana Madalena. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996.

¹⁸ Referimo-nos às obras DIAS, Gastão de Sousa. *D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Administração Pombalina em Angola*. Lisboa: Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais, nº 27, 1936; NOGUEIRA, Jofre Amaral. *Angola na época pombalina. O governo de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1960; DELGADO, Ralph. O governo de Sousa Coutinho em Angola In *Stvdia*, VI, Julho 1960, p.p.19-56; VII, Janeiro 1961, p.p.49-86; X, Julho 1962, p.p.7-47.

¹⁹ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba: UFPR, tese de doutorado, 2009.

²⁰ PEREIRA, Magnus. Rede De Mercês E Carreira: O “Desterro D’angola” De Um Militar Luso-Brasileiro (1782-1789). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006.

acesso às mercês e, em outros, as dificultavam. Esse artigo é um dos trabalhos mais importantes, pois dialoga diretamente com um dos autores que a tese analisará. Nesse sentido, pretendemos confrontar os dados levantados na pesquisa com os colocados neste artigo, bem como complementá-lo.

Nossa proposta de investigação acerca das narrativas compiladas sobre a Angola portuguesa durante o século XVIII pretende, portanto, se inserir neste processo de releitura das fontes clássicas sobre a história da África, exemplificados acima. Além disso, pensar o momento histórico de construção dos textos a partir das mudanças ocorridas no ambiente africano e português no período. E, finalmente, contribuir para este quadro de novas abordagens, principalmente às de Raminelli e Curto, que inserem estes relatos nas teias de interesses da monarquia portuguesa e de seus agentes nos territórios ultramarinos.

Uma vez posta a discussão bibliográfica em que a pesquisa se insere, faz-se necessário apresentar os conceitos norteadores de nosso trabalho. Tendo em vista o tipo de fontes com as quais trabalharemos é preciso atentar a uma noção de “*discurso*”. As narrativas que sustentam um poder imperial, como é o caso, além do olhar do autor requer, necessariamente, a colaboração das sociedades que residem no espaço em questão. O nível desta participação é tão variável quanto os grupos locais que colaboram²¹. A partir deste ponto de vista, as relações dos autores com as sociedades africanas são negociadas e suas naturezas variam no tempo e no contexto de poder e interpretação. Ter isto em vista é fundamental para não entendermos as sociedades africanas descritas como desprovidas de qualquer participação no processo de criação do discurso.

²¹ XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2008, p. 25

Logo, objetivamos perceber como cada autor procede em relação à sua escrita – metodologias e características – considerando que ao escrever constroem uma realidade angolana, principalmente por se tratarem de textos que seriam lidos na Europa também. Ou seja, encontrariam leitores exteriores àquela realidade que tomariam como verdade tudo o que estava escrito. Neste sentido, cada texto funda uma realidade e uma memória das ações portuguesas, assim como para o passado do espaço angolano e suas sociedades.

Para a compreensão do papel autoral diante da produção escrita, faz-se necessário refletir para elementos que fogem à análise do texto. Um conceito útil para pensarmos o autor em meio ao seu contexto é o de “*lugar social*”, cunhado por Michel de Certeau. Para ele, o “*lugar social*” consiste nos valores próprios de cada indivíduo e seus valores que norteiam seu posicionamento político. Logo, um discurso é criado por alguém que se insere num determinado contexto e possui implicações próprias do lugar social que ocupa²².

Os autores elencados para a presente análise estavam inseridos numa dinâmica de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, ou seja, numa rede de interesses que tinha por maior objetivo assegurar a governança do império português. A ideia de “*economia do bem comum*”, debatida por João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia e Maria Fernanda Bicalho pode nos auxiliar neste sentido²³. Mesmo realizando uma análise do Brasil colonial, tal ideia pode ser utilizada para compreender os portugueses e seus descendentes atuantes em Angola, pois também partilhavam de valores e práticas de Antigo Regime. Logo, a concessão de mercês aos homens do

²² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 66.

²³ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". In: *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n° 23, 2000, pp. 67-88. (disponível em: www.penelope.ics.ul.pt)

ultramar estabelecia vínculos estratégicos e o auxílio na construção do conhecimento real acerca das colônias era um serviço digno de recompensa.²⁴

A fim de compreender de maneira mais profícua a atuação e trajetória dos autores que analisaremos, utilizaremos também como aporte teórico a noção de “*estratégia*” do antropólogo norueguês Fredrick Barth. Segundo o autor, diferentes processos aconteciam no interior das sociedades, onde os atores sociais apreenderiam escolhas que podem ser vistas pelos atos e suas consequências. De acordo com Barth, as pessoas não são apenas fruto de um sistema ordenado que, reunido, forma a sociedade. Elas fazem parte de um processo dinâmico das transformações sociais. Nesse sentido, o que chamamos de sociedade constitui-se de “sistemas desordenados”²⁵.

Barth nos mostra a importância de atentar para a estrutura da ação social. Cada ator social desenvolve a sua realidade de acordo com a sua concepção particular, que é determinada pelas experiências que acumulou ao longo de sua existência. Ao longo de suas trajetórias, as pessoas trocam informações, conhecimentos, esquemas culturais, avaliam as ações e reações do outro e as possíveis consequências de seus atos. Neste processo de trocas de informação os autores promovem uma convergência de “planos e estratégias, afirmações identitárias, valores e conhecimentos”²⁶.

O conceito de “*estratégia*” está profundamente relacionado à ideia de racionalidade, visto que eleva os atores à condição de agentes sociais capazes de fazer escolhas e tomar decisões segundo seus recursos. Sendo assim, o conceito de “*estratégia*” é fruto do conhecimento que cada indivíduo ou grupo possui da realidade, conhecimento esse que é sempre imperfeito, posto que um indivíduo nunca dominará totalmente a ação do outro e o próprio curso dos eventos. Logo, é importante ressaltar

²⁴ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008, p. 20

²⁵ BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa., 2000. p.172.

²⁶ Idem, p.173

que suas escolhas dependem da situação que se lhe apresenta e das previsões das ações e reações de outros atores sociais dentro das possibilidades de ação. Cada transação carrega consigo uma incerteza, uma vez que o resultado depende da reação do outro.

Dessa forma, utilizaremos a noção de “*estratégia*” entendendo que o campo de atuação é limitado. As trajetórias são, então, traçadas ou abandonadas por suprir as necessidades do sujeito ou não. Inserido na sociedade ele conhece seus códigos de conduta e reconhece certos limites que permitem elaborar estratégias que o proporcionem maneiras para maximizar ganhos e minimizar perdas em cada ação.²⁷

Em resumo, acreditamos que as noções de “*discurso*”, “*lugar social*”, “*economia do bem comum*” e “*estratégia*” são válidas para nos auxiliar na efetivação de nossos objetivos, bem como na comprovação de nossas hipóteses.

Fontes

A obra do militar Elias Alexandre da Silva Corrêa é inescapável para os interessados em estudar a região de Angola. O interessante é que apesar do título *História de Angola*²⁸, o autor não realiza apenas uma narrativa dos feitos portugueses na região. A primeira parte da obra – que é dividida em 3 volumes – traz inúmeras constatações sobre o estado da conquista portuguesa no momento em que o militar esteve presente na região, entre os anos 1782 a 1789/90. Tais constatações são carregadas em críticas e sugestões sobre o andamento dos negócios lusitanos, como a citação mencionada no início deste projeto.

Corrêa foi militar na Ilha de Santa Catarina, no Brasil, e natural do Rio de Janeiro, embora o ano do seu nascimento seja desconhecido. Diferente da maioria de seus companheiros de farda, ele era dado às letras e temos conhecimento de dois textos

²⁷ BARTH, Fredrick. *Op. Cit.*, 2000, p.91-97.

²⁸ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: s.ed., 1937. 2 vols.

de sua autoria. O primeiro foi a *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da náó de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*²⁹, publicado em Lisboa no ano de 1778. O segundo, *História de Angola*, teria sido escrito entre os anos de 1787 e 1799, e é o que nos interessa.

O texto *História de Angola* permaneceu como manuscrito até 1937, quando foi publicado em Lisboa pela *Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo*. É nessa edição publicada que a pesquisa se baseará. Como já mencionado, a obra teria sido escrita entre os anos de 1787 e 1799 e divide-se em três partes. A primeira contém a descrição de Angola, seus portos, jurisdições, fortificações, inúmeras informações sobre a vida religiosa, econômica e militar até fins do século XVIII. A segunda é a história de Angola, desde o descobrimento até a chegada do governador Conde do Lavradio (1749). A última parte consiste na história administrativa portuguesa em Angola de 1749 até o fim do governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos, além da lista dos governadores de Angola até o 58º nome.

Elias Alexandre teve o cuidado de consultar vários documentos nos arquivos de Angola. Isso pode ser comprovado através da transcrição de alguns documentos inteiros como a carta régia datada de 1667, de D. Afonso VI ao governador Tristão da Cunha sobre a batalha de Ambuíla, acontecimento bem anterior a sua chegada na região. De acordo com Manuel Múrias, autor do prefácio da obra, além de documentos manuscritos, o militar também teria lido memórias impressas portuguesas e estrangeiras.

Levando em consideração o momento de escrita do texto, é impossível ignorar a influência do iluminismo no pensamento e texto do autor. Também consideramos os

²⁹ SILVA, Elias Alexandre e. *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da náó de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

aspectos da política pombalina na região, que se praticava no momento. Assim, o texto de Elias Alexandre nos informa sobre o que o militar acreditava ser possível uma melhoria do aproveitamento de Angola, a partir das críticas e sugestões que elabora em seu texto.

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva comparada, achamos interessante confrontá-lo com o discurso de alguns governadores, como o relatório produzido por Dom Antonio Álvares da Cunha sobre suas ações empreendidas na região de Angola como governador e capitão general entre 1753 e 1758³⁰ e as *Memorias do reino de Angola e suas conquistas, escriptas em Lisboa por D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, governador e capitão general que foi do dito reino*³¹, de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador em Luanda entre 1764 e 1772, nascido em 28 de Dezembro de 1726, em Vila Viçosa. Como militar, D. Francisco serviu nas guarnições de Bragança, Miranda, Chaves e Almeida. Foi capitão e sargento-mor dos Dragões de Chaves e coronel de infantaria e cavalaria da praça de Almeida. Em 1762 serviu como coronel de infantaria na guerra contra a Espanha.

Tendo prestado bons serviços nestas campanhas, e talvez como recompensa, Sousa Coutinho foi nomeado, em 17 de Agosto de 1763, governador e capitão-general do reino de Angola. Em 9 de Setembro desse ano foi-lhe outorgado o título de membro do Conselho de Sua Majestade. Chegou a Luanda no dia 31 de Maio de 1764, tomando posse como governador e capitão-general do reino de Angola, cargo exercido durante 8 anos, até Novembro de 1772. Depois da permanência em Angola foi nomeado embaixador em Madrid, onde faleceu em 1781.

³⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção Condes da Cunha, IV, 3ª, I-2-13, 20 páginas (manuscrito)

³¹ COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas, escriptas por Dom Francisco Ignocencio de Sz^d Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775*. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

Utilizamos também o texto do naturalista Joaquim José da Silva, que viajou para a região no ano de 1783, e escreveu o *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785*³² por ordem do governador e capitão general do Reino de Angola. O jornal carioca *O Patriota* publicou, em 1814, parte do diário referente à viagem de dois anos que o naturalista realizou entre 1785-1787 pelos sertões de Angola. O texto completo nunca foi localizado.

Além do trabalho do naturalista, fizemos uso do texto militar Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, escrito entre 1790 e 1791, intitulado *Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo*³³. O sargento mor lutou nas guerras de Angola entre 1778 e 1798, e nesta última data escreveu os textos sobre as regiões e seus povos. Existem poucas informações sobre a sua vida, mas em seu próprio relato verifica-se que serviu no Brasil entre 1753 e 1758 e que no Exército teve pelo menos os postos de Sargento-Mor e Coronel. Após a Campanha do Mossulo, em 1790, foi promovido de Sargento-Mor a Coronel como recompensa, por determinação régia de D. Maria I. Mudou-se para o Rio de Janeiro e alcançou o posto de Brigadeiro, pago sempre por Angola, como praça daquela Conquista. Além do texto sobre o Mossulo e Quissama escreveu *Notícia da Cidade de Benguela*³⁴, no mesmo período.

Foram muito úteis as informações do códice 555 do Arquivo Histórico Ultramarino para Angola, intitulado “*Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d’Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S Magestade a achou quando sucedeu na Coroa destes*

³² SILVA, Joaquim José da. *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785* por ordem do governador e capitão general do Reino de Angola, o bacharel Joaquim José da Silva, enviado aqulle reino como naturalista, e depois secretario do governo. *O Patriota*, n.1, 1813. p.97-100; n.2, 1813, p.86-98; n.3, 1813, p.49-60.

³³ LACERDA, Paulo Martins de. *Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo. Annaes marítimos e coloniaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

³⁴ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Notícia da Cidade de Benguela – 1797*. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providências”³⁵. Tal documento expressa as providências do Marques de Pombal para Angola e serviu para entendermos melhor seu projeto colonial para Angola e compará-los com os identificados nos demais textos.

Analisamos também diversos documentos avulsos no Arquivo Histórico Ultramarino sobre a região de Angola. Principalmente, para elucidarmos questões sobre as trajetórias dos principais personagens estudados aqui. Logo, a pesquisa teve um longo caminho no cruzamento das informações bibliográficas e documentais sobre o período. Além de diversas leituras para contextualizar o período pombalino em Angola e as sociedades africanas em questão, que se chocavam com os interesses de domínio pretendido por Portugal.

Por fim, para entendermos melhor a escravidão no século XVIII no ambiente colonial, que também se pretendia reformado, buscamos a leitura de Azeredo Coutinho. Para compreendermos melhor esses embates acerca da escravidão num ambiente influenciado pelas ideias iluministas, é preciso ressaltar que nem todos se adaptaram prontamente às críticas à ilegalidade da escravidão. Um pouco distante de Angola, na América Portuguesa, esses debates também ocorriam, afinal de contas, aquela região era o principal destino dos escravos angolanos.

Em 1808 foi publicado o texto *“Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Indios do Brazil”*, do Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Além de ter assumido cargos importantes na Igreja, ele era senhor de engenho e sua formação havia sido na Universidade de Coimbra “reformada”³⁶.

³⁵ AHU, Angola, Códice 555

³⁶ Em fins do século XVIII, a formação oferecia a filosofia como método de pensamento e a atitude ética de predomínio de valores da ação sobre os princípios especulativos, reinava o “Iluminismo Eclético”. Cf.

Mesmo tendo sido publicado um pouco depois da História de Angola ter sido escrita por Elias Alexandre da Silva Correa, a análise da opinião de Azeredo Coutinho pode auxiliar a compreender o panorama da questão da escravidão pensada pela monarquia lusitana e a Igreja Católica, dentro de uma perspectiva “iluminada”³⁷.

Em resumo pretendemos realizar a identificação das trajetórias de Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda no complexo império português, a fim de perceber como chegaram a Angola e a natureza da iniciativa da compilação das informações sobre as sociedades africanas e das conquistas portuguesas na região. Em seguida, analisar em que medida tais escritos podem ser entendidos como estratégias de seus autores para obter mercês reais. Em terceiro lugar, demonstrar as características mais marcantes dos textos e estabelecer comparações entre eles. Finalmente, se é possível verificar nessas memórias e relatos a existência de projetos colonizadores, a fim de aconselhar o rei a como proceder naqueles domínios, dentro de uma perspectiva iluminista, quais aspectos eram entendidos como mais relevantes e compará-los, considerando o lugar social de cada autor.

Dentre os casos em que se verificarem projetos para colonização da região observaremos suas sugestões como obras para melhorias da administração e vida locais, ideias para alianças com povos que faziam resistência à implementação do domínio português, criação de taxas e impostos, considerações sobre o comércio local, a presença religiosa e seus posicionamentos diante do comércio de escravos.

SIQUEIRA, Sônia. “A escravidão negra no pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: contribuição ao estudo da mentalidade do último inquisidor geral”. In: *Revista de História*. São Paulo, n° 56, 1963, p. 355

³⁷ Azeredo Coutinho, assim como a maioria dos titulares de dioceses e arquidioceses da época, defendia o ponto de vista estatal de que a soberania real estendia-se à Igreja. Por isso, mesmo pertencendo e tendo destaque na Igreja, sua visão pode ilustrar a corrente que era a favor da escravidão a partir do Estado, e não apenas da Igreja. Cf. WEHLING, Arno. “Absolutismo e Regalismo: A Alegação Jurídica do Bispo Azeredo Coutinho”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro. a. 169 (439): 255-274, abril/julho 2008, p. 264

Capítulo 1

Administração portuguesa e militares em Angola na segunda metade do século XVIII

O objetivo deste capítulo é apresentar o funcionamento da administração portuguesa durante o período pombalino em Angola. Desse modo, pretende-se demonstrar que a pretensão de realizar reformas foi um fenômeno geral nesse período do império português, o caso angolano tem também suas especificidades no que diz respeito à implementação destas políticas. Além disso, esclarecemos aspectos importantes sobre a composição e formação do aparato militar da Coroa em Angola no período.

A administração portuguesa no século XVIII foi marcada pela efetivação da posse dos territórios ultramarinos, uma exploração eficaz e rentável de suas colônias e o controle das riquezas existentes. Como era formada por distintos territórios, a Coroa considerava o peso econômico, militar e simbólico que possuíam suas colônias de acordo com o contexto.³⁸

Para assegurar o seu governo, era muito comum que Portugal realizasse uma movimentação de seus agentes entre vários espaços do império, principalmente em postos governativos. Segundo Maria de Fátima Gouvêa, ao adquirir conhecimento sobre diferentes partes dos domínios ultramarinos, tais agentes possibilitavam colocar em

³⁸ CUNHA, Mafalda Soares da. “Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII)”. In: BICALHO, M. F. B. (Org.) ; FERLINI, V. L. A. (Org.). *Modos de Governar. Ideias e prática políticas no Império português*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 69-92, p. 72

prática determinadas políticas imperiais, frutos da ação desses agentes com estratégias direcionadas pela Coroa.³⁹

O recorte temporal da presente pesquisa é a segunda metade do século XVIII, momento histórico marcado pelas ações do Marquês de Pombal no governo português. Mais precisamente entre 1750 e 1777, quando o secretário de Estado e depois primeiro-ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo adotou novas medidas administrativas. Este recebeu do rei D. José I os títulos de Conde de Oeiras, em 6 de junho de 1759, e de Marquês de Pombal, em 18 de setembro de 1770.⁴⁰

Geralmente, esse período é caracterizado pela historiografia como marcado por profundas mudanças políticas, econômicas, administrativas, culturais e sociais no reino lusitano e seus territórios ultramarinos⁴¹. Tais ações foram realizadas com a finalidade de organizar melhor o reino e seus territórios, visto que uma forte crise econômica afetava Portugal desde os finais do século XVII.

Baseada no pensamento ‘ilustrado’, a Coroa procurava implementar uma série de ações cuja finalidade era a reestruturação do Estado, visando seu melhor funcionamento e seleção dos membros que o compunham. Desse modo, procedia com redobrada atenção ao definir aqueles capazes de atuarem como representantes reais, assegurando que tais escolhidos buscassem uma racionalidade para o exercício administrativo. Eram necessários homens com habilidades especializadas para atender

³⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)”. In: BICALHO, M. F. B. (Org.) ; FERLINI, V. L. A. (Org.). *Modos de Governar. Idéias e prática políticas no Império português*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 179-197, p. 180.

⁴⁰ PORTELLA, José Roberto Braga. *Descrições, memórias, notícias e relações: Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, tese de doutorado, 2006, p. 18

⁴¹ Não é nosso propósito elaborar uma discussão historiográfica a respeito do pombalismo. Todavia, é inescapável mencionar a discussão acerca das práticas pombalinas. Se elas teriam sido implementadas pelo rei D. José I ou se pelo próprio Pombal. Para maiores detalhes a respeito Cf. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, tese de doutorado, 1999, p. 15.

às novas demandas do Estado⁴². Segundo Russel-Wood para além de qualidades como a coragem, boa capacidade de julgamento, integridade moral, experiência, lealdade à Coroa e defesa do cristianismo, era interessante que os nomeados fossem de sangue nobre, de idade madura e com capacidade de liderança comprovada⁴³.

Neste trabalho utilizamos a definição de Ilustração cunhada por Francisco Falcon. Segundo ele, o Iluminismo pode ser caracterizado como um movimento crescente de busca da secularização e racionalismo. Tais bases deveriam conduzir a administração do reino e suas colônias, reformando-as e adaptando-as às ideias ilustradas.⁴⁴ Obviamente, esse era o propósito do governo, e é inescapável pensarmos neste momento histórico a partir dessa intenção do Estado. Todavia, o governo ilustrado nestes moldes não era, necessariamente, realizado efetivamente frente às condições políticas regionais, principalmente nas colônias. Por isso, acreditamos que seja necessário salientar as permanências de um *modus operandi* de Antigo Regime. De fato, a reflexão que se faz necessária aqui é sobre a maneira como as ideias liberais iluministas foram adaptadas em Portugal, para garantir a manutenção do poder do rei tanto na Europa como nas colônias.

Segundo António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, é no final do século XVIII que a “política cultural do pombalismo” teria atingido o modelo da representação social em ordens ou estados cuja constituição era entendida como revelada por Deus. De modo semelhante, Carlos Garriga, ao pensar os âmbitos político e jurídico nos marcos do Antigo Regime, afirma que o poder político nessas sociedades deve ser entendido dentro de uma *concepção jurisdicionalista*, na qual o elemento

⁴² FALCON, Francisco Calazans. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XVIII, n° 2, dez. 1992. p. 5-41, p. 9.

⁴³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes”. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates. Vol. 3. p. 169-192, p. 173

⁴⁴ FALCON, Francisco José Calazans. “Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do século – tempo setecentista”. *Acervo*, vol. 4, n° 1, 1989, p. 54

religioso fundamenta a ordem social, uma ordem divina que deve ser preservada. Assim,

“[...] quienes tienen poder político, y porque lo tienen, poseen la facultad de declarar lo que sea el derecho, bien estatuyendo normas o bien administrando justicia, en el grado y sobre el ámbito que en atención a su *iurisdictio* les corresponda. Esto es lo fundamental: el poder político se manifiesta como lectura y declaración de un orden jurídico asumido como ya existente y que debe ser mantenido.[...]”⁴⁵

Todavía, Carlos Garriga observa a concepção jurisdicionalista no contexto europeu. Logo, deve-se, neste momento, refletir sobre o modo pelo qual tal paradigma provocou ressonâncias nas situações coloniais, principalmente em Angola, durante segunda metade do século XVIII. Neste sentido, podemos fazer uso do primoroso balanço historiográfico realizado por Maria Fernanda Bicalho acerca do conceito de *império*, evidenciando “a complexidade das redes e conexões que ligaram os diferentes domínios ultramarinos, entre si e com o centro da monarquia.”⁴⁶

Desse modo, conceitos como os de *redes imperiais*, de Luís Felipe Thomaz; de *rede ultramarina*, de Vitorino Magalhães Godinho; de *Estado em rede*, de Catarina Madeira Santos, bem como a noção de *complexo atlântico português*, de Luiz Felipe de Alencastro, remetem a um contexto “amplo e plural” no qual prevalece muito mais a prática da negociação entre diversos centros ultramarinos e a metrópole. Estas novas abordagens, opõem-se ao conceito de *Estado*, a partir do qual emana a noção de jugo,

⁴⁵ GARRIGA, Carlos. “Orden Jurídico y Poder Político em el Antiguo Régimen”. In: *Istor IV (16)*, p. 13-44, 2004. Disponível em: www.istor.cide.edu/istor.html, p. 12

⁴⁶ BICALHO, Maria Fernanda. “Da colônia ao império: um percurso historiográfico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 91-105, p. 91.

ou mando da Metrópole em relação às colônias, as quais, supostamente, estariam fadadas à subordinação e exploração econômica.

Segundo Luís Filipe Thomaz, a unidade política dos impérios baseou-se numa unidade econômica e cultural, “o que pressupõe a circulação de bens, pessoas e ideias, logo, um sistema de comunicações, uma estrutura de rede.”⁴⁷ Nesse sentido, as *redes ultramarinas* de fins do século XVII e princípios do XVIII, envolviam uma variedade de “agentes do império: casas aristocráticas do reino, oficiais régios, negociantes e nobreza da terra entre Brasil e Angola, o que envolvia “circuitos comerciais”, “relações de parentesco e clientelísticas.”⁴⁸

Este circuito de relações deu lugar a determinadas formas não só de acumulação e circulação de informações, mas também de definição de estratégias governativas, voltadas para o crescimento político e material dos interesses portugueses, quer aqueles individuais e de redes clientelares, quer os corporativos da Coroa como um todo.⁴⁹

Muito mais do que uma exploração econômica de Portugal sobre suas colônias, além de mercadorias circulavam ideias e valores nas tramas das rotas mercantis entre o Reino e seus domínios. Como bem disseram os organizadores de *O Antigo Regime nos trópicos*, “o Império não era tão somente uma colcha de retalhos comerciais; ele dava vida, em graus distintos, às diversas sociedades que o constituíam.”⁵⁰ Dentro desse contexto, apesar de todas as diferenças políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais entre Malaca, Goa, Macau, Luanda e Rio de Janeiro, as práticas e instituições disseminadas a partir do reino acabaram resultando na formação de sociedades

⁴⁷ THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 208

⁴⁸ BICALHO, Maria Fernanda. “Da colônia ao império: um percurso historiográfico”. In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 91-105, p. 95-96

⁴⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. “Vitorino Magalhães Godinho et lês réseaux impériaux”. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 50, 2005, p. 83

⁵⁰ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 23.

reguladas pela economia e pela cultura política do Antigo Regime português. Símbolo maior da unidade, o Rei atuava como um poder de controle e harmonização do exercício destes poderes inferiores. A criação de um *Estado em rede*, “deve ser entendido não só como lugar de trocas comerciais, mas também institucionais, ideológicas e políticas”, resultando num equilíbrio entre mundos distintos⁵¹.

Pombal passou a praticar um paradigma de governo que na Europa Central e Meridional já seguia seu curso desde o século XVII, baseado num pensamento individualista, contratualista, cuja ideia era mais laicizada⁵². Possuía o intento de dinamizar a economia e a administração em benefício da Coroa, sob a perspectiva ilustrada. Isto transforma, obviamente, mas não elimina de uma hora para outra um paradigma, uma visão de mundo profundamente enraizada, como a do Antigo Regime. Pedro Lains e Álvaro Ferreira atentam para a possibilidade de “coabitação” de tendências mantenedoras das jurisdições tradicionais e a de um novo governo, apesar de indicar o governo pombalino como uma “viragem”, com diversas transformações na política imperial⁵³.

Para Kenneth Maxwell, um fator decisivo para atuação de Marquês de Pombal ao lado de D. José I foi a sua participação no círculo das discussões iluministas na Europa, sobretudo na Áustria, antes de se tornar primeiro-ministro. Ainda de acordo com Maxwell, entre as medidas mais importantes tomadas por Pombal estariam a criação do sistema educacional financiado pelo Estado, a reforma completa da Universidade de Coimbra, a redução do poder da Inquisição, a abolição da escravatura em Portugal (não nas colônias) e a modernização do Exército.

⁵¹ BICALHO, Maria Fernanda. *Op. Cit.*, 2009, p. 97.

⁵² HESPANHA, A. Manuel; XAVIER, Ângela B. “A representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, A. Manuel (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4: *O Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 121-155, p. 137.

⁵³ LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da. “Introdução”. In: *História econômica de Portugal (1700-2000): o século XVIII*, vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 33.

A reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, é considerada como o indício mais forte da ilustração do governo pombalino. O estreitamento das relações entre o conhecimento produzido na Universidade e o governo permitiria a construção de um ideal administrativo e criaria novas ferramentas para o Estado. Assim, o aprimoramento científico e a administração pública estariam cada vez mais unidos, em busca de um modo de governo ideal. Coimbra tornou-se o centro das ciências naturais, foco de inéditas contribuições, que ajudariam na máxima exploração dos recursos naturais das colônias.

Mais que a questão educacional, Kenneth Maxwell ressalta que Pombal prezava um Tesouro real com sistema de contabilidade centralizado e poderes fiscais uniformes. Na América Portuguesa, por exemplo, pode-se dizer que houve uma reforma completa da estrutura administrativa: “a criação de companhias por ações, a criminalização da discriminação contra os ameríndios na América portuguesa e contra os asiáticos na Índia portuguesa e o fim da distinção entre os chamados cristãos-velhos e cristãos-novos.”⁵⁴

Entre os objetivos de Pombal estavam o fortalecimento do poder absolutista do Estado e o estreitamento das relações entre a metrópole e as colônias. Para isso elaborou todo um conjunto de medidas e leis de natureza econômica, capaz de permitir ao Estado o maior controle possível do sistema fiscal e do fluxo comercial.

O Conselho Ultramarino – que havia sido criado em 1624 – teve sua atuação no auxílio da administração territorial, econômica e política das colônias lusitanas diminuídas. Especificamente a partir de 1736, foram reorganizadas as secretarias de Estado, que teriam maior destaque, quando comparados à atuação do Conselho. Eram três as principais secretarias: a dos Negócios Internos do Reino (responsável pela segurança pública até os assuntos econômicos, passando pela justiça, educação e

⁵⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 18-19

assuntos sociais); a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (responsável pela administração dos assuntos relativos às relações externas e guerra, além do gerenciamento das questões militares); e a dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (assuntos marítimos e dos territórios ultramarinos, tanto no civil quanto no militar).⁵⁵

Essas reorganizações ampliaram a circulação de agentes ultramarinos portugueses entre as diversas colônias. Aos poucos, desenhava-se uma complexa hierarquia de cargos e instituições dentro do governo lusitano.

“Na maior parte dos espaços sob domínio luso, no século XVIII, a unidade administrativa era a capitania geral. No seu comando, estava um governador e capitão general, com atribuições concomitantemente políticas e militares, caracterizado como funcionário de confiança da Coroa. Sob a jurisdição do governador-geral encontravam-se outras autoridades, como os governadores subalternos ou, às vezes, indivíduos com títulos de capitães e sargentos que eram encarregados de distritos menores ou de fortalezas. Era competência dos governadores, em caráter provisório, a nomeação de alguns postos militares e de empregos civis e eclesiásticos, até que novas ordens do reino fossem enviadas.”⁵⁶

Aumentar a riqueza do reino era o objetivo da crescente busca pela eficiência administrativa. Nesse contexto, as atividades comerciais realizadas nos domínios

⁵⁵ WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba: UFPR, tese de doutorado, 2009, p. 40

⁵⁶ Idem, p. 42

ultramarinos eram vistas como muito importantes para obter lucros. Apesar disso, existiu certo distanciamento entre os objetivos gerais do conjunto de reformas colocadas em prática e seus resultados. As dinâmicas políticas nos territórios coloniais sofriam alterações. Era primordial conhecer profundamente aqueles domínios ultramarinos.

“O Estado português que já se valia da utilização crescente de laboratórios, gabinetes, museus, jardins e demais instituições de caráter especulativo, passou a concentrar as suas atividades também nas viagens filosóficas, numa estreita relação com os naturalistas-utilitários da Academia Real das Ciências”⁵⁷.

O próprio Estado português teria financiado ações de indivíduos e instituições para um maior conhecimento das suas colônias, fornecendo meios técnicos, humanos e financeiros às viagens científicas, como as realizadas ao Brasil, Ásia e África. O principal destinatário das informações produzidas era o próprio governo, a fim de conhecer suas potencialidades econômicas⁵⁸.

Embora tenha sido criada apenas em 1779, portanto após o governo pombalino, a Academia Real de Ciências também pode ser entendida como uma medida influenciada pela Ilustração. Em seu estatuto, buscava a promoção do aumento da agricultura, das artes e da indústria cuidando em introduzir o amor à ocupação e a toda espécie de trabalho, que pudesse levar benefício ao Estado⁵⁹.

A obtenção de informações naquele período proporcionou uma grande produção de mapas, relatórios, listagens de habitantes, textos e outros informes, que foram criados

⁵⁷ PORTELLA, José Roberto Braga. *Op. Cit.*, 2006, p. 48

⁵⁸ DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, VIII (suplemento), pp. 823-38, 2001, p. 824

⁵⁹ PORTELLA, José Roberto Braga. *Op. Cit.*, 2006, p. 48

a fim de promover conhecimento ao Estado. A divulgação dessas informações é dividida por Mary Pratt em duas categorias. Uma científica, caracterizada pelas descrições de viagens e livros de história natural taxonômica. Uma outra possuiria um cunho mais sentimental, consistindo em narrações de viagens, novelas e poesia romântica.⁶⁰

As informações eram encontradas não apenas em memórias e ensaios econômicos ou em relatos realizados por naturalistas, mas nos documentos oficiais emitidos por administradores, governadores e militares. Em alguns casos, naturalistas desenvolviam informações administrativas e funcionários produziam informações de cunho científico. De todos os pontos do Império, sujeitos de várias origens, formações, funções e objetivos enviavam aos órgãos da administração real dados sobre os mais diversos assuntos.

Não raro, militares também assumiam a escrita sobre a natureza local. Um caso exemplar é o de Teodósio Constantino de Chermont, tenente-coronel de artilharia, que com exercício de engenheiro e primeiro-comissário das demarcações dos limites da Amazônia descrevia os hábitos e comportamentos das etnias locais.⁶¹ Situações semelhantes podem ser verificadas para a região de Angola. Apesar da viagem do naturalista Joaquim José da Silva, as maiores informações sobre o comércio e potencialidades, durante a segunda metade do XVIII, podem ser encontradas nas obras do militar Elias Alexandre da Silva Correa, bem como nas memórias do governador de Angola D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho. O próprio D. Francisco enviou remessas de rochas e minérios encontradas em Angola para Portugal, a fim de que investigassem se teria utilidade comercial.

⁶⁰ PRATT, Mary Louise. "Humboldt e a reinvenção da América". In: *Estudos Históricos*, vol 4, nº 8. Rio de Janeiro : FGV, 1991. p. 153.

⁶¹ DOMINGUES, Ângela. *Op. Cit.*, 2001, p. 825

“Remeto a V. Exa. hum pequeno Caixote Selado com o meu Sinete em lacre vermelho , que fará ver a V. Exa. huam porçãam de Pedra Verde de que está cheya a Serra de Bende oito ou des légoas distante do Prezidio de Encoje, situada nas Terras de hum vassalo rebelde do Rey do Congo; os Negros lhe chamam de Pedra Unguento porque com ella curam todas as suas chagas, e Feridas; alguns Messionarios a tem reduzido a tinta com que pintarão suas Igrejas: eu a fis examinar, e não só achei, que era Verdaxo, mas que encerrava muito Cobre; V. Exa. o conhecerá muito melhor mandando fazer-lhe as necessárias experiências.”⁶²

Apesar das informações interessarem e serem demandadas pelo poder central, há de se considerar as autoridades locais, que muitas vezes limitavam ou auxiliavam os indivíduos no recolhimento e classificação de dados. Isso ocorria, pois possuíam o conhecimento da região, dando instruções àqueles interessados em compilar as informações. No que tange aos naturalistas, tais autoridades determinavam o envio de remessas e elaboração de relatórios e textos sobre essas missões⁶³. As informações recolhidas nas colônias deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico do reino, incrementar indústrias, manufaturas e comercio. Informações que contribuiriam para a política, economia e bem-estar social. Não apenas inventariar e catalogar espécies.

⁶² “Para o Ex.mo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado com a remessa de hum caixote em que vai huma porção de ‘Pedra Verde’ (4 de dezembro de 1769). In: *Arquivos de Angola*, vol. I, nº 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

⁶³ DOMINGUES, Ângela. *Op. Cit.*, 2001, p. 827

A ciência e a técnica proposta pelos autores de compilação de informações sobre as colônias permitiam que o Estado interferisse na vida do povo, a fim de proporcionar a felicidade e bem-estar. Afinal de contas, uma economia forte e segura garantiria a prosperidade dos povos a partir de uma administração eficaz. Desse modo, o Estado português inseria-se nos ideais iluministas.⁶⁴

Nesta direção, o ministro de D. José I parece ter tido a intenção de elevar à potência máxima a ingerência estatal nos assuntos políticos e econômicos de Portugal e seus domínios, objetivando dinamizar seus rumos, o que se reverteria em benefícios para a Coroa portuguesa. A fim de melhor explorar e controlar seus territórios, Pombal estimulou a criação de tabelas estatísticas da população das zonas de aparente controle português, a fim de aumentar a arrecadação de impostos e evitar presença estrangeira.⁶⁵

Tais ações foram realizadas nos domínios portugueses em Angola e seu interior, bem como em Benguela⁶⁶, além de listas de habitantes para outras regiões. Ao analisar tais listas, Roberto Guedes salienta que as estatísticas demográficas passaram a ser consideradas instrumentos de controle do Estado português, devido aos objetivos “nitidamente militares e econômicos” da Coroa lusitana, que visava também uma política de povoamento e de ocupação de terras⁶⁷.

O pombalismo em Angola, como afirma Catarina Madeira dos Santos, caracterizou-se por uma reavaliação das formas de domínio, muitas vezes, desencadeadas pela crescente pressão de potências estrangeiras, como a Espanha e

⁶⁴ DOMINGUES, Ângela. *Op. Cit.*, 2001, p. 832

⁶⁵ CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011, p. 82

⁶⁶ Em 1612, Benguela foi considerada um reino independente de Angola, tendo seu próprio governador. Em 1648 passou a ser governador por um capitão mor. Finalmente, em 1779, Benguela voltou a contar com um governo próprio, embora fosse subordinado ao de Angola. Cf. CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2014, p. 25

⁶⁷ GUEDES, Roberto. “Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII)”. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

França, ou pela emergência e fortificação, nos cenários coloniais de poderes africanos. Por isso, foram implementadas ações de expansão territorial, através de novas conquistas ou esforços de caracterizar o verdadeiro estatuto das possessões portuguesas. Um exemplo disso foram os anos de 1769 e 1770, depois da conquista do Novo Redondo e da fundação do *hinterland* de Benguela, quando o governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho nomeou um sargento-mor das Novas Conquistas.⁶⁸

“Embora, sob o ponto de vista da população de origem colonial, se verificasse a intromissão de particulares no sertão, do ponto de vista da estrutura social, esses indivíduos, maioritariamente comerciantes, que percorriam o interior, não formavam um grupo homogêneo, nem reproduziam ou difundiam de forma sistemática padrões culturais e sociais europeus. E se nos situarmos na designação “portugueses” – e na identidade para que ela remete –, a imprecisão ainda se torna maior, uma vez que restam interrogações sobre os critérios (cor, local de nascimento, etc.) e designativos que esses indivíduos, dispersos pelo sertão, usavam para se diferenciar e portanto definir a si mesmos. As elites coloniais organizaram-se, assim, a partir e à volta de estruturas e instituições da administração imperial, e dos municípios, [...], sabendo que as intercessões com um mundo envolvente (africano ou luso-africano) e muito mais plural, nunca deixaram de se fazer sentir.”⁶⁹

⁶⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 114

⁶⁹ SANTOS, Catarina Madeira « De “antigos conquistadores” a “angolenses” », *Cultura* [Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 24 Janeiro 2013, consultado a 06 Janeiro 2015. URL : <http://cultura.revues.org/898> ; DOI : 10.4000/cultura.898 – Acesso em 10/10/2014

As formas de presença colonial em Angola, naquele momento, baseavam-se na existência de uma sede em Luanda, onde havia uma administração pouco sólida e apoiada num pequeno exército, disseminada no interior através de uma frágil estrutura de presídios e feiras, cuja articulação garantiam as rotas comerciais, percorridas pelos sertanejos europeus e aliados africanos. Tais aliados africanos usufruíam de espaços muito vastos e estatutos diferenciados que iam da vassalagem à absoluta autonomia.

Antes de avançarmos no esclarecimento da ocupação e administração lusitana, é preciso atentar para a ideia de “fronteira”. De acordo com Catarina Madeira dos Santos, a vulnerabilidade dos europeus era imensa, já que a expansão da fronteira não era linear, nem irreversível. Ela começava no litoral e, gradualmente, se expandia para o interior de modo irregular, estando sempre articulada aos interesses africanos. Tratava-se de uma fronteira dinâmica.

“A fronteira está em constante construção, obedece a avanços e recuos, causados por interesses convergentes entre a colônia e os poderes africanos, ou pelas guerras em si. [...] Tudo isto permite que se fale de problemática da fronteira, [...] não só como fenómeno geográfico, mas também como processo cultural, área de interação entre diferentes sociedades e culturas. [...] A fronteira, pela porosidade que a define, passa então a ser uma linha imaginária entre o ‘texto’ formal do modelo e os ‘textos’ que as instituições coloniais instaladas e as africanas produzem.”⁷⁰

⁷⁰ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 16

Um elemento articulador fundamental nesse processo de “criação” de fronteiras eram os presídios. Eles se constituíam como centros populacionais que controlavam o fluxo de escravos, além de assumir um papel de destaque na negociação com elites políticas africanas. O capitão-mor, chefe máximo de cada presídio, tinha a função de regular o relacionamento entre os sobas⁷¹ “avassalados” e os interesses portugueses. O soba, então, possuía um vínculo direto com o capitão-mor.

As cerimônias de avassalamento eram uma releitura improvisada pelos portugueses da cerimônia original africana do undamento, ritual mbundi⁷² de reconhecimento de autoridade local, com a intenção lusitana de incorporar as elites políticas locais⁷³. Em troca de paz e proteção, os sobas (chefes africanos) assumiam um elenco de obrigações, juravam fidelidade ao rei português, prometiam respeito às leis do governo, auxílio nas guerras e comprometiam-se a não declarar a guerra aos sobas vassalos sem aprovação de Luanda. Além disso, pagariam uma série de impostos e forneceria hospedagem aos empregados públicos, eclesiásticos, civis, judiciais e militares.

Nos séculos XVI e XVII, o avassalamento de chefes africanos representava, a abertura de caminhos nos sertões, que deveriam atender prioritariamente a busca de metais de acordo com a política mercantilista portuguesa. No século XVIII, com a percepção da alta lucratividade do comércio de escravos, os avassalamentos foram adquirindo outras funções, como a de abrir rotas rumo às áreas de captação de escravos

⁷¹ Podemos entender o termo soba como uma referência a um chefe africano daquela região.

⁷² Mbundu é um grupo étnico e linguístico do centro-norte de Angola. Cf. PARREIRA, Adriano. Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 73

⁷³ CARVALHO, Flavia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2013, p. 75

e caminhos até os pumbos⁷⁴. As demarcações portuguesas alternavam-se com as jurisdições dos vários poderes africanos, conhecidas e reconhecidas pelas duas partes, e disciplinavam a circulação do sertão⁷⁵.

A relação entre o capitão-mor e os sobas era fundamental para a articulação dos interesses lusitanos.

“Quem realizava o cálculo para o alistamento dos homens que deveriam pegar em armas eram os capitães-mores dos presídios, que levavam em conta o número de sobados e as populações dependentes de cada presídio. O poder dos sobas ou macotas sobre seus subordinados, as relações de parentesco, dependência ou lealdades eram fatores cruciais na constituição numérica das tropas, até mesmo porque, pelos tratados de vassalagem, os sobas eram obrigados a fornecer homens de guerra.[...] Os sobas constantemente eram obrigados a ir à presença dos capitães-mores, rotina que se traduzia em pedidos de escravos, carregadores e gêneros indispensáveis à subsistência.”⁷⁶

Todavia, há de se atentar para a fragilidade desses “avassalamentos”. Segundo Flávia Maria de Carvalho, Portugal dependia de seu exército a todo momento para submeter as chefias locais aos seus interesses, pois os portugueses não conseguiam manter, por exemplo, um controle sobre as regiões de Quissama, Matamba, Cassanje, nem nos territórios ao norte de Luanda (região que recebia diversos estrangeiros) e de

⁷⁴ Pumbos era os lugares utilizados para feiras de escravos, geralmente nas regiões interioranas. Cf. PARREIRA, Adriano. *Op. Cit.*, 1990, p. 94

⁷⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 115

⁷⁶ CRUZ, Ariane Carvalho da. “A africanização da guerra em Angola na segunda metade do século XVIII”. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013, p. 2

Benguela⁷⁷. Muitas vezes os sobas africanos utilizavam as cláusulas assumidas na vassalagem a seu favor ou quebravam as normas.

No que tange à administração da Angola portuguesa no século XVIII, podemos dizer que era composta por presídios e os distritos. A diferença entre eles não é muito clara, mas sabe-se que os presídios eram organizados ao redor de uma fortaleza e possuíam uma guarnição. Os distritos abrangiam áreas maiores de circulação e moradores que obedeciam a um padrão de povoamento muito disperso. Os habitantes dos presídios e distritos obedeciam aos seus capitães-mores, que se constituíam em figuras centrais na organização dos exércitos. A população desses lugares era composta de grupos bastante heterogêneos, abarcando negros, mestiços e pouquíssimos brancos.

Na realidade, ao nos referirmos às “cores” denominadas na documentação temos de ter muito cautela. Estudos recentes de Roberto Guedes problematizam o tema “cor” na documentação para a região de Benguela, em fins do século XVIII. Apesar de ter recortado sua análise para aquela região, acreditamos que tal cuidado deva ser verificado para as demais conquistas lusitanas em Angola:

“[As cores] São qualidades locais manifestas em um rico e complexo vocabulário de cores, ladeadas ou não por condições jurídicas, ocupações, gênero, etc. Posse de escravos, de gado, agregação de forros, viver calçado, de negócio, do cultivo de seus arimos, etc, combinados, ou não, e com certeza influenciados pelo tráfico [...], serviram de parâmetros classificatórios. Se em cada presídio, província, paragem, sertão, distrito, capitania, etc. prevaleceu uma maneira de registrar as

⁷⁷ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 267

cores dos habitantes, com critérios que variam, elas quase sempre foram assinaladas, mereceram registro, demonstrando sua importância para a classificação social, e dos povos das *conquistas*.”⁷⁸

Nas proximidades do rio Kwanza se encontravam os presídios de Massangano (fundado em 1583), Muxima (fundado em 1599), Cambambe (1604), Mbaka (1614), Pedras de Pungo-a-Ndongo (1671), Caconda (1682), São José de Encoje (1759) e o Novo Redondo (1769).⁷⁹ Já Benguela funcionava como uma espécie de “capitania anexa”, pois sua situação de autonomia em relação a administração com sede em Luanda era muito forte. Em 1612, de acordo com Mariana Candido, Benguela era considerada como “reino independente” de Angola, tendo um governador próprio. Depois de um período de governo por capitães-mores após a expulsão dos holandeses, Benguela voltou a contar com um governador em 1779. Tal governador continuava a desfrutar de uma certa autonomia em relação à administração de Luanda⁸⁰.

Em cada presídio encontrava-se uma feira e guarnição composta por militares sob comando de um capitão-mor. D. Antonio de Lencastre escreveu em 1773 um ofício para o reino, descrevendo o funcionamento dos presídios. Segundo ele, consistiam de pequenos recintos “levantados de terra e faxina” cheios de mosquito, composta por militares naturais daquela localidade, que mesmo assim, desertavam muitas vezes⁸¹.

O líder máximo de cada presídio era o capitão-mor, que era escolhido em Lisboa pelo Conselho Ultramarino depois de análise das propostas do governador. Além do

⁷⁸ GUEDES, Roberto. *Op. Cit.*, 2012, p. 372

⁷⁹ SOUSA, Ana Madalena. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996, p. 23

⁸⁰ CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011, p. 77

⁸¹ AHU, Angola, Cx. 57, doc 57

capitão-mor, existiam três oficiais subalternos: um tenente, um alferes e um ajudante. Na prática, o poder do capitão-mor não ia muito além dos presídios, diluindo-se em meio aos poderes e instituições africanas.

A política de concessão de cargos para Angola não era definida de uma forma muito rígida. Principalmente nos casos de nomeações para capitães-mores. A experiência e as potencialidades locais é que ditavam as necessidades e possibilidades de provimento. Cabia ao governador, enquanto representante do rei naquele território, nomear os cargos locais. Isso ocorreu até 1795, quando D. Maria I determinou que as patentes vagas – e os novos ocupantes nomeados - deveriam ser confirmadas na corte em um prazo de um ano. Caso isso não ocorresse, a nomeação era invalidada⁸².

Para conquistar a validação do posto, era necessário o envio de requerimentos, patentes e certidões comprovativas dos trabalhos e tempo de serviço prestados à Coroa. A documentação era recebida e votada pelo Conselho Ultramarino, que submetia para despacho do monarca. Após esse processo, passava-se a carta patente na qual se ordenava ao governador realizar a posse do provido. Finalmente, a pessoa se tornava um capitão-mor pelo prazo de três anos. Geralmente, era recomendado que enviassem três nomes para votação, contudo, pela falta de pessoas, era comum votarem em apenas uma. A partir de 1722, cada capitão-mor teria o vencimento de 300\$000 réis anuais e não deveria se envolver com outras atividades, principalmente o comércio.⁸³

Geralmente, o cargo de capitão-mor era concedido como forma de recompensa por serviços prestados e destinados aos oficiais das tropas pagas locais. Na maioria das vezes, os governadores realizavam o recrutamento dos capitães-mores entre os naturais de Angola, conforme a vacância dos cargos. Enquanto os nomeados pelo reino eram entre pessoas pouco qualificadas, a indicação dos governadores ficava restrita aos

⁸² COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972, p. 30

⁸³ Idem, p. 56

membros das principais famílias, sertanejos mais conhecidos ou oficiais de regimento que mais se destacavam. A vantagem era que eles já estariam adaptados ao clima – causa de morte de vários lusitanos recém-chegados – e conheciam bem o território, inclusive os costumes de alguns povos com os quais teriam de lidar. Por isso, em meados do século XVIII, o reconhecimento dessas qualidades tornou-se fundamental para a nomeação dos capitães-mores.

No entanto, eram comuns as denúncias de mau comportamento, abuso e desonestidade para com os negócios do rei por parte dos capitães mores. A partir de 1761, ficou estipulado que, todos os capitães-mores deveriam ter a sua carta patente assinada pelo rei. Caso infringissem as leis e causassem danos à paz, ao bem comum, comércio e agricultura seriam julgados e sentenciados pelos administradores locais. Em seguida, tudo deveria ser notificado ao Conselho Ultramarino⁸⁴.

Logo, a existência dos presídios atendia a interesses portugueses e africanos, principalmente sobre o tráfico de escravos. A presença lusitana naquela região ocorria por meio da guerra, do tráfico, do contato entre capitães-mores e chefes africanos locais, feiras e avassalamentos, que atendendo a interesses europeus e africanos, criavam um canal de comunicação entre eles.⁸⁵

As formas de escolha daqueles que ocupariam o cargo de capitão mor nos demonstram que, não obstante as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e no campo das ideias (ilustração, pombalismo) ocorridas no final do século XVIII, havia uma continuidade no que tange às práticas governativas e administrativas levadas a cabo na América Portuguesa e nas demais regiões do Império Português. Esse período é marcado por costumes, práticas e instituições “antigas”, que mesclavam-se,

⁸⁴ COUTO, Carlos. *Op. Cit.*, 1972, p. 68

⁸⁵ SANTOS, Catarina. *Op. Cit.*, 2005, p. 12

interagiam, conviviam e conflitavam com novos princípios e mudanças políticas, econômicas e culturais no âmbito dos domínios portugueses.

Apesar das dificuldades, a manutenção de Angola justificou-se pelo tráfico de escravos. Tal atividade era fundamental para sua vida econômica e também a conectava à produção da América. O governo e administração do reino de Angola estavam nas mãos da coroa, representada no terreno pelo governador e capitão-general, nomeado pelo rei por um período de três anos⁸⁶. Ao embarcarem para Angola, os governadores levavam o seu "regimento", documento com os pontos fundamentais a ter em conta no exercício das suas funções.

Sobre o funcionamento administrativo de Angola, Ana Madalena de Sousa esclarece diversos aspectos. Durante o século XVIII foram criadas instituições com a finalidade de racionalizar o governo na região. Em 1761, foi criada a Junta da Fazenda Real do Reino de Angola, chefiada pelo governador e assistido pelo ouvidor, que assumia o cargo de provedor da fazenda, e do juiz de fora como procurador. Contava também com um tesoureiro e um feitor, ambos nomeados por três anos, sendo o feitor auxiliado por um escrivão, que detinha também o cargo de marcador de escravos. Os governadores eram, normalmente, recrutados entre a nobreza militar portuguesa⁸⁷.

Em 1761 também foi criada uma alfândega no porto de Luanda, após a aprovação de passagem das naus da Índia. Lá, um escrivão e um tesoureiro despachavam as mercadorias descarregadas por essas naus. No mesmo ano, foi criada uma Junta Criminal do Reino de Angola, que era presidida pelo governador e composta pelo ouvidor, juiz de fora, coronel, tenente-coronel e sargento-mor do regimento da guarnição de Luanda. Seu objetivo era resolver as questões judiciais dessa comarca, julgando e colocando em prática as sentenças, inclusive a pena de morte.

⁸⁶ DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Edição do Banco de Angola. s.d.. Vol. I, p. 356-57

⁸⁷ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 20

A Câmara Municipal de Luanda teria sido fundada em 1576. Inicialmente, o conjunto de oficiais da Câmara era formado por três vereadores, dois juízes ordinários e um procurador, que contavam com um secretário e um almotacel⁸⁸. Em 1662, a Câmara Municipal de Luanda recebeu, por decreto real, um conjunto de privilégios da cidade do Porto, em reconhecimento do auxílio prestado durante a ocupação holandesa.

A Câmara deveria ser consultada pelos governadores e, por vezes, poderia contribuir para a sua deposição ou nomeação para assumir o governo do território. Todavia, em 1721, a presidência do Senado da Câmara passou para as mãos de um novo magistrado, o juiz de fora, ao invés do ouvidor-geral⁸⁹.

É preciso salientar que os interesses da câmara deveriam ser conciliados com as ordens da Coroa. Como nem sempre isso era possível, certamente, ocorreram diversos momentos de embates entre seus membros e as figuras governativas. Por isso, quanto menos os governadores contrariassem a Câmara, melhor seria a manutenção da estabilidade de sua administração. Esse, então, é mais um elemento a se considerar na reflexão de como as ordens emitidas pelo rei eram implementadas pelos governadores em Angola, visto que deveriam conciliar tais ordens aos interesses locais.

Sobre a eficácia das medidas pombalinas em Angola, faz-se necessário lembrar as críticas elaboradas na dissertação de mestrado de Ana Madalena de Sousa, intitulada *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*⁹⁰. Sousa investiga o relacionamento entre os portugueses e as sociedades africanas durante o período que compreendeu o governo de D. Francisco e problematiza a ideia estabelecida pela historiografia de que o governador teria empreendido uma vasta ação nos planos político, administrativo, econômico e social, numa tentativa de

⁸⁸ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 21

⁸⁹ Idem, p. 22

⁹⁰ SOUSA, Ana Madalena. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996.

pôr termo à situação de abandono e desorganização interna que afetava o território angolano⁹¹.

Sousa analisa em que medida o governo de Sousa Coutinho teria sido um período de progresso e avanço, o seu grau de originalidade e real impacto de suas ações, como se organizava e como tentou implementar o poder português. A autora defende que D. Francisco não foi a figura extraordinária que a historiografia pretendeu enaltecer, e sim apenas um governante cujas capacidades não foram muito diferentes das de outros governadores de Angola e que não podemos considerar a sua atuação como um momento de notório progresso. Seus principais argumentos são os fracassos das duas grandes ambições de D. Francisco, a fábrica do ferro de Nova Oeiras e a colonização do planalto de Benguela, que, em sua opinião, fracassaram totalmente.

Tais críticas de Sousa dialogam diretamente com as elaboradas por Flávia Maria de Carvalho, em recente tese de doutorado. Apesar da defesa da importância de Angola para a Coroa, de fato, D. Francisco não conseguiu modificar seu papel de “fornecedora de escravos”. Por isso, é realmente necessário relativizar o papel “inovador” de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que foi, sem dúvida um grande “memorialista”⁹². Carvalho questiona também a versão de Gastão de Sousa Dias e Ralph Delgado sobre D. Francisco ter sido um “divisor de águas” na administração angolana, já que seu discurso reformador era incompatível com a realidade local. As medidas propostas não tinham como pretensão modificar ou modernizar essa realidade,

⁹¹ Referimo-nos às obras DIAS, Gastão de Sousa. *D.Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Administração Pombalina em Angola*. Lisboa: Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais, nº 27, 1936; NOGUEIRA, Jofre Amaral. *Angola na época pombalina. O governo de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1960; DELGADO, Ralph. “O governo de Sousa Coutinho em Angola”. In: *Stvdia*, VI, Julho 1960, p.p.19-56; VII, Janeiro 1961, p.p.49-86; X, Julho 1962, p.p.7-47.

⁹² CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 270

mas sim fomentar outras atividades paralelas que poderiam ser somadas ao tráfico de escravos⁹³.

1.1. Sobre os militares em Angola e a importância da compilação de informações

1.1.1. Contexto e motivações para ampliar o efetivo militar

A segunda metade do século XVIII foi um período de intensa reorganização militar tanto no reino de Portugal quanto nas suas colônias, onde se fazia indispensável aumentar a capacidade defensiva, graças às crescentes tensões vividas na Europa.

“Na ocasião, embora D. José fosse casado com uma princesa Bourbon, não podiam os pactuantes [do Pacto da Família de 1761, no qual os reinantes Bourbons se comprometiam em defender mutuamente seus Estados] esperar que Portugal aderisse ao Pacto, aliado como era da Inglaterra, então adversária da França e da Espanha na chamada Guerra dos Sete Anos [1756-1763], [...] a Coroa portuguesa, foi forçada a abandonar sua posição de neutralidade e a participar da fase final da Guerra. Após o estabelecimento dos Estados Ibéricos em campos opostos nesse conflito europeu, a contenda entre Portugal e Espanha logo se prolongaria [...]”⁹⁴

⁹³ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 24

⁹⁴ MELO, Cristiane P. “As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. In: *Revista de História*, 154 (1º - 2006), 267-295, p. 267

Esse quadro de tensão europeia não ficou restrito àquele espaço, ele se constituiu também nas colônias. A racionalização da atividade militar era vital e urgente. Em 1762, Portugal viu-se envolvido na Guerra dos Sete Anos. Marquês de Pombal, então, pediu auxílio ao governo britânico, que por sua vez indicou Guilherme S. Lippe como militar apto para tal tarefa⁹⁵. Especializado nas “ciências militares”, coube a ele uma maior organização das corporações militares lusitanas na metrópole e ultramar. Em um curto tempo, este conseguiu levantar um grande número de tropas e conseguiu realizar a defesa do reino.

Com a assinatura da paz, Conde de Lippe ficou encarregado de auxiliar o Marquês de Pombal na reorganização do Exército português. Conde de Lippe foi nomeado Marechal-General do exército português e, como tal, alterou o sistema de recrutamento, as táticas, os uniformes. Também escreveu os Regulamentos para Infantaria, Cavalaria e os chamados Artigos de Guerra. Tais artigos, somente foram substituídos, em Portugal e nas colônias, quando foram criados seus respectivos Códigos na área criminal militar⁹⁶.

Segundo Ariane Cruz, as novas diretrizes militares estão ligadas ao grande número de recrutamentos realizados em Angola. Apesar dos esforços regulamentadores, os militares a serviço da Coroa portuguesa esbarravam nas circunstâncias locais: falta de homens brancos e europeus. Tornava-se inescapável o uso das forças locais para fundamentar o seu próprio poder. A presença de africanos nas tropas militares para o alcance de objetivos políticos e econômicos foi fator fundamental⁹⁷.

⁹⁵ Para mais informações de sua biografia Cf. Schaumbourg Lippe (*Guilherme*). Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/schlippe.html> - Acesso em 15/09/2014

⁹⁶ SOUZA, Marcelo Weitzel. “Conde de Lippe (e seus artigos de guerra), quando passou por aqui, também chegou lá.”. Disponível em: http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/mestrado.historia_do_direito_ii.pdf - Acesso em 10/10/2014

⁹⁷ CRUZ, Ariane Carvalho da. Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII). Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2014, p. 115

Duas situações ameaçavam a presença e a vantagem econômica portuguesa na região. A primeira delas era a grande resistência local de alguns grupos africanos ao governo lusitano. Em segundo lugar, poderíamos mencionar a constante presença estrangeira, realizando comércio e contrabando de escravos. Para controlar ambas as situações, as medidas pombalinas em Angola deveriam aumentar as tropas no local e realizar um constante abastecimento de elementos necessários para a boa condução dos serviços militares.

Para a compreensão da situação militar portuguesa em Angola, mais uma vez podemos mencionar o trabalho de Ana Madalena Sousa, que nos revela diversos dados para o período em questão.

“Em 1757, a guarnição da cidade de Luanda era formada por um regimento de infantaria com 361 praças; uma companhia de artilharia com 61 e duas companhias de cavalaria, ao todo com 105 praças. Quanto a Benguela, a sua guarnição era composta por uma companhia de infantaria com 130 praças e uma de artilharia com 30. [...] nos seus 4 corpos havia 157 soldados e oficiais brancos naturais de Portugal, e da mesma cor 48 naturais das ilhas dos Açores e Madeira e assim mais 68 deste reino de Angola e de America. Nele se vê 174 praças de mulatos naturais de Angola e da mesma cor 3 de Portugal e 18 americanos; 44 de negros naturais deste reino.”⁹⁸

⁹⁸ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 23

Ainda segundo Sousa, como os europeus possuíam muita dificuldade de adaptação ao clima angolano, o maior número de soldados era de origem africana. Os presídios no interior do território pretendiam-se postos de defesa de Luanda e do seu *hinterland*.

O trabalho de Roquinaldo Ferreira também nos traz dados sobre as características dos componentes das tropas militares portuguesas na região. Segundo ele, havia uma dificuldade em manter a quantidade de soldados adequados. Além dos homens vindos de Portugal e da América portuguesa, as tropas eram formadas por poucos recrutados na cidade de Luanda, pois o número de habitantes era pequeno. Além disso, perante a imposição do recrutamento militar, alguns respondiam com a fuga, e muitos daqueles que não conseguiram escapar, desertavam. Por isso, a maioria dos recrutados eram aqueles que não possuíam conexões políticas e, que também eram inaptos ao serviço militar. Outros eram adolescentes até mesmo abaixo dos dezesseis anos de idade.⁹⁹

Um outro problema apontado por Roquinaldo era a alta taxa de mortalidade de europeus. Em 1704, diziam não fazer sentido enviar tropas de Portugal para Angola.¹⁰⁰ Os governadores precisavam dos soldados para reafirmar seu poder e, por isso, a Coroa prometia a concessão de mercês, principalmente para voluntários "brasileiros", que se dispusessem a lutar em guerras angolanas (serviço de seis anos). A preferência existia, pois acreditavam que a familiaridade dos "brasileiros" com o clima tropical, fazia com que eles se adaptassem mais facilmente ao clima angolano, e não pudessem tão rapidamente, como ocorria aos europeus.

⁹⁹ FERREIRA, Roquinaldo. "O Brasil e a arte da Guerra em Angola (séculos XVII e XVIII)". In: *Estudos Históricos*, 39, 2007: 1-24, p. 5

¹⁰⁰ FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare, and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Los Angeles: University of California, tese de doutorado, 2003, p. 155

Por todos esses problemas, em muitas situações – como no caso da expulsão dos holandeses em 1648 -, as ajudas de tropas de tropas “brasileiras” eram fundamentais para o sucesso militar em terras angolanas. O militar Elias Alexandre da Silva Correa menciona que em 1781, o Ministério Ultramarino solicitou ao Rio de Janeiro duas companhias emprestadas por quatro anos para ocupar e conquistar Cabinda.

Além disso, era comum o uso da “Guerra Preta”, ou seja, tropas formadas por forças irregulares locais, cujo recrutamento dependia de alianças com soberanos africanos¹⁰¹. Em tempos de paz, os portugueses usavam tropas regulares, conjunto heterogêneo de indivíduos, incluindo desde soldados profissionais africanos, “brasileiros” e europeus até degredados sem nenhum treinamento militar trazidos do Brasil e de Portugal. Em geral, os soldados estrangeiros vinham na retaguarda das forças coloniais, proporcionando cobertura armada para as forças avançadas de Guerra Preta, que cumpria as funções mais importantes do campo de batalha em Angola.

Dentre as táticas de guerra dos africanos, Elias Alexandre Correa nos revela que eles utilizavam azeite para untar o corpo. Desse modo, nos combates escapavam melhor das mãos dos seus adversários. Por isso, não era incomum vê-los nas batalhas nus e ungidos de óleo.¹⁰²

O mesmo militar comenta: “Não pretendo, neste meu dizer, dar á sepultura, quantos a sorte destina a viver neste degredo; más compondo se a tropa de hum casco negro sustem quaze o numero do Estado efectivo.”¹⁰³. Elias Alexandre constata que um exército composto somente por brancos não resistiria a seis meses ao clima. Apenas os naturais da cidade e “seus suburbios” poderiam ser mais uteis para ser recrutados. No caso dos sertanejos, esses logo desertavam. Para evitar isso, o Barão de Mossamedes

¹⁰¹ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. Cit.*, 2003, p. 173

¹⁰² CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. Vol. I, p. 138

¹⁰³ Idem, p. 71

ordenou que lhes fosse marcado com um ferro entre os dedos polegar e indicador na costa da mão esquerda, contendo a inscrição AR (à Rainha), mas não teve sucesso.

Ainda de acordo com os estudos de Roquinaldo Ferreira era constante o envio de cavalos e tropas brasileiras e isso teve peso significativo nas estratégias militares em Angola. O uso de cavalos tinha relação com as funções militares da Guerra Preta. A América Portuguesa era a principal exportadora de cavalos para Angola, desde o século XVI. “Os cavalos eram enviados em cada navio que saísse do Brasil”¹⁰⁴, relata o militar Elias Alexandre Correa no final do século XVIII.

Porém, tratava-se de uma mercadoria muito frágil. Estima-se que, em 1717, a mortandade dos cavalos durante a viagem era de 30% e os que chegavam vivos duravam pouco tempo. Devido à crescente demanda, Lisboa criou incentivos para aumentar as importações de cavalos na região, como a criação de uma licença preferencial para os navios que levassem cavalos, que teriam permissão de retornar ao “Brasil” antes dos navios que não os tivessem transportado. Além disso, eram concedidas mercês àqueles que levassem cavalos para Luanda. Lisboa também permitia que os governadores de Angola enviassem navios para comprar cavalos, com o objetivo de dar maior capacidade ao governo de Luanda para fortalecer a cavalaria em ocasiões de guerra¹⁰⁵.

Roquinaldo Ferreira atenta para as notícias sobre os comportamentos dos africanos diante dos cavalos durante as batalhas. Aponta que existia a ideia de que uma das vantagens do uso de cavalos vinha do suposto “terror” que estes animais produziam nos africanos. Todavia, salienta que não faltam relatos indicando que os africanos não só entendiam perfeitamente a importância dos cavalos para as tropas do governo, como também destemidamente os atacavam. Os africanos sabiam que os cavalos eram simples

¹⁰⁴ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, p. 74

¹⁰⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. Cit.*, 2007, p. 10

animais. O que eles temiam eram as táticas dos cavaleiros, pois era difícil que escapassem com vida.

O autor defende a ideia de que o papel da cavalaria nas batalhas angolanas se referia a tarefas não relacionadas a combates diretos, incluindo comunicação entre os comandantes militares e o poder político em Luanda, patrulhamento, missões de reconhecimento e a marcha da guerra preta no campo de batalha. Como, em geral, a Guerra Preta tinha deserções logo no início das campanhas, o que acarretava em perdas significativas para as tropas, os comandantes posicionavam os cavaleiros no início ou atrás das fileiras das tropas, desta forma as chances de deserção eram minimizadas.

A influência de fatores externos nas guerras africanas é um ponto de discussão entre os especialistas. Ray Kea defende que a introdução de armas europeias trouxe mudanças importantes nas estruturas de poderes locais, levando a um processo de centralização política que beneficiou elites mercantis. Já para John Thornton, a tecnologia de guerra europeia teve um impacto menor, fazendo com que os portugueses buscassem técnicas africanas.¹⁰⁶ A conclusão de Ferreira é que as guerras angolanas foram influenciadas por fatores externos, mas também porque tais fatores - soldados e cavalos brasileiros - contribuíram para o processo de adaptação de técnicas de guerra ao contexto africano. Os poucos soldados profissionais - geralmente da infantaria - atuavam como força avançada e complementar à Guerra Preta. A função dos cavaleiros também era complementar.

A defesa territorial se organizava a partir das estratégias locais de combate, ou seja, da guerra de emboscadas, assaltos noturnos, ataques surpresas, incêndios e devastações. Cada combatente ou grupo de combatentes movia-se de acordo com objetivos que eles próprios escolhiam, muitas vezes determinados pela perspectiva do

¹⁰⁶ FERREIRA, Roquinaldo. *Op. Cit.*, 2007, p. 4

saque. O chefe militar dava apenas ordens muito gerais, auxiliando os seus homens de confiança nos pontos mais difíceis, deixando para o final do embate, se vitorioso, a complicada tarefa de voltar a reunir a tropa.

As múltiplas demandas das tropas em muito ultrapassavam as possibilidades da Coroa de supri-las, tanto com armamentos quanto com soldos. Assim sendo, nesse contexto de precariedade, tornou-se indispensável o aproveitamento das estratégias locais. Estudos recentes para o final do século XVIII apontam que o número dos soldados pagos em Luanda era pequeno e, em 1790, eram apenas 41 soldados efetivos e a maioria deles eram recrutados localmente e ocupavam o Regimento de Infantaria¹⁰⁷. Ou seja, a realidade apontada por Roquinaldo Ferreira se perpetua na virada do século XVIII para o XIX.

1.1.2. O papel dos naturalistas

Assim como os militares, os naturalistas também recebiam recompensas pelos seus serviços prestados no ultramar português¹⁰⁸. Segundo Ronald Raminelli, o período pombalino (1750-1777) criou instituições e metas com objetivo de produzir algum saber especializado sobre o mundo colonial. Nesse sentido, os vassallos procuraram produzir estudos sobre a produção das lavouras e minas, indicando técnicas adequadas ao solo e outras informações úteis para a saúde do Estado. Portanto, o governo pombalino buscou dar novas formas à economia colonial, estimulando o desenvolvimento das manufaturas, agricultura, comércio e a interligação metrópole e colônias. As viagens

¹⁰⁷ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Op. Cit.*, 2013., p. 5

¹⁰⁸ Este é um dos temas tratados numa das melhores obras que existe sobre o assunto, o livro RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

com fins investigativos e científicos ganhavam grande importância para esses objetivos¹⁰⁹.

A necessidade de buscar saídas para a crise econômica portuguesa fez com que a Coroa criasse uma estrutura de formação para os agentes do império, a fim de encurtar as distâncias entre a metrópole e suas colônias. As viagens pelo império eram planejadas pela Secretaria, que determinava o local, a trajetória e a duração das jornadas dos viajantes.

Nesse sentido, cabe abordar alguns aspectos sobre o caráter da História Natural no século XVIII, na qual a Universidade de Coimbra se baseava, influenciada principalmente pela obra do naturalista sueco C. Lineu, *O Sistema da Natureza*. Essa era a obra básica para os viajantes naturalistas, dentre outras do mesmo autor. Acreditava-se criar uma ordem ao caos do mundo e o naturalista era o profissional responsável por coletar, descrever e analisar a flora, a fauna e minerais, de acordo com o método criado por Lineu.¹¹⁰

Lineu se correspondia com inúmeros colaboradores para o seu projeto de catalogação universal da natureza. Domingos Vandelli, professor da Universidade de Bologna, aparece como figura de destaque dentre eles e foi selecionado pela Universidade de Coimbra para organizar o curso de filosofia.

“Além de subsidiar as políticas internas de exploração racional dos recursos naturais das colônias, também inseriu Portugal numa rede de cooperação internacional de estudos em história natural, pela criação de uma rede de correspondentes de Vandelli com instituições científicas europeias, através do

¹⁰⁹ Idem, p. 67

¹¹⁰ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII”. *História: questões e debates*, n.36, 2002. p.61-98.

intercâmbio de produtos animais, vegetais e minerais, e de correspondências com informações sobre o mundo colonial português.”¹¹¹

Partindo da premissa de que o naturalista era o profissional mais preparado para inventariar as potencialidades dos domínios coloniais e propor alternativas para seu aproveitamento econômico, Vandelli levantou na Universidade a necessidade de investir nas realizações de viagens científicas pelos territórios ultramarinos.

Neste período, somado ao interesse científico, existia uma crise na exploração do ouro, que poderia ser resolvida mediante a descoberta de novas jazidas, da análise das minas de ouro de modo a criar novas estratégias de exploração. Por isso, dentre os relatos houve grande atenção aos estudos mineralógicos. Além do mais, tais viagens visavam regiões de exploração aurífera, como Mato Grosso e Minas Gerais.

“Na agricultura, esse ministério incentivou a aclimação de alguns gêneros agrícolas, como o linho cânhamo, o arroz branco e o anil. Além disso, os estudos sobre os vegetais possibilitariam a busca de espécies que substituíssem o uso dos vegetais utilizados na cordoaria de navios, na medicina ou na agricultura.”¹¹²

Raminelli atenta para o caso dos naturalistas enviados para as regiões africanas terem acumulado ocupações, por conta da escassez de oficiais bem treinados para

¹¹¹ PATACA, Ermelinda Moutinho. “Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882030_ARQUIVO_ermelindaanpuh2011.pdf Acesso em 6 de janeiro de 2013, p. 1

¹¹² PATACA, Ermelinda. *Op. Cit.*, 2001, p. 4

ocupar importantes postos na administração local¹¹³. Defende que a debilidade das viagens filosóficas portuguesas situa-se não num entrave português ao iluminismo, mas sim na não prioridade dos assuntos científicos para os lusitanos, principalmente por ter se tratado de um momento de reforma econômica.

Em princípio, a falta de publicações portuguesas nesses assuntos pode parecer um “fracasso” em suas intenções de investigação da natureza colonial. Porém, Ermelinda Pataca defende que não se “pode restringir os estudos científicos apenas a publicação e aceitação dos dados, mas devemos pensar nas práticas, técnicas e representações resultantes de todo o processo de investigação científica”¹¹⁴. Logo, ao focar nos esforços dos naturalistas, nas dificuldades das expedições e nas trajetórias, os historiadores demonstram que existiu sim um projeto português de História Natural.

Na década de 1780, os naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Galvão da Silva, Joaquim da Silva e João da Silva Feijó foram selecionados para viajarem para o continente africano. Todavia, foram encaminhados para destinos diferentes. Alexandre Rodrigues Ferreira viajou para a América. Manoel Galvão da Silva para Goa e Moçambique. João da Silva Feijó para as ilhas de Cabo Verde e Joaquim José da Silva para Angola. Em alguns casos, como os de Manoel Galvão e do próprio Joaquim José, foram nomeados com duas funções, a de Secretário de Governo e naturalista.

A equipe de Joaquim José da Silva era formada pelo desenhista e naturalista italiano Ângelo Donati, que também trabalhara com a equipe de Vandelli, em Lisboa e o jardineiro José Antonio. Ronald Raminelli comenta o quanto Joaquim José da Silva estava empolgado com a missão: “Do navio, o naturalista percebeu o quanto era curiosa a costa, e útil a expedição: ‘Não posso explicar o sentimento com que deixei Benguela

¹¹³ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008, p. 103

¹¹⁴ PATACA, Ermelinda. *Op. Cit.*, 2001, p. 2

muitas e curiosas plantas que o pouco tempo e fadiga [...] não me deixaram recolher'¹¹⁵. Infelizmente, o desenhista da missão, Donati, ficou doente já durante a viagem de Lisboa para Benguela, morrendo pouco tempo depois, em Luanda. Um ano depois, morria também José Antonio. Ambos não foram substituídos¹¹⁶.

Além das perdas na equipe, o trabalho de naturalista não era fácil, pois além da complicada adaptação ao clima, acumulava funções administrativas. Manuel Galvão da Silva, por exemplo, chegou em Moçambique em fevereiro de 1784 e queixava-se de que as funções de secretário impediam-no de levar adiante suas observações científicas, resultando que seus auxiliares, um jardineiro e um desenhista, ficassem ociosos. Os naturalistas ainda tinham de contar com intervenção dos administradores locais, que ora auxiliavam, ora criavam obstáculos para a realização de seus trabalhos.

“Constava das orientações para os viajantes a observação e coleta de peixes que deveria ser feita durante o trecho marítimo das viagens. A dificuldade de garantir o acondicionamento adequado para os espécimes coletados era um dos problemas que os naturalistas enfrentaram. No caso de Silva, parte da coleta de peixes marinhos acabou por perder-se, segundo ele, pelo manuseio inadequado das latas que se romperam quase todas durante a viagem.”¹¹⁷

Após breve estadia em Benguela, Joaquim José da Silva encaminhou-se para Luanda, onde assumiria seu posto de secretário de governo. Entre os anos de 1785 e

¹¹⁵ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008, p. 108

¹¹⁶ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008, p. 109

¹¹⁷ PEREIRA, Magnus; CRUZ, Ana. In: CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses). Disponível em: http://www.cedope.ufpr.br/joaquim_silva.htm - Acesso em 15 de abril de 2013

1787, Silva realizou investigações voltadas para os recursos minerais, seguindo a tendência dos naturalistas que escreviam sobre o Brasil. Buscou encontrar tais características em Cabinda, na foz do rio Dande, em Massangano e outros locais do sertão angolano. Os caminhos em busca de material ocorriam simultaneamente às expedições militares, que ele acompanhava.

Apesar da estrutura montada para apoiar as atividades dos naturalistas, Joaquim José da Silva enviou de Benguela uma queixa a Júlio Matiazzi, jardineiro e administrador do Museu de História Natural d’Ajuda. No documento, Silva questiona o fato de não receber respostas sobre o recebimento do material que enviava, se estava de acordo com o esperado, se deveria continuar seu trabalho. Ou seja, não possuía nenhum tipo de retorno a respeito de sua expedição e das amostras que enviava.¹¹⁸

Os interesses políticos, militares e comerciais em Angola quase sempre prevaleceram sobre os interesses científicos. Em carta de 9 de julho de 1787, Joaquim José da Silva escreveu carta a Julio Matiazzi, reclamando a falta de apoio

“Em condições normais, o ato de recolher e descrever as espécies demandava dispêndio: ‘quanto mais me não custaria nas circunstancias que todo mundo sabe? Com armas continuamente ao ombro, em terra inimiga, e entre brutos? Sem falar nas calúnias, nas mofas, nas fomes e sedes mortais...’¹¹⁹

Sem dúvida, as expedições científicas eram tratadas como tarefas secundárias. As queixas não eram apenas do naturalista. Em carta escrita em 1791 pelo governador Manoel de Almeida Vasconcelos aparece mais uma evidência da pouca atenção

¹¹⁸ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008, p. 88

¹¹⁹ *Idem*, p.109

recebida pelas coletas. “[...] se com elle [Joaquim José da Silva] tivesse desenhador, poderia adiantar consideravelmente o Gabinete de Istoria Natural, segundo os dezejós que tenho, de em tudo satisfazer as Ordens de Sua Magestade.”¹²⁰

Nas remessas enviadas pelo mesmo governador em 1793, ainda com o apoio do trabalho do naturalista Joaquim José da Silva, Manoel de Almeida e Vasconcelos escreveu:

“me roga implorar a Benignidade de V. Exa., em seu benefício [Joaquim José da Silva], compadecendo-se da indigência em que se acha, e falta de meijos de subsistir, como exporá a V. Exa. na sua Carta junta, podendo eu attestar da sua boa conducta, e comportamento.”¹²¹.

Não bastasse os poucos recursos que possuía, o naturalista também se via praticamente obrigado a realizar tarefas diferentes. Os capitães pediam para Joaquim José da Silva atuar até mesmo como “espião”:

“[...] ‘com pretextos da História Natural, sendo o verdadeiro intuito do governo observar eu como espião o que passara no exército que então estava na Quissama, assim como dantes o mandarem-me a Cabinda havia sido com a vista de observar o que lá se passava para certos fins: bem diferentes do real serviço.’”¹²²

¹²⁰ “Para o Ill.mo. e Ex.mo Sr. Martinho de Mello e Castro sobre as remessas de Produçoens Naturaes que vão remetidas ao Real Gabinete de Ajuda”. (05 de novembro de 1791). *Arquivos de Angola*, vol. I, n° 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

¹²¹ *Arquivos de Angola*. vol. I, n° 4, novembro de 1935, Publicação Oficial, sem indicação de página.

¹²² *Idem*, p. 127

Em 1789, Joaquim José da Silva escreveu um documento falando sobre “loucuras do atual governador de Benguela Jozé Maria Almeida Machado com os cinco documentos que a comprovam superabundantemente”¹²³. Em lista feita pelo Barão de Mossamedes, em outubro de 1790, Joaquim José da Silva consta como “capitão mor de Massangano, conservado na Secretaria, encarregado da reforma dos livros da mesma.”¹²⁴ Ou seja, Joaquim José da Silva era naturalista por formação, mas assumiu funções de secretariado no governo e chegou a ocupar o posto militar de capitão mor de Massangano.

Além do pouco apoio local, tarefas militares e administrativas, o ofício de naturalista também contava com outras dificuldades. No reino, os locais de armazenamento não eram adequados e as instituições não serviam para dar apoio aos naturalistas. Tal fato, apesar de desanimador, não fez com que Joaquim José da Silva parasse suas atividades enquanto naturalista e enviava várias coleções de mineralogia, flora e fauna africanas para o real gabinete da Ajuda.

“Em 1808, durante a invasão napoleônica, o naturalista Étienne Geoffroy Saint-Hilaire, realizou um inventário do material que ele recolheu do Museu da Ajuda e levou para a França. Dessa lista consta um herbário de 216 espécimes da flora angolana preparado por Silva. Este herbário compõe, hoje, o acervo do Museu de História de Paris, bem como parte do material coletado por Alexandre Rodrigues Ferreira no Brasil e a

¹²³ AHU, Angola, Cx. 74, doc. 21

¹²⁴ AHU, Angola, Cx. 75, doc. 55

pequena coleção resultante do trabalho de Manuel Galvão da Silva em Goa.”¹²⁵

Outra documentação que faz referência a Joaquim José da Silva são as correspondências que enviou a Matiazzi e a Melo e Castro e alguns de seus trabalhos, que foram publicados no jornal O Patriota entre 1811 e 1814. As publicações ocorreram no Rio de Janeiro, pois a Família Real se encontrava lá. Além disso, existem as remessas e inventários de produtos naturais datados entre 1791 e 1793¹²⁶. No mais, grande parte de seus escritos permanecem desconhecidas.

As remessas enviadas para Lisboa em 1791 foram encaminhadas pelo governador de Angola, Manoel de Almeida Vasconcelos, partindo do trabalho de José Joaquim que “tendo trabalhado com efficacia nesta diligencia, com os seus conhecimentos, tem suprido a falta dos meus nesta Sciencia”¹²⁷. Em anexo a esta carta, segue a lista elaborada por Joaquim José da Silva, que enviava toneis com amostras de peixes, frascos contendo morcegos, gaiolas com pássaros, conchas, minerais e rochas.

Após uma expedição em Luanda, o naturalista estava com a saúde bem debilitada e pediu permissão para voltar à sua terra natal. Não conseguiu autorização para voltar ao Rio de Janeiro e, então, decidiu permanecer em Angola, onde era casado e possuía filhos¹²⁸. Prosseguiu com sua atividade de naturalista, enviando remessas para

¹²⁵ CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses). Disponível em: http://www.cedope.ufpr.br/joaquim_silva.htm - Acesso em 15 de abril de 2013

¹²⁶ CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses). Disponível em: http://www.cedope.ufpr.br/joaquim_silva.htm - Acesso em 15 de abril de 2013

¹²⁷ “Para o Ill.mo. e Ex.mo Sr. Martinho de Mello e Castro sobre as remessas de Produçoens Naturaes que vão remetidas ao Real Gabinete de Ajuda”. (05 de novembro de 1791). Arquivos de Angola, vol. I, n° 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

¹²⁸ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “Primeiras contribuições do pensamento ilustrado brasileiro a uma história da África”. Disponível em: Disponível em: <http://www.tempopresente.org>. Acesso em 02 de novembro de 2013

a Ajuda, e ocupou cargos administrativos locais importantes.¹²⁹ Lá, morreu após vinte e cinco anos de serviços prestados à coroa¹³⁰.

Segundo Raminelli, o predomínio dos artigos e memórias sobre a América portuguesa minimizava a participação das colônias africanas e asiáticas nas transações imperiais. A ênfase nas riquezas e nas potencialidades naturais americanas talvez explique o “esquecimento” dos naturalistas durante as viagens do Cabo Verde, Moçambique e Angola.

1.1.3. Militares e outros atuantes como “naturalistas”

Embora possa parecer, não eram apenas os naturalistas que acabavam realizando funções diferentes das suas tarefas iniciais. Os militares e agentes administrativos também eram instruídos para atuar na coleta de gêneros e espécies, a fim de aumentar o conhecimento europeu sobre aquelas regiões africanas. Em 1776, o próprio governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho chegou a enviar espécies para Lisboa, como um leão branco capturado quando passeava à noite pelas ruas de Luanda¹³¹. Durante o reinado de D. José, alguns militares atuantes nos sertão angolano enviaram 13 zebras para o monarca, ao que ele respondeu grato, nomeando os mesmos militares para novos postos em agradecimento ao serviço prestado.¹³²

Em 17 de outubro de 1790, o governador de Angola, Manoel de Almeida e Vasconcellos, escreveu para instruir os “capitães mores, sobre a colheita, e remessa das Produções Naturais, que não-de ser dirigidas ao Real Gabinete de História

¹²⁹ Informações extraídas do site do CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses). Disponível em: http://www.cedope.ufpr.br/joaquim_silva.htm Acesso em 15 de abril de 2013

¹³⁰ SIMON, J. W. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories: 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983. p. 79-81.

¹³¹ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. *Op. Cit.*, 2002, p. 80

¹³² CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 185

Natural.”¹³³ Nessas instruções, o governador elenca quais eram os gêneros mais importantes a serem retirados. Primeiramente, os animais, em seguida os vegetais e, por último, os minerais. Para cada tipo recolhido era necessário um levantamento do nome do local onde era encontrado e o uso que se fazia. Além desses, deveriam ser recolhidos,

“com igual coriozidade as armas, instrumentos de agricultura, atavios, e Idolos dos Naturaes, se os houverem, descreverá a mais insignificante manufactura da sua industria: e finalmente, fará todas as observaçoens, que poder recolher da Religião, Rittos, e legislação dos Barbaros: observará os limites das diversas Províncias, Rios, por q são cortadas, lagos que comprehendem, e qualidades destas agoas; cujos conhecimentos poderá adquirir, parte pela própria inspecção, e parte por huma bem contestada noticia dos Habitantes, e antigos Colonos.”¹³⁴

Nesse sentido, as notícias das campanhas militares e a compilação dos feitos portugueses naquelas regiões visavam também contribuir para um conhecimento maior que era demandado do poder “central”, a fim de alimentar as informações necessitadas pela Academia Real de Ciências. E isso poderia originar mercês.

Sendo assim, as diversas relações, memórias ou descrições de determinados locais poderiam ser escritas sob encomenda, para alguma produção editorial científica, pelo desejo do autor em prestar um serviço, ou ainda como forma de agradar algum patrono a quem o texto era dedicado. Num ambiente em que a necessidade de informações fazia parte de um elemento importante para o governo e os naturalistas não

¹³³ *Arquivos de Angola*. Vol. I, nº 4, novembro de 1935, Publicação Oficial, sem indicação de página.

¹³⁴ Idem

recebiam uma atenção diferenciada, é preciso esclarecer como os dados eram obtidos. O conhecimento produzido por outros agentes lusitanos serviria, então, como alternativa. Governadores e militares poderiam obter mercês ao fazer a divulgação de seus feitos ao mesmo tempo em que reuniam as informações desejadas pela metrópole.

Os governadores - aqueles responsáveis pela representação das vontades reformadoras metropolitanas - fizeram uso de seus canais de comunicação com a metrópole para governar. Ao mesmo tempo, esclareciam ao rei os melhores modos de administrar Angola, a partir das informações recolhidas e da sua experiência local.

Os militares – responsáveis por defender os interesses lusitanos frente aos africanos e estrangeiros – fizeram uso da escrita para declarar seus feitos militares e levantar informações úteis ao governo. Ou seja, através da escrita, para registro de suas vitórias e das sociedades locais, os militares constituíram-se como fundamentais para a construção do conhecimento acerca daquela parte do império. Isso é perceptível em fins do século XVIII, a partir da análise dos textos dos militares Elias Alexandre da Silva Corrêa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Como apontaremos adiante, suas características de atuação militar foram bem diferentes, mas ambos possuíram a preocupação de registrar as suas experiências em Angola e seus discursos tornam-se fundamentais para melhorar a nossa compreensão acerca da atuação dos militares na produção do conhecimento.

Passemos agora para uma análise de como os governadores se viam em meio ao ambiente “reformador” em Angola, na segunda metade do século XVIII. Em especial, decidimos focar na figura de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, graças à grande quantidade documental existente, bem como uma bibliografia baseada em suas trajetórias e projetos reformistas em Angola.

Capítulo 2

Governadores: experiências locais e expectativas metropolitanas

A partir da análise da historiografia e de alguns documentos de época, o objetivo principal deste capítulo é demonstrar como os governadores de Angola descreviam o estado daquela conquista a partir da segunda metade do século XVIII. Desse modo, mais adiante, poderemos comparar tais ideias com as dos agentes militares locais, Elias Alexandre e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.

É importante entender os posicionamentos dos governadores como representantes da burocracia local e da vontade do rei, embora as circunstâncias locais muitas vezes lhes dessem certa autonomia, graças à distância da metrópole e à escassez de fiscalização. Os governadores aqui analisados não são contemporâneos aos militares, mas que possuíram um papel importante para o contexto vivido por eles.

O que merece maior atenção, sem dúvida, são as ideias e posicionamentos de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, pois seu governo foi o período de maior elaboração de informações e projetos para a eficácia da exploração lusitana naquela região. Embora a efetividade dessas ações possa ser questionada, suas ideias e inúmeros documentos expressam intenções de racionalização daquele governo. Ou seja, a maior evidência sobre a sua figura é inescapável.

Todavia, fazemos alusão a alguns outros governadores, como D. Antonio Álvares da Cunha, embora de maneira mais breve. Seus escritos também auxiliam na compreensão dos sucessos e empecilhos “formais” para o controle e ocupação lusitana em Angola durante o século XVIII.

Ao tomar a segunda metade do século XVIII temos como pano de fundo o momento de reformas administrativas implementadas pela Ilustração lusitana. Segundo Francisco Falcon a ideia de racionalizar o governo, principalmente nas colônias, serviria para explorá-las ao máximo economicamente e aumentar os lucros da metrópole. A partir de uma modernização do Estado, seria possível atingir uma maior eficácia na cobrança de impostos, sua fiscalização e repressão em casos de corrupção¹³⁵. Esse era o propósito do governo português.

Isso seria alcançado fazendo uso de um governo político caracterizado como “despotismo esclarecido”, do qual Marquês de Pombal foi o grande representante português. Ele garantiria a continuidade da monarquia a partir de uma pretensa “nova roupagem”, a partir de reformas que seriam implantadas para maximizar os ganhos, de modo que o *status quo* não se modificaria. Teríamos, então, uma “monarquia iluminada”.

Ao falarmos dos domínios ultramarinos durante o período da “Ilustração portuguesa”, a maior parte da historiografia trata da América, enquanto a África permanece oculta. Apenas recentemente, algumas obras começaram a esclarecer os impactos das mudanças aplicadas nesse período para o espaço angolano¹³⁶.

Para esse período os governadores angolanos se pretendiam modernizadores, mas muitas vezes, viam-se frustrados diante das possibilidades reformadoras. Era preciso racionalizar a administração, investigar novos recursos a serem explorados e tornar mais lucrativas as atividades já existentes. Além disso, as intenções “civilizadoras” europeias no contato com os africanos eram utilizadas como discurso legitimador do tráfico de escravos.

¹³⁵ FALCON, Francisco José Calazans. “Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do século – tempo setecentista”. In: *Acervo*, vol. 4, nº 1, 1989, p. 57

¹³⁶ Cf. CARVALHO, Flavia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2013; SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*. Lisboa/Paris: Universidade Nova de Lisboa, tese de doutorado, 2005

Ao mesmo tempo, caberia ainda a esse discurso “civilizador” garantir a continuidade do tráfico de escravos e seus benefícios para o tesouro real, mesmo com as crescentes críticas a essa atividade durante o século XVIII, conforme se verá no último capítulo desta tese.

Essas intenções esbarraram nas formas africanas de organização em grupos de parentesco, seus modos de justiça, suas práticas religiosas, entre outros fatores. Muitas vezes, o foco do olhar desses governadores no que era “diferente” servia para definir no outro o que era o aspecto “bárbaro” e que deveria ser modificado à moda dos desejos de “civilização” europeia.

Foi a partir do reinado de Dom José I (1750-1777), quando foram nomeados secretários de Estado, governadores e outros encarregados da administração, é que aumentou a produção de documentos sobre o “mapeamento” dos povos que habitavam a região de Angola. Dentre eles, destacam-se os inúmeros esforços para contabilizar e classificar as populações daquelas conquistas¹³⁷.

Em meio a esses objetivos reformadores é que D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho tornou-se governador de Angola. Nascido em Vila Viçosa, em 28 de Dezembro de 1726, pertencia a uma importante família. Era filho de D. Rodrigo de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, vedor da casa real e de D. Maria Antónia de S. Boaventura Meneses Paim, senhores do morgado de Alva¹³⁸. Realizou longa carreira militar em Portugal e, como reconhecimento de seus bons serviços foi nomeado, em 17 de Agosto de 1763, como governador e capitão-general do reino de Angola. Além disso,

¹³⁷ Análises recentes sobre documentos censitários da época chamam a atenção, inclusive, para a questão do uso da cor para diferenciar grupos sociais locais. Cf. GUEDES, Roberto. “Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII)”. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

¹³⁸ SOUSA, Ana Madalena. D. *Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996, p. 39

no mesmo ano foi-lhe concedido o título de “membro do Conselho de Sua Magestade”¹³⁹.

Em maio de 1764, tomou posse como governador e capitão-general do reino de Angola, cargo que exerceria por 8 anos. Também foi nomeado embaixador em Madrid, local de seu falecimento em 1781¹⁴⁰. Foi casado com D. Ana Luísa da Silva Teixeira, filha do marechal de campo e governador das armas de Trás-os-Montes. Teve 4 filhos, que se destacaram em cargos administrativos, entre eles D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que se tornou ministro do reino de D. João VI¹⁴¹.

Ao chegar a Angola, D. Francisco procurou agir de acordo com as instruções que havia recebido do rei. Os princípios de seu governo eram de explorar a natureza, desenvolver a agricultura e a mineralogia. Por isso, seu governo teve um caráter inventariante e reformador.

Uma de suas maiores preocupações era a concorrência inglesa e francesa no tráfico de escravos. D. Francisco destacava tal concorrência, principalmente nos portos de Loango, Cabinda, no litoral de Luanda e em Benguela, com o objetivo de adquirir escravos¹⁴². Por isso, via como urgente a necessidade de fortificar áreas próximas aos rios Ambriz e o Zaire.¹⁴³ Tal situação demonstra como o século XVIII foi marcado por uma maior competição com os ingleses, que eram os mais bem sucedidos neste período em número de escravos transportados. Segundo os dados do Slave Trade database, a Inglaterra dominava o comércio no Atlântico Norte em direção aos complexos

¹³⁹ AHU, Angola, Cx. 47, doc. 10

¹⁴⁰ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 40

¹⁴¹ *Idem*, *Ibidem*

¹⁴² *Idem*, p. 41

¹⁴³ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre”. – 26 de novembro de 1772. In: *Arquivos de Angola*, 2ª série, oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p.170

açucareiros no Caribe. Por sua vez, os portugueses dominavam o Atlântico Sul, graças à Angola e os portos do Golfo do Benim¹⁴⁴.

Para D. Francisco, o sucesso da concorrência estrangeira naquelas regiões se devia ao uso de armas de fogo e pólvora nas negociações com os africanos. Por isso, recomendou aos comerciantes de Luanda que também os utilizassem.¹⁴⁵ A preocupação do governador não era apenas com a concorrência, mas também o prejuízo do comércio de escravos das feiras. Com os navios ingleses no litoral, os africanos levavam seus escravos para os portos, desestabilizando essas feiras do interior. Para resolver esse problema, o governador procurou criar novas feiras e fortificações próximas aos lugares nos quais a presença estrangeira era frequente.

Segundo Carlos Silva, além de novas fortificações com a finalidade de diminuir a presença estrangeira, D. Francisco procurava criar regras para a atividade comercial na região, a partir de conferências com os negociantes, que mensalmente se reuniam para detectar os principais problemas enfrentados e buscar soluções¹⁴⁶. O levantamento de problemas parecia não ter fim: má localização da feira de Mbaka (não tinha água nem lenha), interferência dos capitães mores dos presídios nos comércios das feiras, taxas para aquisição de escravos e alto índice de mortalidade dos comerciantes bem como o destino de seus espólios nestes casos.

Em resposta, D. Francisco anulou a taxa para comprar escravos, proibiu em lei a interferência dos capitães mores no comércio do sertão e delegou aos escrivães das feiras a missão de cuidar dos bens dos comerciantes falecidos. Além disso, o escrivão da feira tinha por missão assegurar a regularidade da atividade econômica evitando qualquer tipo de desordem, promovendo a paz pública para que o comércio fosse

¹⁴⁴ SILVA JR, Carlos. "Mapeando o tráfico transatlântico de escravos". In: Afro-Ásia, Salvador, n. 45, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08/08/2014

¹⁴⁵ Idem, p. 42

¹⁴⁶ Idem, p. 43

possível. Outro problema era a falta de garantias e segurança no envio das mercadorias para o sertão, ao que D. Francisco dizia que não possuía solução.

Suas intenções reformadoras fizeram com que D. Francisco ficasse conhecido na historiografia como o “Pombal de Angola”¹⁴⁷. Uma preocupação que norteava sua administração era o fato do tráfico de escravos se constituir como base da atividade econômica lusitana em Angola. Coutinho era a favor da diversificação daquela economia, de modo que a conquista não ficasse tão dependente da escravidão, da demanda externa e das guerras no interior do continente.

Uma solução seria o investimento na agricultura. A produção de alimentos em Angola era tão crítica que, muitas vezes, era preciso recorrer à importação de alimentos do Brasil. Para o governador a causa da pouca agricultura se devia à preguiça dos habitantes da região e isso afetava diretamente os seus lucros e a produção de alimentos. Para estimulá-los, D. Francisco determinou que todas as terras consideradas produtivas seriam obrigadas ao cultivo.

O trabalho agrícola é encarado como um grande problema a ser resolvido. De acordo com a opinião de D. Francisco, os habitantes das conquistas portuguesas na região não gostavam de trabalhar e usavam escravos para tudo. Aqueles que utilizavam escravos em excesso para mostrarem uma condição social privilegiada deveria empregá-los na agricultura e utilizar apenas os escravos necessários para transporte e outras tarefas domésticas primordiais.

“costumados ao negocio dos Escravos , que até agora lhe produzio muitas utilidades, desconhecirão as grandes que dá a Lavoura porque com menor trabalho conseguirão o mesmo, ou mayor Lucro; bem sei, que a irregularidade das Estaçõens, e a

¹⁴⁷ Há pesquisas que relativizam essa importância dada à figura de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Cf. SOUSA, Ana Madalena. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996.

falta de Agoas dezanima o Lavrador, mas se os deste País fizerem a reflexão, e o cálculo de que sendo aqui todas as Lavouras nas Margens dos Ryos, já mais houve alguma ideia de introduzir Agoa nos Campos, e de que as Terras desta Região sendo as mais férteis do Mundo Remediavão em hum Anno bom o defeito de vários maus, verião, que pela sua Largueza, e bondade não só aumentavão a População , mas a enriquecião.”

Além de destacar esse aspecto dos habitantes, Coutinho revela que não possuíam interesse em realizar casamentos, aspecto fundamental para povoar o território. Na visão de D. Francisco, para desenvolver Angola era necessário povoá-la. Não apenas se preocupando com a quantidade de pessoas, mas também com as características das mesmas. Era preciso o envio de “famílias cristãs” e habituadas ao trabalho¹⁴⁸. Para ele, era preciso que os homens casados com mulheres brancas, ou quase brancas, recebessem todo o auxílio necessário, além de baixa no serviço militar e sua inclusão num serviço civil. Dessa maneira, o casal poderia procriar e povoar o território¹⁴⁹. Ao tratar das potencialidades de Benguela, região a qual deu uma atenção diferenciada, D. Francisco defende que “necessita de muitos cazais europeos, mas não, simplesmente, cazais em comum hé, preciso, que sejam de todas as Artes, profissoens [...]”¹⁵⁰. Desse modo as pessoas poderiam contribuir para o desenvolvimento de Benguela.

¹⁴⁸ PANTOJA, Selma Alves. *O encontro nas terras de além-mar: Os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1994, p. 55

¹⁴⁹ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre.” - 26 de novembro de 1772 . In: *Arquivos de Angola*. 2ª serie, Oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p. 169

¹⁵⁰ “Para o Ex.mo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça furtado sobre as providencias q. dei aos largos e uteis sertões de Benguela, e Povoações que estabeleci, e dei novos nomes como de Terras de Portugal” - 18 de outubro de 1769. In: *Arquivos de Angola*. Vol. I, nº 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

Modificações também se faziam necessárias nas áreas mais interioranas, onde existia influência portuguesa, como em Benguela e Caconda, pois eram regiões que poderiam ter mais utilidade do que se acreditava, pois “seus climas são os mais benignos e produtivos inumeráveis os Gados em terras capazes de alimentar os Europeos com os mesmos alimentos da sua Patria”.

Angola era fundamental para a existência dos negócios brasileiros, pois era uma grande fornecedora de escravos. Além disso, a cera, o marfim, o ouro, cobre e a comunicação com o oriente eram elementos que também deveriam ser considerados importantes. Todavia, isso não era explorado da maneira devida, pois encontravam-se “conquistados pelos denominados jesuítas a favor dos seus particulares, e sórdidos interesses; e pela outra parte abandonado às Nações estrangeiras”.¹⁵¹

Para Coutinho, portanto, era preciso rever a administração do contrato real da saída de escravos. Para ele, se o próprio rei pudesse controlá-la, maior seriam os seus ganhos, mas como isso não era possível era preciso examinar o assunto com muito cuidado e racionalidade. Para resolver as questões referentes a esse tópico, criou uma Junta de Comércio para cuidar das feiras e pontos importantes para aquela atividade. Nessa Junta estariam homens ligados à sua administração, ao contrato real, aos credores dos comerciantes e às companhias monopolistas. Esse grupo ficaria responsável por decidir os preços, mas a distribuição dos escravos do interior para o litoral ficava a cargo dos comerciantes representantes do rei.

Sousa Coutinho ofereceu importantes cargos no controle das rotas comerciais aos homens ligados ao seu governo, e criou a Junta de Comércio para assessorá-lo nas feiras e pontos estratégicos do grande comércio. A Junta era constituída pelos “homens de

¹⁵¹ “Para o Ex.mo. Sr. Francisco Xavier de Mendonça furtado sobre as providencias q. dei aos largos e uteis sertões de Benguela, e Povoações que estabeleci, e dei novos nomes como de Terras de Portugal” - 18 de outubro de 1769. In: *Arquivos de Angola*. Vol. I, nº 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

negócios” ligados ao contrato real, às companhias monopolistas e aos credores dos comerciantes locais¹⁵².

A escravidão por dívida também foi algo pensado por D. Francisco. Segundo Selma Pantoja, esse tipo de escravidão crescia nas épocas de seca, quando populações inteiras, famintas, refugiavam-se num território “sob o domínio de algum soba; que as submetia e as vendia, entrando todos para o circuito do tráfico”. Além disso, os europeus valiam-se da impossibilidade de alguns africanos pagarem suas dívidas e, então, eram tomavam-lhes como escravos. Para diminuir essa prática foram estipuladas punições para negros e brancos que cometessem “exageros” nesse tipo de escravidão.¹⁵³

Algo bastante simbólico criado por D. Francisco e que também buscava organizar o comércio foi a elaboração do regimento dos capitães-mores dos presídios e do juiz ordinário de Massangano, constituído por 39 artigos. Sua intenção era reduzir a violência da atuação dos capitães-mores, pois isso era queixa comum dentre os locais. Todavia, não se pode deduzir que tal regimento teve um longo alcance, pois tais artigos não eram verificados pelos governadores posteriores.¹⁵⁴

Apesar de suas intenções em regular o comércio, a presença estrangeira, o povoamento e os aspectos militares, análises recentes de seu governo defendem que apesar da sua capacidade de convencimento, muitas de suas reformas não saíram do papel e não modificaram o foco em Angola como a provedora de escravos.¹⁵⁵

O governo de D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola foi marcado pela organização da documentação relacionada à presença portuguesa em Angola. Além disso, imprimiu grandes esforços para elaborar registros administrativos. De acordo

¹⁵² PANTOJA, Selma Alves. *Op. Cit.*, 1994, p. 53

¹⁵³ *Idem*, p. 58

¹⁵⁴ COUTO, Carlos. *Op. Cit.*, 1972, p.119

¹⁵⁵ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 269; WAGNER, Ana Paula. *Op. Cit.*, 2009

com Flávia Maria de Carvalho, como Angola era um território sem um governo centralizado, o que garantiria uma unidade política para a região,

“[...] os administradores portugueses vivenciam de forma singular a distância entre projetos de governos ilustrados e o pragmatismo da ação colonizadora. A partir do governo de Sousa Coutinho as novas orientações dadas aos governadores de Angola alteram significativamente a participação dos agentes e dos governos locais angolanos no processo. O comércio de escravos não desaparece, nem ao menos perde o seu lugar de destaque, mas passou a ser citado em conjunto com novos investimentos como os inovadores projetos do governador ilustrado que, entre outros planos, pretendia fomentar a agricultura e incentivar o povoamento através de colônias agrícolas nos sertões, além de propor investigações para exploração dos cobiçados minérios supostamente existentes no reino de Angola.”¹⁵⁶

Motivado em demonstrar suas reflexões, “porque se ilustram da verdade, do Amor dos Povos, e do zelo do Real serviço”, D. Francisco elaborou um documento intitulado “Memórias do reino de Angola”¹⁵⁷, no qual apresenta as razões que acredita serem responsáveis pela “ruína” de Angola. A principal delas estaria em sua

¹⁵⁶ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 20-21

¹⁵⁷ COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas, escriptas por Dom Francisco Inocencio de Sz^d Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775*. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

constituição econômica, e não em seu clima e aspectos naturais. As famílias locais eram marcadas pela ostentação:

“[...] todas as Famílias em geral, seja das que se achão mais acreditadas, seja das mais humildes, vivão enserradas, e evitem até os Actos da Religião, como a Missa, o Sermão, o Sacramento da Penitencia, quando não tem um excessivo numero de Negras, e Mulatas, que as acompanhem, e quando lhe faltão Pessas de Oiro, Prata, e Pedras preciosas para adornalas; e assim mesmo vestidos dispendiosos pela matéria, e pela forma para as vestir, e igualmente se enserrão, e os evitam quando não tem cadeirinha, ou Tipóya [...].”

Entendendo o comportamento da população local como algo basilar para a economia local, Coutinho revela que além da vaidade, a preguiça era algo que caracterizava o povo. Além de novamente enfatizar sobre a preguiça dos habitantes, relata que era alto o número de viúvas ou de mulheres que morriam cedo, graças a doenças transmitidas pelos seus maridos, que buscavam a companhia de outras mulheres.

Apesar da caracterização negativa realizada por D. Francisco, é preciso lembrar que naquelas regiões permitia-se a ascensão social de não-brancos em cargos da administração local. “Por falta de ‘gente católica e portuguesa’, essas funções eram preenchidas por ‘mistos’ e ‘gentios’. Eram cargos que ofereciam privilégios, mas só com o comércio era possível juntar riqueza e prestígio.”¹⁵⁸ Uma vez obtidos os cargos, aqueles

¹⁵⁸ PANTOJA, Selma Alves. *Op. Cit.*, 1994, p. 188

homens se vestiam como fidalgos. Além disso, as qualidades de cor e seu registro foram influenciados pela escravidão e pelos comércios africano e atlântico de cativos¹⁵⁹. Em Luanda, por exemplo, os luso-africanos eram elevados à categoria de “homem de bem” após a obtenção de um lugar na Câmara com o prévio enriquecimento na intermediação do tráfico entre sertão e litoral.

As reformas pretendidas por D. Francisco não atingiram apenas os comerciantes de escravos. Os jesuítas, antes aliados no processo de “civilização” dos africanos foram expulsos de Angola. Em 2 de agosto de 1767, ele escreveu ao Conde de Oeyras, relatando o balanço total dos bens que aqueles religiosos possuíam e do cofre das Juntas das Missões¹⁶⁰. Além de acumularem muitos bens, era óbvio que a maior parte deles fora obtida com a atuação da Companhia de Jesus no comércio de escravos.

Para entendermos melhor tal situação, podemos nos basear na *Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d’Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S. Magestade a achou quando sucedeu na Coroa destes Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providências*¹⁶¹. Esse documento, teria sido escrito por Marquês de Pombal e finalizado em 1769. De acordo com Roberto Guedes essa *Coleção* seria “uma apologia ao livre comércio e uma justificativa à edição das leis que extinguiram o Contrato dos Escravos de Angola.”¹⁶². Nela, Pombal afirma:

159 Para um importante estudo de caso da aplicação das diversas “cores” em listas nominativas do período. Cf. GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). Cultura e sociabilidades no mundo atlântico. Ied. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398.

¹⁶⁰ PANTOJA, Selma Alves. *Op. Cit.*, 1994, p. 54

¹⁶¹ AHU, Angola, Códice 555.

¹⁶² GUEDES, Roberto. *Op. Cit.*, 2012

“Que um dos primeiros e principais objetivos dos chamados Jesuítas desde a sua entrada em Portugal foi a de usurparem e fecharem a beneficio da sua insaciável cobiça todos os sertões dos Domínios Ultramarinos deste Reyno: Que para assim o conseguirem estabeleceram um Tribunal com a denominação de Junta das Missões, [...] Que tiveram tal e tanta força de poder os ditos Jezuitas, que fazendo formar para o governo de Angola [...] por eles composto, proibiram expressamente [...] que pessoas algumas que não fossem os seus Negros descalços, entrassem nos Sertões daquele continente. E que desde então athe o presente reinado Felicíssimo ficaram os referidos sertões fechados com um absoluto monopólio dos referidos Jesuítas; de sorte que qualquer Governador, que desse licença a Brancos, a Molatos, Crioulos, ou a Negros calçados [...] Para desterrar a referida proibição de estarem os Vassallos de S Magestade naqueles vastíssimos Sertoens em comum beneficio, e para fazer cessar o Monopólio dos ditos Jesuítas, e seus embadeirados, estabeleceu pois o dito Senhor esta Ley de 11 de janeiro de 1758, abrindo os referidos sertões a todos os moradores dos seus Domínios, com um comércio livre, e franco, debaixo de graves penas contra os que os embaraçassem”¹⁶³.

Na documentação fica clara a intenção em caracterizar os jesuítas como um entrave no comércio de escravos. A Companhia de Jesus - “sendo Senhores da maior parte das

¹⁶³ AHU, Angola, Códice 555.

terras”¹⁶⁴-, se não bastasse as dificuldades no estabelecimento de alianças com povos africanos – as guerras eram constantes – era mais uma peça no tabuleiro que tinha de ser descartada. A sua expulsão certamente abalou a estrutura montada por aqueles religiosos. Mas, sem dúvida, a ausência de missionários seria sentida, pois a “civilização” era levada para aqueles africanos com o auxílio da religião.

Aspecto contraditório pode ser notado na seguinte ideia de suas *Memórias*: “As primeiras Luzes de hum Homem lhe mostram facilmente, que sem Religião, elle não hé nada, e se pode Reputar como hum monstruoso aborto da Natureza;[...]”. Coutinho revela a necessidade da religião para “civilizar” ou seja, retirar os costumes lascivos, preguiçosos e desonestos da população. No entanto, em 1759, os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses por serem entendidos como nocivos aos interesses metropolitanos. Principalmente nos planos de Marques de Pombal, escritos para a região angolana, aqueles religiosos são caracterizados como usurpadores e cheios de cobiça. Mesmo assim, Coutinho afirma que: “hum Paiz sem ella [religião] hé outro monstruozo aborto da Politica, que caminhando rapidamente para o precipício, o encontra muito mais depreça do que espera”.

“Isto suposto hé fácil de conhecer, que o Remedio dos males da terra, há de comessar pelo da Religião, para que esta Restabelecendo costumes conformes ao Cristianismo, possa melhorar a situaçã, a indústria, e a População; de outro modo escreveria na areya, e trataria só de dilatar a espécie dos Lеоeñs, e dos Tigres.”

¹⁶⁴ AHU, Angola, Códice 555.

Sendo assim, em suas *Memórias*, D. Francisco sintetiza que era preciso fazer uso de bons e sábios religiosos, proibir os costumes “gentílicos” – que ele entendia como supersticiosos – e o fim da prostituição, algo muito comum entre as mulheres negras, que arruinavam as famílias locais. Bons religiosos, no seu entendimento, seriam os mendicantes, aqueles que não possuíssem interesses em participar dos negócios¹⁶⁵. Sobre os costumes não-cristãos seria preciso uma fiscalização do comportamento das pessoas, com punições severas para inibi-las. “O fim da mistura dos ritos africanos com os ritos cristãos, tão constantemente apontados por aquele governador, dependia da correta conduta dos representantes da fé católica, que estavam mais interessados em comerciar do que em divulgar a religião.”¹⁶⁶

A prostituição seria resolvida com a diminuição do número de mulheres nas senzalas e sua transferência para as áreas de produção agrícola, onde teriam melhor utilidade. A ostentação – o fato de usarem escravos para tudo - também deveria ser duramente combatida.

“Devem ser proibidas a todas as Pessoas brancas, a multidão das Escravas, que as acompanhão, com uso de sedas, fazendas da India, Prata, ou Ouro; as cadeiras, ou Tipoyas douradas e forradas de veludo, ou Damasco; as Placas, Espelhos, e Cortina

¹⁶⁵ A intenção em utilizar missionários de ordens religiosas mendicantes não é uma exclusividade desse período. Pelo contrário, era algo constante durante todo o século XVII. Inclusive, o capuchinho italiano Giovanni Cavazzi, atuante naquelas regiões, relata o caso de um padre secular que, no momento em que chegou numa determinada região do Congo – Bata -, ao notar que os capuchinhos ministravam os sacramentos sem pedir nada em troca, quis que eles diminuíssem o seu trabalho, a fim de que pudesse também ter a oportunidade de ministrá-los. Cf. OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: a construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Nova Iguaçu: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2011.

¹⁶⁶ PANTOJA, Selma Alves. *Op. Cit.*, 1994, p. 159

nas cazas; do mesmo modo, e com a mesma exação lhe será vedada a admissão de mais de oito Escravas”.¹⁶⁷

Já tratamos aqui de como D. Francisco tentou regular a escravidão, estimular a agricultura e as necessidades de mudanças no comportamento dos habitantes de Angola. Agora é preciso entender que, para ele, a agricultura não era a única alternativa ao tráfico de escravos. Angola poderia ter um desenvolvimento promissor na exploração do ferro, por isso estimulou a realização de uma indústria para se realizar a extração e a fundição do ferro. Essa ideia foi tema constante em sua correspondência com Lisboa.¹⁶⁸

O governador conseguiu construir a fábrica, Nova Oeyras, que produziu ferro para várias obras elaboradas naquele período. Todavia, a longo prazo, sua atividade não se sustentou. O culpado disso, de acordo com o próprio D. Francisco, teria sido seu sucessor no governo de Angola, D. António de Lencastre, para o qual D. Francisco havia escrito recomendações sobre o funcionamento de seu governo e da necessidade de estimular o uso da fábrica de ferro¹⁶⁹. Aparentemente, D. Antonio não se interessou em seguir suas recomendações.

“O meu Sucessor cujas qualidades, e inteligência dirá Angola, persuadido de homem mais inútil e prejudicial ao Serviço da Raynha Nossa Senhora, se oppôs a este grande Estabelecimento. [...] fizerão passar por impossível, respeito ao Clima, hum Estabelecimento tão útil, que só elle era capas de sustentar em

¹⁶⁷ COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas, escriptas por Dom Francisco Ignocencio de Sz^a Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775*. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

¹⁶⁸ PANTOJA, Selma Alves. *Op. Cit.*, 1994, p. 54

¹⁶⁹ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre.” – 26 de novembro de 1772. In: *Arquivos de Angola*. 2ª serie. Oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p.155

grande força de defença todo aquelle Reino; como se contra o argumento do Clima, não houvesse em primeiro lugar a certeza, de que muitos homens da Europa, no mesmo lugar, e em todas as suas vizinhanças vivem [...]”¹⁷⁰

De acordo com D. Francisco, seu sucessor fez dos aspectos climáticos motivos válidos para encerrar algo que se mostrava promissor para a atividade econômica de Angola. Mais que isso, permitiu que o foco econômico da conquista permanecesse no tráfico de escravos, pois não teria se interessado em realizar medidas para diversificar os interesses econômicos na região.

Em relação aos esforços militares, é preciso ressaltar as atividades realizadas por D. Francisco. “As tropas, que achei, não mereciam este nome, nenhuma Luz tinham do Serviço, não havia Praças fortificadas, nem Artelharia, nem Muniçoens”¹⁷¹. De acordo com informações que passou para seu sucessor, D. Francisco alega ter realizado importantes reformas para melhoria dos aspectos militares da região, como a fortificação de S. Miguel e S. Francisco do Penedo, que teriam “ares melhores” do que as outras fortificações e presídios.

A militarização era importante não apenas para as guerras contra os africanos, mas também pela concorrência estrangeira no comércio de escravos, já mencionada anteriormente. Para gerar rentabilidade nesse comércio, era preciso que os ganhos viessem para as mãos do grupo de comerciantes metropolitanos, favorecendo o fortalecimento do comércio em Portugal. Para isso a militarização de determinadas áreas como Benguela, era

¹⁷⁰ “Breve e útil idêa de Commercio, Navegação, e Conquistas d’Azia e da África (1779)”. In: *Arquivos de Angola*. Vol. I, nº 3, outubro de 1935, Publicação Oficial, sem indicação de página.

¹⁷¹ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre”. – 26 de novembro de 1772. In: *Arquivos de Angola*, 2ª série, oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p. 166

fundamental. O governador relata os trabalhos que dedicou nesse quesito para aquela região, com o interesse de regular e fiscalizar as ações dos mercadores locais.

Na concepção de D. Francisco, os mercadores locais deveriam ter uma participação secundária no tráfico. Desse modo, uma maior presença militar em Benguela privilegiaria os navios de Lisboa, em detrimento daqueles originados da América.

Em sua opinião, a administração do seu sucessor no governo de Angola, D. Antonio Lencastre, não priorizou a continuidade de vários de seus projetos – como a fábrica de ferro -, nem com os meios pelos quais havia organizado o tráfico de escravos.

O caráter inventariante do governo de D. Francisco, os esforços para conhecer melhor o povo e a região atravessaram a metade do século XVIII e, em 1792, Dom Rodrigo de Souza Coutinho – filho de D. Francisco - elaborou instruções para a criação de mapas para aquelas regiões. Segundo Mariana Candido, os responsáveis deveriam elaborar oito tabelas distintas que levassem em conta alguns aspectos dos habitantes do território, dentre eles a quantidade de pessoas, suas ocupações, o número de casamentos, nascimentos e mortes, o fluxo de importações e exportações (considerando sua produção, consumo e preços), além da entrada e saída de navios¹⁷².

Na realidade, quando D. Antonio Álvares da Cunha se tornou governador de Angola, em momento anterior ao governo de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, já defendia “[...] não é possível que possam compreender a vastidão destes domínios, sem que algum tome o trabalho de o mostrar com clareza em uma carta geográfica”¹⁷³.

D. Antonio Álvares da Cunha sucedeu o governo do Marques do Lavradio, quando chegou em Luanda em 23 de julho de 1753, tendo tomado posse no dia 31 do mesmo mês. Sua filosofia era “conhecer para saber administrar”. Conde da Cunha –

¹⁷² CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011, p. 82

¹⁷³ AHU, Angola, cx. 38, doc. 82

como ficou conhecido - pode ser entendido como um administrador preocupado em inventariar as potencialidades da região. Em 1753, realizou um mapa geral de todo o reino de Angola, pois “seria útil aos seus sucessores”. Tratava-se de uma produção ideológica da colônia. Os mapas e descrições produziam uma nova realidade do espaço e da política no plano local, e não um poder “de fora”¹⁷⁴

O Conde da Cunha teve uma trajetória no império português marcada pela ocupação de cargos muito importantes. Foi trinchante-mor da Casa Real, comendador de Almendra e Idanha-a-Nova, Deputado na Junta dos três Estados, Mestre-Campo-General, Conselheiro de Guerra, governador de Angola (1753-1758), Chefe de Artilharia em 1762 e ministro do Estado do Brasil (1763-1767), sendo responsável pela transferência da capital para o Rio de Janeiro. Foi o primeiro de sua família a ser contemplado com o título de Conde, dado por D. José I em 1760¹⁷⁵.

Em sua gestão na América portuguesa, atendendo às exigências de grave situação militar, melhorou as fortificações então existentes na cidade do Rio de Janeiro, e deu início a outras, como os Arsenais de Guerra e Marinha. O Conde da Cunha possuía as mesmas preocupações para Angola, pois teria feito obras de melhoria para a estrutura dos militares como um quartel para a tropa de Infantaria, outro para a da Cavalaria (com a capacidade de 100 cavalos, dos quais 18 teriam vindo do Brasil) e, ainda, uma reforma na Fortaleza de São Pedro, embora não tenha sido concluída.¹⁷⁶

As questões já mencionadas sobre a preocupação de D. Francisco em regular o comércio de escravos mostravam-se uma resposta para inquietações já antigas. Em 9 de

¹⁷⁴ Em recente dissertação, Ariane Cruz defende que as apropriações locais das políticas existentes também podem ser usadas para análise dos militares. “A análise das nomeações dos cargos militares pode contribuir para melhor observar a apropriação dos serviços militares, ou seja, as apropriações de códigos e exercícios de poder e de hierarquia social.” Cf. CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2014.

¹⁷⁵ GONÇALVES, Izabela Gomes. *A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2010, p. 55

¹⁷⁶ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol II, p. 10

outubro de 1754, uma carta do rei, em resposta ao governador Antônio Álvares da Cunha, expressava preocupação com os agentes do tráfico no Reino de Angola:

“Faço saber a vós Governador e capitão general do Reino de Angola que havendo visto a vossa Carta de [18/12/1753] sobre a dissimulação em que achareis a entrada dos homens brancos, mulatos e pretos calçados no sertão, sendo tão justamente determinada a sua proibição, [...], mandar vos dizer que fazeis bem em evitar as desordens de que dás conta, e cumprir as repetidas ordens que proíbem a entrada dos brancos e negros calçados do sertão, declarando vós que deveis continuar nesta importante diligência com a mesma eficácia e zelo como tendes principiado, [...] e não admitais, nem dê licença senão aos que forem conhecidamente capazes de se fiar deles, executem retamente a sua Comissão obrigando os interessados a nomearem outra qualidade os primeiros não forem idôneos e mandareis declarar a todos que na volta do Sertão se mandará tirar uma exata averiguação do seu procedimento para se proceder rigorosamente contra eles, quando o mereçam.”¹⁷⁷

No trecho acima, observamos a desordem no tráfico e o desconhecimento quase absoluto dos envolvidos nessa atividade por parte da administração portuguesa. Era

¹⁷⁷ Arquivo Histórico de Angola, Códice 2-A-1-2, Secção: Governo, Offícios para o Reino, Datas: 1738/abril/11 1754/outubro/24. Apud GUEDES, Roberto. “Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII)”. In: ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

preciso mudar esse quadro, criar regras e, principalmente, punir com castigos severos os envolvidos de maneira desonesta naquela atividade.

Segundo Catarina Madeira Santos, o governo de Conde da Cunha foi um dos momentos fundamentais para a história da ocupação portuguesa em Angola, pois ele realizou “um diagnóstico, do estado da administração colonial e dos recursos humanos e materiais, sem o qual não teria sido possível rascunhar um plano de reforma, traçado pelo Marquês de Pombal em 1760.”¹⁷⁸ Seu governo, portanto, consistiria no início da aplicação de um modelo de política iluminista para a região, baseando-se no estabelecimento de redes de contato com capitães mores de presídios e informantes africanos locais.

Seu governo em Angola ficou marcado pela intenção em solucionar os problemas de abastecimento de água na região, retirando-a do rio Kwanza e do Bengo, mas isso mostrou-se impossível naquele momento¹⁷⁹. Outro aspecto importante foi o episódio de rebeldia de alguns sobas de Benguela, que realizavam roubos aos pumbeiros¹⁸⁰ portugueses. Sob as suas ordens o capitão Domingos da Fonseca Negrão fez campanhas contra os sobas Muninda e Zamba Calumbo que duraram cerca de 8 meses, e que teria conseguido vitórias¹⁸¹.

De maneira resumida, tentamos esclarecer nesse capítulo quais eram as principais diretrizes existentes no governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para reformar a administração, economia e costumes dos enclaves portugueses em Angola. Apontamos também, que ele seguia ordens ditadas por Marquês de Pombal, que havia elaborado uma *Coleção* de ordens e informações importantes enviadas por

¹⁷⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 77

¹⁷⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol II, p. 10-11

¹⁸⁰ Pumbos (Mpubmbu) – Feira. “pumbos era o nome de huma terra onde somente se hiam buscar pretos. Domde veyo que por corrupção se ficaram chamando Pumbos todas as terras, donde vem negros; e pumbeiros os que os vão buscar”. SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 634

¹⁸¹ *Arquivos de Angola*. Vol. III. Luanda, 1937, p. 524

governos anteriores ao de D. Francisco, como as produzidas no mandato de Conde da Cunha.

Os aspectos apontados aqui são entendidos como um desejo metropolitano e que foram implantados, ou não, de acordo com a administração desses governadores. As tarefas não eram fáceis, principalmente graças ao comportamento de povos africanos que se levantavam contra eles. As guerras contra os sobas eram constantes não só nesses dois governos, mas em praticamente todos.

Uma vez delineadas as ideias dos governadores, o objetivo a partir de agora é identificar se essas propostas reformadoras também se faziam presentes nos discursos de Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda. Ambos não eram administradores, mas sim militares, embora isso não signifique que não tenham assumido outras funções. Afinal de contas, observamos no primeiro capítulo da tese que muitas vezes os militares atuavam como “naturalistas” e o naturalista atuava como “administrador”.

Todavia, antes de iniciarmos a análise dos textos militares, é preciso apresentar quem foram esses militares. Desse modo, a trajetória de Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda no império português podem nos auxiliar a compreender suas motivações de escrita e, principalmente, de que modo tais escritos podem ter modificado – ou não – as suas vidas. Poderemos compreender se a escrita, além das campanhas militares, pode ter servido como uma ferramenta para obter mercês reais em agradecimento pelos seus serviços prestados.

Capítulo 3

Militares e escritores: as trajetórias de Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda

Para a compreensão do papel autoral diante da produção escrita, faz-se necessário refletir para elementos que fogem à análise do texto. Um conceito útil para pensarmos o autor em meio ao seu contexto é o de “*lugar social*”, cunhado por Michel de Certeau. Para ele, pertencer a um “*lugar social*” é ser portador de uma série de valores próprios ao seu posicionamento político no interior de uma instituição. Nesse sentido, podemos dizer que um discurso é produzido por agentes que estão inseridos num determinado contexto e carregam, em sua fala, implicações próprias do lugar social que ocupam¹⁸².

Logo, os discursos são históricos e estão necessariamente vinculados ao momento em que são produzidos. Faz-se necessário, então, investigar a trajetória dos militares das obras selecionadas para serem analisadas nesta tese. Sendo assim, poderemos criar uma maior historicidade sobre esses personagens que queriam que as ações lusitanas em Angola não fossem esquecidas.

Se considerarmos o “*lugar social*” dos autores em questão, poderemos traçar características comuns, que nos facilitam a análise. Primeiramente, o fato de serem súditos da monarquia portuguesa. Em segundo lugar, a prestação de serviços em terras angolanas, como militares. Finalmente, viam-se inseridos numa dinâmica de práticas e instituições regidas pelo ideário da conquista, ou seja, numa teia de interesses que tinha

¹⁸² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 66.

por maior objetivo assegurar a governança do império. Por isso, esse capítulo servirá para apresentar os “lugares sociais” dos autores selecionados para análise documental, enfatizando suas trajetórias.

Considerando a dimensão dos domínios portugueses no ultramar foram criados mecanismos para possibilitar seu governo, a fim de conectar áreas tão dispersas. A grande circulação de homens, mercadorias e instituições entre suas possessões era característica da administração portuguesa antes mesmo de Pombal, como já salientamos no primeiro capítulo desse trabalho.

Para atingir esse objetivo, os agentes da monarquia portuguesa prestavam serviços das mais diferentes formas. Fernanda Olival demonstra que esses serviços eram acompanhados de grande expectativa de recompensas, que deveriam ser atribuídas de uma forma considerada justa. Era desse modo que a coroa e seus súditos asseguravam a continuidade desse esquema serviço-recompensa.¹⁸³

Tendo em vista que todos almejavam fazer parte da nobreza, Nuno Monteiro nos dimensiona como ela progressivamente passou a corresponder cada vez menos a uma função para ser uma qualidade. Os recursos fornecidos pela expansão colonial na África e Ásia, antes mesmo da América Portuguesa, serviram para que a Coroa dispusesse de maior poder de remuneração para os serviços que lhes eram prestados.¹⁸⁴

Podemos dizer que os homens que se estabeleciam nas colônias portuguesas, e que almejavam títulos e rendas, sabiam como proceder para alcançar seus objetivos. Uma das formas de obter mercês era a compilação de conhecimentos e de ações militares portuguesas nesses territórios. O estudo de Ronald Raminelli mostra como a

¹⁸³ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001

¹⁸⁴ Nuno Gonçalo Monteiro também ressalta a ideia da “ordem natural” da sociedade de Antigo Regime, pautada em razões de raízes corporativas e trinitária da ordem social e jurídica da mesma. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In. *Almanack Brasiliense*, nº 2, novembro 2005. pp. 4-20

criação de histórias dos feitos portugueses estreitavam as relações entre o monarca e essas possessões. Segundo o autor, esse era um meio legítimo de tentar obter mercês, uma vez que as crônicas “atuavam como testemunho da valentia e da fidelidade ao rei, realizações que (...) seriam lembradas pelos próprios protagonistas ou por seus descendentes nas petições dirigidas aos soberanos”¹⁸⁵. Portanto, ao produzir memórias, esses vassallos serviam ao rei e aumentavam suas chances de obter uma futura mercê.

Entendendo que essas “teias informativas” se forjavam nos moldes do Antigo Regime, acreditamos que as trajetórias individuais nos possibilitam perceber a dinâmica entre serviços e recompensas, aspecto fundamental para pensar as relações entre centro e periferias no mundo ibérico¹⁸⁶. Os vínculos de lealdade nos auxiliam a compreender a inserção do continente africano nas redes imperiais e fornece elementos para observar as estratégias utilizadas pelos súditos do ultramar ao “inventariar os povos, a natureza e a história da presença portuguesa”¹⁸⁷.

A diversidade dos olhares que estes autores tinham sobre a África resultava das suas origens, das funções desempenhadas, do seu estatuto social e curiosidades¹⁸⁸. Ao focar nos autores dos textos sobre Angola podemos entender melhor as redes que ligavam aquelas áreas descritas ao Império português e às instituições às quais seus autores pertenciam.

Os relatos de campanhas militares e a compilação de informações sobre os feitos portugueses em Angola são fundamentais para os estudiosos interessados em conhecer os aspectos dos povos que habitavam a região da África Centro-Occidental. Contudo, os próprios africanistas já alertaram para a necessidade de atentar para as trajetórias dos

¹⁸⁵ RAMINELLI, Ronald. *Op. Cit.*, 2008. p. 26

¹⁸⁶ *Idem*, p. 20

¹⁸⁷ *Idem*, p. 32

¹⁸⁸ HENRIQUES, Isabel Castro. Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX. Lisboa: Caleidoscópio, 2004, p. 67-68

autores desses textos clássicos. Ao encontro desta ideia, podemos mencionar como as fontes literárias têm sido revisitadas pela historiografia.

Para citar um exemplo dentre os africanistas, Beatrix Heintze e Adam Jones afirmam a necessidade de uma crítica histórica das narrativas sobre a África e a análise dos cronistas em sua heterogeneidade e peculiaridades, sobretudo em suas vinculações aos negócios ultramarinos¹⁸⁹. Ou seja, realçam que os cronistas precisam de uma maior historicidade, que pode ser obtida através da relação de seus discursos aos contextos específicos de produção. Defendem a consideração das particularidades do olhar de cada um, seu tempo de permanência na África, suas intenções, o envolvimento com as populações locais, dentre outros fatores¹⁹⁰.

Nossa intenção nesse capítulo é traçar as trajetórias dos autores dos textos selecionados, de maneira que possamos contribuir para uma melhor compreensão deles e suas motivações de escrita.

¹⁸⁹ Beatrix Heintze e Adam Jones Apud WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americanos”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 375-393, p. 378

¹⁹⁰ Idem, Ibidem

3.1. *Elias Alexandre da Silva Correa*

O caso de Elias Alexandre é muito interessante. Não apenas pela curiosidade que pode existir sobre o autor da maior obra sobre a Angola portuguesa produzido durante o século XVIII¹⁹¹, mas também pelas singularidades de seu percurso pelo império português para prestar seus serviços.

Elias Alexandre nasceu no ano de 1753¹⁹², no Rio de Janeiro. Aos 19 anos de idade tornou-se militar. Aos 29 anos, ainda solteiro, atuava como alferes do regimento de infantaria da Ilha de Santa Catarina, quando foi despachado para Angola, em 05 de agosto de 1782¹⁹³. No despacho havia a promessa de que, após seis anos de serviço como capitão ajudante em Angola, ele poderia exercer o mesmo posto na Ilha de Santa Catarina ou no Rio de Janeiro¹⁹⁴.

É preciso lembrar que essa promessa não se dava a alguma grande habilidade militar de Elias Alexandre, e sim a uma medida tomada pela Coroa portuguesa para aumentar o número de soldados nas suas tropas militares em Angola, visto que a carência era muito grande, como já tratamos anteriormente neste trabalho. Logo, tal mercê era amplamente oferecida pelo governo português, que inclusive preferia “brasileiros”, visto que estavam acostumados ao clima tropical e não pereceriam facilmente ao clima angolano, tal como ocorria aos europeus. Desse modo, Elias Alexandre partiu para Angola e não se esqueceria da promessa que lhe fora feita. A sua experiência em Angola lhe motivou a escrever sobre aquela conquista.

¹⁹¹ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 2 vols.

¹⁹² AHU, Angola, cx. 74, doc. 06.

¹⁹³ AHU, Angola, cx. 75, doc. 58

¹⁹⁴ AHU, Angola, cx. 65, doc. 38

“Este trem da vida me inspirou o desejo de não ignorar os sucessos desta conquista. Algumas fracas memórias em papeis avulços: alguns contos contradictorios, e outros testemunhados concorrerão a alimentar a minha idéa. Prodigio em distribuir estas noticias, incitado de zelo patriótico, e do amor q consagro aos meus nascionaes, as infilerei em ordem sucessiva, para presentear a posteridade, honrando a memória dos Heroes dignos della;[...] Omitindo alguns insignificantes detalhes, nomes dos cafres Potentados; e outros fragmentos menos preciosos á instrução do objeto relativo, que quando muito interessarão somente aos nascionaes do paiz; não me dispensei de expor as acçoens, os projectos, os sucessos e as consequências, tanto quanto a esterilidade mo permitiu.”¹⁹⁵

Nesse trecho, Elias Alexandre opina que os nomes dos cafres potentados detalhes desnecessários. O destinatário e intenção do texto tornam-se evidentes, ou seja, as informações que seriam úteis para a criação de uma memória, de uma “história” para Angola, na qual prevalecesse as informações lusitanas, e não as características africanas.

O autor utilizou-se de estudos sobre a região¹⁹⁶ e depoimentos, os quais menciona como “de acordo com a tradição”. Além disso, realizou pesquisa em documentos oficiais, principalmente para o período da segunda metade do século XVII,

¹⁹⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, p. 16

¹⁹⁶ Elias Alexandre menciona os “Planos da Cidade & Costa marítima desde S. Paulo thé Cabonegro, levantados, & desenhados pelos discipulos mathematicos [de D. Francisco]” (p. 33) e “Hystoria Geneal da Caza Real” de João Roiz Coutinho. CORREA, *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 218

para o qual transcreve documentos inteiros, como a carta régia datada de 1667, de D. Afonso VI ao governador Tristão da Cunha sobre a batalha de Ambuíla¹⁹⁷.

Segundo Magnus Pereira, Elias Alexandre possuía uma amizade pessoal com Joaquim José da Silva, naturalista da coroa e secretário, mencionado no primeiro capítulo da tese. Tal relação pode ter facilitado o acesso do cronista ao acervo da Secretaria de Estado de Angola, principal arquivo da colônia¹⁹⁸. De acordo com o prefácio da História de Angola, elaborado por Manuel Múrias, o militar também teria lido memórias impressas portuguesas e estrangeiras. Além dessas pesquisas e leituras, Correa certamente também fez uso de sua própria experiência vivida, que serviu de base para abordar o período contemporâneo ao seu.

A pesquisa e reunião de informações elaboradas por este militar originou a maior obra conhecida sobre a Angola portuguesa produzida no século XVIII. A importância de seu texto pode ser comparada apenas às memórias escritas pelo também militar Antonio de Oliveira Cadornega, durante o século anterior¹⁹⁹.

O texto de Correa, *História de Angola*, permaneceu como manuscrito até 1937, quando foi publicado em Lisboa pela Coleção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. A obra teria sido escrita entre os anos de 1787 e 1799 e divide-se em três partes. A primeira contém a descrição de Angola, seus portos, jurisdições, fortificações, inúmeras informações sobre a vida religiosa, econômica e militar até fins do século

¹⁹⁷ Outros exemplos de documentos transcritos: No momento em que descreve as ações de Salvador Correa de Sá, Elias Alexandre transcreve um documento inteiro. (p. 260); uma ocasião que instalou um forte mal estar entre os jesuítas e o governador João Fernandes Vieira. Inclusive, transcreve por inteiro um documento real de 9 de dezembro de 1666, no qual pede averiguação do caso (p. 278); Elias Alexandre novamente transcreve um documento de 9 de março de 1667, na qual o rei de Portugal escreveu a Tristão da Cunha comentando os feitos militares de seu antecessor e de seus soldados, os quais “fico com particular lembrança de lhes fazer mercê”. (p. 283); O militar transcreve um documento, no qual diversos membros locais decidiram pelo castigo ao Dembo Ambuíla. Para o castigo, marcharam em 1692. Perderam muitas vidas, inclusive a do capitão João de Figueiredo e Souza. (p. 317).

¹⁹⁸ PEREIRA, Magnus. Rede De Mercês E Carreira: O “Desterro D’angola” De Um Militar Luso-Brasileiro (1782-1789). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006.

¹⁹⁹ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972. 3 vols.

XVIII. A segunda é a história de Angola, desde o descobrimento até a chegada do governador Conde do Lavradio, em 1749. A última parte consiste na história administrativa portuguesa em Angola de 1749 até o fim do governo de Manuel de Almeida e Vasconcelos, além de uma lista dos governadores de Angola.

A *História de Angola* não foi o único texto escrito por este militar. Antes dessa obra, ele escreveu “Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno, publicado em Lisboa no ano de 1778”²⁰⁰. Tal texto foi oferecido a José de Seabra da Silva, que, mais tarde, se tornaria Ministro do Reino, a mais alta pasta administrativa de Portugal.

Ao analisar a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, fica evidente que Elias Alexandre era um militar letrado que conhecia muito bem a dinâmica de serviço-recompensa, utilizada para assegurar a governança do império português²⁰¹. Isso pode ser afirmado, pois Elias Alexandre escreveu inúmeras cartas solicitando mercês, em troca de seus serviços.

De acordo com Magnus Pereira, antes mesmo de iniciar sua carreira literária, Corrêa já exercitava um estilo específico de escrita, encarregando-se de propalar os próprios méritos para solicitar mercês. Seus serviços em Santa Catarina serviram de expectativa para alcançar favores e, com base neles, solicitou licença de um ano para ir a Lisboa continuar os estudos e tratar de outros assuntos. A carta de autorização do Conselho Ultramarino foi expedida em 1780. Contudo, ainda de acordo com Pereira, Correa já estava em Lisboa desde 1778, o que pressupõe alguma forma de permissão

²⁰⁰ SILVA, Elias Alexandre e. Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

²⁰¹FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n° 23, 2000, pp. 67-88. Disponível em: <<http://www.penelope.ics.ul.pt>> - Acesso em 04 de jun. de 2009.

anterior dada por alguém do mais alto escalão administrativo, dado que, sem isto, a viagem seria impossível²⁰².

Em 25 de fevereiro de 1786, Elias Alexandre escreveu pedindo o posto de sargento mor do regimento de Angola, que estava vago, com a indicação de seu general²⁰³. De acordo com Magnus Pereira, a coragem de solicitar tal cargo deveu-se à chegada, em 1784, do novo governador de Angola, o Barão de Mossâmedes. Correa o conheceu em Salvador e fora seu companheiro na viagem de travessia do Atlântico. O Barão teria se tornado o principal defensor dos propósitos de Correa em alcançar promoções. Quando vagou o posto de Major do Regimento, Mossâmedes encarregou-se de sugerir o nome de Elias Alexandre. Apesar da indicação, Mossâmedes não contava com a simpatia do Ministro Martinho de Mello e Castro, administrador máximo das colônias, e Elias Alexandre não alcançou sua pretensão.

Em 10 de março de 1788, em carta enviada ao Conselho Ultramarino, Elias Alexandre implora pelo seu regresso do reino de Angola para o Rio de Janeiro, local para onde iria como Capitão, conforme a mercê prometida, após os 6 anos de serviço em Angola. Segundo a carta, o prazo de seis anos se encerraria no dia 5 de março de 1789. Tendo conhecimento do quão demorado poderia ser a chegada de uma carta sua aos responsáveis pela tramitação do caso, com praticamente um ano de antecedência, Elias Alexandre já lembrava a promessa de sua mercê²⁰⁴.

Em carta de 14 de junho de 1788, Elias Alexandre escreve novamente ao Conselho²⁰⁵. Dessa vez para tratar, e pedir providências, sobre alguns militares locais que não realizavam seu serviço da forma devida. Nessa carta, o autor demonstra erudição ao mencionar uma resolução do ano de 1746 e outra de 1745, com as quais

²⁰² PEREIRA, Magnus. “Rede De Mercês E Carreira: O “Desterro D’angola” De Um Militar Luso-Brasileiro (1782-1789)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006.

²⁰³ AHU, Angola, cx. 70, doc. 10

²⁰⁴ AHU, Angola, cx. 73, doc. 15

²⁰⁵ AHU, Angola, cx. 73, doc. 26

deve ter tido contato no momento em que escrevia seu texto *História de Angola*. Mencionando tais resoluções, o militar comenta que “me anima a pedir uma indenização futura ao deterioramento das honras e preeminências que Sua Majestade pela minha patente me concede”.

O arbítrio do monarca entrava em ação no sentido de responder às “solicitações dos seus súditos quando estes lhe faziam sentir que o sistema jurídico não conseguia satisfazer as suas expectativas”, ou seja, quando os dispositivos jurisdicionais pareciam não funcionar. Em outras palavras, o apelo ao rei era acionado no momento em que os meios ordinários não chegavam a um ponto pacífico. No interior de um entendimento corporativo do mundo, a sua figura era invocada precisamente no sentido de dar a cada um o que lhe era próprio²⁰⁶. Desse modo, a insistência na escrita ao rei, ressaltando seus préstimos e solicitando sua mercê demarca a lógica de serviço-recompensa típica do Antigo Regime.

Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, existe uma tabela intitulada “*Angola. Estado da Oficialidade Militar dessa conquista*”, de janeiro de 1789²⁰⁷. Nela, o nome de Elias Alexandre da Silva Correa aparece listado dentre os oficiais do regimento de infantaria com o cargo de Capitão Ajudante, aos 36 anos de idade e 17 anos de serviço militar. Com essa informação é possível precisar o ano de nascimento do militar, que seria o de 1753. Além disso, é possível inferir que o mesmo tornou-se militar aos 19 anos e foi despachado para Angola em 05 de agosto de 1782, na ocasião com 29 anos. Seu estado civil foi registrado como solteiro, embora tenha se casado anos depois com Dona Balbina Domiciana Rosa, conforme documentos

²⁰⁶ SIQUEIRA, Mariana Nastari, *Entre o signo da mudança e a força da tradição: o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764 – c. 1821*. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2011. p. 72

²⁰⁷ AHU, Angola, cx. 74, doc. 06

encontrados no Arquivo da Diocese de Niterói, que exploraremos mais adiante.²⁰⁸ A mesma tabela nos informa que foi promovido ao cargo de Capitão de Granadeiros em 17 de setembro de 1788. No item intitulado “Informações das capacidades e procedimentos respectivos” foi escrito que Elias Alexandre tinha “muita inteligência e préstimo”, além de “viver independente e sempre honrado”.

Em 1789, Elias Alexandre foi embora de Angola em direção ao Rio de Janeiro²⁰⁹. Local de onde escreveu, em 3 de janeiro de 1790, uma carta ao Conselho Ultramarino, relatando que esperava encontrar uma prosperidade maior quando foi despachado para prestar serviços em Angola “em clima pestilento”. Segundo o militar, ele estava sofrendo “um castigo sem culpa”, pois havia enviado todas as certidões comprovando seus serviços e, até aquele momento, aguardava seus postos e mercês prometidas, pois ainda não havia obtido resposta.

Num tom humilde, comenta que ele queria apenas voltar para o Rio de Janeiro ou Santa Catarina como capitão ajudante e se vê obrigado a escrever “[...] na esperança de uma indenização, que me satisfaça não só o deterioramento do serviço, a falta de soldos, o prejuízo da demora, mas o atraso de acessos a que / como mais antigo Capitão da Infantaria desta Praça/ estou a caber pela ordem comum das propostas [...]”²¹⁰.

Em 29 de junho de 1790, Elias Alexandre escreveu novamente do Rio de Janeiro solicitando a patente de Coronel e Comandante do Corpo do corpo auxiliar da Ilha de Santa Catarina, com exercício e soldo de Sargento Mor de Cavalaria²¹¹. Apesar da solicitação, o desfecho dos pedidos de Elias Alexandre é um grande mistério, pois ainda não foram encontrados documentos sobre essa fase de sua vida.

²⁰⁸ Arquivo da Diocese de Niterói - freguesia de São Gonçalo - livro 20 Batismos de Forros. Gostaria de agradecer ao Grupo de Pesquisa Antigo Regime dos Trópicos (Art) pela consulta disponibilizada a esses documentos, em especial ao Professor Doutor Roberto Guedes Ferreira.

²⁰⁹ CORREA., *Op. Cit.*, Vol. II, p. 175

²¹⁰ AHU, Angola, cx. 75, doc. 01

²¹¹ AHU, Angola, cx. 75, doc. 28

Todavia, fontes encontradas no Arquivo da Diocese de Niterói, nos indicam que foi ali que a vida do militar prosseguiu. Tal etapa, até então desconhecida pelos pesquisadores, é encontrada nos registros de batismo. Seu nome aparece três vezes indicado como pai e quatro como padrinho na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, no Recôncavo da Guanabara, capitania do Rio de Janeiro.

Em 9 de maio de 1802, Elias Alexandre da Silva Correa está listado como sargento-mor, casado com Dona Balbina Domiciana Rosa, e pai da batizada Rosa. O batismo ocorreu na capela de Nossa Senhora do Desterro da Paiba grande. O mesmo documento nos traz informações sobre os pais do militar, Luiz de Assunção da Silva e Freitas, natural da Ilha da Madeira, e de Ana de Santo Antonio, natural da Ilha Terceira. Este documento comprova a informação de que Correa era filho de portugueses e, por “efeitos de aventura”, nasceu na América. De acordo com a mesma documentação, a esposa de Elias Alexandre era filha do sargento-mor Manoel Joaquim de Souza Xavier e de mãe incógnita, o que sugere ascendência escrava. Seus compadres foram o capitão José Fernandes Pereira e sua esposa Dona Rosa do Amor Divino²¹².

Em 12 de julho de 1803, o ainda sargento-mor permanecia casado com Dona Balbina Domiciana Rosa, e era pai de Manoel. Tal documento traz as mesmas informações sobre seus pais e sogros. Porém, seus compadres foram outros, o tenente-coronel Manuel Antunes de Azeredo Coutinho e sua filha Dona Mariana Joaquina de Azeredo Coutinho²¹³.

Menos de um ano após este batizado, em 05 de junho de 1804, fontes encontradas no livro de batismo atestam que Elias Alexandre também batizou seu neto João, filho do capitão José Ferreira de Mello e de Dona Maria Vitória Correa da Silva. José era filho de Lourenço Ferreira de Mello, natural da freguesia de São Jorge, e de

²¹² Arquivo da Diocese de Niterói - freguesia de São Gonçalo - livro 20 Batismos de Forros (1806-1814)

²¹³ Idem

Rosa Maria, natural de São Tiago comarca da Feira Bispaço do Porto. Dona Maria Vitória Correa da Silva era filha do sargento mor deste distrito, Elias Alexandre da Silva Corrêa (ela é filha natural), natural por seu pai Luiz Acenção da Silva e Freitas, da Ilha da Madeira, e de Anna de Santo Antonio, natural da Ilha Terceira. Foram padrinhos da criança o Reverendo vigário Antônio Vicente Rodrigues Pereira e Dona Maria de Frias e Vasconcellos, filha do tenente coronel Joaquim de Friaç e Vasconcellos.

Um pouco mais de um ano depois, Elias Alexandre também teria participado do batizado de seu outro neto Manoel, irmão de João, em 21 de julho de 1805. Além de repetir as informações do pai, Dona Maria Vitória Correa da Silva é novamente apontada como filha do sargento mor Elias Alexandre Correa da Silva, natural da Ilha da Madeira. Essa informação nos leva a crer que confundiram a origem de Elias Alexandre com a de seu pai, que era daquela Ilha. Foram padrinhos Manoel Bernandes Pereira da Veiga, formado em medicina, e Dona Ana Joaquina das Neves, por procuração do sargento mor avô materno²¹⁴.

Não é feita menção à avó, Balbina, nos casos dos dois batizados. Isso não indica sua morte, pois o neto João foi batizado em 1804 e não houve registro de seu nome, mas Balbina consta como madrinha em 15 de maio de 1805, no batismo de Balbino, filho de José Pinto Mello, natural de São Gonçalo, e de Francisca Maria de Melo, natural da freguesia de Villa de São Salvador dos Campos Goitacazes. O batizado era neto paterno do capitão Sebastião Pinto de Melo, da freguesia da Sé Catedral do Rio de Janeiro, e de Paula Maria de Jesus, natural de Icaraí. Era neto materno de João Francisco de Azevedo, natural da Ilha dos Ilheus, Arcebispado do Rio de Janeiro, sem menção à avó materna. O sargento mor Elias Alexandre da Silva Corrêa e sua esposa Dona Balbina Domiciana, cujo nome inspirou o do batizado, foram os padrinhos²¹⁵.

²¹⁴ Arquivo da Diocese de Niterói - freguesia de São Gonçalo - livro 20 Batismos de Forros (1806-1814)

²¹⁵ Idem

Balbina também aparece em um batismo de 22 de novembro de 1810 quando ela e seu marido coronel Elias Alexandre da Silva Corrêa foram padrinhos de José, filho de José de Vargas e de Rosa Maria de Jesus. Os avós paternos e maternos do batizado eram todos da Ilha do Faial²¹⁶. A novidade desse registro é a patente de Elias, pois teria se tornado coronel entre os anos de 1805 e 1810.

Em 05 de novembro de 1811, ainda casado com Dona Balbina Domiciliana, foi pai de Mariana, batizada na matriz de Santa Ritta da corte do Rio de Janeiro. Foram padrinhos o coronel José Pereira Guimarães e Dona Maria Cândido de Oliveira, filha do sargento mor Manoel Gomes Cardoso²¹⁷. Esse dado também é interessante, pois Elias Alexandre já possuía dois netos, filhos de sua filha Dona Maria Vitória Correa da Silva que, provavelmente, não era filha de Balbina, sua esposa, pois não consta tal informação nos livros. Logo, Elias Alexandre teve uma filha antes de seu casamento com Balbina. Além disso, o fato da mãe de sua esposa não estar indicado nos registros traz a suspeita de que a mesma teria ascendência escrava.

Em resumo, podemos concluir que Elias Alexandre teve dois filhos, Manoel e Rosa, frutos de sua relação com Balbina, e uma outra filha, Dona Maria Vitória Correa da Silva, fruto de relacionamento desconhecido.

A trajetória de Elias Alexandre no Império Português, seus serviços prestados e suas várias solicitações de mercês reais aqui demonstradas nos faz refletir sobre seu desejo em obter reconhecimento real de seus feitos. As mercês poderiam ser dadas pelo rei ou através de reivindicações por quem se achava no direito de obtê-las²¹⁸. Em sua incessante busca parece ter aproveitado suas habilidades como militar letrado para

²¹⁶ Arquivo da Diocese de Niterói - freguesia de São Gonçalo - livro 20 Batismos de Forros (1806-1814)

²¹⁷ Idem

²¹⁸ Cf. OLIVAL, FERNANDA. *As ordens militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Évora: Estar, 2000, p. 20-22.

escrever uma compilação, a *História de Angola*, sobre os feitos portugueses na região, para obter mercês.

A partir da segunda metade do século XVIII, o governo lusitano procurou apoiar-se, cada vez mais, em informação empírica sobre Angola, recolhida de literatura de viagens sobre a área, e nos relatos escritos e orais, de antigos governadores e agentes secundários que estiveram presentes naquelas partes da colônia²¹⁹. A ida de Elias Alexandre para Angola e a escrita da *História de Angola* ilustra essa fase portuguesa de realizar compilações sobre suas ações no ultramar. Até o momento, desconhecemos documentos que demonstrem uma ordem para que o militar realizasse tal obra. O que possibilita que levantemos a hipótese de que, tal como Cadornega no século XVII²²⁰, Elias Alexandre teria empreendido sua escrita de forma particular, oferecendo seu texto ao “Sereníssimo Príncipe Regente”, almejando mercês.

Considerando a literatura militar do século XVII, a disciplina e a obediência aos oficiais maiores era de extrema importância, mas não aos militares lusitanos. Por isso, realizar suas obrigações eram atributos significativos, e deveriam ser citados em todos os requerimentos.²²¹ Para pensar de forma geral, podemos fazer uso da análise realizada por Thiago Krause sobre os suplicantes e seus serviços na América Portuguesa durante o século XVII. Embora analise recorte e espaço distintos do abordado aqui, o método de serviço-recompensa continua no século XVIII e Angola, certamente, estava incluída.

“Os suplicantes [...] procuravam destacar serviços específicos, para além dos seus anos de serviço e de haverem ‘cumprido com

²¹⁹ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 58

²²⁰ Essa foi uma das minhas hipóteses defendidas na dissertação de mestrado. OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Rio de Janeiro: UFRJ, dissertação de mestrado, 2011

²²¹ KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2010, p. 33

a sua obrigação'. O resultado era relativamente padronizado, apesar da diversidade de suplicantes. Muito comum foi o destaque dado ao 'valor' do suplicante, qualificação tão disseminada que permite duvidar de sua eficácia para convencer os conselheiros e o monarca do mérito do requerente."²²²

Os serviços administrativos também deveriam ser mencionados, embora precisassem enfatizar seu esforço militar, principalmente em época de guerra. Elias Alexandre fez isso, alegou seus serviços, enviou documentos os comprovando, dedicou seu texto *História de Angola* ao governo português e, embora alguns pedidos não tivessem resposta ou fossem negados, sua vida findou como coronel na, então, sede do Império português, o Rio de Janeiro, visto que a Família Real havia chegado em 1808. Nada mal para um militar letrado.

Para finalizar, podemos chamar a atenção para uma outra possibilidade que o texto *História de Angola* pode ter proporcionado a Elias Alexandre. Como já analisado no segundo capítulo dessa tese, o governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em Angola foi bastante elogiado ao longo de seu texto. Inclusive, marcando como seu sucessor, D. Antonio de Lencastre, teria sido o culpado pelo fracasso de alguns empreendimentos realizados por D. Francisco, como a fábrica de ferro.

A caracterização do governo de D. Francisco como exemplar no texto da *História de Angola*, pode ter agradado D. Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de D. Francisco. Em 1801, D. Rodrigo foi nomeado Primeiro Ministro de Portugal. No mesmo ano, também recebeu nomeação como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Além disso, entre 1808 e 1812 – com a Corte já instalada no

²²² KRAUSE, Thiago. *Op. Cit.*, 2010, p. 34

Rio de Janeiro – tornou-se Ministro da Guerra do Brasil. Logo, D. Rodrigo era um homem com bastante influência junto à Corte, inclusive, emigrou para a América junto com ela.

Se considerarmos que o texto de Elias Alexandre da Silva Correa foi escrito entre 1787 e 1799, e que ele partiu de Angola para o Rio de Janeiro em 1789, podemos deduzir que a maior parte do texto foi realizada no Rio de Janeiro. Sabe-se que D. Rodrigo de Sousa Coutinho chegou ao Rio de Janeiro em 1808, junto com a Corte, quando tornou-se Ministro da Guerra do Brasil. Então, existe a possibilidade de D. Rodrigo ter tido acesso ao texto de Correa e, conseqüentemente, ter intercedido por ele para que alcançasse a patente de Coronel, da qual passou a desfrutar em algum momento entre os anos de 1805 e 1810. Não sabemos da existência de documentos que comprovem tal situação. No entanto, as circunstâncias apontam para tal possibilidade.

Um “militar de gabinete” é assim que podemos caracterizar a atuação de Elias Alexandre da Silva Correa em Angola. Para ele, a escrita de uma memória para os feitos portugueses pode ter sido muito mais uma moeda de troca do que as campanhas militares das quais possa ter participado na região. Algo bem diferente, do que ocorreu com o outro militar a ser destacado nesse trabalho, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.

3.2. Paulo Martins Pinheiro de Lacerda

Esse militar pode ser caracterizado de uma maneira bem diferente de Elias Alexandre da Silva Correa. Enquanto o autor da *História de Angola* se preocupou muito mais em compilar informações a respeito dos povos, fauna, flora, potencialidades, comércio, religião e analisar os governos que já haviam passado em Angola, Paulo Lacerda destacou outros elementos.

Autor de “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até o principio do anno de 1791”²²³ – escrito em 1791 – e “Notícias de Benguela”²²⁴ – realizado em 1797-, Lacerda focou no registro de campanhas militares das quais participou.

Traçar sua trajetória é algo desafiador, pois não se sabe o local e o ano de seu nascimento nem de sua morte. Até mesmo em seus textos não aparecem muitas informações. Embora exista a possibilidade de ter origem portuguesa, pois em trecho de “Notícias de Benguela”, ao comentar sobre o costume dos habitantes de determinada região “Estes os moem [milho] entre duas pedras, e depois fazem ao lume uma massa a que chamam Infunde, ou quita, **e nós os Portugueses, Angu.**”²²⁵.

Outra informação nos é dada por Elias Alexandre Correa.

“[...] Não era oculta a instrução e intrepidez deste Official artilheiro, discípulo do sábio Alpoim no Rio de Janeiro, já occupado na Provincia da Quissama em substituto ao célebre

²²³ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até principio do anno de 1791”. In: *Annaes marítimos e coloniaes. Associação Marítima e Colonial*. 6ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133

²²⁴ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela. In: *Annaes Marítimos e Coloniaes* (Parte não Oficial), Série n.º 5 (12), 1845, pags. 486-49. Disponível em: <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 11/11/13

²²⁵ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela – 1797. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

Commandante Piedade no governo do Biunvirato no ano de 1784; mas não sendo inserido nesta Expedição, q por máximas subterfugiosas, q naquelle tempo laboravão, subprimirão os efeitos do seu amnimo, & préstimo, voltando, em vez do Commando q tinha na Forta. do Penedo, para a prizão da de S. Miguel [...]

²²⁶

O Alpoim ao qual Correa se refere seria José Fernandes Pinto Alpoim (1700-1765), militar português e um dos principais nomes da arquitetura do século XVIII no Brasil colonial, particularmente no Rio de Janeiro. Chegou naquela cidade em 1738, passando a trabalhar em estreita colaboração com o Governador Gomes Freire de Andrade. Entre suas obras no Rio de Janeiro contam-se a reforma do Aqueduto da Carioca e a edificação do Convento de Santa Teresa, do convento da Ajuda, da Casa dos Governadores (Paço Imperial), a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte, das casas de Teles de Meneses no Largo do Carmo (incluindo o Arco do Teles, atual Praça XV de Novembro), do claustro do Mosteiro de São Bento e de várias fortificações, entre muitas outras obras.

Esse dado é confirmado, pois no texto “Noticia da campanha e paiz do Mosul” Paulo Lacerda comenta que, entre 1753 e 1758, transitou junto com o então general Gomes Freire de Andrade na América, em especial na barra do Rio Grande de São Pedro²²⁷. Logo, antes de seus serviços em terras angolanas, este teria vivido pelo menos cinco anos na América portuguesa. Além disso, teria convivido com o arquiteto Alpoim e aprendido sobre grandes construções. Esse conhecimento lhe seria útil para a

²²⁶ CORREA. *Op. Cit.*, 1937, Vol. II, p. 177

²²⁷ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até principio do anno de 1791”. In. *Annaes marítimos e coloniaes*. Associação Maritima e Colonial. 6ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133, p. 128

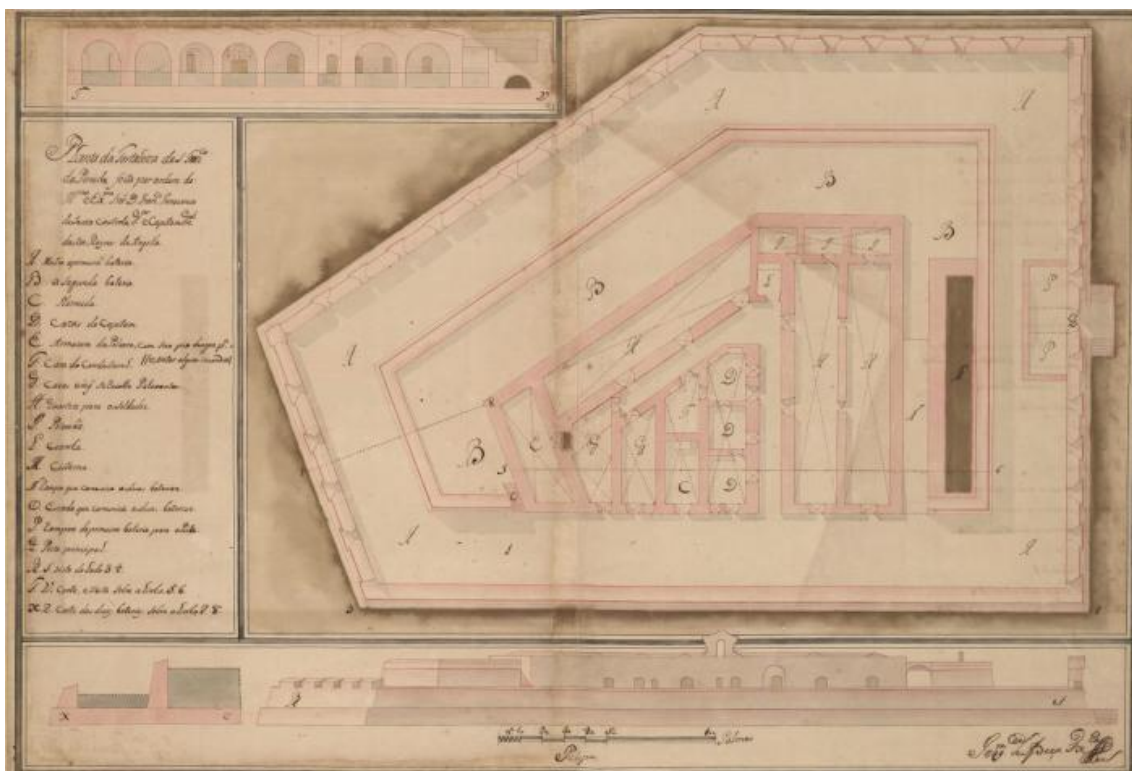
construção da Fortaleza de Nossa Senhora de Nazareth, próxima ao porto de Ambriz, em Angola.

Segundo Catarina Madeira, Paulo Lacerda definia-se como um “soldado das conquistas” e casou-se na cidade de Luanda. Tal relacionamento teria gerado um filho, chamado Felix Xavier Pinheiro de Lacerda. Paulo Lacerda teria, então, uma longa experiência militar e conhecimento sobre desenhos e construções da arquitetura militar e do serviço de infantaria. Ainda segundo Catarina Madeira, Paulo Lacerda teria participado na guerra do Bailundo (1774-1776), Quissama (1783) e, do que teria sido seu maior feito, o Mossulo (1790)²²⁸.

No entanto, a carreira militar de Paulo Lacerda nem sempre foi gloriosa. Durante a sua campanha na província de Quissama, em meio a acusações e intrigas, foi deposto do cargo de Comandante do Exército de Quissama, preso e sequestrado. Apenas durante o governo de Mossamedes é que foi inocentado e recebeu o posto de capitão da fortaleza de Penedo²²⁹.

²²⁸ SANTOS, Catarina Madeira. “De ‘antigos conquistadores’ a ‘angolenses’”. *Cultura*[Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 24 Janeiro 2013, consultado a 06 Janeiro 2015. URL : <http://cultura.revues.org/898> ; DOI : 10.4000/cultura.898 – Acesso em 10/10/2014

²²⁹ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Op. Cit.*, 2013, p. 155



Planta da Fortaleza de São Francisco de Penedo, construído no período do governador Dom Francisco de Sousa Coutinho, da qual Paulo Lacerda era o comandante. Autor: Joaquim de Beça Teixeira. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart685310.htm. Acesso em 10/10/2014

Enquanto coronel do Regimento de Angola, Paulo Lacerda elaborou diversos documentos importantes para a regulação das tropas e da segurança do território. Seu filho Félix Xavier Pinheiro atuava junto a ele como Capitão comandante de artilharia em Angola.

Em 18 de janeiro de 1788, o Barão de Mossamedes escreveu carta patente dizendo sobre Paulo Martins:

“[...] por ser necessário prover-se o posto de Capitão Comandante do Corpo de Artilharia desta Cidade [São Paulo de Assunção], que se acha vago pelo regresso que fez para o Rio de Janeiro, Jozé da Fonseca Vidal Borges, que o exercia, em oficial com inteligência de exercitar o dito Corpo nas suas competentes manobras, tendo ao seu cargo, não só a conservação do Parque,

mas a mesma artilharia, e seus reparos, dividida pelas fortalezas desta Capital, e tendo consideração ao prestimo de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, e ao seu serviço nas Campanhas do Certão, desde o posto de Sargento, até o de Comandante da Fortaleza de São Francisco do Penedo, pertencendo-me estes provimentos [...]. Hei por bem de o prover [...] no dito posto de Capitão Comandante da Companhia de Artilharia desta Capital [...]”²³⁰.

Nesse mesmo documento é registrado o soldo de 28 mil reis mensalmente. Além disso, indica que Paulo Lacerda passaria a gozar de todas as honras, privilégios, liberdade e isenções condizentes com o dito posto de Capitão Comandante de Artilharia.

Em lista feita pelo Barão de Mossamedes, em outubro de 1790, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda consta como “sargento mor graduado, atendendo ser dos mais práticos oficiais na guerra do sertão [...] capitão comandante do [presídio] do Penedo”²³¹.

²³⁰ AHU, Angola, cx. 76, doc. 69

²³¹ AHU, Angola, cx. 75, doc. 55



Mapa adaptado extraído de <http://www.slavevoyages.org/> - Acesso em 10/10/2014

Além dos textos sobre o Mosul e Benguela, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda escreveu inúmeros diários militares sobre suas campanhas em Angola. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino nos permite pensar sua trajetória durante a década de 1790, momento em que sua atuação em Angola ganhou destaque, principalmente pela confiança que lhe depositava o então governador Manuel de Almeida e Vasconcellos.

Em carta de 29 de novembro de 1790, o governador escreveu ao Conselho:

“[...] entrei a pensar na precisão que havia de castigar os bárbaros Mossuis [aqueles que habitavam a região do Mossul], e seus aliados, que não admitiam o nosso comércio, o arruinam no Sertão, introduzindo contrabandos, que lhe administram sucessivamente os estrangeiros pelas praias do seu país, e em particular pelo Porto de Ambriz fazendo-lhe todo o bom partido na boa qualidade das fazendas em preços tais, que fazem reputar em muito mais o valor da escravatura, provendo os mesmos

pretos de trastes, armas, e pólvora, e talvez animando-os a arrogância e excesso, que praticaram de virem ao Dande e Bengo destruir ambos estes países que são aqueles que mais fornecem esta Capital, ameaçando de a ela chegarem, e arruinando aqueles; matando os brancos, que acharam, roubando tudo que puderam levar o fizeram também aos pretos, que foram vender aos estrangeiros.”²³²

Na mesma carta, o governador afirma que mandou tropas marcharem no dia 21 de setembro, sob o comando de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, na época comandante da fortaleza de Penedo, ao qual o governador anterior havia promovido a Sargento Mor:

“Este oficial muito hábil, e valoroso, não esperou mais: deu principio à sua Campanha na forma, que expressa no Diário, que ponho na presença de V.a. Exa.: em pouco tempo venceu muito; adiantando a sua marca, e combatendo constantemente; [...] isto e alguns acontecimentos indispensáveis em Campanha, desanimaram de tal sorte a nossa Guerra Negra, que sendo pouca, [...] viu-se na precisão de retirar-se para o mesmo entrincheiramento do Libongo a esperar reforço [...]”

Em seu diário de campanhas militares na região do Mossul, Paulo relata as regiões pela qual passava, dizendo sobre a captação de água potável, os gêneros

²³² AHU, Angola, Cx. 60

agrícolas da região e o comportamento dos povos que encontrava pelo caminho. Além disso, destaca a forte influência de estrangeiros na região. Faz alusão a negros que falavam em inglês e francês.

“[...] achamos dezessete estrangeiros ingleses, que me parece andavam aproveitando os despojos dos negros que tinham fugido, dois dos ditos estrangeiros que pareciam de mais graduação vieram falar muito assustados, animei-os, que não temessem, que eu vinha castigar a estes pretos insolentes, mas que com eles não tinha coisa alguma, que podiam levar para bordo tudo o que tivessem seu, o que fizeram [...]”²³³

Por onde passavam, tinham o dever de castigar os povos considerados rebeldes e Paulo Lacerda descreve como ocorria esse processo. Primeiro combatiam, em seguida saqueavam as “banzas”²³⁴ e, ao fim, ateavam fogo. Em muitos casos, como a banza de Quincolo, havia tantos despojos que era impossível levar tudo. Além disso, degolavam Macotas²³⁵ – como D. Duarte, um dos mais ricos da Banza de Quincolo -, enquanto outros eram tomados como escravos. A tarefa não era fácil e em 3 de janeiro de 1790, Paulo Lacerda foi ferido na perna e sua barraca foi atingida por alguns tiros, ferindo outros soldados²³⁶.

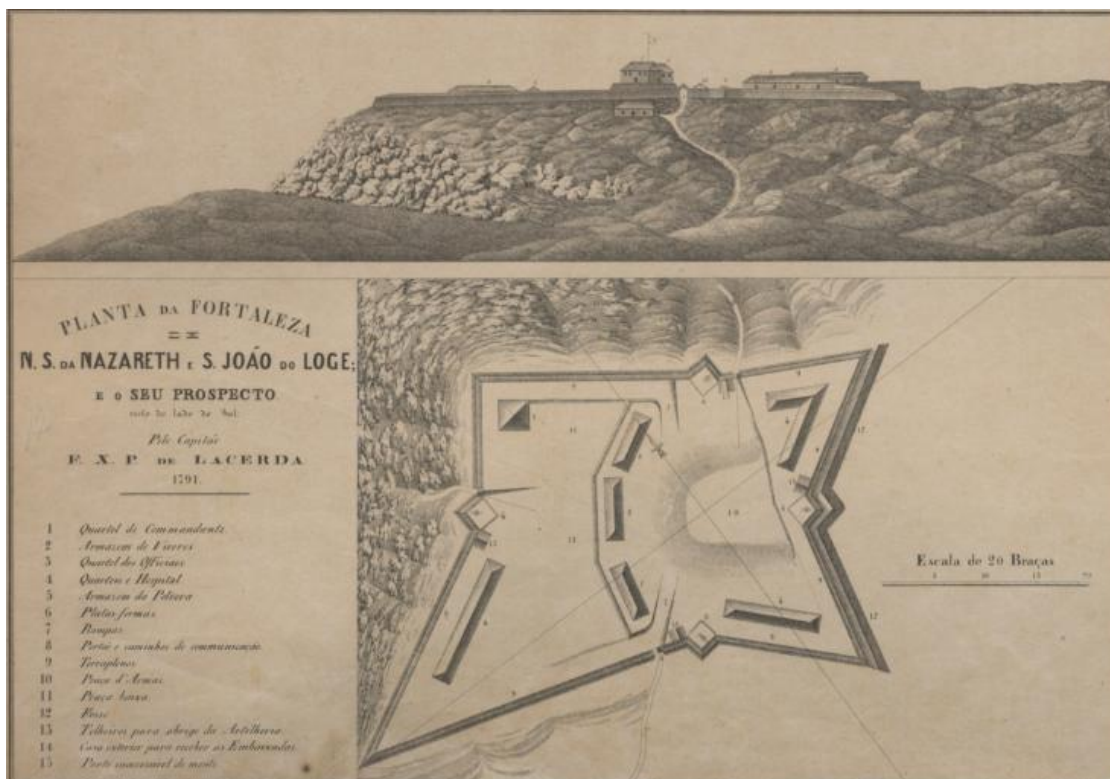
²³³ AHU, Angola, Cx. 60

²³⁴ Banza ou Mbanza significa uma povoação principal de um soba (chefe africano). Cf. PARREIRA, Adriano. *Op. Cit.*, 1990, p. 28

²³⁵ Os mais velhos ou que atuavam como “conselheiro ou ministro” de um soba. Cf. SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 633

²³⁶ “Continuação do diário do exercito que o Ilmo. e Exmo. Snr. Manuel de Almeida Vasconcellos, governador e capitão general destes reynos, dirigio a castigar o rebelde Marques do Mossulo, e seus confederados que foram inavadores dos domínios de vossa magestade fidelissima” – AHU, Angola, Cx. 60

Em 22 de janeiro de 1791, Lacerda decidiu fundar uma fortaleza e seu filho Félix fez a medição de todo o terreno para dar início à construção.²³⁷ A preocupação com a segurança não era apenas para prevenir ataques estrangeiros ou internos, mas sim pelo grande número de desertores de suas tropas, aspecto extremamente comum nas tropas militares na região, como já sublinhamos no primeiro capítulo.



Planta da fortaleza de N. S. da Nazareth e S. João do Loge e o seu prospecto visto do lago do Sul. Autor: Félix Xavier Pinheiro de Lacerda (1791). Disponível em; http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540836/cart540836.html - Acesso em 10/10/2014

²³⁷ Idem

Além desses, Felix Lacerda também teria sido o autor da “Planta Topográfica do País do Marquês do Mossulo” e a “Planta de uma parte do país do Mossulo”²³⁸, às quais não obtivemos acesso, mas que foram produzidas, muito provavelmente logo após a sua campanha militar – e de seu pai – naquela região.

Em 13 de março de 1791, Paulo Lacerda encerrou seu diário de marcha militar, contando sobre as graças dadas a Nossa Senhora de Nazareth e Santo Antonio, a quem conferia os créditos das vitórias em tal campanha, apesar de todos os problemas enfrentados²³⁹. No dia 30 do mesmo mês, o governador escreve informando que no dia 13 de março voltou com os militares, exceto alguns que havia deixado para guarnecer a fortaleza de Nossa Senhora de Nazareth:

“[...] lembrando também o merecimento de alguns oficiais, que tanto concorreram para a felicidade da mesma ação, e particularmente o seu Comandante, o Sargento Mor Paulo Martins, que sendo promovido a este Posto pelo meu antecessor, ficou conservando-se com o soldo de capitão, governando a Fortaleza de Penedo, até a resolução de Sua Magestade, sendo seu filho Felix Xavier Pinheiro, Capitão de Artilharia, oficial de valor e muito hábil no seu ofício, e o mesmo que fez as plantas e mapas, que ponho na presença de V.a. Exa., sendo entre ambos os que delinearão e dirigiram a obra do Fortaleza [...]”

²³⁸ SANTOS, Catarina Madeira. Op. Cit., 2007

²³⁹ Idem

Da fortaleza de Penedo, Paulo Lacerda escreveu em 4 de abril de 1791 para Alexandre Jozé Botelho de Vasconcellos, comandante regente de Benguela, resumindo seus feitos na campanha no Mossul.

“[...] A 13 do mês passado me recolhi da Campanha a esta cidade vitorioso dos nossos inimigos Mossui, a quem /com ajuda de Deus/ venci nove batalhas, e três choques, e queimei 64 povoações. [...] A minha entrada foi a mais Luzida, que viu Angola, de modo que para imitar os triunfos dos antigos romanos, só lhe faltou ir eu sobre o carro triunfal, por que nada mais restou; porque marchei com prisioneiros, troféus e bandeiras inimigas [...]. As bandeiras, e mais instrumentos dos inimigos, menos a artilharia, e armas, já o General mandou para Lisboa com as plantas do país conquistado, e da fortaleza nova de Nossa Sra. de Nazareth e S. João do Logi, tudo feito por meu filho Felix Xavier [...]”

Após a demonstração de seus grandes feitos, e de seu filho Félix, Lacerda revela algo que o chateava:

“O Coronel Manuel Antonio Tavares, teve debaixo do meu comando um exército [...] sem fazer cousa interessante, fugiu para trás, pelo que foi mandado retirar, e preso na sua casa, e depois em S. Miguel, e ultimamente com a alegria da minha vitória foi solto, e se acha com o seu bom soldo, e eu cheio de

honras com a barriga vazia, louvando a Deus, que tudo permite,
mas desconsola a falta de premio que até o mesmo povo clama.”

Fernanda Olival demonstra que o préstimo de serviços ao monarca era acompanhado da expectativa de recompensas que deveriam ser atribuídas de uma forma considerada justa e, dessa forma, assegurar a continuidade desse esquema serviço-recompensa.²⁴⁰ Nesse caso, o esquema de serviço-recompensa conhecido pelo militar havia falhado, pois um homem não merecedor já se encontrava recompensado pelas batalhas, enquanto ele, que teria liderado tal campanha, ainda estava esperando pelo seu reconhecimento. Isso pode indicar o bom relacionamento que o tal coronel Manuel Antonio Tavares deveria ter junto à pessoas influentes.

No mesmo documento, Lacerda indica que era casado, pois salienta que: “[...] minha mulher sua criada se manda por a seus pés”. O tom de desabafo do documento e a forma como sua mulher é indicada nos mostra uma grande intimidade com o destinatário da carta. “Eu, já sabe que sou seu amigo velho. Desejo-lhe saúde, e que me não poupe para o seu serviço.”²⁴¹ É importante lembrar que em 1796, Alexandre Jozé Botelho de Vasconcellos tornou-se governador de Benguela²⁴². Além disso, em 1799, o mesmo escreveu um texto chamado “Descrição da Capitania de Benguella, suas Provincias, Povos, Rios mais caudelosos, Minas de Ferro, e Enxofre, e outras particularidades”²⁴³. Logo, mais um exemplo de militar que se propunha a fazer papel de naturalista. O contato próximo entre ambos pode indicar que a escrita era um hábito

²⁴⁰ OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001

²⁴¹ “Carta de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, escrita de São Paulo de Assunção à Alexandre José Botelho de Vasconcellos regente de Benguella” – AHU, Angola, cx. 60

²⁴² CANDIDO, Mariana. *Op. Cit.*, 2011, p.82

²⁴³ Vasconcellos, Alexandre José Botelho de, “Descrição da Capitania de Benguella, suas Provincias, Povos, Rios mais caudelosos, Minas de Ferro, e Enxofre, e outras particularidades (1799)”. *Annaes Marítimos e Coloniais*, 4, 4, 1844, pp. 147-152.

comum aos amigos que podem, inclusive, ter trocado informações ou auxiliado um ao outro na escrita de seus textos²⁴⁴.

Em 12 de agosto de 1791, o governo de Lisboa mandou demolir a fortaleza de Nossa Senhora de Nazareth, e S. João do Logi, pois não haveria mais ameaças naquela região²⁴⁵. Certamente, Lacerda, que já estava descontente com a demora de seu reconhecimento, também não se agradou com a ordem de demolição. A fortaleza havia sido construída e demolida no mesmo ano. Isso não parece ser algo comum, principalmente pela necessidade da criação de estruturas que pretendiam a vigilância e a segurança do território.

De acordo com Arlindo Correia, após a campanha do Mossul (1790-1791), Paulo Lacerda foi promovido de Sargento-Mór a Coronel, como recompensa por seu “valor e valentia”, por determinação régia de D. Maria I²⁴⁶.

Em 31 de maio de 1792, o governador de Angola, Manuel de Almeida Vasconcelos, comentou sobre o avassalamento do Marquês do Mossul:

“Por aviso da secretaria de estado das mercês remeto para a mesma os requerimentos concernentes aos despachos dos oficiais deste reino, tendo pela mesma recebido as provisões e veneras do hábito de Aviz para entregar ao coronel Paulo Martins e a seu filho o capitão comandante de artilharia Félix Xavier Pinheiro de Lacerda na forma que pratiquei.”²⁴⁷

²⁴⁴ Alexandre José Botelho de Vasconcellos também criou listas nominativas para melhor transmitir informações de Benguela. Cf. IHGB, DL 81,02.28, fl. 81, “Mapas feitos por Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governador de Benguela, contendo censo das pessoas livres, escravos, casas de sobrado, terras, cobertas de palha e senzalas da cidade de Benguela”, 28 de febrero, 1797

²⁴⁵ Carta de Manuel de Almeida Vasconcellos, de 17 de março de 1792. – AHU, Angola, Cx. 60

²⁴⁶ <http://www.arlindo-correia.com/080109.html>

²⁴⁷ Carta de Manuel de Almeida e Vasconcellos – AHU, Angola, Cx. 60

Maior destaque deu o mesmo governador ao escrever que além de Paulo Lacerda, poderia contar com “seu filho Capitão e Comandante” da artilharia “rapaz intrépido, amante do serviço e muito prático da Guerra do negro: Eu tive o gosto de o ver manobrar com o seu corpo, assim no exército de peça de Campanha, [...] e posso certificar a V. Ex.a que ainda o não vi fazer mais certo e rápido em parte alguma.”²⁴⁸ Ou seja, as campanhas militares fizeram com que Paulo Lacerda e seu filho se tornassem homens de confiança daquele governador.

A mercê demorou, mas foi concedida. Segundo Thiago Krause, a Coroa concedia o hábito de Cristo apenas em alguns casos. A maioria ganhava os hábitos de Avis e Santiago. Em Pernambuco durante o século XVII, tal distinção entre as insígnias teria causado grande insatisfação. Em alguns casos, militares interpretavam que a concessão de hábitos de Avis e Santiago tinha um significado muito pequeno, diante da grandeza dos serviços que haviam prestado. Não se pode dizer se o mesmo ocorria para Angola do século XVIII. Certamente, receber um hábito demonstrava um reconhecimento real pelos serviços, mas em que medida ela poderia ser considerada como um grande reconhecimento é algo que não podemos medir aqui nessa análise.²⁴⁹

Em 25 de abril de 1792, foi celebrado no governo de Manoel de Almeida e Vasconcelos o “Termo de undamento, sujeição e vassalagem” do Marquês do Mossul, D. Antonio Manoel, Sovas e Macotas, além de todos seus potentados, à Coroa portuguesa²⁵⁰. Nele, o marquês e seus macotas reconheciam que haviam prejudicado os negócios portugueses e pediam o perdão real, que seria concedido mediante o cumprimento de algumas obrigações, como a entrega de escravos e total obediência. Além disso, dariam livre passagem para aqueles que possuísem permissão portuguesa e prenderiam aqueles que não a tivessem. Sem dúvidas, a celebração do undamento do

²⁴⁸ AHU, Angola, Cx. 77, doc. 86

²⁴⁹ KRAUSE, Thiago. *Op. Cit.*, 2010, p. 79

²⁵⁰ AHU, Angola, cx. 77, doc. 41

Marquês do Mossul coroava o sucesso da campanha militar chefiada por Paulo Lacerda. Certamente, ele esperaria mais recompensas, principalmente com o apoio do governador, que acompanhara de perto seus serviços.

Ao contrário do que parece, o título de “marquês” não foi concedido ao chefe político do Mossulo pelos portugueses. Esse título já era utilizado por eles e teria sido concedido pelo rei do Congo.

Isso pode ser confirmado pela maneira como o capuchinho italiano Giovanni Cavazzi descreve o uso dos “títulos” europeus por parte dos africanos, em especial os do Reino do Congo, grupo que se preocupou em descrever durante o século XVII. Apesar de tratarmos aqui do século XVIII, Cavazzi relata que os congolezes faziam questão de serem chamados de “dom” ou “dona”, mesmo que não fossem donos “sequer, de um palmo de terra!”²⁵¹. O termo “marquês”, tal como “dom” ou “dona” foi um nome utilizado pelos africanos a partir de uma “ressignificação” desse vocabulário político. Como o chefe do Mossulo possuía relações políticas e comerciais com o reino do Congo, o título “marquês” era atribuído pelos próprios congolezes anteriormente ao fundamento do Marquês do Mossulo, momento no qual os europeus reafirmaram o título, mas agora declarando a obediência daquele grupo aos lusitanos.

Se considerarmos que as investidas contra o Mossulo se iniciaram em 1785 e o termo de fundamento realizado em 1792, podemos perceber que o termo “marquês” para o chefe do Mossulo já era utilizado. Isso pode ser verificado graças ao relato “Viagem e Missão no Congo”, de um capuchinho chamado Rafael Castelo de Vide, que descreveu com riqueza de detalhes o reino do Congo, onde residiu por oito anos²⁵². Ele embarcou para a África em 1779, junto com dezenas de outros missionários. Seus textos foram

²⁵¹ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, Vol. I, p. 82

²⁵² DE VIDE, Frei Rafael Castello de. *Viagem e missão no Congo*. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/161007.html>. Acesso em 10/10/2014

escritos entre os anos de 1781 e 1789. O missionário fazia parte de um esforço da Rainha D. Maria I em evangelizar aquela região, convocando todas as corporações eclesiásticas de Portugal a enviar missionários para Angola.

“Nesta Banza [Congo] assiste o maior deste Marquesado do Muzul, com o título de Duque e Marquês, e Capitão General do Reino do Congo, títulos que eles têm imitado dos Portugueses. Este Grande nos veio a receber debaixo de um grande guarda sol com grande acompanhamento de pretos armados de espingardas, arcos e flechas, fazendo diante deles grandes fuscas, já como quem acomete em guerra, retirando-se [ao som de] vários instrumentos; [o] que nos causava algum riso, e por outra parte nos consolávamos de ver a devoção com que nos recebiam, e nos víamos no meio de um exército de pretos armados, sem temor de algum mal; antes, prostrando-se todos diante de nós, nos tomavam a bênção, alegrando-se muito com a nossa chegada. Recebemos também os presentes costumados, a que correspondíamos; exercitámos muito o nosso Ministério, vindo das mais Povoações concorrendo para esta, e para as mais onde nos achávamos.

Desta Banza passámos para o porto do Rio Loge, que divide o Marquesado do Muzul, do Grão Ducado da Bamba. Esta jornada nos foi mais custosa, porque saímos da dita Banza, quase pelo meio dia, pelo maior rigor da calma, no dia 14 de Agosto, véspera de Nossa Senhora da Assunção, pelo que, sendo dia de

jejum, quase em jejum saímos. Neste caminho se tinha ateado o fogo, que só os seus estalos atemorizavam ainda longe, e acrescentavam o calor do dia; e a terra mesma parece exalava fogo.”

Nesse trecho, o capuchinho relata acontecimentos do ano de 1780 e faz referências aos títulos de nobreza (marquês, duque) comuns entre aqueles grupos. Além do uso de termos como “marquesado” e “grão ducado”.

Thiago Sapede defende que mesmo formalmente “independente”, o Mossulo constituía-se como parte do Congo em fins do século XVIII. Sua elite, inclusive, parece ter continuado a “depender do Mani Congo e do sistema político sediado em S. Salvador para nomear seus infantes e cavaleiros de cristo, continuaram a enterrar seus mortos de alto prestígio na capital e utilizavam os elementos do catolicismo”²⁵³. Suzan Broadhead define o marquês do Mossulo como um “antigo vassalo do reino do Congo”, mas mesmo assim, contavam com grande independência na hora de comercializar escravos²⁵⁴.

Além do cristianismo, outros elementos de tradição europeia foram incorporados e instrumentalizados pelas elites do reino do Congo. Os títulos nobiliárquicos do antigo regime lusitano fizeram parte desses usos. Títulos como duque, marquês, príncipe, fidalgo, e outros, foram incorporados ainda no século XVI e se perpetuaram. Havia diferenças importantes entre os títulos, como o nome “infante” (descendentes diretos do rei) e “príncipe” (herdeiro do trono). Além disso,

²⁵³ SAPEDE, Thiago Clemêncio. *Muana Congo, Muana Nzambi Ampungu: poder e catolicismo no reino do Congo pós-restauração (1769-1795)*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado, 2012, p. 148

²⁵⁴ Idem, p. 170

“O Mani Bamba, por exemplo, ganhava também o título de Marquês de Bamba, simples tradução pela identificação da semelhança entre estruturas portuguesas do antigo regime e a congoleza. Entretanto, a partir da internalização destas estruturas, iniciada na primeira década do século XVII, houve uma apropriação dos títulos portugueses pelo sistema de organização política local.”²⁵⁵

Logo, se o termo “marquês” era compatível com a ideia de um “soberano de Mbanzas”, ou seja, grandes povoações, e que o Mossulo (ou Muzul) era integrante da rede política congoleza em fins do século XVIII, era muito provável que o termo “marquês” tenha sido cunhado pela elite política do reino do Congo, e não pelos portugueses no momento de “fundamento” ou em contatos anteriores, até porque esses encontros eram hostis, como descreve o capuchinho De Vide:

“[...] no dia 24, passamos ao Indui, e daí ao Itabe, primeira terra do Mossul, Marquesado do Congo: não falo do bem que fomos recebidos, e os brancos, ainda que para eles é gente nova nestes caminhos mas pelo respeito de Luanda, que como vizinhos temem [...] nos fizeram muito presentes, e o mesmo Marquês veio da sua Banza a visitar-nos, por ver também assim se obtinha a graça do Ex.mo. Senhor General, cujo enfado tinham experimentado, e ainda os tinha privado de entrarem em Luanda, o que eles muito sentiam.”²⁵⁶

²⁵⁵ Idem, p. 109

²⁵⁶ DE VIDE, Frei Rafael Castello de. *Op. Cit.*, p. 241

As primeiras batalhas contra o Mossulo causaram grandes danos às tropas militares locais. A documentação do governo de Mossamedes demonstra que pediu apoio ao vice-rei do Brasil, requisitando 600 homens, incluindo armas, munições e provisão para “a restauração da ordem em Encoge e entre os dembos, pois as forças em Angola tinham sido destruídas pela guerra com o marquês do Mossulo”.²⁵⁷

O grande interesse português em realizar alianças com o Mossulo se devia ao porto de Ambriz (situado próximo ao rio Loge ou Logi). Essa era uma das principais regiões portuárias do Congo em fins do século XVIII e encontrava-se entre duas províncias, a Mbamba ao norte e o Mossulo (ou Muzul) ao sul. Além disso, como podemos perceber no mapa abaixo, Ambriz era o porto mais próximo a Luanda, e isso despertava o interesse lusitano. A localização geográfica não era o único elemento a despertar a atenção lusitana.

Durante a segunda metade do século XVIII era comum a presença inglesa e francesa para participar do comércio de escravos. Era preciso assegurar as ações portuguesas naquele território e isso não seria alcançado sem a aliança com o Marquês do Mossulo. Por tudo isso, Paulo Lacerda não perderia a oportunidade de registrar seus feitos, seu conhecimento sobre a região combatida e de que era a pessoa mais apta a combater naquela região quando fosse necessário.

Em 15 de dezembro de 1792, o então governador de Angola Manoel de Almeida e Vasconcelos escreveu nova carta mencionando Lacerda: “(...) Em conformidade da patente que obtive de sua majestade o coronel Paulo Martins Pinheiro de Lacerda a e do corrente mês [dezembro de 1792] tomou posse do regimento de infantaria desta capital. (...)”. Em 1 de junho de 1793, o mesmo governador comenta que todos os habitantes da

²⁵⁷ ANRJ, Cx. 746, 1790 Apud PANTOJA, Selma. “O litoral angolano até às vésperas da independência do Brasil”. In: *Textos de História*. Vol. 11. N° 1/2, 2003

conquista decidiram em assembleia fazer uma nova guerra, como uma continuação daquela ocorrida em 1790, liderada por Paulo Martins, pois novas atitudes contra os portugueses e seus aliados tornaram a ocorrer na região.

Na mesma data ele escreveu as “Instruções particulares para o coronel Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, comandante em chefe do exercito, que vai castigar os rebeldes deste estado.”. Nessas instruções fica esclarecida a razão de tantos diários militares escritos por Lacerda:

“[...] espero, que de qualquer parte se me dê todas, e quaisquer notícias, e se me avise do estado, circunstâncias e forma das tensões que se tiverem tomado, e precisões q se experimentarem, ou temerem no exército, pois que o meu cuidado a seu respeito, ficando sempre constante, procurarei com os mesmos desvelos, o providenciar tudo quanto for possível [...]”²⁵⁸

Logo, os diários militares teriam sido escritos a pedido do próprio governador de Angola, a fim de se manter informado de toda a situação, e que pudesse prestar contas ao governo lusitano.

“Declarei com aprovação, e satisfação geral, para Comandante em chefe do exército, ao Coronel Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, a quem encarrego, e confio a inteira satisfação das minhas respectivas ordens, bem persuadido, e constantemente

²⁵⁸ AHU, Angola, Cx. 60

esperançado, de que com a completa, e inteira satisfação das mesmas, exaltará este benemérito, e honrado chefe, a sua gloria, e os distintos e honrados oficiais do seu Comando [...]”²⁵⁹

Em carta de 8 de fevereiro de 1793, Paulo Lacerda escreveu que:

“afiançados do zelo, atividade e valor com que temos servido/ e continuamos/ esperamos mediante a proteção [...] sermos objeto em que resplandeça a Sua real grandeza. [...] dei conta de ter sido ferido o meu filho com duas balas que lhe quebraram a coxa esquerda bem em cima junto ao quadril no ataque de Quimbuxe/ povoação do gentio do norte/ a ferida teve sintomas de mortal”²⁶⁰.

Apesar do grave ferimento, Paulo salienta que seu filho seria capaz de continuar com o “exercício do seu bem conhecido valor e préstimo no Real serviço.” Em setembro de 1793, Lacerda escreveu um diário no qual relata seus serviços para a conquista do “Certão de Angola”²⁶¹. Os diários da primeira campanha foram enviados ao Conselho Ultramarino pelo governador Manuel de Almeida, que julgou ser de maior importância para demonstrar as vitórias do exército português sobre o Mossulo. Já os diários de 1793, apesar de também terem sido enviados, foram considerados pelo governador como “pouco interessante”. O governador informou que de nada havia

²⁵⁹ “Instruções relativas a execução do plano da campanha, a que o governo deste reino de Angola, e suas conquistas, destina um numeroso, e bem composto exército, na forma que consta das rações, contra os rebeldes e inimigos deste estado, sendo comandante em chefe do mesmo corpo, e expedição, o coronel Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, em junho de 1793.” – AHU, Angola, Cx. 60

²⁶⁰ AHU, Angola, cx. 81, doc. 21

²⁶¹ AHU, Angola, cx. 79, doc. 59

adiantado aquela campanha militar, visto que houve uma grande deserção da “guerra preta”. Em tempo, esclarece que já havia providenciado nova “guerra preta”, mas que ainda não havia recebido notícias. O diário de Paulo Lacerda nos revela o cotidiano de uma campanha militar, o aprisionamento de escravos fugidos, o falecimento de soldados, as diversas formas de se obter alimentos e o alto número de deserções que as tropas sofriam.

Em fevereiro de 1795, o governador Manoel de Almeida Vasconcelos escreve a Martinho de Melo e Castro afirmando que Coronel Paulo Lacerda não estava em condições de cumprir suas obrigações, pois estava doente. No entanto, defende que mesmo assim ele deveria permanecer no comando da Fortaleza de S. Francisco de Penedo, sua Principal Habitação. Além disso, governador pediu para que Paulo Lacerda fosse reformado ou, então, promovido a Sargento Mor junto com seu filho Felix Xavier Pinheiro de Lacerda, que poderia ser promovido a Comandante de artilharia.²⁶²

Em 10 de março do mesmo ano, Paulo Martins escreveu novamente falando um pouco de seus serviços durante o conflito com o Marquês do Mossulo. Essa informação é importante, pois demonstra a relação amistosa entre a tropa de Lacerda e os navios estrangeiros, durante a campanha.

“[...] acampej sobre o porto de Ambriz, adonde achei ancorados seis navios, três ingleses e três franceses cujos capitães vindo a terra os tratei com toda a política e amizade, recebendo deles igual recompensa nos dias em que ali me demorei ajudando-nos reciprocamente uns aos outros nos embarques e desembarques nas passagens do Rio [...]”²⁶³.

²⁶² AHU, Angola, cx. 81, doc. 28

²⁶³ AHU, Angola, cx. 81, doc. 37

Tais dados nos informam que o relacionamento entre portugueses e estrangeiros não teria sido tão hostil quanto aparentava. Segundo Thiago Sapede, entre os anos de 1752 e 1800, os ingleses possuíam hegemonia absoluta na região de Ambriz, com cerca de doze mil escravos adquiridos na região. Existiam também os franceses, mas com um quantitativo menor que quatro mil. Sapede salienta também que, para o mesmo período, a quantidade apontada para os navios lusitanos não era significativa, apesar da existência do comércio informal ou clandestino.²⁶⁴ Apesar das preocupações da Coroa em minimizar a influência estrangeira no local, ao observar as tropas de Lacerda estabelecendo um relacionamento amistoso, percebemos a existência de uma diplomacia, pois era permitido prover os víveres aos estrangeiros, mas não fazer o comércio.

Em 2 de fevereiro de 1796, Paulo Martins Lacerda pediu mercê de posto militar de seu regimento para seu filho Félix. Para dar bases à sua solicitação, relembra o ferimento sofrido pelo mesmo e exalta sua coragem e habilidade militar naquela conquista. Além disso, envia dois mapas: um para informar sobre o estado de seu regimento e o outro sobre a fortaleza de São Francisco do Penedo²⁶⁵.

Em 21 de novembro de 1793, Paulo Lacerda foi nomeado sargento mor do exército da cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, pois tal posto havia ficado vago com a saída do militar Manoel Velasco Galiano. No documento de nomeação está registrado que Paulo Lacerda era Cavaleiro professo na Ordem de São Bento de Aviz e coronel do regimento de infantaria da cidade de São Paulo de Assunção²⁶⁶.

Por atuar junto ao seu filho como militar, é importante tentar entender a relação que ambos construíram durante seus serviços prestados em Angola. Em carta patente do

²⁶⁴ SAPEDE, Thiago Clemêncio. *Op. Cit.*, 2012, p. 47

²⁶⁵ AHU, Angola, cx. 83, doc. 27

²⁶⁶ AHU, Angola, cx. 83, doc. 51

ano de 1785, Barão de Mossamedes nomeia Félix como primeiro tenente de companhia de artilharia, por ocasião do falecimento do anterior.

Em 12 de janeiro de 1788, um documento demonstra a promoção alcançada por Félix da Cruz, filho de Paulo Lacerda, no posto de primeiro tenente de artilharia de Benguela²⁶⁷, reconhecido por documento real em 1789. Todavia, a partir do dia 15 de janeiro de 1788, Félix já exercia o posto de capitão da artilharia de Benguela, de acordo com tabela indicativa do estado militar da conquista²⁶⁸. Nesse mesmo documento, seu estado civil consta como solteiro e seu posto anterior, de primeiro tenente da companhia de artilharia de Angola. No item “informações das capacidades e procedimentos” está caracterizado como “inteligente e de boa conduta”.

Em 24 de janeiro de 1792, Félix ficou responsável por relacionar as munições e outros instrumentos necessários para a artilharia de Angola, sem as quais o serviço não seria possível²⁶⁹. Passados sete dias, Félix tornou a escrever. Dessa vez, pedindo mercê ao rei em troca dos seus serviços realizados na campanha contra o marquês do Mossulo.

“Sendo eu hum dos officiais, que tivemos a honra de receber a Grandeza de S. Mag. os honrosos elogios e prêmios pelos serviços feitos na Campanha do Mossul [...]. Por tanto Exmo. Senhor o meu reconhecimento [...] confiando-me a honorífica mercê de Cavalheiro da Ordem de Santiago. Mercês que a temo não ter todo o merecimento, mas suprirá em mim a viva lembrança de que a V. Exa. é a quem devo reconhecer [...].²⁷⁰”

²⁶⁷ AHU, Angola, cx. 73, doc. 19

²⁶⁸ AHU, Angola, cx. 74, doc. 06

²⁶⁹ AHU, Angola, cx. 79, doc. 33

²⁷⁰ AHU, Angola, cx. 77, doc. 13

Além de recorrer aos seus serviços para pedir a mercê do hábito de Santiago, Félix comenta que alguns militares que, apenas participaram do início da campanha, já haviam obtido mercês, enquanto ele e outros que atuaram em toda a missão haviam recebido apenas “elogios honrosos”. Félix pede também sua promoção ao posto de sargento mor e comandante de artilharia.

Em 17 de março de 1792, Paulo Martins Lacerda escreveu para falar que seu filho Félix estava preso e incomunicável desde o dia 21 de fevereiro daquele ano. Apesar de considerar o castigo como “bem merecido pelo desatino que cometeu dando com a sua espada” em outro militar (Francisco Inocência de Beço Teixeira), Lacerda pediu piedade e compreensão, pois ele havia sido tomado pela cólera diante da situação²⁷¹.

Por sua vez, Francisco Teixeira, o militar atacado por Félix, fez uma carta em 24 de março de 1792, alertando que numa colônia como aquela, “habitada por homens libertinos e facinorosos”, não poderiam existir maus exemplos e narrou sua versão sobre o acontecido em 20 de fevereiro daquele ano²⁷².

“[...] o Capitão Comandante de Artilharia Felix Xavier Pinheiro de Lacerda pelas oito horas e meia da noite, depois de se ter dado o soneto, e tocado o recolher, na Fortaleza de S. Miguel de que sou comandante, bater o portão para entrar, dizendo que vinha fazer uma revista a sua Companhia que se acha aquartelada na dita Fortaleza, e depois que entrou chamou o Cabo da Esquadra daquela fortaleza, e disse-lhe; Vá dizer ao Comandante que aqui o espero no Largo da Fortaleza; por que

²⁷¹ AHU, Angola, cx. 77, doc. 28

²⁷² AHU, Angola, cx. 77, doc. 33

tenho um particular que lhe dizer; mandei-lhe dizer que podia subir ao meu quartel que estava as suas ordens, e que dizia o particular que tinha; a esta resposta volta o Cabo da Esquadra, e diz que o capitão dizia que aonde quer que me encontrasse cuidasse em defender a vida; a foi saindo pelo portão fora, de forma que o que fiz foi logo dar parte por escrito ao meu general, que este tomando conhecimento do caso no dia 21 daquele mês mandou prender [...]”.

A denúncia não teria sido suficiente, pois mais tarde, naquele mesmo dia, Félix lhe deu uma “cutilada no ombro direito”, outra na barriga, no peito esquerdo e na mão direita em pleno saguão de uma Guarda Principal. Sobre os motivos, ele comenta que um soldado da Companhia de Félix, chamado Antonio Jozé Magalhães, foi advertido por ele devido ao mau comportamento. Félix não teria tolerado tal postura e, não apenas ameaçou Francisco, como o atacou.

Em 1 de junho daquele mesmo ano, Francisco voltou a escrever sobre o caso²⁷³. Para sua surpresa, o preso Félix havia sido transferido da Cadeia da Justiça para a Fortaleza de S. Francisco de Penedo, aonde o comandante era ninguém menos do que o pai do preso, Paulo Lacerda. No texto, ele expressa claramente a sua revolta, descrevendo que o réu e seu pai foram professados como Cavalheiros na Catedral da cidade. Ou seja, aparentemente, não havia acontecido punição para o atentado que havia sofrido. Dali por diante, Francisco ficaria fechado em sua fortaleza para não correr o risco de encontrar o seu algoz e fazer justiça com suas próprias mãos. A impunidade também fica apontada nos diários militares de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, pois

²⁷³ AHU, Angola, cx. 77, doc. 45

indicam que em 1793 seu filho Félix estava em campanha com ele nos sertões angolanos²⁷⁴. Além disso, no mesmo ano de seu ataque desvairado ao colega militar, uma carta direcionada a rainha de Portugal, buscava a afirmação da mercê do posto de capitão de artilharia de Angola, com o comando dela, para Felix Pinheiro de Lacerda²⁷⁵.

A carreira militar de Lacerda ficou ainda melhor em 22 de junho de 1794, quando D. Maria, rainha de Portugal, concedeu o posto de Coronel efetivo do regimento de Infantaria de Linha de Luanda e o Hábito da Ordem de Avis²⁷⁶. De acordo com Arlindo Correia, ainda na década de 1790, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda teria obtido a mercê de patente de Coronel com soldo inteiro, para gozar em qualquer parte. Mudou-se para o Rio de Janeiro e alcançou o posto de Brigadeiro, pago sempre por Angola, como praça daquela Conquista²⁷⁷.

Um destino diferente parece ter tido seu filho Félix Pinheiro de Lacerda. Segundo registros, no ano de 1800, seu nome aparece como governador de Benguela, sucedendo Alexandre José Botelho de Vasconcellos, que era muito próximo de seu pai, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda²⁷⁸. Isso nos leva a crer que pai e filho se separaram, mas que podem ter construído uma importante rede que conectava seus interesses nos dois lados do Atlântico.

A partir de seus textos, tanto Paulo Martins Pinheiro de Lacerda quanto Elias Alexandre da Silva Correa se julgavam “importantes” e se constroem textualmente desta forma. É possível afirmar que ambos eram “homens ultramarinos”, para utilizar a expressão de Luiz Felipe de Alencastro. Esses homens concordavam em servir a Coroa

²⁷⁴ AHU, Angola, cx. 79, doc. 59

²⁷⁵ AHU, Angola, cx. 77, doc. 26

²⁷⁶ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Op. Cit.*, 2014, p. 163

²⁷⁷ <http://www.arlindo-correia.com/080109.html>

²⁷⁸ CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011, p. 214

nos domínios ultramarinos pela possibilidade de obter promoções dentro da hierarquia militar a partir da obtenção de mercês recebidas por seus feitos militares²⁷⁹.

Contudo, é preciso guardar as diferenças. Ao que parece, Elias Alexandre foi um militar letrado e sua participação em Angola teve poucas campanhas militares ou ele não teve a preocupação de registrá-las. Por isso, a hipótese da escrita como uma forma de mercê se torna mais plausível para ele do que para o caso de Paulo Lacerda.

Este último teria alcançado o reconhecimento a partir dos registros que realizou de suas campanhas militares, pelas quais o governador Manoel de Almeida Vasconcelos tomava conhecimento de seus feitos. Desse modo, poderia auxiliá-lo a pleitear mercês junto ao rei. Principalmente, no caso de sua atuação contra o Marquês de Mossulo, que atrapalhava a presença e a vigilância portuguesa no porto de Ambriz. Mais do que isso, sua influência favoreceu também ao seu filho Felix Lacerda, que não apenas seguiu o caminho do pai como militar, mas também alcançou mercês – e favores – graças a Paulo Lacerda.

²⁷⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103

3.3. *Elias Alexandre: um interlocutor de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda*

Como já mencionado nesse capítulo, Elias Alexandre da Silva Correia teve acesso a uma série de documentos e textos para elaborar o seu texto *História de Angola*. Apesar de ter partido para o Rio de Janeiro em 1789, de onde escreveu a maior parte de sua obra, Correa teve acesso a informações veiculadas por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda e as utilizou para escrever sobre o estado mais “contemporâneo” daquela conquista, pois Correa já não estava mais lá.

Entre as páginas 177 e 232 do segundo volume de sua obra *História de Angola*, Elias Alexandre comenta que “Havendo porem alcançado hum Diario da continuação das hostilidades feitas aos Rebeldes nascionaes, por detalhes, sabiamente imaginado, & dispostos pelo Capitão General Almeida”²⁸⁰. O Almeida ao qual Correa faz referência é o governador Manoel de Almeida Vasconcelos, que recebia as informações das campanhas graças aos textos e diários militares de Paulo Lacerda.

“Estava reservado a Almeida o conhecimento mais intrínseco da Capacidade, inteligência, affoiteza, & valor do Capitão Paulo Miz. Pinheiro de Lacerda, a quem nomeou Commandante, & executor dos seus primeiros ensayos de guerra. Não era occulta a instrucção & intrepidez deste Official Artilheiro, discípulo do sábio Alpoim no Rio de Janeiro [...]”²⁸¹

²⁸⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol. II, p.175

²⁸¹ Idem, p.177

Entre essas páginas da *História de Angola*, Correa faz uma ampla descrição das campanhas contra o Marquês de Mossulo. Não cita apenas informações do ano de 1793, documentação disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, mas também diários militares do ano de 1794. Ou seja, Correa consultou os diários. Como ele teve acesso aos mesmos, não é possível saber. Ele não traz essa informação em seu texto, pois diz apenas que os consultou a partir da intermediação de Manoel Almeida Vasconcelos.

Correa menciona informações referentes às campanhas militares de Paulo Lacerda de 1793 e 1794, narrando 27 combates, desde a partida em 4 de Junho de 1793 até seu regresso a Luanda em 1794²⁸². Além disso, comenta também os resultados que esse serviço teria proporcionado a Lacerda:

“Havendo experimentado Almeida, q. o Capitão Paulo Miz. Tinha o merecimento de hum bom Soldado, unido á instrucção de hum perfeito Commandante da guerra Preta, & ao desinteresse com q. se havia portado em hua época prevertida pela ambição, o encheo á sua retirada de obzequios públicos & brilhantes honras, q. bem demonstrarão a satisfação em que os seus servissos erão tidos, esperançando-os de hum premio real, q. melhor compensasse as suas fadigas; Com tudo: o q. mais Lizongeava o crédito deste Commandante, era o haver humiliado aquelles mesmos Negros altivos, guerreiros, & ouzados a invadir os suburbios da Capital: a combater; & a triunfar dos brancos desde 2 annos antes, q. havião comprovado a sua rebeldia [...]”

²⁸² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, pp. 179-232

É interessante saber que um texto de campanha militar poderia proporcionar não apenas mercês reais pelo serviço prestado em si, mas também repercutir o nome de um indivíduo por outras partes do império português. Se pensarmos que Correa escreveu seu texto consultando as informações de Paulo Lacerda, isso ocorreu no momento em que ele estava no Rio de Janeiro. Ou seja, os “grandes feitos” de Lacerda, estariam ecoando do outro lado do Atlântico. Certamente, isso era bem mais do que Lacerda poderia esperar. Isso aponta também para como o conhecimento produzido pelos militares circulava no império ultramarino português em fins do século XVIII.

Capítulo 4

Militares: seus projetos coloniais

“É nesta mudança do olhar que novos esquemas mentais, dirigidos às ciências de vida – onde o ‘observado’ se distingue do ‘relatado’, o ‘olhar’ da ‘linguagem’, ‘aquilo que se vê daquilo que se lê -, privilegiam a observação e abrem um espaço ao exame e sistematização da cultura material como fonte de informação válida.”²⁸³

A presente tese defende a ideia de que as práticas do Antigo Regime, no caso as dinâmicas do esquema “serviço-recompensa” promovidas pela monarquia portuguesa, se perpetuaram após as tentativas de reformas pombalinas em Angola. Demonstramos isso a partir das trajetórias de dois militares, que escreveram sobre sua experiência vivida na região, fosse ela de gabinete ou de campanha.

No entanto, nossa pesquisa pretende ir além. Já abordamos a importância que a circulação de informações sobre as colônias possuíam no ambiente reformado do Império português. Quanto maior o número de informações coletados pelos seus agentes ultramarinos, melhor seriam as propostas de administração para suas colônias. Muitas vezes, para o caso angolano, a coleta de informações foi feita por administradores e militares, não tanto por naturalistas. Já abordamos aqui as dificuldades que os naturalistas encontravam em Angola.

Mostramos também algumas propostas reformadoras realizadas por governadores do período. Em especial, o caso do governador de Angola, D. Francisco

²⁸³ SANTOS, Catarina Madeira. “De ‘antigos conquistadores’ a ‘angolenses’”. In: *Cultura*[Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 24 Janeiro 2013, consultado a 06 Janeiro 2015. URL : <http://cultura.revues.org/898> ; DOI : 10.4000/cultura.898 – Acesso em 10/10/2014

Inocência de Sousa Coutinho, devido ao grande número de estudos e documentos sobre seu mandato naquela região.

Em todo caso, percebemos que a coleta de informações sobre Angola ficou a cargo dos militares. Muitas vezes, os governadores adquiriam as informações a partir da leitura de seus diários militares, como foi o caso demonstrado aqui no relacionamento entre Paulo Lacerda e o governador Manoel de Almeida Vasconcelos.

Esses militares viveram um contexto no qual ganhavam uma importância além da de realizar campanhas e defender os interesses lusitanos, sendo peças fundamentais na realização de alianças e conflitos com povos africanos. Julgando-se gabaritados por suas vivências locais, tais agentes ultramarinos teriam pensado formas de administrar aquela conquista de uma maneira mais racional e benéfica à Coroa? Teria a experiência vivida em Angola suscitado o desejo nesses militares de, além de fornecer informações sobre as conquistas, prestar conselhos sobre a administração local?

Essas são as perguntas que norteiam esse capítulo. Já esboçamos quais seriam as propostas reformadoras para Angola tomando D. Francisco como um representante dos governadores. Analisemos agora o caso dos militares Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda a partir de seus textos.

Se entendermos o período pombalino como momento de reformas, as respostas para nossas perguntas seriam óbvias. Todavia, considerando a persistência de uma dinâmica de serviço-recompensa de Antigo Regime e a busca por mercês que motivaram os relatos feitos por esses homens, é interessante perceber as peculiaridades de cada discurso. Observar os silêncios sobre determinados assuntos e o detalhamento de outros, nos possibilita entender de modo mais claro como tais agentes locais se julgavam importantes para a vida administrativa e militar local, bem como suas reflexões acerca dos rumos que deveriam ser tomados. Desse modo, a presente análise

mostra-se complementar àquelas feitas sobre os modos de administrar pensados por governadores angolanos²⁸⁴.

É importante destacar que, para além de um discurso propagandístico e de aconselhamento, os textos militares poderiam servir para criar um conhecimento científico acerca do local. A curiosidade do público europeu sobre o mundo ultramarino era crescente, principalmente a partir da primeira metade do século XVIII. Desse modo, as obras referentes à expansão europeia, em especial os relatos de viagem, ganhavam cada vez mais destaque. A linguagem utilizada nesses relatos era cada vez mais “comercial”, no sentido de ser entendida por um público cada vez maior.²⁸⁵

Ao analisar alguns projetos coloniais para Angola pensados por capitães e soldados portugueses durante o século XVII, Diogo Ramada Curto demonstra como era imaginada a presença portuguesa na costa ocidental africana naquele período. Segundo o autor, as descrições e relatos de experiências constituíam o resultado material e as expectativas por ainda concretizar de “conquista temporal e espiritual das terras africanas”²⁸⁶. A conquista temporal ilustrava-se pela existência de boas fortalezas e associada a um sistema político de vassalagem dos sobas africanos. A conquista espiritual dava-se em função das construções de igrejas e conventos, além da atuação de grupos missionários, como os jesuítas e, principalmente, capuchinhos. Por tais razões os conselhos enviados ao rei incluíam sempre a solicitação de apoio militar, a construção de fortes e fortalezas e o envio de missões católicas.

A questão militar era entendida como fundamental, uma vez que vários povos faziam forte resistência à presença portuguesa e a ameaça constante de inimigos

²⁸⁴ Referimo-nos às obras DIAS, Gastão de Sousa. *D.Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Administração Pombalina em Angola*. Lisboa: Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais, nº 27, 1936; NOGUEIRA, Jofre Amaral. *Angola na época pombalina. O governo de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1960; DELGADO, Ralph. “O governo de Sousa Coutinho em Angola”. In: *Stvdia*, VI, Julho 1960, p. 19-56; VII, Janeiro 1961, p.49-86; X, Julho 1962, p.7-47.

²⁸⁵ CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 358

²⁸⁶ Idem, p. 310

européus, sobretudo holandeses, que infringiam regras de monopólio na costa africana. Para citar um exemplo, Curto recorre aos conselhos dados pelo capitão Garcia Mendes Castelo Branco, que teria estimulado o envio de degredados para Luanda, com a finalidade de criar um exército português para servir nas fortalezas de Muxima e Massangano²⁸⁷.

Além de utilizar diversos relatos para reconstituir os principais quadros que davam sentido à construção do império português, um dos objetivos de Curto foi provar que, apesar de por vezes detalharem esforços individuais, tais escritos eram moldados por um discurso monárquico, ou seja, centrado na figura real. Tudo era feito em nome do rei, inclusive as denúncias de corrupção e mau funcionamento da administração local tinham a finalidade de explicitar a falta de respeito ao rei e ao bem comum.

Curto afirma que a escrita de conselhos ao monarca por indivíduos distantes da corte tornou-se crescente a partir do primeiro terço do século XVII e afigurou-se como um dado novo. Isso ocorreu principalmente devido às possibilidades de uma recompensa real, baseados na justiça distributiva encarnada na figura do monarca. Os portugueses e seus descendentes na África Centro-Occidental também partilhavam de valores e práticas de Antigo Regime que derivavam de “uma visão corporativa da sociedade, difundida pelo paradigma jurisdicionalista dos séculos XVI e XVII”²⁸⁸.

O objetivo principal deste capítulo é demonstrar como os militares Elias Alexandre e Paulo Lacerda descrevem o estado da conquista portuguesa. Vislumbraremos os principais temas, como as obras para abastecimento de água, melhorias na produção de gêneros agrícolas e comércio, modificações nos sistemas de tributação de sobas (chefes africanos), alianças (cerimônias de avassalamento) e

²⁸⁷ CURTO, Diogo Ramada. *Op. Cit.*, 2009, p. 325

²⁸⁸ BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *Almanack Braziliense* (Online), v. 2, p. 21-34, 2005, p. 2

conselhos no que tange à segurança daqueles territórios. Além disso, gostaríamos ainda de apontar para a possibilidade de uma continuidade no padrão de escrita com fins de aconselhamento que, segundo Curto, tornou-se crescente a partir do primeiro terço do século XVII. Ela então estaria perpetuando-se em fins do século XVIII²⁸⁹. Desse modo, o uso do conselho para conseguir mercês era uma prática comum na virada do século XVIII para o XIX.

Por isso, passemos a análise dos textos militares, buscando primeiro suas metodologias de escrita, a expectativa de mercês e, finalmente, a identificação das propostas de melhorias na administração, comércio e política locais em cada um dos casos.

²⁸⁹ O historiador Arno Mayer argumenta que vários elementos dos “Antigos Regimes” europeus sobreviveram às revoluções liberais, chegando fortes até às vésperas de 1914. MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

4.1. *A escrita, as críticas e as propostas de Elias Alexandre*

“O prejuízo commum da população de Angola, hé a cegueira do negro comercio dos captivos. A nociva ordem, q presentemente o fás chancellor, hé hum contagio, q vai grassando; mas os effeitos malignos de hum contagio são tanto menos temíveis, quanto mais extenso. A duração do mal fás esquecer o surdo danno com q debilita, e consume. Contaminados deste prejuízo despreza-se o interesse permanente, para adoptar os momentâneos, quaze sempre extirpados por assaltos desgraçados. Tal hé o systema do povo Angolense fazendo-se dependente de socorros estranhos para a conservação da própria vida: sustentando assim a mizeria, que o apersegue em períodos incertos; e os interesses de outros paizes, q lhe administração os gêneros da 1ª necessidade.”²⁹⁰

O serviço militar em Angola concederia ao voluntário uma série de mercês. Visando-as, Elias Alexandre partiu para tal função. Ao aceitar aquela missão sua esperança era “melhorar sua sorte” para o futuro, referindo-se às mercês que poderia ganhar. Logo no início de seu texto, o militar já fala repetidamente dos problemas em servir naquele local:

“O desterro d’Angola, q tanto se fás sensível, quanto hé mais extenso, me tem fustigado com hum flagelo, q mudamente devo sofrêllo; sem com tudo, experimentar os cruéis golpes do clima;

²⁹⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 160

pois oferecendo-me voluntariamente a soportallo, não me resta o regresso de queixar-me”²⁹¹

“Não lembrado, q este torrão árido da África portugueza, servia de desterro aos monstros da iniquidade, procurei innocente a sua companhia, sem pençar na natureza dos tormentos [...] Que estimação! Que character! Que illusão! Capitão entre hum punhado de facinerosos enfermos, & de negros sórdidos, & indigentes! Taes são os indivíduos que formam a benemérita & honrosa corporação militar.”²⁹²

Contudo, o serviço militar não lhe era de todo ruim. Elias Alexandre explica que tal função lhe proporcionou a oportunidade de conhecer o mundo e adquirir acesso a postos e a estima de homens condecorados e “bem nascidos”. A ênfase nos aspectos ruins, certamente, configura uma retórica de discurso, a fim de demonstrar ao leitor a dificuldade dos serviços, provocando a sensação de superação do autor e elevando o mérito de suas realizações. Sua lealdade, respeito e amor à Corte teriam sido estimulados durante os quatro anos que viveu em Lisboa, apesar de ter nascido “Americano Portuguez”. Por tudo isso, buscava a consolação de, num futuro próximo, ser “regressado a corporações mais brilhantes”.

Além de caracterizar de maneira negativa o território sobre o qual prestava serviços, ainda na dedicatória da obra, Elias Alexandre apresenta as razões que o motivaram a escrever:

²⁹¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 13

²⁹² *Idem*, p. 14

“No centro deste campo, semeado de tristezas, e inundado de costumes deploráveis, recorro ao prazível desvio da leitura nos espaços q restão á labutação do meu officio. Os **livros** me prestão férteis encantos de q a imaginação se nutre; e quanto mais os busco, menos a desgraça me estimula. [...] Este trem da vida me inspirou o dezejo de não ignorar os sucessos desta conquista. Algumas **fracas memórias em papeis avulços**: alguns **contos contradictorios**, e outros **testemunhados** concorrerão a alimentar a minha idêa. Prodigio em distribuir estas noticias, incitado de zelo patriótico, e do amor q consagro aos meus nascionaes, as infilerei em ordem sucessiva, para presentear a posteridade, honrando a memória dos Heroes dignos della; [...] Omitindo alguns insignificantes detalhes, nomes dos cafres Potentados; e outros fragmentos menos preciosos á instrução do objeto relativo, que quando muito interessarão somente aos nascionaes do paiz; não me dispensei de expor as acçoens, os projectos, os sucessos e as consequências, tanto quanto a esterilidade mo permitiu.”²⁹³

(grifo nosso)

Além do “zelo patriótico” que o motivara, tal citação nos demonstra as principais fontes que o autor teria utilizado para obter informações: “livros”, “fracas memórias em papéis avulsos”, “contos contraditórios” e coisas que ele mesmo havia “testemunhado”.

²⁹³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 16

Ao relatar a vida do governador João Roiz Coutinho, Elias Alexandre cita em nota de rodapé uma leitura da qual teria feito uso:

“O Padre D. Antonio Caetano de Souza tratando na Hystoria Geneal da Caza Real de João Roiz Coutinho, diz: Tivera a faculd.e de nomear o Governo; o q fizera em seu irmão Gonçalo Vás Cout.o q lhe sucedera: Com tudo: não succedeo assim: apesar de poder ser monido de mais essa authoridade: antes por documento autentico, consta succeder-lhe por elleição, o de q vou falar”²⁹⁴.

Essa passagem demonstra que o militar não fazia apenas uma leitura para compilar informações, pois discorda dela e estabelece então uma discussão sobre a história local. Em outro momento, Elias Alexandre menciona que: “Ainda hoje se conservão Planos da Cidade & Costa marítima desde S. Paulo thé Cabonegro, levantados, & desenhados pelos discípulos mathematicos [de D. Francisco Coutinho]”²⁹⁵. Em nota de rodapé, Elias Alexandre explica que se refere a Antonio Maximo de Magalhaes, que teria sido o único atraído aos estudos e que seria o autor de tais Planos.

Ao tratar do comércio de água, o militar faz alusão a depoimentos de “marítimos”, sobre o uso de águas do rio Zenza e a um livro de autoria do padre Jean Baptiste Labat “nas suas viagens da América”²⁹⁶. Esse livro, na realidade, se intitula

²⁹⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 218

²⁹⁵ Idem, p. 33

²⁹⁶ Idem, p. 146

“Viagem às ilhas da América”²⁹⁷. Em 1732, mesmo dominicano publicou uma tradução francesa, do texto “*Descrição histórica dos três reinos de Congo, Matamba e Angola*” de Giovanni Cavazzi, organizada em cinco volumes e com diversas modificações²⁹⁸. Teria Elias Alexandre lido a tradução francesa da obra de Cavazzi realizada pelo padre Labat?

Às “fracas memórias em papéis avulsos” e “contos contraditórios”, cabiam a missão de abordar os momentos em que ainda não se encontrava presente e não possuíam documentos oficiais a respeito de determinado assunto. Como no momento em que se refere ao governo de Pedro Dias de Novais:

“Havendo apparencias de q as Serras de Cambambe occultassem no seu ceio as Minas de prata, q a tradição authorizava, e de donde extraião e beneficiavão os negros / **segundo noticias havião** / para o seu adorno, as manilhas de q usavão nos braços, e pernas, emprehendendo Novaes conquistar este novo Potosi, e destinar para esta empreza a maior parte da gente q lhe restava [...]”²⁹⁹

Outro momento que demonstra uma estratégia é o relato sobre o governo de Jozé Carvalho da Costa, quando admite ignorar detalhes daquele governo por falta de informações. Porém escreve que constaria: “nas remotas memórias desta Conquista que este official de guerra, governara com grande inteireza: suma probidade: e muita

²⁹⁷ Jean Baptiste Labat foi o responsável por realizar a tradução da obra de Giovanni Antonio Cavazzi para a língua francesa. LABAT, Jean Baptiste. *Relation historique de l’Ethiopia Occidentale*. 5 tomos. Paris, 1732. Além dessa obra, ele teria escrito a o texto mencionado por Elias Alexandre. Esta mesma obra aparece citada em LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 98.

²⁹⁸ OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *Op. Cit.*, 2011, p. 48.

²⁹⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 201

satisfação dos povos em três mezes q a sua authoridade demonstrou o principio dos seus bons desígnios.”³⁰⁰ Quando não possuía muitas informações, Elias Alexandre esclarece que recorria à oralidade, ou seja, ao depoimento de testemunhas ou de pessoas que ouviram falar sobre ele.

Correa também utilizou documentos oficiais, como ilustra o momento em que narra o segundo governo de Manoel Cerveira Pereira, quando cita uma “Provizão de 14 de fevereiro de 1615”³⁰¹. Ao falar da falta de água, o militar menciona uma fonte em nota de rodapé “Por Carta Regea de 14 de Novembro de 1761”³⁰². Quando trata das ações de Salvador Correa de Sá, o militar descreve um documento por inteiro³⁰³. Outro documento transcrito surge quando Elias Alexandre enfatiza os comentários do rei de Portugal sobre os feitos de João Fernandes Vieira e seus soldados, em 9 de março de 1667³⁰⁴. Ao tratar dos castigos ao Dembo Ambuíla, decididos por diversos administradores locais, o militar transcreve outro documento³⁰⁵. O militar transcreveu também o agradecimento real enviado ao governador Henrique Jacques de Magalhães, ao abafar um motim de soldados contra novas medidas de pagamentos de soldos em 1695³⁰⁶.

Ao tratar dos governos contemporâneos à sua experiência em Angola, Elias Alexandre comenta que é necessário diferenciar o passado próximo do remoto e que como havia sido “testemunha ocular” do primeiro, teria mais detalhes para escrever, em comparação ao relato dos governos de um passado mais distante.

Ainda tratando de preparar o leitor, o militar se desculpa pela linguagem utilizada na obra e explica a sua organização. Inicialmente, trata do estado

³⁰⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 357

³⁰¹ Idem, p. 224

³⁰² Idem, p. 23

³⁰³ Idem, p. 260

³⁰⁴ Idem, p. 283

³⁰⁵ Idem, p. 317

³⁰⁶ Idem, p. 323

contemporâneo daquela conquista, ou seja, utilizaria sua experiência local como fonte principal para escrita. A segunda parte aborda um passado mais remoto, por isso, não poderia atuar como uma testemunha e explica a escassez de informações. A terceira parte teria mais dados, visto que seriam relatados os governos de um passado mais recente ao que ele havia vivido. Sem dúvida, Elias Alexandre destaca que a fonte histórica de maior crédito é o seu próprio testemunho. Fatos que ele viu e ouviu, o gabaritavam a escrever uma “História de Angola”.

4.1.1. O estado da “conquista”

É a partir do estado em que se encontraria aquela conquista que ele decidiu iniciar seu texto. Na sua visão, Angola encontrava-se decadente, devendo boa parte de seu atraso aos chefes dos exércitos do que os ataques inimigos. Aponta para a má administração do comércio e critica a fragilidade da agricultura, pecuária, pesca, fábricas e contratos na região. Apenas o comércio teria atenção dos homens locais, sendo a única atividade econômica a ter “alicerces” em Angola.

Em seguida, descreve a costa exterior do porto de Angola, dando coordenadas importantes para a navegação e do próprio porto. Realiza um panorama das principais fortalezas da região e destaca que os limites da cidade chegariam até a Igreja de Nazareth – igreja na qual eram enterrados os negros e soldados -, ao que chama de “subúrbio da cidade”³⁰⁷. Essa igreja conservava apenas um capelão, pela necessidade de encomendar os defuntos destinados ao cemitério geral, e de atestar o falecimento daqueles cujos certificados interessavam aos parentes.

Sobre os presídios, o militar destaca que a Vila de Massangano era a mais antiga e que uma vez criados os presídios, se estabeleciam as “feiras”, nas quais eram expostos

³⁰⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 71

os gêneros do comércio e “[...] attraissem facilmente a concorrência dos Captivos; e para segurança dos Cabedaes alli exposto; e proteção dos povos Prezidianos, se criou em cada hum huma Companhia de Tropa regular, da qual hé Capitão o mesmo Capitão mor, á exceção do Prezidio do Novo Redondo.”³⁰⁸

Sobre a vida dos capitães-mores, lideranças dos presídios, Elias Alexandre define que eram retirados dentre a oficialidade militar de Angola e que não recebiam soldo, “tolerando-lhes as ganâncias que podiam adquirir pela sua industria e comercio [...] empregavão a sua authoridade em abono dos próprios interesses atropelando os alheios.”³⁰⁹ Devido às diversas queixas feitas ao rei, foi-lhes oferecido o soldo de 300 mil reis por ano, obrigando-os a não terem nenhum outro interesse que não fosse a função militar. Todavia, isso não era respeitado, de acordo com críticas feitas pelo próprio Elias Alexandre ao tratar das causas da ruína do comércio em Angola³¹⁰, pois nem todos os capitães recebiam salários, ficando livres, nesses casos, para envolverem-se com o comercio.

Além dos presídios, existiam os distritos (mesmo que jurisdições), com o uso também de capitães mores, escolhidos pelos governadores. Segundo Elias Alexandre, além dos lugares listados na tabela abaixo, existiriam outros locais, mas que estavam “dominados” por outros, como Libongo, Bengo, Quillengues, Calumbo, Quanza e Quillengues de Benguella.

³⁰⁸ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 25

³⁰⁹ Idem, *Ibidem*

³¹⁰ Idem, p. 37

	GUARNECIDOS COM TROPA	SEM TROPA	JURISDIÇÕES
PREZÍDIOS	<u>Encoge</u> Cambambe <u>Ambaca</u> Pedras Caconda Novo Redondo	<u>Muxima</u> <u>Massangano</u> Galangue	<u>Golungo</u> Eccolo <u>Dande</u>

Tabela baseada na existente no texto CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 26



Adaptação de mapa, no qual está marcada a região de alguns dos presidios (Ambaca, Muxima, Encoge, Dande, Golungo, Massangano e Cambambe) citados na obra de Elias Alexandre. Fonte: <http://catalog.afriterra.org/zoomMap.cmd?number=1204> - Acesso em 10/10/2014

Elias Alexandre destaca que o governo de D. João Lencastre foi muito importante para a administração das forças militares locais, visto que ele estabeleceu matrícula para as tropas dos presidios e mandou fazer livros de guarnições³¹¹. Ou seja, já no seu governo, em 1688, os administradores praticavam medidas para

³¹¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 311

racionalização, hierarquização e, conseqüentemente, melhor funcionamento das estruturas locais.

Todavia, nem todas as medidas implementadas pelos governadores são descritas como de fácil aceitação pelos agentes locais. Durante o governo de Henrique Jacques de Magalhães (1694-1697), foi estabelecida como moeda uns paninhos de palha tecidos pelos negros, como se fossem guardanapos, chamados de Libongos. Isso se devia a ideia de que o dinheiro era um gênero inútil à sustentação da vida em Angola. Os soldados reclamaram de tal atitude e se revoltaram:

“[...] determinou El Rey se estabelecesse a moeda de cobre, e prata, que mandou cunhar correspondente aos gêneros, e comercio do paiz; mas em lugar de 140 guardanapos de palha, q cada soldado recebia em hum mez se lhes desse alem da farinha, só 200 reis em dinheiro. Esta diminuição de soldos, q não compensava o brilhar da nova moeda; nem a facilidade de a guardar na algiberia, irritou de tal forma a soldadesca, q repugnando desde logo, asseitar o pagamento, pegarão em armas, e animados do espírito da sedição, se passou toda a Infantaria ao sitio de Nazareth, aonde elegendo Officiaes, e Cabos da sua facção, romperão no dezatino de mandar lançar hum bando ao som de caixas, para q toda a pessoa, q tivesse praça fosse unir-se a elles naquelle sitio, sub pena de ser morto o q assim o não executasse [...]”³¹²

³¹² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 322

Durante cinco dias, os militares se organizaram e exigiram, inclusive, a expulsão do governador. O confronto terminou com a morte de cinco soldados, o que teria sido um golpe no ânimo revoltosos, que decidiram obedecer e aceitar as novas determinações com relação aos seus pagamentos.

Após abordar brevemente as estruturas administrativas e militares portuguesas na região, o autor descreve o que entendia como os três gêneros principais do comércio para exportação na região: escravos, marfim e cera. Como era de se esperar, Elias Alexandre determina que o gênero de mais importância para o comércio de Angola era o de escravos.

O comércio do marfim contava com regras estabelecidas por contrato real e era exclusividade do soberano. Contudo, sua extração e comércio ocorriam clandestinamente, o que consistia em crime contra o tesouro real. O custo do marfim dependia de uma classificação, conforme o peso de cada ponta, ou dente, e a proporção de sua utilidade. Ele poderia ser dividido em quatro:

CLASSIFICAÇÃO DO MARFIM PARA COMÉRCIO		
Qualidade	Nome utilizado	Valor em reis
Classe superior	Ley	250 reis por libra
Classe intermediária	Conta Memão	Não informado
Classe inferior	Miudo	50 reis por libra

1 libra = 333 gramas

Tabela baseada nas descrições de Elias Alexandre para o comércio do marfim em Angola em fins do século XVIII, de acordo com a conversão feita pelo próprio militar.

Correa informa que a cada três anos eram enviadas para Lisboa de 2 a 3 mil pontas de marfim, incluindo de 65 até 80 mil libras (peso). Esse valor é aproximado, pois o marfim poderia ter fissuras que o deixassem pouco aproveitável enquanto matéria

prima. As caracterizadas como “de Ley” eram pouquíssimas, cerca de 10 para um total de 2.229 pontas, por exemplo³¹³.

Como era classificado pelo peso, Elias Alexandre denuncia uma fraude que era muito comum. Alguns comerciantes deixavam as pontas de marfim mergulhadas na água durante vários dias e outros inseriam chumbo derretido, areia, barro ou pedras pelo seu canal central. Desse modo, o peso era adulterado e conseguia-se mais lucro. Para evitar tal corrupção, o então governador de Angola, Barão de Mossamedes, determinou que o marfim que seria comercializado não poderia ser estocado por mais de oito dias, sob pena de apreensão do conteúdo por suspeita de falsificação. O denunciante ficaria com a metade da mercadoria ou, caso fosse escravo, ganharia sua alforria.

Sobre a cera, Elias Alexandre conta que existiam dois tipos, a branca – com o valor de três tostões - e a amarela – com o valor de dois tostões. Do mesmo modo que o marfim, também era comum a fraude no comércio da cera, que poderia ser adulterada em seu peso a partir da introdução de areia, pedras e outros em seu centro, de modo que ficasse mais pesada. Por isso, a cera era sempre partida ao meio com um machado para identificar possíveis casos de falsificação.

Após tratar brevemente desses aspectos, o militar lista - apesar de não ser um intelectual ou um propagador de reformas para a região – o que considera como os doze maiores problemas, que classifica como “prelúdio da ruína” do comércio em Angola³¹⁴. Se entendermos o termo “prelúdio” como algo que anuncia, ou prevê algo, podemos inferir que Elias Alexandre dava como certa a ruína, ou seja, a decadência daquela conquista, caso aquelas características não fossem modificadas.

A primeira causa seria o hábito dos “sertanejos” – também chamados de aviados - aplicarem os ganhos do comércio para vantagem própria. Mesmo com o

³¹³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 28

³¹⁴ *Idem*, p.31

comportamento do aviado, o aviante – dono das fazendas -, esperançoso de escravos mantinha-se calado.

"Preferindo os apetites aos dogmas da Religião Christã, estabelece um serralho de escravas; orna as Negras Sultans com proluxidade e despesa, segunda moda do paiz; impõem respeito no seu tracto domestico: enche a sua mesa de bocados desuzados talvez na sua criação: adopta para vestuário o uso de alfais, e ricas joyas, fás garbo do desperdício [...]"³¹⁵

A segunda causa seria o envolvimento dos capitães mores no comércio. Ao invés de aplicar os recursos para os comerciantes sertanejos, os capitães mores dos presídios - apesar da proibição para aqueles que possuíssem o soldo - voltavam os recursos para seu proveito. Esse comportamento era considerado tão natural que o capitão mor que não agisse com ganância era considerado “desonrado” caso não tivesse seu comercio particular.

“[...] a primazia do comercio dos Capitaens mores, põem em innação os aviados concorrentes, redobram se as despêzas, sente se avaria nos effeitos, e perdem a occasião da concorrência , seguindo se depois uma serie de prejuízos, que debilitão os aviantes e aprestão desculpas ao aviado.”³¹⁶

³¹⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 35

³¹⁶ *Idem*

É estranho o fato de um militar se referir de forma tão negativa a outros de seu mesmo grupo. Isso nos faz pensar as razões que levaram Elias Alexandre a denunciar tais costumes. Como já abordamos aqui, o envolvimento de capitães mores com o comércio não estava ligado necessariamente numa vontade de interferir no tesouro real, ou por ganância. Tal comportamento poderia ser resultado do atraso ou inexistência do pagamento de soldos a esses homens, fazendo com que recorressem ao envolvimento com o comércio local como maneira de sobrevivência. O próprio militar afirma que a falta de mantimentos era enorme e a dieta da tropa se resumia praticamente a cola (fruta amarga), fubá (farinha de milho), quicuanga (massa de mandioca podre) e outros que eram débeis³¹⁷.

Desde 1759, Antonio Vasconcelos havia proposto uma “reforma militar”. Dentre as medidas estava a mudança no valor dos soldos para os oficiais subalternos, que deveriam ser pagos em dinheiro, e não em “farinhas, cobre ou fardas, como de costume”³¹⁸. Ao mesmo tempo, propunha uma redução nos soldos dos oficiais. Ao que parece, o envolvimento de militares com os negócios locais era encarado como algo comum, mesmo com a proibição.

As novas diretrizes militares – promovidas por Conde Lippe – estavam ligadas aos recrutamentos realizados em Angola. Apesar dos esforços regulamentadores, os militares a serviço da Coroa portuguesa esbarravam nas circunstâncias locais: falta de homens brancos e europeus. Tornava-se inescapável o uso das forças locais para fundamentar o seu próprio poder. A presença de africanos nas tropas militares para o alcance de objetivos políticos e econômicos foi fator fundamental.

³¹⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 74

³¹⁸ CRUZ, Ariane Carvalho da. *Op. Cit.*, 2014, p. 49

Governadores e a naturalidade dos militares

Naturalidade	A		B		C		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%	#	%
América Portuguesa	5	7,1	13	6,1	1	2,1	19	4,9
Angola	29	41,4	92	43	10	21,3	131	34,0
Portugal	35	50	87	40,7	6	12,8	128	33,2
Índia			1	0,5			1	0,3
Ilegível	1	1,4	8	3,7			9	2,3
Não informado			13	6,1	30	63,8	43	11,2
Total	70	18	214	56	47	12	385	100

A - Nomeações realizadas no período do governo de D. Antônio Álvares da Cunha
 B - Nomeações no período do governo de Antônio de Vasconcelos
 C - Nomeações realizadas no período do governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

Fonte: PADAB DVD 8,13 - AHA - Códice 301 – C – 20 – 2; PADAB DVD 9,16 - AHA - Códice 308 – C-21-3; PADAB DVD 10,23 - AHA - Códice 309 – C – 21 – 4

Tabela elaborada por CRUZ, Ariane Carvalho da. *Op. Cit.*, 2014, p. 140

Os dados analisados por Ariane Cruz indicam que, para o governo de D. Antonio de Vasconcelos e de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, a naturalidade de parte dos militares nomeados era Angola. Acreditamos que essa seja uma tendência que se manteve para o final do século XVIII. Logo, ao caracterizar como negativo o comportamento dos militares, ele não apenas denunciava o envolvimento daqueles com negócios paralelos – e proibidos –, mas também se referia a grupos militares que não eram em sua maioria portugueses ou americanos.

Além disso, como Elias Alexandre não era natural daquela região, e sim da América portuguesa, podemos inferir que os laços estabelecidos por ele na América o fazia olhar para a África com certa exterioridade, daí as críticas feitas às condutas locais. Afinal de contas, o cronista sempre deixou clara e evidente sua vontade de retornar para a América e como era penosa a estadia na África.

A terceira e a quarta causa seria a ganância dos aviantes, “os donos do dinheiro”, que distribuíam suas fazendas para vários aviados, a fim de aumentar suas possibilidades de lucro, e pensavam apenas em comercializar o que mais era mais

procurado, e não o que era necessário. Afirma que Baco - deus do vinho, de acordo com a mitologia grega - triunfava naquela conquista.

“Angola podia lhe consagrar um templo. [...] Nenhum pensa radicar-se em hum só emprego: todos tentão subir de grao em grao ao cume do comercio, sem socorros competentes, nem propensão segura para se elevar a esta honrada classe.”³¹⁹

A ganância fazia com que tais comerciantes não estabelecessem bases sólidas para o comércio na região, pois como agiam de acordo com as demandas, quando essa modificava por alguma razão, rapidamente faliam, ou se viam obrigados a mudar rapidamente todo seu negócio. Esse fato ocasionaria a quinta e a sexta causa da ruína do comércio em Angola, a sua fraqueza e desordem. Para esse problema, o militar comenta que se esses comerciantes:

“[...] se propuzassem a favor das forças adquiridas, pouco a pouco, a fundamentar armasens sortidos dos molhados gêneros, q o paiz consome, virião a opolentar se em cabedaeas, servindo estas cazas de apoio seguro aos correspondentes e sócios ultramarinos, e de firmes pedestais a ellevação do comercio do paiz. A fertilidade destes e outros gêneros, seria sempre igual, se alguns se radicassem em huma só espécie de negocio, adquirido nelle a valentia precisa, para não falir a qualquer revez da fortuna.”³²⁰

³¹⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 41

³²⁰ *Idem*, p. 42

Diante desse panorama, Elias Alexandre apresenta o que seria a sétima causa, a brutalidade, ou seja, os roubos e assassinatos que ocorriam em decorrência da desorganização, da cobiça e da certeza da impunidade local. Essa causa estaria ligada à oitava, que seriam os constantes roubos e pilhagens.

“Q aumento de interesses lucra hua Conquista; cujos povos abandonando os seus Lares, e as suas plantações, caminhão por entre outras, q assolão applicando-as em sustento, apesar de ser o fruto do trabalho de amigos povos; e a esperança de uma colheita fértil? [...] Ficando por estes princípios abandonada, e consumida a agricultura.”³²¹

Nessa citação, podemos observar que Elias Alexandre considera que a atividade agrícola seria a base para uma economia e comércios sólidos para a conquista. Seu discurso, então, vai ao encontro daqueles que focavam no estímulo e diversificação da agricultura, como defendia D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Apesar de não contar com tantas terras férteis – Correa destaca que desde o Cabo Padrão até o sul de Benguela não era própria para a agricultura -, era preciso levar em conta que os meses de outubro, novembro e dezembro eram os mais favoráveis para plantação. Os terrenos mais próprios eram às margens dos rios. Ainda assim, “[...] as margens do Quanza, do Zenza, e do Dande, pouco terreno oferecem, para prodigarem fartura de viveres ao povo de Angola.”³²² Muitas vezes, até mesmo a primavera e no outono, não eram climas tão férteis.

³²¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p.45-46

³²² *Idem*, p. 111

Os gêneros de primeira necessidade eram a farinha de Mandioca, o feijão e o milho. A farinha em grande quantidade, e os outros dois menos. Frutas e verduras eram muito escassas. Elias Alexandre estima que a agricultura angolana gerasse em torno de 180 mil cruzados cada ano, e o de Benguela em 40 mil.

Outro aspecto que mostra a influência de D. Francisco nas ideias de Elias Alexandre é o vocabulário utilizado. Principalmente se compararmos com as “Memórias do reino de Angola”³²³, elaboradas por D. Francisco, no qual apresenta as razões que acredita serem responsáveis pela “ruína” de Angola³²⁴. A principal delas estaria em sua constituição econômica, e não em seu clima e aspectos naturais. Ao que parece, Elias Alexandre concorda com ele. Se ele teve acesso ou não às *Memórias* de D. Francisco não sabemos.

A admiração de Elias Alexandre por D. Francisco é algo evidente em seu texto. Ele tece inúmeros elogios ao governador, que possuía “Alma formada das qualidades mais precisas para governar.”³²⁵ Além disso, assim como D. Francisco acusou seu sucessor pelo fracasso da Indústria de Ferro de Nova Oeyras, Elias Alexandre também sai em sua defesa, ao criticar D. Antonio Lecanstre, quando trata de seu governo: “Desta forma se deo por extincto hum dezignio qm e. todos punhão a mira: tanto por ser produzido por hum General affeçoado; como pelas ventagens, q o seu effeito atrairia ao Estado, e á Conquista; [...]”³²⁶

³²³ COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas*, escriptas por Dom Francisco Inocencio de Sz^a Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

³²⁴ É preciso destacar o termo “ruína” para se referir ao estado daquela conquista. Esse termo é o mesmo que aparece no texto *História de Angola*, do cronista militar Elias Alexandre.

³²⁵ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 44

³²⁶ *Idem*, p.46

Para Flávia Maria de Carvalho, a *História de Angola*, escrita por Elias Alexandre foi um dos fatores responsáveis pela perpetuação das notícias sobre o governo de D. Francisco e por sua fama como “Pombal de Angola”.³²⁷

Voltando as causas da “ruína” de Angola, Correa destaca que a nona seria a demora dos navios do comércio, que ficavam ancorados no porto de Angola devido à falta de mantimentos. Isso fazia com que os navios se deteriorassem e também as suas mercadorias, incluindo os escravos.

A décima e a décima primeira causa seriam os altíssimos impostos envolvendo o comércio de escravos, o contrabando – principalmente os de “interesses brazilicos”³²⁸ e os preços dos escravos. Ao que, novamente, o militar apresenta uma solução:

“[...] sendo os negros vendedores dos escravos hum povo livre, izento á sugeição dos nossos dictames, não lhe podemos impor o activo ônus de se limitar aquelle gênero a hum preço regular; mas pela passiva se poderia limitar o seu valor aos compradores; e como os gêneros, que lhe trocamos são de mais necessidade á sua subsistência do q os escravos á nossa, serão elles os primeiros a ceder em nosso beneficio.”³²⁹

Na visão do militar a última causa seria a mais importante, a que mais mereceria reformas. Seria a mais grave também por sua natureza destrutiva em relação à humanidade e de prejuízo para o comércio, e que foi limitada pela “carência e interesses gerais da monarquia”: o grande número de escravos amontoados nos navios sem a quantidade necessária de mantimentos e água. O militar denuncia que mesmo com a

³²⁷ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 270

³²⁸ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 48

³²⁹ *Idem*, p. 51

Inspeção Judicial decretada pelo rei, os donos de navios seguiam realizando tais atividades, ignorando a Inspeção.

Além disso, muitos capitães de navios os esvaziavam a fim de enganar a Inspeção judicial e colocarem mais escravos após a autorização concedida para as viagens. Desse modo colocavam seus escravos junto a grande quantidade de outros produtos.

“Os incômodos, q padecem os captivos expostos ás injúrias do tempo. A sórdida imundície dos únicos panos com q mal se cobrem, e enxugão no corpo depois, q a chuva, o sereno e o suor os molha; exallão hum alito insoportaval, cujas partículas envolvidas na unida transpiração dos corpos; e corpos penetrados de contagiozas enfermidades, compõem hua atmospha em q de necessidade se respira a morte.”³³⁰

Segundo Elias Alexandre o porto de Angola exportava anualmente 8.000 escravos e o mesmo ocorria no porto de Benguela. A maior parte deles era encaminhada para a América. Esses escravos eram necessários para trabalhar nas diversas atividades que a colônia do outro lado do Atlântico possuía como as minas de ouro e diamantes, os engenhos de açúcar e a pesca de baleias. Ao abordar este assunto Elias Alexandre tece a seguinte crítica em nota de rodapé:

“[quando as minas secarem, as baleias se extinguirem e o solo não produzir tanto açúcar] e que a Providencia Paternal do

³³⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 57

Soberano se estender sobre a proibição da escravatura; como já se praticou em Portugal, se virão a perder as duas terças partes existentes [de escravos], para se comessar hum estabelecimento mais solido, servido por indivíduos jornaleiros ao uso da Europa. A pouca população do Brazil, não pode ainda prestar meios a esta solidez; e a reprodução de subsídios que se atrae pelos braços da escravatura são interessantes ao Estado e á Monarchia.”³³¹

Elias Alexandre prevê que não era saudável para a economia de Portugal, que suas possessões em Angola se baseassem tão fundamentalmente no tráfico de escravos, por duas razões. A primeira era o cálculo de escravos pautado nas necessidades da América, pois as atividades econômicas desenvolvidas poderiam cessar ou tornarem-se escassas, o que atingiria diretamente o comércio de escravos em Angola. A segunda razão deve-se à progressiva substituição do trabalho escravo pelo assalariado, como ocorria na Europa.

Esse questionamento levou Elias Alexandre a concluir que de nada adiantaria as guerras realizadas no interior de Angola, pois não teriam consequências interessantes para a economia.

“Por ventura o fazermo-nos odiosos a estes bárbaros atrae a Monarchia algum proveito? Abrio-nos a conquista de Cabinda alguma communição ventajosa? Não foi Ella, que semeou a raiva entre os habitantes daquela Costa, e fechou os portos do norte às nossas mercadorias passageiras?”³³².

³³¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 62

³³² Idem, p. 64

Na visão do militar, se os portugueses conseguissem algum novo ponto para a importação de escravos, esse comércio poderia ser mais útil, mas caso o contrário, serviria apenas para debilitar sua economia. Nesse sentido, sua reflexão vai ao encontro das ideias de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Este governador, como esclarecido no segundo capítulo da pesquisa, via a dependência da economia da conquista no tráfico de escravos como algo vulnerável. Mesmo tomando medidas para racionalizar tal atividade, o governador fez várias tentativas de estímulo a outras atividades, como a mineração.

4.1.2. A necessidade de militares e a caracterização dos africanos

Após apresentar os doze maiores problemas para o comércio de Angola, Elias atenta para a necessidade de forças militares na região.

“Em nenhuma parte do mundo portuguez hé mais necessária a milícia do q em Angola. [...] Nenhum outro continente será mais sujeito a revoluçoens, soblevaçõens, assassinatos do gentio, e roubos nas estradas. Nenhum mais sujeito a desobediências dos Potentados Nascionaes, q unidos ao vinculo da Vassalagem, fasem mais triste, e afflictiva a sua Sorte. Nenhum mais sujeito a deligencias insignificantes em q se despende a tropa com facilidade.”³³³

³³³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 69

Elias Alexandre constata que um exército composto somente por brancos não resistiria por muito tempo, devido às dificuldades de adaptação ao clima. Por isso, sugere que apenas os naturais da cidade e “seus suburbios” fossem recrutados. Toda essa dificuldade deveria ser somada ao grande número de desertores. O número sempre reduzido de homens nas tropas era uma das impossibilidades da conquista. Isso fazia com que sempre solicitassem o auxílio de forças militares da América portuguesa.

As guarnições dos presídios eram de 60 soldados, chefiados pelo capitão mor do presídio. Esses soldados viviam isentos da disciplina exigida aos de Angola. Os militares, muitas vezes, assumiam outras funções como “taberneiros, hortelaons, feitores d’agricultura, e mil empregos para os quais não são capazes os nascionaes, pela brandura, inercia e moleza; e compõem o fundo de immensas procissoens, que celebrão sem religião.”³³⁴. Além de não serem considerados aptos pelo militar para as ocupações mencionadas, Elias Alexandre afirma que os “homens pardos, nestes paizes de immensos negros, não ofuscão o brilhantismo das funções públicas.”³³⁵

Ao explicar sobre o funcionamento das olarias, Elias Alexandre declara que faltavam recursos para o seu custeamento, por isso não conseguiam ter uma produção significativa. A razão para isso seria que “os espíritos hábeis não nascerão neste torrão da Guiné baixa. Toda a industria hé estrangeira; e os espíritos de outro clima; ou adormecem neste, ou se engolfão em negócios portáteis, e jamais em permanentes.”³³⁶

Desse modo, para o militar um dos motivos da precariedade da conquista portuguesa em Angola não seria apenas a economia baseada no comércio de escravos, mas também a própria população local. Tecendo o papel do africano dessa maneira ao longo de toda a *História de Angola*, Elias Alexandre propõe soluções para “domesticar

³³⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 74

³³⁵ Idem, p. 84

³³⁶ Idem, p. 155

os povos habitantes: a extinção do captiveiro: os meios de os instruir, cultivar, e beneficiar: a liberdade da regência: a dependência da amizade, e do comercio, e a reprodução da mistura das duas cores nos pactos familiares, e generativos.”³³⁷

Suas opiniões sobre os africanos são carregadas de preconceito, sempre enfatizando aspectos negativos, a fim de defender a necessidade da sua “civilização”. Em determinado momento, o militar relata que a esposa do Barão de Mossamedes realizou uma reunião:

“As senhoras costumadas, a faserem-se entender às suas escravas por esta linguagem [a língua Ambundo], são verbozas nas conversações familiares, e mudas nas polidas assembleas. A Illustrissima Senhora Baroneza de Mossamedes, ardendo nos desejos de fazer brilhante o tempo do governo de seu Illustre Espozo as convocou, e reduzio a aparecerem vestidas ao uso da Europa atraindo primeiramente á sua companhias algumas meninas das principaes famílias, as quaes educou debaixo dos preceitos, e maneiras Europeanas, mandando-as ensinar a custurar, a bordar, a ler, a escrever, a contar, a muzica, a dançar, e por consequência a falar.” (CORREA, 1937, Vol.I, p. 83)

Ao analisar a influência africana nas regiões de presença portuguesa, Catarina Madeira atenta para o fato das mulheres, mulatas ou negras, que possuíam filhos com brancos, os educarem na cultura ambunda, ensinando-lhes a falar o quimbundo. Nesse sentido, a língua portuguesa ocupava uma posição muito secundária. Por isso, o

³³⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 300

domínio da língua quimbundo era importante para os governadores, administradores, comerciantes, militares e religiosos interessados em implementar suas intenções. “Assim, a política pombalina para a imposição do português como língua comum acabava por se confrontar com a impossibilidade de governar sem o domínio do quimbundo, quer através dos interpretes quer através de uma aprendizagem direta”³³⁸.

Logo no início da obra, o autor menciona que a corporação militar angolana era composta por “hum punhado de facinerosos enfermos, & de negros sórdidos, & indigentes!” e que “as boas acções praticadas n’Africa Angolence, perdem o brilhantismo entre os negros competidores.”³³⁹

Para o militar, os negros preferiam viver da rapina dos corpos, do que das terras.³⁴⁰ Suas cerimônias, como casamentos e funerais, são concebidas como “supertições” e lamentações barulhentas³⁴¹. Apesar da presença do cristianismo, “a população d’Angola, igualmente crêm em J. Chr., e no Moêne-bengo [quer dizer senhor do Bengo, feiticeiro], ou em outros feiticeiros, q lhes dita superstiçoens ridículas.”³⁴². Além disso, nos arredores da cidade, a religião seria uma miscelânea, possuindo cristãos, muçulmanos e pagãos.

“Entrando hum pouco mais para o certão se descobre o Paganismo em toda a sua pureza. Hé muito preciozo o comercio dos escravos para arruinar os seus fundamentos com a Santa doutrina dos Apostolos. Os dogmas da nossa Religião, são incompatíveis com as Leys, e costumes gentílicos.”³⁴³

³³⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2007

³³⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 14-15

³⁴⁰ *Idem*, p. 54

³⁴¹ *Idem*, p. 82

³⁴² *Idem*, p. 87

³⁴³ *Idem*, p. 93

A caracterização do negro de maneira negativa não é algo exclusivo deste militar. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho possuía opiniões muito ruins sobre os negros. Tanto como soldados como para servir em ofícios. Ele tentou, até mesmo, abolir as competências do Senado da Câmara de Massangano, pois ela era composta apenas por negros³⁴⁴. Isso o fez estimular o povoamento da região com casais brancos, conforme analisamos no segundo capítulo desse trabalho.

Os maus comportamentos dos negros, na visão de Elias Alexandre, seriam tolerados pela maior parte dos brancos por preguiça e complacência. “Exigem o trabalho dos seus braços, e nada mais: e para professarem o paganismo sem remorços, se esquecem de os regenerar com a agoa do baptismo [...] morrem engolfados nos seus erros por falta de conhecimentos, e instrução.”³⁴⁵. Ou seja, na visão do autor, os senhores não cuidavam da vida espiritual de seus escravos e faziam, inclusive, leilão da virgindade de escravas³⁴⁶. Como viveu maior parte de sua vida na América portuguesa, Elias Alexandre observava o comportamento dos senhores e seus escravos a partir da ótica americana.

As Constituições Primeiras do Arcebispado do Bahia, promulgadas em 1707, dirigiram a vida religiosa na América portuguesa durante, praticamente, todo o século XVIII. Tal conjunto de leis foi muito influenciado pelo tratado *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, do jesuíta Jorge Benci, publicado em Roma em 1705³⁴⁷. Ao tratar da conversão dos negros na América portuguesa, é considerada uma obrigação dos senhores zelar pela vida espiritual e compromissos religiosos de seus escravos. Em seu segundo discurso, *Em que se trata da segunda obrigação dos*

³⁴⁴ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 52

³⁴⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 93

³⁴⁶ Idem, p. 88

³⁴⁷ BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. (1705). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977

senhores para com os servos, Benci trata do compromisso que o senhor tem de ensinar a doutrina cristã para os servos. O padre diz que muitos senhores preferiam a desculpa de que os negros eram muito brutos para aprenderem os costumes cristãos a se dedicarem fortemente nesse ensino: “Entre essas gentes há gente, que mais tem de bruto, que de gente. Há alarves em guiné tão boçais e rudes, que só o vosso poder lhes poderá meter o Padre Nosso na cabeça.”³⁴⁸

As lideranças portuguesas no interior de Angola, os capitães mores dos presídios eram instruídos ao *Tanar Mocanos*, ou seja, a deixar os africanos à vontade para exercitar seus costumes. Na opinião de Elias Alexandre, a povoação dos presídios, mesmo que chamadas de católicas conheciam a igreja apenas “pela casca”, pois não havia párocos. Angola seria estéril em padres, “a espada espiritual existe enferrujada na bainha, Que lastima!”³⁴⁹.

“Os clérigos nascionaes são poucos e Velhos: os Missionarios não vivem. Os conventuaes, nem destacam, nem médrão; e assim sendo planta estranha, e inculta, em hum paiz gentílico; parece, q não vêm a fazer falta, aonde os catholicos amão a desgraça de se converterem ao paganismo [...]”³⁵⁰

4.1.3. A questão religiosa

Para Elias Alexandre, os poucos párocos que viviam ali preferiam lamentar em segredo a enfermidade das almas, do que aplicar-lhes a cura, pois recitavam os evangelhos em Latim, fazendo com que todos ignorassem seu significado. Esses

³⁴⁸ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 89.

³⁴⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 88

³⁵⁰ Idem, p. 99

também não usariam o catecismo, mas sim os sermões em dias de festa, para dar certo luxo às celebrações³⁵¹.

O militar comenta que existiam dois conventos, um dos carmelitas descalços e outro de São José, no qual residiam alguns frades de Lisboa. Além disso, existia o hospital de Santo Antonio, ocupados por frades italianos “barbadinhos”, ou seja, capuchinhos. Dos conventos, a cristandade não tirava nenhum proveito, na opinião do autor. O do Carmo emprestava dinheiro, mas com juros de 5%. Esse dinheiro disponível para empréstimo era originado dos seus “arimos”, nome dado aos terrenos com cultura agrícola junto ao seu convento³⁵². Já o de São José possuía suas riquezas nas “vezinhanças do Rio Quanza”.

“A Igreja do Corpo Santo, hé conservada por hua irmandade de gente marítima, q tem adoptado esta devoção: alli vão ter alguns a sua Sepultura. A do Rosario entretida por outra irmandade de Negros, poucas vezes se vê aberta. Nem esta nem aquella conservão capellaens effectivos.”³⁵³

Estes templos encerravam o circuito da cidade, pois os demais ficavam no Bengo, Golungo, Dande, Encoge, Massangano, Muxima, Ambaca, Pongoandongo, Cambambe, Caconda, Novo Redondo, Quilengues de Benguella e Galangue. Em quase todas não existiam sacerdotes para administrar os sacramentos. Em nota de rodapé, Correa afirma que os “Barbadinhos italianos, são os q mais se expõem a sofrer estes

³⁵¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 91

³⁵² Segundo o militar Paulo Martins de Lacerda “[...] por ali sahe muito mantimento dos muitos arimos assim se chamão as Fazendas de lavoura que há [...]”. LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791”. In. *Annaes marítimos e coloniaes*. Associação Maritima e Colonial. 6ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133

³⁵³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 105

martírios, e principalmente a inconstância dos negros; e por isso estes os estimão, e fazem melhor conceito, q dos outros.”³⁵⁴

Enquanto os jesuítas aparecem no texto apenas em situação de embates com a administração portuguesa e de críticas ao estado eclesiástico local, o militar tece elogios aos capuchinhos, que são caracterizados como gratos e responsáveis pela conversão de importantes figuras políticas africanas, como a rainha Jinga.

“[...] [Jinga] tornou a reconciliar-se com a Igreja, prezistindo athé morrer, em religiosos actos de piedade. Forão instrumentos desta segunda transformação, os Missionarios Capuxinhos Italiannos, q sabendo prezistir ao seu lado operarão o renascimento da sua conversão. Ellas se justificou por humma Carta ao Governador, composta de expressivos arrependimentos da sua ingratição com que retribuira as finezas q aos Portuguezes devia; pedindo e esperando o perdão, fazendo memória de q assim como hum Souza fora que lhe dera o primeiro conhecimento da Fé de J. Chr. Q desprezara; em tempo de outro Souza, se reduzira a ella com inalterável observância. [...]”³⁵⁵

O elogio aos capuchinhos e as críticas aos jesuítas não é algo exclusivo do texto de Elias Alexandre, nem ao seu momento histórico. Luiz Felipe de Alencastro destaca o conflito do governador de Angola, João Fernandes Vieira, durante o século XVIII, que se desentendeu com os inacianos e foi por eles excomungado. O motivo do conflito foi

³⁵⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 87

³⁵⁵ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op. Cit.*, p. 273

a prisão de alguns escravos dos padres por causa de uns porcos soltos nas ruas. Num relato aos cardeais da Propaganda Fide, João Fernandes acusou os jesuítas de serem ambiciosos e relapsos, descurando de catequizar “os seus próprios escravos”. Redigida em italiano e diretamente enviada à hierarquia romana, a carta demonstra que João Fernandes, provavelmente, estava sendo aconselhado por capuchinhos italianos. Sobre esse episódio, Elias Alexandre transcreve por inteiro um documento real de 9 de dezembro de 1666, no qual era solicitada uma averiguação do caso³⁵⁶.

Ao enfatizar que a Companhia de Jesus enfrentava concorrência missionária dos carmelitas descalços e dos capuchinhos, Luiz Felipe Alencastro destaca uma carta enviada à Propaganda Fide por um capuchinho que atribuía as dificuldades encontradas no Congo aos negócios negreiros dos inacianos. “É por isso que eles não podem suportar a presença de outros religiosos que só tratam de ter escravos para o Céu [...]”. Outro capuchinho de Angola declara o envolvimento jesuíta no tráfico de escravos dirigidos ao Brasil e pede a intervenção do papa para “remover tal abuso”³⁵⁷.

Ainda segundo Alencastro, a história de Jinga deve ser interpretada à luz da rivalidade entre os jesuítas e capuchinhos naquele território. Afora a aliança com os capuchinhos, o antagonismo entre João Fernandes Vieira e a Companhia de Jesus tinha raízes mais profundas. Salvador de Sá, irmão da Sociedade de Jesus (emitiu votos sem receber ordens sacras), desde 1642 granjeara relações próximas com os inacianos, mas no governo de Chichorro (1654-1658) tudo se complicou. Apontando “as muitas fazendas e escravos” que os jesuítas possuíam em Angola, o governador também denunciou à Coroa a má administração da mesma ordem no que refere aos seus bens religiosos em Goa, onde o governador mantinha contatos. No Conselho Ultramarino, Salvador de Sá tomou a defesa dos jesuítas e, referindo-se à opinião de Chichorro sobre

³⁵⁶ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op. Cit.*, p. 278

³⁵⁷ Idem, *Ibidem*

Goa, estranhou que o governador de Angola exorbitasse de suas funções, intrometendo-se em governo alheio.

Alencastro destaca também que outros dois governadores de Angola, Francisco de Almeida (1592) e João Correia de Sousa (1623), foram fulminados pelos jesuítas com injúrias. O primeiro foi contrário ao domínio dos jesuítas sobre os sobados e o segundo, saqueador dos sertões e embargante da herança deixada à Companhia pelo ex-negreiro Gaspar Álvares. De acordo com Alencastro, a situação de João Fernandes aguçou o conflito com os jesuítas ao propor a redução dos donativos régios alocados à ordem. Retornando a uma sugestão de Chichorro, ele pedia o corte da quantia anual de dois mil cruzados concedida pela Coroa aos jesuítas enquanto não tivessem renda própria. Isso teria feito com que eles acumulassem muita renda. O crescente acúmulo de escravos fazia com que os jesuítas se detivessem, em grande parte do tempo, em negócios, descuidando da evangelização do território³⁵⁸.

Além disso, João Fernandes acusou os jesuítas de buscarem “absolutamente governar a jurisdição real” abusando, como o faziam em Macau e no Maranhão, do fato de serem comissários da Inquisição. Sugeriu que fossem demitidos dessas funções em favor de religiosos menos dados a “excessos”. A Coroa não aceitou a excomunhão de João Fernandes Vieira lançada pelos jesuítas.

“Deste temerário atrevimento se queixou João Fernandes a elrei, que foi servido dar-lhe digna satisfação, ordenando a seu sucessor em carta firmada de seu real punho da data de 9 de dezembro de 1666, que atendendo a conta, que João Fernandes lhe dera, fizesse elle André Vidal averiguar, se do atrevimento, e

³⁵⁸ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op. Cit.*, p. 283

resistencia dos negros se tinha tirado devassa, e quando não a mandasse logo tirar, e castigar os delinquentes no numero, que parecesse necessário; que por hum escrivão mandasse declarar ao jezuitas, lhe estranhava muito semelhante procedimento, e que lhe advertisse, que se outra vez em semelhantes excessos os haveria por privados de tudo, que possuíão de sua coroa, e se procederia contra elles com as mais penas da ordenação.”³⁵⁹

Foi no governo de João Fernandes Vieira, inclusive que, em setembro de 1659, foram fundadas naquele território as primeiras missões dos carmelitas descalços. Ou seja, o governador não só se indispôs com os jesuítas como também corroborou o apoio a outros grupos religiosos que não eram submetidos ao padroado português, apesar de apenas permitir a entrada de religiosos autorizados pelo monarca português.

Diante desse histórico, é interessante ressaltar o olhar de Elias Alexandre diante das ações dos inacianos, em meio à delicada situação que essa ordem religiosa se encontrava, principalmente após sua expulsão da América portuguesa. Em diversos momentos do texto, o militar se refere àqueles religiosos de maneira negativa. Em contraposição, realiza elogios aos capuchinhos, por serem considerados aqueles que estariam interessados apenas na evangelização e não nos negócios locais. Esse discurso pode ter sido uma opinião pessoal do militar ou uma reprodução dos juízos de valor emitidos por Cadornega³⁶⁰, ou outros textos que relatavam sobre as conquistas portuguesas ou a própria leitura da obra do padre francês Jean Baptiste Labat.

Nesse sentido, a caracterização jesuítica na obra do militar assemelha-se aquela existente na *Coleção das Providências, Leis e Ordens que restauraram a Navegação, o*

³⁵⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Op. Cit.*, p. 283

³⁶⁰ CADORNEGA, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1972. 3 vols.

*Comércio, a Polícia, e a Disciplina Militar dos Reinos d'Angola, Congo, Benguela, Loango, e Presídios daquela utilíssima parte da África, dos grandes estragos em que S. Magestade a achou quando sucedeu na Coroa destes Reinos, e motivos, que constituíram o espírito de cada uma das ditas Leis, Ordens e Providências*³⁶¹, de Marquês de Pombal, analisada no segundo capítulo dessa tese. Neste documento, o jesuíta é entendido como uma espécie de “concorrente”, pois atravancava o comércio de escravos, atividade principal da coroa na região. Esse foi o principal fator que levou a sua expulsão de Angola.

Ao tratar do governo de D. Francisco de Almeida, Elias Alexandre relata a ocorrência de algumas intrigas entre esse governador e os jesuítas que estavam naquela região, que são caracterizados da seguinte maneira:

“A Legião Jezuitica, manços conquistadores do q já estava subjogado; destemidos povoadores de remotas regioens; honestos monopolistas da riqueza; prespicazes roubadores do valimento; e sábios combatentes da authoridade; já havia pacificamente desembarcado em Angola huma pequena Esquadra: adquirido o mais belo terreno da Villa de S. Paulo; e erigido o seu Vistoso quartelamento.”³⁶²

Nessa citação podemos entender um pouco mais de seu olhar sobre aquele grupo religioso. Apesar de povoarem as regiões mais distantes, os jesuítas são entendidos como interessados em “monopolizar” riquezas, constituindo-se como um concorrente do próprio tesouro real. Além disso, o militar salienta que eles não obedeciam às

³⁶¹ AHU, Angola, Códice 555.

³⁶² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 211

hierarquias, que eram pensadas para a boa administração local. D. Francisco de Almeida procurava resolver algumas questões locais que foram de encontro aos interesses inacionos. Por isso, eles teriam feito inúmeras intrigas a ponto do governador abandonar o seu cargo. “Quanto hé potente a guerra da intriga!”³⁶³

Nova caracterização negativa sobre os jesuítas é encontrada no momento em que Elias Alexandre descreve o governo de João Correia de Souza.

“A astucia destes Reverendos ambiciozos, foi exercitada com tão sublimẽ effeito, que em menos de 15 dias fez o Noviço [homem riquissimo chamado Gaspar Alvarez] testamento, deixando-os universaes herdeiros do seu grande cabedal, q excedia a 400 mil cruzados. Segura esta respeitável herança o persuadirão a queixar-se da vexação do Govern.or prestando-lhe occulto transporte para Portugal; mas sendo-lhe revelado o segredo desta maquinação se arrebatou Correa, de dezuzada ira, e fez embarcar no mesmo Navio ao Reytor, e mais três Padres”³⁶⁴

Nessa passagem, o militar alega que este grupo religioso fazia uso de sua influência junto aos fiéis para aumentar suas rendas e seu poder local. O governador ao saber do tamanho da herança deixada aos jesuítas viu-se forçado a enviar alguns dos seus para Portugal, a fim de puni-los.

³⁶³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 211

³⁶⁴ *Idem*, p. 236

“Esta corporação de Padres [Jesuítas] bem instruídos, professava nesta Conquista hum Orgulho tão elevado, q prevertendo a ordem dos seus bons discursos, fomentavão dezordens, q farião injuria aos insensatos. Já fizemos menção das que praticarão no 3º e 13º governo, incitando aos seus Governadores a abandonar o paiz.[....]”³⁶⁵

Em outra passagem, o militar escreve:

“Em vários governos procedentes ficão descriptas as diversas maquinaçoens, e intrigas, q os Jezuitas moverão contra aquelles Governadores, incitados do ambicioso espírito de dominação, com q sempre trabalharão para os sobmeter a sua descripção. D. João Manoel, tomando por caprixo governar e não ser por outrem governado, se opôs/ sem julgar opor-se/ ao invecterado systema Jezuítico, os quaes tomando também as occultas armas da vingança, fomentarão dispoziçoens análogas ao seu detestável fim.”³⁶⁶

A citação acima é utilizada por Elias Alexandre para introduzir uma história sobre um administrador de contratos de escravos, chamado Pedro Machado Figueiredo, que seria “íntimo amigo daquelles Padres” (jesuítas). O mesmo teria escrito algumas cartas ao rei de Portugal levantando calúnias sobre o então governador João Manoel de Noronha. Elias Alexandre não esclarece quais calúnias foram essas, mas afirma que

³⁶⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 277

³⁶⁶ *Idem*, p. 342

assim que as cartas foram enviadas, Pedro pediu asilo no Colegio dos Jesuítas. “[...] alli achava coito aos seus delictos, e influencia para novamente os cometer.”³⁶⁷.

Diante do comportamento de Pedro Machado, o governador mandou que o Mestre de Campo Jozé de Mesquita Brandão fosse pedir ao Reitor do Colégio que lhe entregasse Pedro, de modo que esse voltasse para a administração do contrato de escravos, função que lhe cabia. Tal reitor teria ficado extremamente aborrecido “rompendo em altos gritos, e insolentes descomposturas”, que o governador não mandava ali e que não entregaria um irmão, visto que Pedro Machado já teria se tornado um jesuíta³⁶⁸.

O mestre de campo, então, alegou que se não fosse voluntariamente, a retirada de Pedro seria realizada forçadamente. Em seguida o reitor mandou que os padres fossem para a igreja e expusessem o Santissimo Sacramento. Assim foi feito e os padres começaram a entoar as ladainhas, forçando o mestre de campo e sua tropa a respeitarem aquele momento solene. A ladainha não terminava e, depois de algum tempo, o mestre de campo dirigiu-se até o reitor e perguntou quem era Pedro Machado dentre aqueles que estavam na igreja.

“A esta pergunta, a q só estavam attentos, se levantou toda a Comunidade, substabelecendo, em Lugar de Ladainha, mil descomposturas, e improprios ao Mestre de Campo, sem attenção, nem reverencia ao S.S. e caminhando para o irmão do Turibulo, o cercarão para o defender, passando, outro irmão

³⁶⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 342

³⁶⁸ Idem, p. 343

Leigo, mais zeloso a empunhar uma faca contra o Mestre de Campo, ao mesmo tempo em q o enchião de escomunhoens.”³⁶⁹

O reitor mandou tocar os sinos, para que a população viesse e ficasse ao seu favor. Mesmo assim, o mestre de campo mandou entrar os seus soldados para levar Pedro Machado até o governador, que pediu-lhe que voltasse para a sua casa a fim de administrar o contrato de escravos, do qual estava encarregado. O reitor continuava alterado, dizendo que não sairia do palácio sem o seu religioso, ao que o governador ordenou que se retirasse da sua presença, pois que “neste Reyno não servião de outra couza mais, q de usurpadores, e perturbadores da Republica, e de serem inobedientes ás Ordens de S. Mag. como por tantas vezes se tinha visto neste Governo.”³⁷⁰

A dissimulação como característica dos jesuítas, de acordo com Elias Alexandre era algo muito perigoso. Tanto é que sua expulsão daquelas conquistas teve que ocorrer de maneira repentina e sigilosa, pois os administradores temiam pelo que eles poderiam fazer:

“Neste tempo: época celebre pelo brado q deo no Universo a extinção dos Jezuitas, se trabalhava, e dispunha a redem q os devia arratar fora do século. Vasconcellos, sendo encarregado desta sigiloza diligencia, expendeo a sagacidade dos seus talentos para simular com política, e desvanecer com habilidade os rumos incertos, q o Vulgo exprimia mal sient, do flagello ameaçante, q mutilava os diversos membros desta Sociedade poderosa, e respeitável. O Collegio há repentinamente

³⁶⁹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 344

³⁷⁰ *Idem*, p. 345

bloqueado: os Padres surpreendidos, os seus bens, papeis, e pessoas capturados, sem q os seus astuciosos recurços tivessem tempo de obrar, nem preverter a bem disposta com q as Ordens Regeas havião prevenido a sussistencia, e conservação de cada individuo.”³⁷¹

É importante frisar que as críticas contidas no texto de Elias Alexandre ocorre em fins do século XVIII, enquanto os jesuítas já haviam sido expulsos de Angola há mais de 30 anos. Provavelmente, Elias Alexandre traz novamente essas críticas à tona a fim de reforçar o regalismo. Entende-se por regalismo a supremacia do poder civil sobre o poder eclesiástico. O regalismo pombalino buscava a plenitude do poder régio face ao poder papal e apoiava a reforma da Igreja. Logo, o enaltecimento dos capuchinhos pode ser uma estratégia do discurso de Elias Alexandre, assim como dos outros casos citados, para reforçar o não envolvimento de religiosos nos negócios locais lusitanos, e sim o envolvimento específico na conversão dos locais e instalação da Igreja na região.

4.1.4. Outros aspectos

A todo o momento, o militar expõe a contradição que o comércio de escravos trazia para os interesses portugueses naquela conquista. Além de defender os perigos para a saúde econômica do governo basear-se no comércio de escravos, ele também acreditava que a religião cristã era incompatível com tal atividade, pois era impossível estabelecer entre os negros uma ideia de caridade e insistir na ideia de escravidão.

Apesar da escassez de terras férteis, para Elias Alexandre o maior problema era a população local não estaria disposta a trabalhar. Mais uma vez, percebemos a influência das ideias de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho em suas opiniões.

³⁷¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 22

Correa diferencia, em seu discurso, os brancos e negros ao mencionar que, quando os arimos pertenciam aos brancos, esses inspiravam mais respeito, mas que quando pertenciam a negros, “favorecem a sua raça, e se nutrem do mesmo humor Languido, e preguiçoso, q atraza o cultivo, e diminue o Lucro.”³⁷²

O termo lânguido significaria algo “frouxo” ou “abatido”. Ele é repetido pelo militar ao falar das terras do sertão angolano. Estas seriam férteis, mas estaria entregue a uma população mais “languida” e “afeminada”. “Ali, os Negros, senhores da sua vontade se entretem na pilhagem de outros; e compõe no interior das suas Libatas hum mundo ás avessas, destinando as mulheres aos empregos mais penozos nos seus domésticos maneios.”³⁷³ “O costume dos certoens, izenta os homens dos rudes trabalhos da enxada, e do machado. As mulheres cultivão as terras, emquanto os pays, maridos, ou parentes tecem Entangas, vão á guerra, ou á cassa das feras.”³⁷⁴ A observação do comportamento feminino com relação às atividades, fez com que o militar condenasse as atividades que cabiam às mulheres naquelas sociedades. Tal estranhamento não é exclusivo deste autor, muito menos de seu momento histórico.

Não era, entretanto, apenas de D. Francisco de Sousa Coutinho, para quem os negros seriam “preguiçosos” e “lânguidos”, a influência sobre a terminologia de Elias Alexandre. Esse discurso era bem mais antigo. O capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi, durante o século XVII, defendia que os homens africanos eram “propensos à preguiça” e, por isso, todo trabalho agrícola ficava por conta das mulheres. Cavazzi escreveu que sentia pena ao vê-las exercendo esse tipo de trabalho:

“As coitadas sofrem extremamente pela sua pouca robustez, pelo que, depois de poucos golpes de enxada, precisam se deitar

³⁷² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 112

³⁷³ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 120

³⁷⁴ Idem, p. 113

no chão, para descansar um pouco. Porém o que lhes torna ainda mais pesado o trabalho e provoca a compaixão é o que acontece no tempo em que amamentam seus filhinhos. Tendo receio de os deixar no chão, com real perigo de serem devorados pelas feras ou pelas formigas, em vez de os levarem ao colo, como é costume noutras nações, seguram-nos às costas com um pano, de maneira que, ao levantarem e baixarem elas o busto durante o trabalho, os coitadinhos balançam de um lado para o outro, aumentando nas mães a cansaça e a pena.”³⁷⁵

Outros estudos já destacaram que as mulheres tinham um papel mais voltado para a atividade produtora nas sociedades Mbundu, já que eram elas que semeavam, colhiam e realizavam todos os preparativos para o solo receber a plantaçaõ³⁷⁶. A mulher como administradora de arimos também aparece no discurso de Elias Alexandre que, em sua opinião, não os administravam corretamente, pois “ellas protegem escandalosamente os seus escravos, consentindo-lhes os efeitos da preguiça: o uso da sua péssima educaçaõ: o menos cazo, q produz a sua ousada Liberdade: o crimínavel consorcio da Poligamia; e o detestável paganismo.”³⁷⁷

Ao mesmo tempo em que o africano é caracterizado como preguiçoso, esse teria um corpo muito resistente. Eles apagavam “brazas com os pés”, “dormem ao sol nas horas do maior calor”³⁷⁸, “os negros não lhe doendo qualquer parte do corpo, dizem

³⁷⁵ CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António. *Descriçaõ histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Traduçãõ, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965, Vol. I, p. 38

³⁷⁶ PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidãõ*. Brasília: Thesaurus, 2000, p. 37

³⁷⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 114

³⁷⁸ *Idem*, p. 109

sempre que estão bons; ainda estando gravemente enfermos”³⁷⁹ , “elles costumados a sofrer a sede marchão mtos dias sem o alimento d’agoa, o q os nossos não podem suportar”³⁸⁰ .

Mesmo caracterizando os negros dotados com características físicas muito resistentes, as mazelas da escravidão eram visíveis. Por isso, ao vender escravos, os comerciantes faziam de tudo para esconder suas possíveis doenças. “Igualmente lhes ensinão a trocar os nomes das suas pátrias, quando as nasçoens são inferiores a outras mais reputadas, em qualidade, e natureza.”³⁸¹ . Desse modo, o comprador não poderia reclamar.

Mesmo possuindo um corpo resistente, na concepção de Elias Alexandre, o negro não poderia ser comparado ao branco.

“O animozo Paulo Dias [de Novaes], não desmaia á vista da multidão q transtornava em negro o verde campo: elle já havia experimentado, q só o ser branco era hua ventagem realçante em hum paiz de pretos: de resto: a astucia; a arte, e o valor equivalia á excessiva desigualdade do numero.”³⁸²

Podemos observar que o sucesso atribuído ao primeiro governador de Angola, teria ocorrido pela suposta superioridade de sua cor, e não por uma força militar numerosa e bem treinada. A crença na diferença do comportamento humano baseada na cor é ainda mais explícita quando o militar defende que:

³⁷⁹ Idem, p. 126

³⁸⁰ Idem, p. 256

³⁸¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 126

³⁸² Idem, p. 199

“Esta incessante guerra da Costa d’Africa, nasce sem dúvida da incompatibilidade, q tem o branco com o negro; e ainda q a Filosofia crea q o accidente da cor, nada influe no character da humanidade, a experiência nos convence, q os gênios, a inclinação, os costumes, e o modo de pençar, tudo hé opposto, e rigorosamente combatido, apezar da concorrência, conhecimentos, afagos, complacências, comercio e castigos.”³⁸³

Logo, o constante discurso negativo com relação aos comportamentos e características dos negros fazia com que Elias Alexandre pensasse que Angola fosse um território quase que “inconsquitável”, constituindo-se como um verdadeiro “grilhão” para os interesses portugueses.³⁸⁴

Já observamos no primeiro capítulo desta tese que o avassalamento de chefes africanos no século XVIII representava a abertura de caminhos nos sertões e alta lucratividade com o comércio de escravos³⁸⁵, mas que tais avassalamentos eram muito frágeis. A todo momento Portugal dependia de suas tropas para tentar submeter as chefias locais aos seus interesses, pois não conseguiam manter um controle sobre determinados territórios, como Quissama, Matamba, Cassanje³⁸⁶. Os africanos se armariam “a todo o instante” contra os brancos ou contra os da “mesma espécie”³⁸⁷. Tais instabilidades também são salientadas por Elias Alexandre.

“A infinita inconstância, e infedilidade dos Negros, por mais qualificados, que sejam, e por mais juramentos, q prestem, tem

³⁸³ Idem, p. 366

³⁸⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.* 1937, Vol.I, p. 366

³⁸⁵ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2005, p. 115

³⁸⁶ CARVALHO, Flavia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, P. 267

³⁸⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 294

estendido, estende, e estenderá a progressão infinita de hum dezassocêgo eterno. Já mais poderão bem avaloar o quanto hé útil, e ventajosa a prezistência de huma convenção pacifica, e bem condicionável, ou com os brancos, ou com os seus vezinhos, em quanto não forem inspirados pela moralidade de instrucçoens sabias, e benéficas, e pela independência da sua liberdade. As nossas erradas máximas de comercio, concorrem a constituillos ignorantes, o captiveiro os põem receosos, e a nossa ambição os faz desconfiados. Desta forma, prevertida a razão natural, substituem em seu lugar a malicia, como hum fiel Accessor das suas acçoens.”³⁸⁸

O militar explica o que seria a causa da “inconstância” dos africanos no que tange aos acordos. A existência da escravidão seria o motivo pelo qual os mesmos não conseguissem entender as “vantagens” que tais alianças poderiam lhes proporcionar e define os preceitos comerciais portugueses na região como errados. Para ele, a sujeição muitas vezes ocorria pela força, pelo temor do castigo, do que pelo entendimento das cláusulas dos acordos³⁸⁹.

“O Gentio, principalmente o dos Certoens, mais ciosos da sua liberdade, da antiga posse dos seus domínios, e da ganância, q; as suas particulares irrupçoens, e roubos lhes atraia, jamais poderão conciliar-se com o jugo, e vexame com que a jurisdição dos branco os oprime; [...] assim para os conter nos limites de

³⁸⁸ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 305

³⁸⁹ Idem, p. 242

hum comportamento menos bárbaro; como para os utilizar nas conduçoens dos gêneros, q o Comercio depozita no transporte, sobre os seus hombros. Encontrando-se com o seu gênio, e costumes, o pezo desta sugeição: a perda da esperança de tornarem á posse dos seus Estados, caídos debaixo do nosso domínio; e o Onus de vários tributos com q outros mais venturozos existem subordinados á Coroa portugueza não podem congratular-se de hum subsistêcia atenuada, por mais q se lhes fassa ver as ventagens q lhe rezulta, assim no político interno das suas corporaçõens; como na extrema garantia, q a sua vassalage lhes promove nas conjuraçoens opressivas dos seus contrários.”³⁹⁰

Enquanto o comércio se baseasse na escravidão, as atenções voltadas para as estratégias de avassalamento não teriam sucesso, rendendo apenas mais batalhas para as pequenas tropas portuguesas, pois as tentativas de pacificação seriam mais “pendentes para a ruína, e discordia; q para o socego, e utilidade.”³⁹¹

A forma de olhar o outro demarcando suas peculiaridades e particularidades culturais determinam na fala desse militar o lugar do “diferente”, daquele que ainda não estava “civilizado”, assim como as ideias expressadas por D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho. As tentativas de explicar o outro nas suas mazelas e de enquadrá-lo, reduzi-lo às regras “civilizadas”, remetem à ideia de recuperação das diferenças, através do discurso da conquista e dominação.

³⁹⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 348

³⁹¹ *Idem*, p. 15

Além das dificuldades militares, Elias Alexandre demonstra sua opinião sobre diversos aspectos da estrutura local. Caracteriza como um lugar onde não havia limpeza. “Os porcos, estes animaes immundos, sempre prizioneiros nos payzes saudáveis, gosão de inteira liberdade no centro da Cidade.”³⁹². O idioma dominante era o “Ambundo”, “Os homens falam portuguez, e são elegantes no Ambundo.”³⁹³

Sobre as atividades econômicas, o militar comenta que a farinha, o feijão, o milho, o azeite e a mandioca eram importantes gêneros para o comércio doméstico. Já o gado, apesar de existir, era usado para o sustento somente de famílias de “melhor trato”³⁹⁴. Isso porque o clima rapidamente deixava um péssimo aspecto nas carnes bovinas e suínas. As cabras forneciam leite, que era sempre pouco e muito caro. A criação de outros animais como galinhas e os porcos, por sua vez, era muito comum.

A pesca é caracterizada como um dos gêneros mais lucrativos. “a Savelha, o Pungo e a sardinha, hé o sustento ordinário de quaze toda Angola.”³⁹⁵. Apesar disso, a pesca era lucrativa não para o comércio de peixes, e sim do *zimbo*, classificado como o dinheiro do sertão, sua extração era tão necessária quanto importante para o comércio na conquista:

“Este miudissimo Marisco de figura piramidal, matizado de delicias pintas pretas em ordem espiral, sobre huma superfície Liza, brilhante, de côr de pérola, há pescado por meio de cestinhos sobre a Costa do mar groço. Em quanto os Negros vão á pesca do peixe em alto mar; as Negras se empenhão na pescaria do Zimbo arrastando os compridos cestinhos por cima

³⁹² Idem, p. 81

³⁹³ Idem, p. 83

³⁹⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 131

³⁹⁵ Idem, p. 134

da arêa, em altura d’agoa, q ou alcancem os braços; ou restejem o fundo a pequenos mergulhos.”³⁹⁶

A importância de tal moeda era tanta, que Elias Alexandre apresenta uma tabela a fim de explicitar o leitor o seu valor e usos.

DIVISÕES DO ZIMBO, REDUZIDO AO DINHEIRO PORTUGUÊS					
Qualidades de moedas	Bondos	Lifucos	Fundas	Zimbos	Reaes
VALEM	1	10	100	100:000	5:000
		1	10	10:000	500
			1	1:000	50

Adaptação de uma tabela apresentada por CORREA, Elias Alexandre. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 135

“Os Negros do Certão, principalmente os do Congo, amão estes marisquinhos, q recebem bem contado com incrível paciência; dividindo cada Funda em quantidades miúdas, q equivallão ás moedas de vintém, vinte e cinco reis, dez reis, doze reis e meio, e cinco reis; dinheiro provincial do paiz, q somente gira em Angola, e Benguella. Sem a moeda do Zimbo não se faz negocio com os negros [...]”³⁹⁷

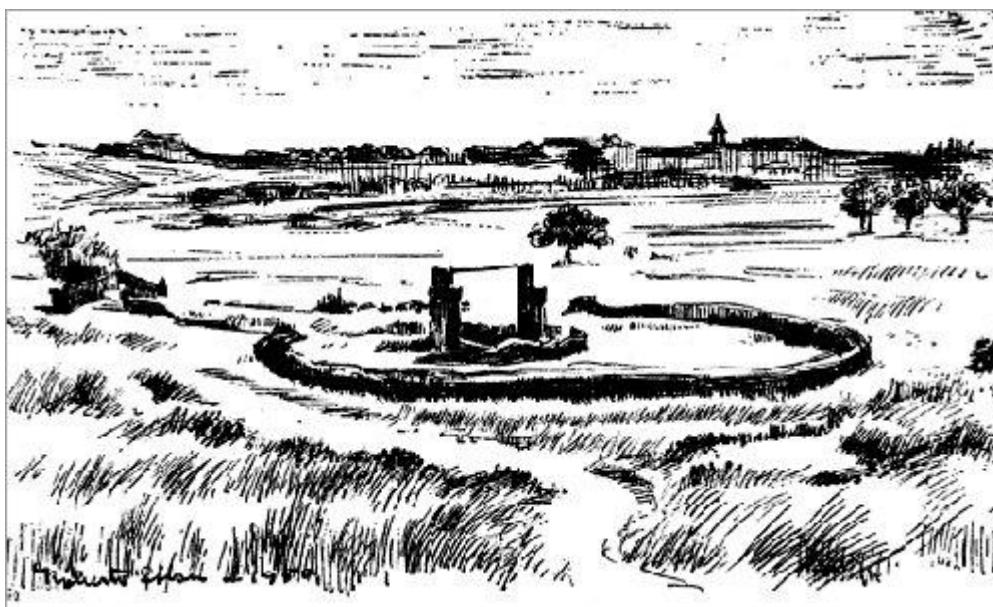
A produção de frutas era escassa. Dentre as mais comuns, o autor cita as laranjas, limões, bananas, melancias, melões e outros gêneros, embora destaque a cola, que era que mais agradava ao paladar dos moradores da região, sendo muito utilizada

³⁹⁶ Idem, p. 135

³⁹⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 136

para fazer sucos que inibissem a fome³⁹⁸. Além da escassez de frutas, outra produção pequena era a de verduras. Aliado ao clima e à infertilidade do solo, a falta de água prejudicava as culturas agrícolas deste tipo, apesar do repolho ser produzido em grande quantidade, pelo menos em Benguela.

Outros gêneros destacados para o comércio doméstico são o carvão, a lenha, madeiras de construção, cal e a água. O abastecimento de água que tinha sua logística centralizada na mão de poucos homens, os traficantes de água que geravam monopólio³⁹⁹. O rio Zenza, apesar de não ter águas claras, era de onde os transportadores retiravam a água. Essa ficaria boa para o consumo depois de armazenada em barris durante as viagens de navio.⁴⁰⁰ Um outro manancial mais puro, mas não cristalino, ficava a meia légua de distância de Maienga⁴⁰¹.



A "mayanga do povo", existente nos subúrbios de Luanda e que durante séculos abasteceu de água potável as classes pobres de Luanda.

Fonte: <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/agua.htm> . Acesso em 02 de novembro de 2013

³⁹⁸ Idem, p. 142

³⁹⁹ GUEDES, Roberto . “O cabeça de motim José Vieira Dias, o tráfico e a terrível falta d'água (Luanda, finais do século XVIII)”. In: GUEDES, Roberto.. (Org.). África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX). 1ed.Rio de Janeiro: Mauad, 2013, v. 1, p. 113-146.

⁴⁰⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 145

⁴⁰¹ Segundo Roberto Guedes, *Maienga* aludida pelo autor é o da Maianga, que significa, em quimbundo, poço de água. Cf. GUEDES, Roberto . *Op. Cit.*, 2013, p. 115

“Este pobre manancial sempre mais, ou menos fecundo, merecia alguma atenção em seu benefício: o q veio a ter no tempo do Illustrissimo Barão de Mossamedes, q o reduzio a melhor ordem de Limpeza, circulando-o de hum agradaria de ferro, para impedir os contínuos precipicios dos negros na ação de tirar a agoa em pé sobre a borda por meio de huns barrilinhos chamados Cazenços.”⁴⁰²

O militar destaca que, apesar de tudo, governadores pretendiam realizar melhorias no escasso abastecimento de água na região “O disgosto de beber em hum paiz seco, pestilente, agoas turbadas, inficciondas, e cáras, tem provocado alguns dos seus Governadores; cuja caudeloza corrente, e Limpeza do Leito, purificação melhor as suas agoas”⁴⁰³.

Outras atividades menos lucrativas seriam a produção de tijolos nas olarias locais, que eram muito escassas, os teares - apesar da facilidade da produção do algodão, principalmente nos arredores de Ambaca -, o tabaco, o anil e as mavatas (tipo de retalhos). Ao terminar de abordar cada um desses itens, mais uma vez o militar toca no assunto do comércio de escravos:

“[...] Talvez pence o leitor, que: se este ramo de comercio não fosse lucrativo seria abandonado: Hé natural este discurço; mas as consequencias o iludem. [...]o consumo da infelis escravatura hé o mais facil, e venturozo meio de passar o dinheiro para fora da Conquista. Este hé um dos motivos para sofrer os contínuos

⁴⁰² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 146

⁴⁰³ *Idem* p. 147

revezes de hua negoceação fundada sobre espíritos viventes:
gênero tanto mais custozo; quanto mais falível.”⁴⁰⁴

Para Elias Alexandre se os políticos discorressem seriamente no atraso que a escravidão trazia para a opulência de seus territórios, talvez decidissem pela suspensão da mesma. No seu entendimento, tal ato representaria uma compaixão humana e uma economia mais sólida para a Coroa⁴⁰⁵.

Além de destacar os aspectos já mencionados, o militar traça um panorama geral de como teria sido a administração de diversos governadores da região de Angola. Em alguns casos, o cronista dispunha de mais informações e criou relatos longos. Para outros, quase não havia informações. Em determinados momentos, o militar tenta justificar a escassez dos dados, como o caso do governador Bartholomeu de Vasconcelos da Cunha. O militar defendia que a falta de notícias sobre o seu governo decorria da inveja de alguns devido às ações heroicas que o mesmo teria feito, como o fato de ter sido um dos sobreviventes no momento da invasão holandesa junto com o ex-governador Pedro Cezar de Menezes ou até mesmo por já ter sido eleito com outros dois homens para o Triunvirato em Angola.

Como o nosso interesse é investigar questões relativas à propostas de reformas ou críticas elaboradas pelo militar, não nos detivemos em questões factuais. Desse modo, pretendemos entender em quais momentos narrativos desses governos o militar aproveita para encaixar suas reflexões acerca da administração local, diante do contexto de reformas pretendidas pelo governo pombalino na região.

Já mencionamos em capítulos anteriores o destaque que a historiografia concede ao governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para este contexto histórico.

⁴⁰⁴ Idem, p. 174

⁴⁰⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 176

Elias Alexandre certamente compartilhava dessa ideia, visto que este foi o governador que mais recebeu elogios em seu texto, ilustrando a melhor forma de governar Angola para a visão do cronista. Todavia, algumas medidas tomadas por D. Francisco, já teriam sido implementadas (ou tentadas).

Um caso ilustrativo é o governo de Paulo Dias Novais. Elias Alexandre comenta as intenções do então governador de estimular os investimentos da Coroa em Angola, incentivando outras áreas comerciais que não fosse o comércio de escravos. Além disso, comenta sobre a política de avassalamentos implementada pelo governador em 1584⁴⁰⁶.

“O grande Novaes, preocupado não só de triunfar em Conquistador; mas de fecundar perduraveis interesses no Conquistado, cuidou em buscar ventagens mais distantes q concorressem para a nutrição de hum comercio mais florente, e nervozo; e assim vendo q a abundancia do marfim, e gados de Benguella, excedia aos de Angola, determinou estabelecer ali correspondência, q podesse adquirir, e fornecer os dois mencionados gêneros, e juntamente Escravatura.”⁴⁰⁷

Outro exemplo que podemos mencionar é o estímulo aos casamentos entre brancos e negros. Os planos para tal surgiram com vigor no governo de D. Francisco de Sousa Coutinho, na segunda metade do século XVIII, a partir da distribuição de dotes. Todavia, de acordo com Elias Alexandre, os planos para casar brancos e negros, a fim de povoar a região seriam antigos. As primeiras “mulheres brancas” teriam chegado a Angola em 1595, época do governador João Furtado de Mendonça. Em nota de rodapé,

⁴⁰⁶ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.II, p. 204.

⁴⁰⁷ *Idem*, p. 204

o militar comenta que essa medida não teria sido eficaz. “Consta q todas cazarão no tempo deste Gov.^{or}, mas a vista nos confirma, que ou forão infecundas, ou os seus frutos degenerarão, ou fenecerão, pois q a branca raça hé Estrangeira no paiz.”⁴⁰⁸. Ao indicar sucessos e fracassos de determinadas medidas de um distante passado administrativo lusitano em Angola, a intenção do militar era relatar as diversas tentativas de melhorias para a administração e economias locais, a partir de uma ótica ilustrada, pois o próprio militar contava com um entendimento próprio do que seria um “bom governo”.

A falta de pessoas era algo comum no discurso dos governadores. Pediam muitas pessoas, não importava a sua “qualidade”, pois todos seriam bem vindos a uma terra que tão necessitada estava de moradores. Os pedidos para interessados se encaminharem a Angola eram realizados em várias partes do império. Um caso emblemático é o de Rodrigo de Sousa Coutinho (filho de D. Francisco), em 1799, que avisa ao bispo e aos governadores interinos de Pernambuco sobre a ordem do príncipe regente para que remetessem anualmente os “vadios, delinquentes e voluntários para aumentar a povoação de Angola e Benguela”⁴⁰⁹. Por isso, o reino deveria se preocupar em fazer de Angola uma área interessante para seus homens. Ao conceder postos e ofícios, o rei asseguraria suas tentativas de controle local, mesmo que ocorresse a inobservância das suas próprias leis.

Ao tratar do governo de D. Lourenço D’Almada, ocorrido no início do século XVIII, Elias Alexandre esclarece que o “bom governo” era realizado por aquele em que “A sua prudência, e integridade satisfez o povo, sem se desgostar da falta dos seus

⁴⁰⁸CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 204

⁴⁰⁹Rodrigo de Sousa Coutinho - 16 de setembro de 1799. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_11_18/cmc_ms618_11_18.pdf - Acesso em 10/10/2014

afagos. Esta hé a fiel balança da harmonia, e da felicidade: todo o mais resto de systemas hé errado; pois q se firma sobre a baze da adulação, e hypocresia.”⁴¹⁰.

Ao mencionar o governo de João Jacques de Magalhães, o militar também comenta que o que entendia como “bom governo”, que seria aquele que deveria punir publicamente as insurreições, para que não voltassem a ocorrer⁴¹¹, por isso uma força de defesa efetiva promoveria os castigos aos sobas que faziam resistência aos portugueses na região.

Finalmente, ao tratar do governo de D. Francisco de Sousa Coutinho, Elias Alexandre ressalta que a “arte” dos seus fundamentos políticos se baseavam na “docilidade, prudência, liberalidade, desenteresse e justissa”⁴¹². D. Francisco, ao ver de Elias Alexandre, “os primeiros passos dirigidos á conservação da humanidade; e augmento do estado o instruirão dos conhecimentos da agricultura, q neste paiz hé bem diversa dos mais.”⁴¹³

Além do estímulo à agricultura, este governador também teria incentivado os casamentos, criado alfândegas e construído um “terreiro publico”, para evitar que gêneros de primeira necessidade fossem monopolizados e vendidos a preços abusivos. Valorizou também a construção de novos quartéis e fortalezas. No que tange ao abastecimento de água, mandou abrir cisternas no terreiro público e nas fortalezas. Além disso, Elias Alexandre destaca que o governador queria também reformar militarmente a região, instruindo-os em disciplina, economia e pela pretensão em substituir oficiais negros por brancos.

Podemos dizer que as observações realizadas por Elias Alexandre, tanto no que se refere às críticas quanto às sugestões, foram baseadas nas atitudes do governo de D.

⁴¹⁰ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 333

⁴¹¹ Idem, p. 362

⁴¹² CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*,1937, Vol.I, p. 30

⁴¹³ Idem, Ibidem

Francisco Inocência de Sousa Coutinho. Apesar de mencionar medidas administrativas anteriores, como o caso do estímulo aos casamentos, à diversificação da economia e os tratados de vassalagem de chefes africanos, o governo de D. Francisco teria sido o marco inicial de atitudes que se pretendiam mais concretas. Por isso, para o militar, D. Francisco teria sido o melhor governador que Angola havia experimentado.

Mas, nem tudo no discurso do militar sobre os governadores era elogio. Podemos citar a descrição que Elias Alexandre fez do governo Tristão da Cunha, que iniciou-se em 1666:

“Este Fidalgo, incluído na memória dos desgraçados Governadores do Reyno de Angola, sempre occupará hum lugar de preferênciã entre elles; bem merecido castigo da dezaatenção, e desprezo com que tratou ao que foi render, sendo o seu dezacordado comportamento o prelúdio do Ludibrio com q pouco depois foi tratado. [...] [Antes de 5 meses de governo] se conjurou contra elle a maior parte dos moradores, havendo primeiro adquirido a contemplação de muitos soldados, q aquartelavão, e sustentavão em suas cazas, e q tumultuosamente soblevados, sem q os officiaes os podessem conter, nem evitar, o detestável attentado do povo, o fizerão embarcar com violência em Janeiro de 1667.”⁴¹⁴

⁴¹⁴ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 285

Esse episódio teria sido tão grave e marcante, que os governos anteriores, principalmente o de Francisco da Távora, tinham receio de que a população novamente se levantasse contra a administração local. Tal expectativa concretizou-se, pois

“Neste tempo soblevando-se os molatos, e fuscos [assim chamados os que nascem de molato, e preto. Os Brasileiros lhes chamão Cabras] contra os brancos, no Prezidio de Massangano, pertenderão investillo; e tomando medidas mais extensas, e seguras, lhe formarão hum sitio; e convocando os negros em seu auxilio se propunhão a matar todos os da branca côr. Tavora, os mandou socorrer a toda pressa, e illudindo a Barbara resolução dos sitiantes, lhes fez sofrer grande castigo.”⁴¹⁵

As narrações, observações, críticas e conselhos elaborados, sem dúvida, foram feitas por um homem que pretendia divulgar a utilidade de seus serviços e da conquista na qual havia atuado por tanto tempo. Já observamos no terceiro capítulo desta tese a demora ocorrida para a concessão de sua mercê após os serviços prestados em Angola. Seu sentimento em relação a isso pode ser identificado no texto. Ao tratar de um morador da capital chamado Manoel Sanches de Campos, que possuía a “grandesa de hum Coração, pouco commum em sujeitos desta condição e tráfico; mas outro rasgo de magnanimidade voluntaria lhe atrairá eternos aplauzos á sua memória.”⁴¹⁶

Este morador teria auxiliado uma infantaria que naufragou e se livrou das suas roupas a fim de se salvarem. Os oficiais da fazenda não podiam gastar seus vencimentos

⁴¹⁵ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 294

⁴¹⁶ *Idem*, p. 241

com um novo fardamento e, por isso, Manoel Sanches mandou fazê-lo às suas custas o fardamento de dezessete soldados.

“Havendo memória deste relevante servisso, e da considerável perda do infeliz Navio de q se havia servido a Fasenda Real por empréstimo, **não consta a devida contemplação, q merecia este digno vassallo**, ainda quando houvesse de ser indemnizado da perda, e despeza, q huma contingencia estranha aos seus interesses lhe havia cauzado; Com tudo: devemos presumir, q **á falta de recompensa jamais nasce de indecorosas ecognomias, que não cabem na excelsa magnanimidade de hum Principe; mas sim de hum espírito de avareza, que a mudez do Magistrado allimenta indignamente á despeza daquelles**, q servem com distincção; ou praticão acçoens brilhantes.” (grifo nosso)⁴¹⁷

Nesse sentido, o militar esclarece que acreditava existir um “espírito de avareza” dentre os magistrados, e não uma negligência real para com os seus súditos. O militar revela, então, o quanto que era importante o estabelecimento de contatos positivos com homens da administração para obtenção de mercês. Como o texto *História de Angola* teria sido escrito entre os anos de 1787 e 1799, momento em que o militar ansiava por sua mercê, o mesmo poderia ter utilizado essa parte de seu texto para criticar tal demora e a necessidade desses laços para obter uma mercê que lhe era devida, visto o cumprimento de seu dever enquanto militar.

⁴¹⁷ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 341

“Que gloriosas façanhas não tem obrado os portuguezes, dignas de memória, de inveja, e de ciúme; e de apluzo universal! Elas serão decantadas/ se o inimigo não fosse por natureza desprezível; e o terreno desordenado/ pr. Nasçoens cultas, q as testemunhassem e descrevessem. Enserradas em sombrios bosques, e sepultadas em hum torrão pestifero q confunde as gloriosas mortes, com os q rendem a vida ao seu ímpio clima, nem são conhecidas, nem/ ainda que constem/, apreciadas na Europa.”⁴¹⁸

Em resumo, podemos dizer que o texto de Elias Alexandre, longe de ser apenas uma compilação de informações sobre o território angolano e dos feitos lusitanos na região, configurou-se também como uma ferramenta para obter mercês. Afinal de contas, ele não usou o espaço de seu texto para relatar as suas atividades militares. O que fez com maestria foi a denúncia de corrupções, elogios aos governadores “reformados” – principalmente D. Francisco - e que pretendiam racionalizar a administração e a economia angolana, mesmo que tenham encontrado obstáculos em seu caminho. Emitindo suas opiniões sobre o que achava correto para a administração local, Elias Alexandre esperava obter mercê não apenas pela sua estadia em Angola, mas também por seu texto.

⁴¹⁸ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 299

4.2. *A escrita, as críticas e as propostas de Paulo Martins Pinheiro de Lacerda*

Para uma análise comparativa entre o texto de Elias Alexandre, buscamos textos de outro militar, que tivesse vivido na mesma região e momento histórico. Tal recorte nos levou ao texto “Notícia da campanha e paiz do mosoul que conquistou o sargento mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda no anno de mil setecentos e noventa, athe principio do anno de mil setecentos noventa e hum.”⁴¹⁹, escrito pelo militar em 1791. Como trata-se de um texto curto, apenas oito folhas manuscritas, utilizamos outros textos do mesmo autor. Por isso, acrescentamos à análise os textos “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”⁴²⁰, “Notícia da Cidade de Benguela”⁴²¹ e os diários militares escrito por ele⁴²². Desse modo, ainda que curtos, os textos podem nos dar bases para uma comparação sobre os estilos de escrita, intenções, críticas e sugestões para a administração local.

No que se refere à escrita, podemos afirmar que Paulo Lacerda não fez uso de documentos oficiais, nem de outras leituras. Suas narrações basearam-se na experiência vivida nas batalhas e de depoimentos.

“[...] tenho declarado tudo, o que vi, e experimentei nesta mal
arranjada narraçam, e por isso aremetto a quem melhor saiba
ornar escripta que de mais gostos aos leitores servindo-se destas

⁴¹⁹ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até principio do anno de 1791”. In. *Annaes marítimos e coloniaes*. Associação Maritima e Colonial. 6ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133

⁴²⁰ LACERDA, Paulo Martins de. *Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo*. *Annaes marítimos e coloniaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

⁴²¹ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Notícia da Cidade de Benguela – 1797*. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

⁴²² AHU, Angola, Cx. 60, doc. 1. Trata-se de um maço com inúmeros documentos, incluindo diários de “marcha de guerra” elaborados por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda.

memórias que sam fieis, e verídicas, em que hem nam pequeno campo para discorrer com mais galhardia, e gosto.”⁴²³

Neste texto, Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, coronel de infantaria, escreve sobre as conquistas na província de Mossulo, descrevendo os lugares que passou com seus soldados e as batalhas que travaram em 1791. Sua intenção era registrar “o que vi, e observei quando tranzitei com o meu Exercito Vitoriozo em Agosto do anno de mil setecentos noventa e três”⁴²⁴, e não criar uma “história” para a administração portuguesa local, como se propôs Elias Alexandre. Todavia, ao observar os breves episódios destacados por Paulo Lacerda, podemos encontrar algo de semelhante no olhar daqueles militares, ou destacar suas diferenças.

Logo no início de seu texto comenta sobre a presença de estrangeiros no rio Logi, no porto de Ambriz para negócios e abastecimento de água para seus navios.

“Da do Márquez para o norte, e beira Mar, tem a do Muene Guitongo pequena, mas o Dambo quetungo he dono do Porto chamado guitango que he próximo do Ambris de grande commercio das naçoens estrangeiras que ali vam comprar escravos e descem de todo o sertam de calandecia, da Ginga de Ambaca das Pedras de Pungo-andongo, e de todo o Congo, e sertam do Norte por contrabando prejudicial ao commercio dos portugueses de Angola, e por ser esse contrabando le chamao

⁴²³ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Op. Cit.*, 1846, p. 133

⁴²⁴ *Idem*, p. 128

elles gentios Bafo para onde conduzem e vam vender os melhores pretos; e a Angola trazem o refugo.”⁴²⁵



Mapa do século XVIII adaptado, no qual se pode notar a proximidade da região do Mossulo ao porto de Ambriz. Autor: Bellin, Jacques Nicolas, c. 1747. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart172381/cart172381.html - Acesso em 10/10/2014

Paulo Lacerda indica localizações geográficas para os rios que classificou como navegáveis e que possuíam água boa para o consumo. Como o rio Lisune, que localizava-se por volta de três léguas do porto de Ambriz, e é caracterizado como pequeno, navegável e a melhor água da “nesta Costa da África do Domínio Português”.

Além das informações sobre a navegabilidade dos rios, o militar também destaca os melhores gêneros agrícolas da região “mandioca, abobras, bananas, canas de açúcar, e algum feijão [...] muito sal, das salinas, que ali estão situadas.”⁴²⁶

⁴²⁵ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Op. Cit.*, 1846, p. 129

Sobre as precisões de suas coordenadas geográficas, Paulo menciona que por ter andado todas aquelas terras, passo a passo nas batalhas, “tenho razam de melhor conhecer as distancias pois as calculei e medi experimentalmente que he mais fácil que a estimativa tradiçam que as vezes padece com o tempo que tudo consome e athe muitas vezes a lembrança do passado”⁴²⁷.

Paulo Lacerda informa sobre o contrabando de escravos feito pelas nações estrangeiras no Quitumbo, que prejudicava o comércio dos portugueses de Angola e a respeito da conquista dos régulos que assinaram termo de vassalagem a d. Maria I em 1791. Também comenta o trabalho dos missionários e a resistência daqueles povos no que se refere à evangelização.

Sobre a província do Mossulo, Paulo indica que a mais importante, e maior em termos de habitantes, era a do Marquês, que se localizava no centro. “Junto de Quiniola, havia outra do Jumbo n’caolo = Não terminarão aqui as vitórias do meu exercito; por que passei o Rio Logi para o Norte e conquistei a grande povoaçam do Sambo, e a sua famosa Lagoa de preciozis”⁴²⁸.

Naquelas terras os “Mosuis” (termo que utiliza para tratar dos habitantes do Mossulo) travaram batalhas com as tropas portuguesas desde o dia 27 de outubro de 1790 até o dia 31 de outubro, momento em que foram mortos e feridos muitos soldados portugueses. Em junho de 1793, marchou com seu exército para conquistar os “gentios do norte”, nas terras do “Banza Congo”.

Assim como Elias Alexandre, Paulo Lacerda classifica os africanos como “inconstantes” em seus acordos de amizade⁴²⁹. Além disso, o autor também os classifica

⁴²⁶ “Continuação do diário do exercito que o Ilmo. E Exmo. Snr. Manuel de Almeida Vasconcellos, governador e capitão general destes Reynos, dirigio a castigar o rebelde Marques do Mossulo, e seus confederados que foram invasores dos domínios de vossa magestade fidelissima” – AHU, Angola, Cx. 60

⁴²⁷ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Op. Cit.*, 1846, p. 129

⁴²⁸ Idem, p. 130

⁴²⁹ Idem, Ibidem

como crentes em superstições, que caracteriza como “feitiçaria”, o que dificultaria demais o trabalho de evangelização. Menciona um acontecimento no qual os africanos teriam feito uso de “feitiçaria” para prejudicar os lusitanos.

“quando nos atacarão traziam na sua retaguarda hua negra com hum cesto cheio de feitiçarias pelas quais ella lhes tinha profetizado que as pesas espingradas dos brancos por virtude daquelles feitiços haviaio de lançar em lugar de fogo e balas, agoa. Breve virão o contrario e o seu engano pois que aconteceu por casualidade pois que a tal negra nam vi, e se a vi não reparei / o primeiro tiro que lhe aponte a testa da grande columna com huma peça e calibre dous deo com a negra cesto e feitiçarias em terra e muitos mais que se seguiaio de que ficou a praia e campo da batalha cuberto de cadáveres do estrago daquele tiro, e outros que lhe fizerao de sorte que sem mais esperar se puzeram em precipitada fugida para salvarem as vidas e foi bom para nos, porque éramos hum pequeno numero de soldados ilheos e bizonhos” (LACERDA, 1846, p. 131)

Apesar dos indícios da presença católica naquelas províncias, assim como Elias Alexandre, Paulo Lacerda as creditam aos missionários capuchinhos. Eles ministravam batizados e estimulavam o uso de crucifixos dentre os africanos. Embora o esforço daquele grupo religioso, tais costumes seriam apenas exteriores, pois “no mais

conservao a sua barbaridade e sobretudo nam admitem o consorcio de hua so muher e sim muitas as que apetezem.”⁴³⁰

Como já destacamos no terceiro capítulo desta pesquisa, Paulo Lacerda possuía uma relação de trabalho muito próxima ao seu filho Félix Pinheiro. Como não poderia ser diferente, nesse texto Paulo Lacerda não cita muitos nomes de militares portugueses envolvidos nas batalhas contra os povos do Mossulo. Porém, ao falar dos feridos, destaca “o commandante da artilharia Felix Pinheiro de Lacerda, com hua perna quebrada”⁴³¹.

Em seus diários militares, Paulo Lacerda não comenta nada sobre a administração local, e sim sobre o dia a dia da tropa nas campanhas. Destaque para as táticas de “guerra preta” utilizadas como saques e incêndios nas regiões do Mossulo⁴³². Como possuía relativa autonomia, Paulo Lacerda organizava seus ataques fundamentalmente a partir das estratégias locais de combate, isto é, da pequena guerra de emboscadas, assaltos noturnos, surpresas, incêndios e devastações. O sucesso das campanhas militares dependia da capacidade que possuíam de manter a guerra preta. Quando um grupo desertava, o responsável pela campanha deveria substituir por outro, dando um caráter “itinerante” para este grupo da tropa⁴³³.

Além disso, os diários militares também destacam o enorme número de desertores. Diante da imposição do recrutamento militar, como já salientamos no primeiro capítulo desta pesquisa, as comunidades locais respondiam com a fuga, e muitos daqueles que não conseguiram escapar ao recrutamento, desertavam.

Podemos imaginar que, num contexto de carência militar e deserção, as notícias de sucesso e persistência de Paulo Lacerda, e seu filho Félix, poderiam funcionar como

⁴³⁰ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. *Op. Cit.*, 1846, p. 131

⁴³¹ *Idem*, p. 132

⁴³² AHU, Angola, Cx. 60, doc 1

⁴³³ CRUZ, Ariane. *Op. Cit.*, 2014, p. 161

uma estratégia poderosa de obtenção de mercês, a partir da expectativa do reconhecimento dos préstimos dos serviços à Coroa.

No texto “Notícia da Cidade de Benguela”⁴³⁴, elaborado em 1797, Paulo Lacerda menciona coordenadas geográficas da região e, novamente, aponta os rios existentes e de que maneira eles poderiam ser úteis, no que se refere à navegação ou abastecimento de água potável, que naquela região seria abundante. Sobre a agricultura local, o militar destaca a cultura de mandioca, milho, feijões, e abóbora. Quando alguma dessas produções se tornava escassa, rapidamente era substituída pela mandioca, que era facilmente cultivada. Além disso, menciona os sobas que eram considerados aliados dos portugueses na região.

Como o texto foi escrito em 1797, existe a possibilidade dele tê-lo escrito no Rio de Janeiro. No entanto, acreditamos que esse texto não tenha sido criado para obter mercês, pois elas já haviam sido conquistadas baseadas em seus feitos militares anteriormente. Mesmo assim é preciso considerar a riqueza das informações que Lacerda destaca neste texto. Ele é considerado muito significativo para conhecer a estrutura social dos “ovimbundo”⁴³⁵. Demonstra características importantes, como a noção de riqueza que esse grupo possuía – que seria muito distinta da europeia, pois não tratava-se da noção de acumulação – e descreve o processo de eleição para os sobas do interior de Benguela⁴³⁶.

Lacerda menciona a região de onde se originaria a maior quantidade de sal que abastecia Luanda, a salina no sítio do Lobito, uma dentre as “as grandes salinas do Sul”. Os negros daquela localidade eram criadores de gados e se sustentavam com o leite retirado destes animais. Além disso, muitas vezes os homens da região deixavam o leite

⁴³⁴ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela – 1797. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

⁴³⁵ Grupo étnico angolano, cuja língua é o Umbundu, e se encontra disperso pelo centro e sul de Angola. Cf. PARREIRA, Adriano. *Op. Cit.*, 1990, p. 90

⁴³⁶ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2007

coalhar para lhe tirarem a manteiga, que usavam para comer, e tratar os cabelos. O militar destaca também a existência de muitos negros ricos, chamados de “Mohumbes”. Esses não eram sobas, mas sim capitães de seus povos. São caracterizados como “muito verdadeiros, e grandes comerciantes, e os mais fiéis almocreves [que realizavam transportes com animais de carga] que conduzem as fazendas de Benguela para o sertão”.

Sobre as batalhas, Paulo Lacerda comenta sobre os povos Muganguelas, que utilizavam apenas táticas de “guerra preta”, e não pareciam conhecer as armas de fogo. Utilizavam inúmeras flechas, “todas com farpas de ferro, feitas por eles, e cada um traz na sua aljava cento, e mais”. Relata que, em determinado momento da campanha, foi atacar e achou uma Libata⁴³⁷ fortificada com cerca de “oito mil combatentes de flechas”.

Por sua vez, o autor descreve os Benguelas e Quimbundos, povos locais, como excelentes guerreiros que usavam armas de fogo e “carregam a cartucho, os mais bem feitos que tenho visto, e não me injurio de dizer, que, sendo construtor de cartuchos há muitos anos, fui aprender com eles”⁴³⁸.

Ao observar os costumes locais, o militar comenta que aqueles povos não acreditavam que um homem poderia morrer apenas por determinantes naturais. Quando alguém morria, significava que havia sido alvo de “feitiçaria”.

“Logo que um morre, fazem certo ser de feitiço, para cobrirem a sua má tenção, manda o Sova que peguem dois negros no cadáver, atam-no a um pau, e um grande número o acompanha,

⁴³⁷ Povoação menor que a Banza ou Mbanza, que tem pouca gente e cerca de 50 ou menos choupanas. Cf. PARREIRA, Adriano. *Op. Cit.*, 1990, p. 63

⁴³⁸ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela – 1797. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

para que o morto vá mostrar quem lhe fez o feitiço para ele morrer; vão discorrendo com o morto às costas por várias libatas do seu país, e em chegando à porta que lhe parece (bem entendido, que seja algum mais rico, para terem que furtar) ali fingem os carregadores, que o cadáver repugna passar dali, por mais que eles forcejem, sinal de que aquele é o pobre matador; este é logo preso e sequestrada toda a sua Quicumba (assim chamam a sua família, mulheres, e escravos,) vai a juízo, sai condenado, e queimado vivo, e tudo o mais se vende, para comerem, e beberem, e vestirem, e dizem que assim mandam as suas leis.”⁴³⁹

No seu entendimento, tal prática seria apenas um meio de roubarem uns aos outros e obter cativos de maneira rápida e numerosa. Lacerda descreve templos utilizados pelos rituais locais, inclusive casas conhecidas como “mococotos”, onde guardavam os ossos e caveiras dos seus falecidos sovas. “Eu queimei em Candumbo cento e tantos oratórios destes.”

Não poderíamos esperar que a descrição dos hábitos e costumes dos povos de Benguela fossem realizados sem a condenação de seus rituais locais. O que nos chama a atenção nesse texto de Paulo Lacerda é o reconhecimento da habilidade de alguns africanos com as armas de fogo, como no caso em que afirma que aprendeu com eles a fazer cartucheiras melhores, e também quando caracteriza os “mohumbes” como excelentes comerciantes.

⁴³⁹ Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela – 1797. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

Em seu texto “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”⁴⁴⁰, Lacerda identifica a localização geográfica e logo atenta para a escassez de água na região, agravada em épocas de seca. Alguns faziam uso de grossas árvores, conhecidas como “embondeiros”, para fazer cisternas.

“Cavam por dentro estas grossas, e altas árvores (que são moles como cortiça, e algumas por sua natureza são ocas por dentro, por onde também criam casca como por fora). Nelas, em tempo de chuvas, recolhem seus vizinhos água, até que encham aquele oco, e fica-lhe servindo de cisterna, que lhe guarda e sustém a água de um ano a outro, e dali se servem; e não é comum para todos, mas tem seus donos; e cada qual bebe e se serve da sua, e a vendem a quem carece dela.”⁴⁴¹

Como tais cisternas eram muito altas, era preciso que improvisassem uma escada para subir e pegar a água com uma espécie de balde, feita da casca da fruta dos “embondeiros”. Além de cisternas, tais árvores serviam para guardar alimentos. A casca da madeira dessas árvores eram usadas também para fazer enfeites de cabelo e roupas.

O militar observa que os homens da Quissama andavam mais enfeitados do que as mulheres e que todos eram circuncidados “isto é quase universal em todo este sertão da África”⁴⁴².

⁴⁴⁰ LACERDA, Paulo Martins de. “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”. In: *Annaes marítimos e coloniaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

⁴⁴¹ Idem

⁴⁴² Idem

“uns fazem do cabelo quatro tranças ao alto, que unidas umas às outras forma uma espécie de feitio de mitra, tudo das tranças do dito cabelo, e para os conservarem nesta postura, o trazem sempre subjogado com um pano a modo de lenço bem atado. Outros com mais galanteria, fazem duas grandes rodelas, do diâmetro de dois palmos, e mais: umas são de tranças do mesmo cabelo, e outras são tecidas de palha, e subjogadas com as tranças; que mais bem parecem orelhas de elefante, do que outra coisa. Estas rodelas são movediças sobre as orelhas, ou lados, de modo que, quando querem, as trazem altas, e caídas para as costas (isto é sobre a cabeça); e quando o sol é forte, as deixam cair sobre a cara à imitação dos ant’olhos das bestas.”⁴⁴³

Ao relatar sobre o comportamento dos povos de Quissama nas batalhas, novamente o militar admite a destreza dos africanos no uso das armas de fogo. Carregavam espingardas com cartuchos numa espécie de cinta larga de pano ou ouro. Utilizavam também armas brancas:

“um cutelo, ou podão sem volta na ponta (como as foices). Este com seu cabo pequeno de sorte que cabo e ferro não excede a dois palmos e meio de comprido, largo, forte, e bem afiado; e assim que disparam a sua espingarda, por baixo da mesma fumaça da pólvora, avançam com o seu podão na mão direita, e a espingarda na esquerda, e com ele fazem estrago grande. Em

⁴⁴³ LACERDA, Paulo Martins de. “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”. In: *Annaes marítimos e coloniaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

um assalto que se foi dar na povoação de um destes gentios chamado Humba, defronte da Vila de Massangano, mataram mais de 50 dos nossos soldados: e um Quilamba do Bango Bango lhe deram com o podão tal cutilada no cimo da cabeça, que o abriram até os olhos, e ficou morto.”⁴⁴⁴

Sobre a utilidade daquela conquista para a Coroa, o militar destaca a extração de sal e explica como o mesmo era explorado.

“Em uma grande planície cercada de montes mais altos, mas seca, e sem água para beber, fazem os negros muitos buracos no chão de altura de dois e mais palmos, e do diâmetro de três polegadas. Estes buracos se enchem por si logo de um humor que da terra verte para eles, e fica aquele líquido em consistência de geleia branda. Logo que assim está cavam os negros a terra em roda daqueles buracos, e o tal humor (que é o sal) assim que se expõe ao ar, petrifica, ficando uns de cor branca escura, e outros cor de chumbo claro; como estas formas saem irregulares, os negros com os seus podões as aperfeiçoam, raspando-as, e limpando-lhe a terra que sai pegada, e põem em figura oitavada ao comprido, ficando da grossura de duas polegadas, e do comprimento de dois palmos, e menos. Então as empalham com feno em roda ao comprido, e lhe põem umas talas, ou varinhas em circunferência, e as apertam com umas

⁴⁴⁴ LACERDA, Paulo Martins de. “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”. In: *Annaes marítimos e coloniaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

cordinhas de casca de pau para assim poderem viajar aquela droga sem se quebrar: o sal que lhe fica das raspas quando aperfeiçoam as tais pedras, se servem dele para seu tempero, e uso.”

È importante lembrar que a região de Quissama sempre foi considerada “inimiga do estado não só nas guerras e depredações que lhe moveo mas no surdo e continuo mal que lhe fas abrigando e dando passagem a todos os escravos fugidos de Angola”⁴⁴⁵. O militar segue nomeando os diversos sobas da região e fala, ainda que rapidamente, sobre o que a tradição local dizia sobre a rainha Jinga. Dentre todos os textos de que se têm notícia escritos por Paulo Lacerda, esse é o primeiro em que ele faz menção a um documento histórico consultado. “[Jinga] Assinou termo de vassalagem, que se acha no Arquivo da Secretaria de Angola, mas a tudo faltou, como o tem feito em todas as mais ocasiões que têm as suas sucessoras assinado termos, que se acham no Arquivo de Ambaca, onde os vi.”

O militar relata que conhecia bem aquela região por haver comandado uma expedição militar vitoriosa, em 1784, que visava fazer comunicação do caminho da capital de Angola para a Benguela e conquista da Demba, ou Mina do Sal. Apesar da vitória, tal objetivo não teria sido concluído, pois haviam mudado o comandante do exército, “que não deu mais um passo vitorioso”. Ou seja, numa região conhecida pela periculosidade, devido aos guerreiros africanos, Paulo Lacerda sublinha sua vitória e ainda atribui o fracasso dos objetivos lusitanos à sua ausência do comando militar e segue enumerando suas diversas vitórias:

⁴⁴⁵ *Arquivos de Angola*. Série I. Volume IV. N° 49. Janeiro de 1939, pp. 173-209.

“venci o grande Malumba Cambolo, e Cana. Avassalou-se o Catale Casala; e quando pretendia seguir para a Demba, e castigar o grande Quenbo, o Cacande, o Gariaxindo, o Catumbo Caquilama, o Cagia Camusumbo, o Queacabangue, o Cacombozalala, o Cagimo Casala, o Quitombolo Quiacongolo.”

Nos textos “Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo”⁴⁴⁶ e “Notícia da Cidade de Benguela”⁴⁴⁷, Paulo Lacerda escreve baseado na experiência militar que viveu em todos aqueles territórios. Ao enfatizar suas conquistas e sublinhar os diversos sobas que teriam jurado fidelidade aos portugueses, teria divulgado seus feitos e obtidas diversas mercês, como as que mencionamos no segundo capítulo desta tese ao abordar a sua trajetória. No entanto, como já havia obtido inúmeras mercês antes do momento da escrita de seu texto, podemos aventar a hipótese do desejo de deixar registrado para posteridade as suas ações nas campanhas militares no sertão angolano.

Sem dúvida, os textos de “notícia” produzidos por Paulo Lacerda constituem uma “apropriação intelectual” que fazia parte de um projeto maior, uma “apropriação física” de um espaço colonial em construção⁴⁴⁸. Esse aspecto fica explícito na ordem de realizar diários militares. Todavia, o interesse de registrar seus feitos militares, o fez “cair nas graças” dos homens da administração colonial, como já observamos no seu relacionamento com o governador Manoel de Almeida Vasconcelos.

Podemos perceber algumas semelhanças entre seus textos e o de Elias Alexandre. Ambos os militares ressaltavam as possibilidades de vantagens que aquela

⁴⁴⁶ LACERDA, Paulo Martins de. Notícias das regiões e povos de Quisama e do Mussulo. Annaes marítimos e coloniaes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133.

⁴⁴⁷ LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da Cidade de Benguela – 1797. Disponível em <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 15 de dez. de 2012

⁴⁴⁸ SANTOS, Catarina Madeira. *Op. Cit.*, 2007

conquista poderia conceder à Coroa portuguesa. A partir da identificação de diversos gêneros agrícolas, uma maior atenção à questão do abastecimento de água e a contínua política de avassalamento dos sobas que resistiam à presença portuguesa, a Coroa poderia se estabelecer de maneira mais efetiva em Angola.

No que se refere à maior crítica realizada por Elias Alexandre, a questão da economia lusitana em Angola basear-se no comércio de escravos, nos textos de Paulo Lacerda é um aspecto inexistente. Isso nos permite inferir que tal crítica não seria algo comum às informações que circulavam a respeito Angola, pelo menos não nas que foram criadas pelos militares. Isso seria algo exclusivo da obra de Elias Alexandre, o que torna a análise de seu texto ainda mais importante e singular. Considerado o ambiente “reformado” que se pretendia para Angola, passemos a uma análise mais detalhada para as críticas à escravidão e ao tráfico contidas na obra *História de Angola*, de Elias Alexandre.

Capítulo 5

Elias Alexandre e suas considerações sobre o tráfico de escravos em Angola

“A sensibilidade de Silva Correa parece pressentir no reconhecimento do lado espiritual do africano um prenuncio intolerável de igualdade e, por consequência, de dano aos imperativos laborais que unicamente requerem o seu físico.”⁴⁴⁹

“Ex-aqui o fim funesto das riquezas do Brazil. Talvez se os políticos discorressem seriamente no atrazo, q os ferros da escravidão fomentão surdamente á opolencia das Conquistas, julgassem a suspensão do captiveiro, não só huma beneficência incomparável, e compaixão humana para com os nossos semelhantes; mas hum rasgo de profunda política com solido augmento da Monarchia.”⁴⁵⁰

O objetivo desse capítulo é refletir sobre um tema recorrente na obra *História de Angola*, do militar Elias Alexandre da Silva Corrêa: a escravidão. Em princípio, parece um tema óbvio, afinal de contas, o militar viveu em Angola em fins do século XVIII e a venda de escravos era a maior – e mais lucrativa – atividade econômica realizada. Todavia, Elias Alexandre tece comentários que merecem uma análise mais profunda. Ao invés de, meramente, descrever como o tráfico ocorria – a captura, o transporte e o cotidiano dos comerciantes – ele emite opiniões a respeito da escravidão.

⁴⁴⁹ BARBEITOS, Arlindo. “A raça ou a ilusão de uma identidade definitiva” In: *O racismo, ontem e hoje : actas do 7º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Africanos, 2005, pag. 139-148^p. 143

⁴⁵⁰ CORREA, Elias Alexandre. *Op. Cit.* 1937, p. 172-176

Além disso, o texto de Elias Alexandre deve ser inserido no contexto iluminista – tal como já esclarecemos no primeiro capítulo da tese – e faz-se necessário saber como seu texto se enquadraria – ou não – como uma argumentação a favor da escravidão.

“O Iluminismo, de origem exógena em relação à Península Ibérica, irrompia no mundo atlântico, com verdadeira virulência, por encontrar receptiva a atmosfera burguesa que o florescimento do tráfico oceânico alentava, a reclamar a ruptura das tradições culturais existentes [...]. Diferiram nos diversos países, as fórmulas de adoção.”⁴⁵¹

Sem dúvida o iluminismo influenciou as ideias revolucionárias que levariam aos pensamentos abolicionistas, baseados nos direitos inalienáveis de felicidade, liberdade e igualdade entre os homens. No entanto, a escravidão foi conciliada com a crença nas leis naturais. Tanto é que foi durante esse momento “iluminista” que a escravidão viveu seu momento mais frutífero.

“Se a servidão humana era, como disse Voltaire ‘tão antiga quanto a guerra, e a guerra tão antiga quanto a natureza humana’, a instituição poderia ser justificada pela doutrina da razão suficiente, ou ser vista como uma parte da economia natural de forças. [...] [Ainda de acordo com Voltaire] ‘a raça humana, da maneira como é constituída, não pode subsistir a

⁴⁵¹ SIQUEIRA, Sônia. “A escravidão negra no pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: contribuição ao estudo da mentalidade do último inquisidor geral”. In: *Revista de História*. São Paulo, n° 56, 1963, p. 354

não ser que haja um número infinito de indivíduos úteis inteiramente destituídos de propriedade’. »⁴⁵²

A escravidão do negro era entendida como algo natural e necessário, parte fundamental da estrutura econômica até então conhecida. Desse modo, a desigualdade também seria algo natural e imprescindível para o bem estar social e a manutenção da ordem. A mão de obra escrava dos negros foi defendida por antigas teorias de desigualdade, mas também pelos direitos de propriedade privada, estimulados pelos iluministas.

Esse discurso que defende a escravidão como algo “natural” se baseia em Aristóteles. No caso dos escravos, a natureza os teria criado com corpos fortes para que fossem úteis para servir, e sua inteligência fraca para que pudessem servir aos mais sábios. Na concepção aristotélica, a subserviência e o comando seriam comportamentos determinados desde o nascimento, ou seja, uns nasceriam para servir e outros para mandar. Essa diferença entre os corpos é um fator de observação da condição escrava. Para ele, enquanto os corpos dos escravos eram fortes e próprios para o trabalho servil, o do senhor era um corpo mais afeito a uma função mais política e artística: “(...) aquele que pode antever, pela inteligência, as coisas, é senhor e mestre por natureza; e aquele que com a força do corpo é capaz de executá-las é por natureza escravo”⁴⁵³

Ainda de acordo com Aristóteles, para os que são escravos por natureza, ela é conveniente e justa, uma vez que a natureza é quem define a utilidade de todas as coisas, e a perfeição dessas consiste no atendimento de uma utilidade apenas, e não muitas. A utilidade do escravo, por exemplo, é ser uma “ferramenta” para manejar

⁴⁵² DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 436

⁴⁵³ ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural. Coleção Pensadores, 2000, p. 144.

outras “ferramentas”. Ele se constitui como uma propriedade do homem que faz com que a vida seja possível, atendendo a esses trabalhos manuais.

O escravo não é apenas servo de seu senhor como pertence totalmente a ele, enquanto o senhor é senhor de seu escravo, mas não lhe pertence. Essas considerações mostram quais são a natureza e a função do servo; qualquer ser humano que, por natureza, pertença não a si mesmo, mas a outro, seria um escravo.

Um dos primeiros filósofos conhecidos a colocar essa questão da escravidão sob um prisma iluminista foi Montesquieu. Em meados da década de 1730, quando escrevia o “Espírito das Leis”, existia grande interesse pelas regiões africanas, estimuladas por relatos como Pierre Labat⁴⁵⁴, além de investigações sobre as razões das diferenças físicas entre negros e brancos. Montesquieu atacou as justificativas tradicionais, como a aristotélica, para a escravidão – “como todos os homens nascem iguais, é preciso dizer que a escravidão é contra a natureza, ainda que em certos países esteja fundada numa razão natural”⁴⁵⁵.

Todavia, Montesquieu admite que num Estado despótico, a escravidão teria uma base racional, principalmente em lugares de climas tropicais, nos quais o “calor tornava os homens indolentes e indispostos ao trabalho pesado, exceto devido ao medo da punição”⁴⁵⁶. A escravidão estaria relacionada à “natureza do clima”, sendo consequência específica de determinadas sociedades. Logo, embora contrário à ideia de “escravidão natural”, Montesquieu defende que ela seria necessária em determinados ambientes, e isso não seria de todo ruim. Segundo David Brion Davis, Montesquieu concebia a relação entre escravo e senhor como uma “via de mão dupla”, na qual o escravo aspirava à felicidade – que não encontraria na África – e o senhor que teria seus

⁴⁵⁴ Jean Baptiste Labat foi o responsável por realizar a tradução da obra de Giovanni Antonio Cavazzi para a língua francesa. LABAT, Jean Baptiste. *Relation historique de l’Ethiopia Occidentale*. 5 tomos. Paris, 1732

⁴⁵⁵ MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 258

⁴⁵⁶ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, 2001, p. 438

interesses atendidos⁴⁵⁷. A escravidão, portanto, seria um mal necessário para a autopreservação da sociedade. Assim como Montesquieu, Locke também manifestou certo repúdio para com a escravidão, mas apoiava a ideia de propriedade e a desigualdade hereditária⁴⁵⁸.

Rousseau, por sua vez, defendia que os homens nasceram livres e iguais. No verdadeiro estado natural, onde não existia propriedade privada, não havia guerra nem dominação. As discussões suscitadas pelo filósofo, sem dúvida, influenciaram outros pensadores, que defenderiam o fim da escravidão. Foi o caso de De Jaucourt:

“Um escravo não era realmente um escravo, mas um homem cruelmente prejudicado. Seu direito de fugir era tão seguro quanto o de um homem encurralado por um salteador. Qualquer tribunal que se recusasse a garantir a um escravo sua liberdade imediata estava desrespeitando a justiça eterna e, conseqüentemente, não era mais um tribunal válido. Além disso, uma vez que as fontes da lei natural deveriam ser encontradas na própria natureza do homem, em suas necessidades comuns físicas e espirituais, os preceitos dessa lei nunca poderiam ser incoerentes com a utilidade pública. Se a erradicação da escravidão colonial levava a tensões temporárias do reajuste comercial, a longo prazo ela promoveria o crescimento da indústria, da população e da felicidade.”⁴⁵⁹

⁴⁵⁷ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, 2001, p. 439

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 456

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 461

Dentre os fisiocratas, Adam Smith concebia a escravidão como parte de um sistema desarmônico de monopólio e privilégios. A relação entre o senhor e seu escravo seria, inclusive, uma síntese das restrições artificiais que impediam os interesses individuais em colaborar para o bem geral. O uso costumeiro da escravidão é explicado como um predomínio do orgulho sobre os homens, que amavam a ideia de dominar e não gostavam de persuadir os seus inferiores para trabalhar. Logo, segundo Smith, a compra de escravos e o uso do chicote seriam mais convenientes⁴⁶⁰. A felicidade material estaria quase ao alcance do homem, se não fosse a escravidão, por isso acabar com essa prática era algo urgente, pois o trabalho escravo era caro e a agricultura só se desenvolveria plenamente onde houvesse liberdade e justiça.

Em meio a essas discussões iluministas sobre a ilegitimidade da escravidão, surgiu a primeira lei que visava transformar a maneira como a escravidão era conduzida nos domínios ultramarinos lusitanos. Em 19 de setembro de 1761, quando o rei proibiu o carregamento e transporte de escravos “pretos de hum e outro sexo dos portos da América, África, e Ásia para os destes Reinos de Portugal e Algarve.”. Aqueles que os fizessem deveriam receber punições⁴⁶¹. Tal lei se fazia necessária graças aos “excessos” com os quais o transporte de escravos estava ocorrendo. Na prática pretendia-se evitar os efeitos nocivos do comércio de escravos para a economia, como os abusos e desonestidades dos envolvidos naquela atividade. Tais abusos e desvios dos interesses reais no comércio de escravos foram aspectos muito presentes nas documentações administrativas e militares daquele período. Inclusive, no texto *História de Angola*, de Elias Alexandre.

De acordo com Luis Oliveira Ramos, seria possível pensar no surgimento de uma legislação “humanitária anti-esclavagista” cunhada pelo Marquês de Pombal.

⁴⁶⁰ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, 2001, p. 481

⁴⁶¹ RAMOS, Luis Oliveira. “Pombal e o esclavagismo”. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1971. *Portuenses na História*, Lisboa, 2001, p. 170

Portugal, então, teria se inserido num contexto europeu “favorável aos escravos”. É nesse sentido que podemos entender as críticas de Elias Alexandre. Ele não fala necessariamente contra a escravidão, mas da maneira como ela se dava. A escravidão ainda é vista como algo legítimo, mas as maneiras de escravização deveriam ser realizadas de modo que os critérios locais fossem observados, para não quebrar alianças políticas. Afinal de contas, ainda em fins do século XVIII, as guerras e alianças com grupos locais africanos constituíam elemento primordial para a obtenção de homens e seu conseqüente comércio.

Para compreendermos melhor esses embates acerca da escravidão num ambiente influenciado pelas ideias iluministas, é preciso ressaltar que nem todos se adaptaram prontamente às críticas à ilegalidade da escravidão. Um pouco distante de Angola, na América Portuguesa, esses debates também ocorriam, afinal de contas, aquela região era o principal destino dos escravos angolanos.

Em 1808 foi publicado o texto “Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Indios do Brazil”, do Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Além de ter assumido cargos importantes na Igreja, ele era senhor de engenho e sua formação havia sido na Universidade de Coimbra “reformada”⁴⁶². Mesmo tendo sido publicado um pouco depois da História de Angola ter sido escrita por Elias Alexandre da Silva Correa, a análise da opinião de Azeredo Coutinho pode auxiliar a compreender o panorama da questão da escravidão pensada pela monarquia lusitana e a Igreja Católica, dentro de uma perspectiva “iluminada”⁴⁶³.

⁴⁶² Em fins do século XVIII, a formação oferecia a filosofia como método de pensamento e a atitude ética de predomínio de valores da ação sobre os princípios especulativos, reinava o “Iluminismo Eclético”. Cf. SIQUEIRA, Sônia. *Op. Cit.*, 1963, p. 355

⁴⁶³ Azeredo Coutinho, assim como a maioria dos titulares de dioceses e arquidioceses da época, defendia o ponto de vista estatal de que a soberania real estendia-se à Igreja. Por isso, mesmo pertencendo e tendo destaque na Igreja, sua visão pode ilustrar a corrente que era a favor da escravidão a partir do Estado, e

O texto escrito pelo bispo Azeredo Coutinho é uma fervorosa defesa da escravidão africana para as colônias lusitanas. Baseando-se no conhecimento religioso, ele faz um ataque ao que chama de “seita filosófica”, ou seja, aos defensores de que a escravidão era algo que feria os direitos inalienáveis do homem.

Coutinho lembra que o comércio de escravos foi aprovado por diversas bulas papais⁴⁶⁴ e que a Igreja Católica entendia a escravidão como um meio de introduzir sua religião entre os africanos “entre aquelas Nações bárbaras, ou ao menos salvar muitas almas, que, aliás, seriam perdidas no centro do Gentilismo”⁴⁶⁵

O aspecto religioso é salientado por Azeredo Coutinho, que usa exemplos de trechos bíblicos para justificar a escravidão, lembrando que “os Apóstolos, tratando da escravidão nunca disseram que ela era contra a Religião”.

[...] S. Paulo na sua Epístola mistura as preces com a autoridade, os louvores com as recomendações, os motivos da Religião com os da civilidade, e do reconhecimento: ele enfim tudo mete em obra para reconciliar o Senhor com o escravo mas nunca disse, que era injusto, nem contra a Religião, que Onésimo fosse seu escravo⁴⁶⁶.

Em sua opinião, aqueles que criticavam o comércio de escravos africanos deveriam atacar também o direito de propriedade, pois este também seria um direito

não apenas da Igreja. Cf. WEHLING, Arno. “Absolutismo e Regalismo: A Alegação Jurídica do Bispo Azeredo Coutinho”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro. a. 169 (439): 255-274, abril/julho 2008, p. 264

⁴⁶⁴ “Bulas do Papa Nicolau V, de 6 de Janeiro de 1454, de Calisto III, de 3 de Março de 1455, de Xisto IV, de 21 de Junho de 1481, e de Leão X, de 3 de Novembro de 1514”.

⁴⁶⁵ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Índios do Brazil”. Disponível em: http://consorcio.bn.br/slave_trade/obras_raras/or8834.pdf - Acesso em 10/08/2014

⁴⁶⁶ Idem

natural. “Diga-se [...], que o comércio do resgate dos escravos da Costa de África não convém aos interesses desta, ou daquela Nação; mas não se diga que um tal comércio é contrário ao Direito Natural, à boa política, e à humanidade.”⁴⁶⁷

“[...] eu não duvido, que tais Filósofos tenham por sócios, e aprovadores, bandos de bárbaros, e de selvagens sem propriedade, e sem indústria; eu porém sou contente de ter pela minha parte todas as Nações civilizadas, onde houver Governo, Religião, Virtude, Honra, e Probidade.”⁴⁶⁸

Na concepção de Azeredo Coutinho, além de contrárias às leis da natureza, os que condenavam o comércio de escravos seriam “impolíticos”, pois se tratava de um comércio estabelecido há mais de “300 anos entre muitas Nações civilizadas da Europa, sem exceptuar as mesmas, que hoje clamam contra ele”. Os críticos da escravidão são caracterizados como pretensiosos, pois se a escravidão não fosse algo natural, os filósofos e teóricos anteriores a eles seriam ignorantes nos direitos naturais.

Reconhecendo a dependência que as nações europeias possuíam com relação às suas colônias, Azeredo Coutinho cria bases fortes para seus argumentos ao alegar que sem os negros, as colônias não teriam sido úteis para as metrópoles. Sem o uso do trabalho escravos, os domínios ultramarinos teriam sido “o mesmo que para um Proprietário, uma terra desprovida de braços, de animais, de ferramentas. E pelo contrário, as Colônias têm feito valer os braços de África, que, aliás, eram perdidos.”⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permittem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Indios do Brazil”. Disponível em: http://consorcio.bn.br/slave_trade/obras_raras/or8834.pdf - Acesso em 10/08/2014

⁴⁶⁸ Idem

⁴⁶⁹ Idem

Em uma palavra a Escravidão na África já estava estabelecida, os Portugueses não fizeram mais do que aproveitarem-se dos desperdícios daquelas Nações; e por isso, as nossas Leis, e os nossos Soberanos como bons políticos e encarregados de fazer o maior bem dos seus Vassallos, o permitiram em favor da cultura das suas terras, que aliás eram perdidas.

Coutinho defende os portugueses, alegando que a escravidão era algo que já ocorria entre os africanos, que logo ofereceram seus cativos (prisioneiros de guerra ou réus de crimes capitais) em troca de mercadorias europeias. O mesmo não poderia ser aplicado para o caso dos “índios” da América, pois, de acordo com Coutinho, esse era entendido como pouco hábil para a agricultura e indomável pelo meio da força. O uso da religião era o meio mais “doce” para chamar aqueles nativos para a comunicação com os portugueses. Por isso, a Igreja Católica achou por bem proibir a escravidão dos grupos nativos da América, pois os declarando livres e acolhendo-os na sociedade, com o passar do tempo, os “índios” se acostuariam com as formas de viver cristãs. Além do mais, a prática da escravidão entre aqueles grupos na América ainda não estava estabelecida no momento da chegada dos portugueses, ao contrário do caso africano. Logo, na opinião de Azeredo Coutinho a justiça que permite a escravidão, e o resgate dos Escravos da Costa de África, não ofendia a justiça que proibia a escravidão dos índios do Brasil, devido às circunstâncias terem sido diferentes.

Na sua visão a escravidão africana era legítima e benéfica para o Estado:

O Preto de África apresentou os atributos da força, e das qualidades necessárias para cultivador das terras da Zona tórrida; conheceu-se que as Nações de África estavam já acostumadas aos trabalhos da Agricultura debaixo de um Sol ardente, e que já de tempos antiquíssimos estavam no costume da escravidão, e de venderem os braços, que lhes eram pesados, inúteis, ou prejudiciais; costume que, ou a necessidade do seu maior bem, ou do seu menor mal, lhes tinha ensinado; ou que lhes tinha sido transmitido, o que era transcendente a todos os outros Povos do antigo Mundo sem exceptuar a Europa; se lançou mão deste meio sem alterar o estado, em que se achavam aquelas Nações, **melhorando-se a condição daqueles desgraçados, que pelas Leis da sua Nação eram já condenados a serem escravos, mortos, ou vendidos para fora do seu País, levando-os para a comunicação dos Povos civilizados, e para obediência das Leis protectoras, e defensoras da vida, e da existência de tais escravos, Leis desconhecidas no seu País.** (Grifo nosso)⁴⁷⁰

O item grifado no texto remete a ideia da escravidão como uma via de “mão dupla”, semelhante a ideia defendida por Edmund Burke, 16 anos antes. Ou seja, os africanos seriam escravizados, mas isso traria benefícios para eles, já que estabeleceriam uma comunicação com nações “civilizadas” e, conseqüentemente, se

⁴⁷⁰ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permittem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Indios do Brazil”. Disponível em: http://consorcio.bn.br/slave_trade/obras_raras/or8834.pdf - Acesso em 10/08/2014

“civilizariam” também. Azeredo Coutinho não usa apenas o aspecto religioso como único benefício para o africano, ele pensa também no aspecto civilizatório. No contexto iluminista, “civilizar” seria a pretensão de tornar o outro igual, diminuir as diferenças ou a caracterização da falta dos elementos considerados “civilizadores”. Em fins do século XVIII, os europeus entendiam que ser “civilizado” era ser como os europeus.

Em outro documento, “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África”, escrito antes de 1798⁴⁷¹, o bispo vai além em suas argumentações. As críticas à escravidão não seriam válidas, pois a sua prática faria parte de uma ordem natural estabelecida e representava a prioridade dos interesses públicos sobre os individuais. Coutinho também lembra o direito exclusivo do rei em legislar sobre o que seria para o bem da sociedade e que o fim da escravidão se tratava de uma “quimera”, logo não deveria servir como base para avaliar a falta de justiça em algum aspecto social. A solução para o embate, então, seria uma escravização mais “suave” e não o seu fim. A necessidade da mão de obra escrava para a agricultura americana tornava obrigatória a lei da escravidão⁴⁷².

Isto é, enquanto não existia uma unanimidade com relação ao estatuto da escravidão em fins do século XVIII, algo que parecia aproximar os que eram contrários e os que eram a favor dela era uma maior regulação dessa prática, para que o sofrimento humano fosse abrandado. Como exemplo dessa preocupação com uma maior “humanização” do tráfico de escravos, pode-se observar parte da documentação do então governador de Angola, D. Miguel Antonio de Mello, em 12 de março de 1799. Este escreveu para a Real Junta do Comércio, Agricultura e Navegação propondo

⁴⁷¹ O texto em português provavelmente foi escrito antes do exemplar francês, publicado em 1798. *Analyse sur la justice du commerce du rachat des esclaves de la côte d'Afrique*, Holborn Baylis, 1798.

⁴⁷² Para Nelson Mendes Cantarino, o fato de Azeredo Coutinho defender a escravidão ilustra seu projeto político de legitimar uma autoridade capaz de impor a ordem a toda sociedade, garantindo influências da religião do soberano, pois a escravidão era fundamento básico da colonização na América Portuguesa e significava referência central na sua organização. Cf. CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2012, p.213

“medidas mais humanas no tráfico da escravatura”⁴⁷³. Dentre elas, estaria a melhoria no transporte de escravos para o Brasil para evitar doenças e mortes.

“[...] cauza bastante horror ver como são os Negros daqui levados para o Brazil [...] indo os escravos tão apertados [...] parece impossível que se não definhem e morrão muitos, mais por effeito da ambição dos Donos dos Navios, e Carregadores, do que por consequência de moléstia natural [...]. A estes males se devem ajuntar outros, como são ruindade de mantimentos, nenhum aceio, total falta de Cirurgião, e outros que fazem grassar entre as Armações grandes epidemias de Sarna, Escrobuto, e de Bexigas que he a maior, e a que mais perda dá ao Negociante o que tudo causa tal horror e lastima a quem o vê, que tolhe athe a faculdade de o poder explicar com sufficiencia aquelles que estas couzas nunca virão nem souberam, nem experimentarão; posto que a insensibilidade dos Mestres dos Navios e a sordida ambição dos Senhorios delles por maneira os cega,[...] sou com tudo obrigado a dizer a Vossa Magestade que prohibir aos Donos dos Navios de escravatura levar passageiros he impossível [...] [mas seria possível] diminuir o numero de cativos a proporção dos passageiros.”⁴⁷⁴

A partir daí, o governador lista 15 itens aconselhando mudanças para resolver o problema. Dentre eles, a necessidade de um cirurgião a bordo, uma maior quantidade de

⁴⁷³ *Arquivos de Angola*. Vol. II, nº 13, Publicação oficial pela repartição central de estatística geral, Luanda, 1936, p. 593

⁴⁷⁴ *Idem*, p. 594-595

água e alimento para os cativos, uma maior limpeza nos navios e higiene dos escravos. Ademais era preciso um maior controle da quantidade daqueles que morriam durante as viagens. Tudo isso deveria ser anotado, com a finalidade de ser consultado no futuro o tipo de doenças e problemas encontrados durante o transporte de cativos, de modo que pudessem evitá-los ou preveni-los.

Ainda que as visões reformadoras sobre a escravidão pareçam buscar a plena liberdade para os negros, isso tem de ser observado com muito cuidado. David Brion Davis salienta que até mesmo os mais radicais temiam uma “emancipação imediata” e a transformação lenta do escravo em trabalhador livre.

“O zelo humanitário deveria ser equilibrado por um respeito pelos fatos sólidos e pelo testemunho de homens calmos e sensíveis.[...] Mesmo os mais dedicados abolicionistas admitiram que poderiam trabalhar para o seu objetivo indiretamente e sem infringir os direitos e interesses legítimos; um simples ato, tal como proscrever o tráfico de escravos, colocaria em movimento uma cadeia de forças que levariam de maneira irresistível à liberdade.”⁴⁷⁵

Retornando ao pensamento de Azeredo Coutinho, como a escravidão não foi algo imposto aos africanos, mesmo que fosse declarado o fim dessa atividade, ela não pararia de ser realizada naquelas regiões, pois a sua lógica não obedecia às demandas do mercado.

⁴⁷⁵ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, 2001, p. 440

“Dizem alguns que, se não houver quem compre tais escravos, não se fará um comércio tão injurioso à humanidade destas nações; é, pois, necessário dizer-lhes que as nações africanas não só fazem este comércio entre si, mas também com os mouros e as nações da Ásia [...]”⁴⁷⁶

Tal reflexão de Azeredo Coutinho se aproxima, em parte, com o discurso de Elias Alexandre. Para o militar, mesmo que o negócio de escravos não fosse lucrativo não seria abandonado, pois a cera (gênero que poderia ser lucrativo) não se encontrava em grande quantidade e o marfim era vedado à exportações particulares. Por isso, a venda de escravos era o gênero mais “fácil” e abundante, pois eram usados para troca de produtos dentre os povos africanos:

“Logo o consumo da infelís escravatura hé o mais fácil, e venturozo meio de passar o dinheiro para fora da Conquista. Este hé um dos motivos para sofrer os contínuos revezes de hua negoceação fundado sobre espíritos viventes: gênero tanto mais custozo; quanto mais falível.”⁴⁷⁷

Os habitantes dos enclaves portugueses em Angola possuíam as mais diversas origens e ocupações. Africanos, americanos, europeus, militares, funcionários, missionários e degredados estavam envolvidos com o comércio de escravos. Em meados do século XVIII, esses homens desempenhavam um papel fundamental no tráfico atlântico como agentes dos mercadores junto aos potentados africanos do interior

⁴⁷⁶ COUTINHO, Azeredo. “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”. Disponível em: <http://arlando-correia.com/140509.html> - Acesso em 10/08/2014

⁴⁷⁷ CORREA, Elias Alexandre. *Op. Cit.* 1937, p. 172-176

fornecedores dos escravos⁴⁷⁸. Envolvidos em diferentes graus com o comércio escravo, obviamente todos buscavam o lucro⁴⁷⁹.

Elias Alexandre percebeu o envolvimento desses diversos grupos na venda de escravos. Para ele, tal comércio era algo que cegava os homens, e que “contagiava” as pessoas, no sentido negativo, como se fosse uma doença.

A população de Luanda estava inserida nas muitas ramificações em que se desdobravam os setores do comércio atlântico de escravos; como os serviços no porto, na intermediação dos produtos de que dependiam as embarcações, na produção e revenda de alimentos que abasteciam os navios que transportavam escravos, no armazenamento das mercadorias que saíam e entravam na cidade, e participação nas expedições militares no sertão⁴⁸⁰.

A frágil estrutura administrativa portuguesa naquela região – esclarecida no primeiro capítulo desta tese – conseguiu manter-se pelo fato do tráfico de escravos ter sido a sua principal atividade, que possuía uma estreita ligação com a economia da América Portuguesa. Ao fornecer a mão de obra necessária, Angola foi considerada um espaço fulcral para o desenvolvimento da política colonial atlântica, que tinha como protagonista a América.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 13

⁴⁷⁹ A possibilidade de atuar no tráfico interno no Reino de Angola era estritamente associada à cor e à qualidade dos funcionários régios. Cf. GUEDES, Roberto. *Op. Cit.*, 2012.

⁴⁸⁰ PANTOJA, Selma. “Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII”. *História Unisinos* 14(3):236-241, Setembro/Dezembro, 2010, p. 237

⁴⁸¹ SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 18

Já tratamos no capítulo anterior, de como Elias Alexandre entendia a escravidão como um “atraso” para aqueles territórios.⁴⁸² Para ele, a venda de escravos era incompatível com a religião cristã. Afinal de contas, seria impossível estabelecer entre os negros uma ideia de caridade e, ao mesmo tempo, insistir na escravidão.

Em seu entendimento, o comércio de escravos representava uma contradição para os interesses econômicos lusitanos, trazendo “perigos para a saúde econômica do governo”. Enquanto o comércio se baseasse na escravidão, as atenções voltadas para as estratégias de avassalamento não teriam sucesso, rendendo apenas mais batalhas para as pequenas tropas portuguesas. Definitivamente, tais esforços não conseguiriam uma economia mais sólida para a Coroa.⁴⁸³

“[...] os efeitos malignos de hum contágio são tantos menos temíveis, quanto mais extenso. A duração do mal fás esquecer o surdo damno com q. debilita, e consume. Contaminados deste prejuízo despreza-se o interesse permanente, para adoptar os momentâneos, quaze sempre extirpados por assaltos desgraçados. Tal hé o systema do povo Angolense fazendo-se dependente de socorros estranhos para a conservação da própria vida: sustentando assim a mizeria, que o apersegue em períodos incertos; e os interesses de outros paizes, q. lhe administração os gêneros da 1ª neccidade.”⁴⁸⁴

No item “Idêa aproximada dos interesses do Estado”, em nota de rodapé ao falar dos benefícios que os escravos produziam para o sustento da monarquia, Elias

⁴⁸²SOUSA, Ana Madalena. *Op. Cit.*, 1996, p. 176

⁴⁸³CORREA, *Op. Cit.*, 1937, Vol.I, p. 15

⁴⁸⁴Idem, p. 160

Alexandre tece uma grande crítica⁴⁸⁵. O militar insiste na ideia negativa da economia se basear apenas na venda de escravos. Ele compara as atividades econômicas na região a um edifício sem bases sólidas, frágil e decadente, o qual, um leve terremoto, poderia fazê-lo cair.

“O atrazo dos comerciantes de Angola há hum prelúdio da ruína da Monarchia. Os carregadores da Conquista sofrem danos mais concideraveis. O máo methodo de conduzir a escravatura e a inhumanidade dos conductores, são os cúmplices de graves prejuízos. Presumindo evitar os q. succedessem por menos cazos dos enfermos, estipularão os carregadores huma compensação por cabeça q. chegasse viva, a qualquer dos marinheiros, q. se empregasse na administração dos remédios, e tracto carictativo dos doentes; e cresceo mais esta inútil despeza de 6, ou 7 tostoens, por quanto: a ambição de os ganhar não excita a ternura; nem zelo de um tracto mais distincto. Os Estrangeiros protegendo este gênero de comercio com os cuidados de hum tracto humano, alegre, suave, e compassivo, se aproveitão de interesses avultados, q. resultam dos pios socorros q. prestão á humanidade. Nós os invejamos sem os imitar. Á vista dos flagelos, q. experimentão os miseraveis captivos na passagem do Oceano; como pode a natureza deixar de succumbir a hum tal rigor? Os martírios são incessantes, e sempre novos. A mínima

⁴⁸⁵ Partindo do princípio que esta tese é o primeiro trabalho que levanta o aspecto crítico do militar Elias Alexandre da Silva Corrêa para com a questão do tráfico de escravos, segue em anexo a versão integral da nota de rodapé que conta entre as páginas 172 e 176 do primeiro volume da História de Angola.

bagatela lhe apresta o rápido golpe do chicote sobre os membros.”

Se examinarmos detalhadamente o trecho acima, poderemos entender Elias Alexandre como um homem que indicava a coexistência da escravidão e dos ideais de liberdade vigentes no período em que vivia. Por isso, a postura aparentemente contraditória da opinião do autor. Às vezes seu texto mostra um militar piedoso e defensor do fim da escravidão. Em outras, como alguém que defende apenas uma maior regulação nos modos de aprisionar, transportar e vender escravos. No entanto, o que não deixa dúvidas é a caracterização negativa que faz dos comerciantes de escravos, que seriam ambiciosos e provocariam a ruína daquela Conquista portuguesa. Para eles, os estrangeiros cuidavam de modo mais “humano” dos escravos e os responsáveis por esse comércio naquelas conquistas deviam imitá-los.

É preciso destacar que a regulação do comércio de escravos foi preocupação de inúmeros governadores, principalmente, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Tentando evitar os excessos dos “atravessadores” que negociavam escravos com os sobas, ele criou uma lei contra a prática do “reviro” (antiga prática de roubo). Ademais, realizou a construção do Terreiro Público, buscando um maior controle dos preços e vigilância do comércio local⁴⁸⁶. A ideia de “ruína” faz parte do vocabulário de D. Francisco. Se para Elias Alexandre, a ruína de Angola é a primazia do comércio de escravos frente às outras atividades, para D. Francisco era a falta de ordem, pois ali “nunca houve cuidado com o bem público.”⁴⁸⁷ Nas instruções que ele deixou para o seu sucessor no governo de Angola, D. Francisco salienta que “as irregularidades dos

⁴⁸⁶ CARVALHO, Flávia Maria de. *Op. Cit.*, 2013, p. 187

⁴⁸⁷ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre” – 26 de novembro de 1772. In: *Arquivos de Angola*. 2ª série, oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p.169

negros, os vícios dos capitães-mores, a desordenada cobiça dos brancos ocuparam uma boa parte do meu tempo [...] que a muitos castiguei militarmente.”⁴⁸⁸ Para D. Francisco, os escravos também deveriam ser tratados pelos princípios do “Direito Natural” e era preciso realizar uma forte vigilância para evitar que capitães mores, soldados, oficiais e negociantes do sertão abusassem da “ignorância e miséria dos negros”.⁴⁸⁹

Segundo Selma Pantoja, mesmo buscando uma diversificação das atividades econômicas em Angola e não a uma extinção do tráfico, D. Francisco queria racionalizá-lo. As atividades desordenadas geravam sérias consequências demográficas para a região, como o despovoamento de Angola. Somente uma maior regulação dessas atividades, com melhores condições de apresamento e transporte dos escravos é que esses danos trariam menos prejuízos, principalmente, ao reduzir o nível de mortalidade, que era altíssimo.

Na década de 1770, a taxa de mortalidade chegou a situação tão drástica que a Companhia do Grão-Para cessou suas atividades mercantis nesse litoral, preferindo a Costa da Mina e Cabo Verde como alternativas. Queixavam-se, além disso, os compradores de cativos no litoral norte brasileiro, da situação física dos escravos vindos dessa região: idades diferentes (muito velhos ou muito jovens), estatura física desigual e propensão a doenças.⁴⁹⁰

Na opinião de Elias Alexandre, as perdas numerosas de escravos durante o seu transporte no Atlântico se devia não apenas às péssimas condições dos porões, a falta de asseio e cirurgiões nos navios, mas também aos maus tratos que os levavam a uma

⁴⁸⁸ “Informação prestada pelo Governador Sousa Coutinho ao seu sucessor D. António de Lencastre” – 26 de novembro de 1772. In: *Arquivos de Angola*. 2ª série, oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953, p.169

⁴⁸⁹ *Idem*, p. 175

⁴⁹⁰ PANTOJA, Selma Alves, *Op. Cit.*, 1994, p. 55

“melancolia devorante”, seguida das enfermidades contagiosas e febre. Como faltavam recursos nos navios, ao ver o fastio dos escravos, muitas vezes “o remédio [...] hé o chicote: medicina assaz comua as suas enfermidades, e cordeal constante para a conservação da saúde.”

Para diminuir os prejuízos na venda de escravos, era comum abarrotar os navios de homens. Todavia, o excesso de escravos era danoso para a sua condição durante a viagem, mas também pelo desprezo que a sua quantidade exagerada gerava nos comerciantes, os realizadores dos maus tratos.

“Os sobejos da escravatura transportada, longe de atrair lucroz as vendas, excitão nos compradores o desdém, e o desprezo. Cobertos de Sarna, tolhidos dos membros, depenados do cabelo, descarnados os corpos; e o espírito habatido não dezafião o interesse; antes multiplicão a despesa do armazém do seu depozito, do sustento, do cirurgião, da botica, da dieta, de todo o mais tracto humano conducente ao restabelecimento; e ultimamente da comissão, q. coroa a sua venda.”⁴⁹¹

Elias Alexandre denuncia os sofrimentos pelos quais passavam os escravos durante a travessia, as doenças e os castigos. Todavia, em determinado momento o seu discurso torna-se mais “erudito”, e não apenas o texto de um “mero” observador. Ao escrever sobre os castigos e os desprezos que agiam para com os negros, o militar faz a seguinte reflexão: “como se a cor diversa do exterior lhes mudasse o caracter humano, e destruísse as **potencias da sua alma**”. (Grifo nosso)

⁴⁹¹ CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Op. Cit.*, Vol. I, p. 174

A ideia de “potência da alma” foi cunhada por Santo Agostinho (354-430). Como Elias Alexandre conhecia a ideia de “potências da alma” não é possível saber. No entanto, faz-se necessário refletir sobre o tema apresentado pelo militar, que pode ter lido suas obras ou saber a partir da utilização de um “senso comum” do termo⁴⁹².

Para Agostinho, a alma humana realiza progressos de acordo com suas atividades. Ela promove tanto o desenvolvimento do corpo no tempo e no espaço, quanto na sensação. A alma também obteria progresso a partir do estímulo de suas próprias atividades: o entendimento, a lembrança (memória) e a vontade. Nas reflexões de Agostinho sobre a alma, a que mais interessa para a análise são essas três potências. Elias Alexandre entende que os africanos as possuíam, mas o sofrimento pelo qual passavam como escravos, muitas vezes, as debilitavam.

Para Agostinho o desenvolvimento dessas potências independe do corpo, uma vez que elas são próprias da alma. A alma “sente” inteligivelmente através dos sentidos: sentir é do corpo, entender é da alma. Os sentidos não trazem significados, mas sim percepções. É através da potência do entendimento que a alma os percebe. A alma humana exerce todas as atividades da vida vegetativa, sensitiva e racional⁴⁹³. Na medida em que ela cresce em virtude, ela passa por sete graus até a chegada ao seu desenvolvimento pleno, ou seja, o preparo para o encontro com Deus.

Em suma, de acordo com Santo Agostinho, a alma é que faz o homem subir até Deus. É a memória, potência própria da alma, que guarda recordações sobre si mesmo, é lá que o homem se encontra com ele mesmo. Baseado nessas recordações, o homem reflete suas atitudes podendo escolhê-las e agir de acordo com os preceitos divinos. É

⁴⁹² AGOSTINHO, Santo. *Sobre a potencialidade da alma*. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

⁴⁹³ Vida vegetativa é a organização e animação do corpo (presente em todos os seres vivos), enquanto a sensitiva consiste na capacidade de sentir o mundo através dos sentidos (presente nos seres racionais e irracionais). A vida racional é própria do homem e consiste numa atividade mais complexa e rica da alma.

também na alma que se encontram as coisas aprendidas pelo homem, como as artes, regras de números e dimensões, o discernimento de falsidades e etc.⁴⁹⁴

Ao afirmar que a diferença na “cor” não extrai do escravo seu caráter humano e que os maus tratos debilitam a sua alma, Elias Alexandre traz para seu discurso um caráter quase “cristão”.

Para Elias Alexandre o costume de possuir escravos entre os homens da sociedade dos enclaves portugueses em Angola era algo grave e característico, pois “nenhum Branco no Brazil se sujeita ao habatimento desta classe”.

“Huns porque empregando o débil cabedal, q a sua industria pôde adquirir alguns annos, na compra de hum captivo, q. os ajude no maneiio domestico, perecôo, quando já esgotado de força lhes falta o recurço de haver outro. Outros a quem hua grosseira criação, e falta de industria os pôs inhabeis de agencear o sustento por si só, ou se fazem vadios, viciozos, perturbadores da republica, e ultimamente soldados; ou mendigão pelas portas; por senão exporem a ser companheiros dos negros nos rudes servissos em que se poderião empregar: [...]; e muitos destes membros da Sociedade, **vem não só a ser inúteis; mas nocivos á Monarchia.**” (Grifo nosso)

A extrema dependência dos escravos não é algo exclusivo da crítica de Elias Alexandre, mas um elemento comum à caracterização daquela sociedade. Como já salientado no segundo capítulo desta tese, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho

⁴⁹⁴ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Editora Nova Cultural. Coleção Pensadores, 1996, p. 273.

também defendia que o comportamento da população local era algo que constituía uma das bases dos problemas econômicos daqueles territórios. Coutinho revela que além da vaidade, a preguiça era algo comum.

“[...] todas as Familias em geral, seja das que se achão mais acreditadas, seja das mais humildes, vivão enserradas, e evitem athé os Actos da Religião, como a Missa, o Sermão, o Sacramento da Penitencia, quando não tem um excessivo numero de Negras, e Mulatas, que as acompanhem [...]”⁴⁹⁵

“Inúteis” e “nocivos” à monarquia seriam não apenas aqueles que precisariam de escravos para tudo, mas também aqueles que não se esforçavam em explorar as riquezas da região, e viam no comércio de escravos a única chance de lucro e riqueza. Para Elias Alexandre, aqueles que não conseguiam se envolver em algum nível do tráfico de escravos logo se entregavam ao ócio e se tornavam perturbadores da ordem pública. Elias Alexandre não se poupa em dizer que muitos deles seriam “soldados”, provavelmente aqueles que denunciava – como analisado no capítulo quatro desta tese.

O militar clama para a necessidade de um debate entre “espíritos iluminados” para frear a decadência lusitana em seus domínios angolanos. Seria necessária uma reforma geral e a supressão de sua principal fonte de renda: o tráfico de escravos. As potencialidades agrícolas nunca seriam exploradas da melhor maneira enquanto o tráfico servisse para “saciar” o mercado com “os desejos de hua comida indiscreta”. Os

⁴⁹⁵ COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas, escriptas por Dom Francisco Ignocencio de Sz^d Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775*. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

africanos, por sua vez, não seriam capazes de erradicar o tráfico, pois já tinham o hábito de praticá-lo. Logo, essa mudança deveria ser um esforço português.

Até mesmo quando D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho defendeu em suas *Memórias sobre África*, a necessidade de leis que protegessem mais os negros, que determinassem um mínimo de chances de defesa para a população escrava, seu objetivo era criar regras mais adequadas para o comércio de escravos. Tal “escolha parecia ser lógica para um mundo bárbaro (natural), desprovido de código (cultural), onde as pessoas não tinham padrão jurídico definido. Então, pensava aquele governante, era necessário defini-lo”⁴⁹⁶.

Elias Alexandre entendia como iminente a progressiva substituição do trabalho escravo pelo assalariado na América Portuguesa. Por isso, a forte dependência que a venda de escravos possuía da demanda americana seria o terremoto que abalaria as bases da economia portuguesa em Angola. Isso colocava em cheque a necessidade das campanhas militares no interior angolano – que ocasionava baixas nas tropas e altíssimos custos –, pois elas não seriam proveitosas para a monarquia dentro de algum tempo.

Em resumo, podemos entender que o pensamento europeu do século XVIII elaborou ideias que serviram de base tanto para aqueles que defendiam a escravidão, como para seus críticos. A postura contraditória de Elias Alexandre ilustra o próprio momento histórico que vivia. Foi um momento de “divisão” de espírito iluminista, no qual existia uma busca pela liberdade individual, mas também uma sociedade equilibrada baseada no elemento racional. A relação da ideia de escravidão às ideias de pecado, hierarquização e ordem divina no mundo ainda eram vigentes, mesmo que agora com variantes. Essa é a chave para tentar entender o posicionamento do autor.

⁴⁹⁶ PANTOJA, Selma Alves, *Op. Cit.*, 1994, p. 167

Criticar a prática da escravidão é uma coisa. Propor o seu fim e sugerir como proceder numa sociedade de africanos livres é bem diferente. Elias Alexandre não propôs nada nesse sentido. Como ficaria Angola com uma maior regulamentação e “humanização” no comércio de escravos? Para ele, seria uma conquista que geraria mais lucros, de diversas fontes e mais autônoma com relação à América. Como ficaria Angola sem o tráfico? Esta pergunta ele não tentou responder.

Na realidade, os próprios filósofos iluministas defensores do fim da escravidão não sabiam ao certo como propor a liberdade para os negros. O que parece consenso entre eles, de acordo com David Brion Davis, é que a liberdade deveria ser concedida de maneira gradual aos negros que fossem mais “merecedores”, ou seja, que não apresentassem maus comportamentos, que pudessem ameaçar a estabilidade e a ordem da sociedade⁴⁹⁷.

A proibição do tráfico de escravos nos domínios portugueses está expressa em 10 de dezembro de 1836, cerca de 50 anos após os debates mais acalorados sobre a escravidão, dos quais tratamos – de forma bem resumida - neste capítulo. Nesta data, foi emitido um decreto real formalizando tal proibição.⁴⁹⁸ Além da importância desse documento para o futuro das atividades de comércio de escravos, seu texto realiza uma verdadeira “defesa” dos esforços portugueses no continente africano.

“A civilização d’África, de que tantas nações poderosas se tem desesperado, é mais possível à Rainha de Portugal, que em Suas Mãos tem as chaves das principais portas por onde ela pode entrar, e cuja autoridade é obedecida em vários pontos do interior daquele vasto Continente [...] E assim foi possível aos

⁴⁹⁷ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, 2001, p. 465

⁴⁹⁸ *Arquivos de Angola*. Vol. II, nº 13, Publicação oficial pela repartição central de estatística geral, Luanda, 1936, p. 685

Soberanos de Portugal abrir estradas para a civilização, que nenhum outro Príncipe ousou fazer cometer, [...]" (p. 687)

No trecho acima expressa-se a ideia de que Portugal possuiria uma condição privilegiada nos contatos com o continente africanos, graças aos esforços empreendidos durante a colonização, cujo intuito era a sua “civilização”. Tanto é que o documento alega que os portugueses possuíam os “mais vastos, importantes, e valiosos que nenhuma Nação Europeia possui na África Austral”. Por isso, os portugueses não mereciam um “julgamento” com relação a sua atuação no tráfico de escravos, pois:

“Sobre varios feitos de Africa, como em tantos outros, os Portugueses tem sido caluniados por historiadores modernos, que representaram nossos Guerreiros e Navegadores traficando com a espada na mão [...]. E, todavia, não há um só documento em toda a primeira época dos descobrimentos, que não prove que o principal, e quase único intuito do Governo Português era a civilização dos Povos pelo meio do Evangelho. O comercio foi secundário, posto que meio civilizador também: e a dominação foi uma necessidade consecutiva, não um objeto.”⁴⁹⁹

Trata-se de uma justificativa. A escravidão foi praticada por grandes nações durante muito tempo. Portugal a teria realizado com um ideal “civilizatório”, algo que, de fato, fez parte de seu interesse. Principalmente se considerarmos os “governadores ilustrados”, podemos observar os esforços empreendidos nesse sentido. Todavia, os

⁴⁹⁹ *Arquivos de Angola*. Vol. II, nº 13, Publicação oficial pela repartição central de estatística geral, Luanda, 1936, p. 687

discursos dos militares expressam como as guerras e alianças eram fundamentais para o comércio de escravos, e não apenas para uma aproximação e possível “civilização” dos grupos africanos. Além disso, as práticas locais africanas eram fundamentais e incorporadas nas dinâmicas de adaptação portuguesa, principalmente as que se referiam às práticas militares.

Neste decreto, a escravidão é caracterizada como uma “uma nodoa indelével na história das nações modernas, mas não fomos nós os principais, nem os únicos, nem os piores réus.” Isto é, os portugueses realizavam o que era comum a todos naqueles períodos e o fizeram com a autorização da Igreja Católica.

Como a proposta do documento é colocar um ponto final no tráfico, fazia-se necessário esclarecer que este fato não mudaria os interesses lusitanos na região. Pelo contrário, eles já conheciam suas riquezas e potencialidades como:

“ricas minas de ouro, cobre, ferro, e pedras preciosas: ali podemos cultivar tudo quanto se cultivava na America; possuímos terras da maior fertilidade nas Ilhas de Cabo Verde, em Guiné, Angola, e Moçambique; grandes rios navegáveis fertilizam nossas Provincias e facilitam o seu comércio; naqueles vastos territórios poderemos cultivar em grande a cana do açúcar, o arroz, anil, algodão, café, cacau [...] que não somente bastem ao consumo em Portugal, mas que possam ser exportados em muitas grandes quantidades para outros mercados da Europa, e por menores preços que os da America, visto que o cultivador africano não será obrigado a buscar e a comprar trabalhadores,

transportados da outra banda do Atlântico, como acontece ao cultivador Brasileiro, que paga por alto preço [...]

Promovamos na África a colonização dos Europeus, o desenvolvimento de sua industria, o emprego de seus capitais e numa curta serie de anos tiraremos **os grandes resultados que outrora obtivemos das nossas Colônias.**⁵⁰⁰ (Grifo nosso)

A parte destacada do trecho revela que os enclaves lusitanos na África continuariam como focos de esforço da monarquia a fim de obter lucros. Todavia, o lucro seria conquistado a partir de gêneros agrícolas e minerais. Parece que, só então, os conselhos de Elias Alexandre foram ouvidos. No entanto, ele não estava mais vivo para obter mais uma mercê.

⁵⁰⁰ *Arquivos de Angola*. Vol. II, nº 13, Publicação oficial pela repartição central de estatística geral, Luanda, 1936, p. 686

Conclusões

Nesse trabalho tentamos destacar a importância das informações produzidas por militares na região de Angola, em fins do século XVIII. Observamos todo o cuidado que devemos ter ao trabalhar o tema “colonização” naquela região, pois as estruturas portuguesas eram mínimas, quando comparadas às estruturas africanas. Se instalar naquele território era algo perigoso e requeria muita adaptabilidade por meio das agentes ultramarinos lusitanos.

Muito do que sabemos hoje sobre a Angola setecentista se deve aqueles que por profissão deveriam fazer uso das armas, mas que também fizeram uso de suas penas. Elias Alexandre da Silva Correa e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda tiveram atuações militares bem distintas naquela região. No entanto, ambos possuíram a preocupação de registrar as suas experiências em Angola e seus discursos tornam-se fundamentais para melhorar a nossa compreensão acerca da atuação dos militares na produção do conhecimento.

Os objetivos para realizar a escrita eram os mais diversos. Desde angariar mercês, como foi o caso analisado de Elias Alexandre e sua obra *História de Angola*. Até a intenção de assegurar que seus feitos militares não seriam esquecidos, como foi o caso das *Notícias* elaboradas por Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, pois nesse caso, as mercês já haviam sido conquistadas antes da elaboração dos textos.

Em um espaço no qual a monarquia portuguesa dispunha de poucas pessoas, soldados, naturalistas e administradores, e muitas vezes dependia das estruturas africanas e dos habitantes nativos para “sobreviver”. As guerras realizadas eram fundamentais para alimentar o tráfico de escravos, mas só foram possíveis graças às articulações de capitães mores, tal como Paulo Lacerda, junto aos africanos e suas

táticas de Guerra Preta. Tudo isso era extremamente trabalhoso e perigoso. Daí, a escrita se configurou como uma arma poderosa de registro, no qual escrever é “tomar posse”. Ou seja, escrever sobre uma guerra era colocar Portugal como vitorioso, mesmo que, na prática, isso não tivesse ocorrido.

O predomínio dos artigos e memórias sobre a América portuguesa minimizava a participação das colônias africanas nas transações imperiais. A ênfase nas riquezas e nas potencialidades naturais americanas talvez explique o “esquecimento” dos naturalistas durante as viagens em terras africanas. Isso foi determinante para que os militares e agentes administrativos fossem instruídos para atuar na coleta e acúmulo de informações de gêneros, espécies, comportamentos sociais e potencialidades de exploração a fim de aumentar o conhecimento europeu sobre aquelas regiões.

Julgando-se gabaritados por suas vivências locais, tais agentes ultramarinos pensaram formas de administrar aquela conquista de uma maneira mais racional e benéfica à Coroa. Por isso, prestavam conselhos sobre a administração local. Tais escritos eram moldados por um discurso monárquico, ou seja, centrado na figura real. Tudo era feito em nome do rei, inclusive as denúncias de corrupção e mau funcionamento da administração local, que tinham a finalidade de explicitar a falta de respeito ao rei e ao bem-comum.

Desse modo, podemos afirmar que a escrita de conselhos ao monarca por indivíduos distantes da corte, que tornou-se crescente a partir do primeiro terço do século XVII, se perpetuou em fins do século XVIII. Isso foi possível graças às possibilidades de uma recompensa real, baseados na justiça distributiva encarnada na figura do monarca.

A necessidade de buscar saídas para a crise econômica portuguesa fez com que a Coroa criasse uma estrutura de formação para os agentes do império, a fim de encurtar

as distâncias entre a metrópole e suas colônias. Nesse sentido, as notícias das campanhas militares e a compilação dos feitos portugueses naquelas regiões visavam também contribuir para um conhecimento maior que era demandado do poder “central”.

Trouxemos também aspectos inéditos sobre as trajetórias de ambos os militares, como o relacionamento entre Paulo Lacerda e seu filho, e com o governador Manoel de Almeida Vasconcelos. Os dados sobre o final da vida de Elias Alexandre no Rio de Janeiro e o contato que teve com a obra de Paulo Lacerda. Principalmente, acompanhando cada caso de mercê obtida por eles e contextualizando com suas ações em Angola.

De maneira bem resumida, esclarecemos também quais eram as principais diretrizes existentes no governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho para reformar a administração, economia e costumes dos enclaves portugueses em Angola. Seguindo os preceitos ditados por Marquês de Pombal, suas ações significavam as vontades reformadoras metropolitanas. Suas tarefas não eram fáceis, principalmente graças ao comportamento de povos africanos que se levantavam contra eles. As guerras contra os sobas eram constantes não só no seu governo, mas praticamente em todos.

As ideias de D. Francisco influenciaram muito o militar Elias Alexandre da Silva Correa. Elias Alexandre teceu diversos elogios em seu texto para aquele governador. Podemos dizer que as observações realizadas por Correa, tanto no que se refere às críticas quanto às sugestões para as medidas a serem implementadas em Angola, foram baseadas nas atitudes do governo de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Apesar de mencionar medidas administrativas anteriores, como o caso do estímulo aos casamentos, à diversificação da economia e os tratados de vassalagem de chefes africanos, o governo de D. Francisco teria sido o marco inicial de atitudes que se

pretendiam mais concretas. Por isso, para o militar, D. Francisco teria sido o melhor governador que Angola já havia possuído.

O texto de Elias Alexandre, longe de ser apenas uma compilação de informações sobre o território angolano e dos feitos lusitanos na região, configurou-se também como uma ferramenta para obter mercês. Afinal de contas, ele não usou o espaço de seu texto para relatar as suas atividades militares. O que fez com maestria foi a denúncia de corrupções, elogios aos governadores “reformados” – principalmente D. Francisco - e que pretendiam racionalizar a administração e a economia angolana, mesmo que tenham encontrado obstáculos em seu caminho. Emitindo suas opiniões sobre o que achava correto para a administração local, Elias Alexandre esperava obter mercê não apenas pela sua estadia em Angola, mas também por seu texto. Obviamente, como salientamos ao tratar de sua trajetória, Elias Alexandre obteve mercês também graças aos seus serviços militares, mas era mais um militar “de gabinete” do que “de campanha”.

Isso nos aponta para uma outra diferença, a metodologia empregada para criar seus textos. O próprio conceito de história é entendido de maneira diferenciada para os dois. Elias Alexandre investigou arquivos, recolheu depoimentos e fez uso de diversos métodos para obter informações confiáveis para criar sua obra. Já Paulo Lacerda realizou uma observação participante, ou seja, escreveu apenas pelo que ele mesmo havia vivido. Não se preocupou com a questão dos arquivos, por exemplo.

Já o caso de Paulo Lacerda foi diferente. Ao enfatizar suas conquistas e sublinhar os diversos sobas que teriam jurado fidelidade aos portugueses, ele divulgou seus feitos no desejo de deixar registrado para posteridade as suas ações nas campanhas militares no sertão angolano. As mercês já haviam sido alcançadas a partir do seu bom relacionamento com o governador Manoel de Almeida Vasconcelos e suas campanhas militares. Não só para ele, mas para seu filho também.

No texto de Elias Alexandre não existem pistas sobre as campanhas militares que participou – se participou – em Angola. Isso é surpreendente, pois eram precárias as estruturas e contingente militar lusitano na região. O autor serviu seis anos em Angola e escolheu não mencionar seus esforços em campanhas, mesmo sabendo que isso poderia ter boas recompensas.

Sem dúvida, as *Notícias* produzidas por Paulo Lacerda constituem uma “apropriação intelectual” que fazia parte de um projeto maior, uma “apropriação física” de um espaço colonial em construção. Esse aspecto fica explícito na ordem de realizar diários militares. Todavia, o interesse de registrar seus feitos militares, o fez “cair nas graças” dos homens da administração colonial, como o seu relacionamento com o governador Manoel de Almeida Vasconcelos.

Guardando as diferenças, podemos perceber algumas similitudes entre os textos dos militares. Além das semelhanças no que tange às suas trajetórias, ambos ressaltavam as possibilidades das vantagens que aquela conquista poderia conceder à Coroa portuguesa. A partir da identificação de diversos gêneros agrícolas, uma maior atenção à questão do abastecimento de água e a contínua política de avassalamento dos sobas que resistiam à presença portuguesa, a Coroa poderia se estabelecer de maneira mais efetiva em Angola.

No que se refere à maior crítica realizada por Elias Alexandre, a questão da economia lusitana em Angola basear-se no comércio de escravos, nos textos de Paulo Lacerda é um aspecto inexistente. Isso nos permite inferir que tal crítica não seria algo comum às informações que circulavam a respeito Angola, pelo menos não nas que foram criadas pelos militares. Isso seria algo exclusivo da obra de Elias Alexandre.

Diante disso, inserimos Elias Alexandre no debate acerca da legalidade da escravidão num ambiente intelectual iluminista em que liberdade era considerada um

direito inalienável de todo homem. Correa realiza muitas críticas à escravidão, mas não propõe a existência de uma sociedade de africanos livres. Para ele seria necessária uma maior “humanização” da escravidão, de modo que os prejuízos fossem menores, pois a ganância dos comerciantes refletia na alta mortalidade de escravos durante as viagens transatlânticas.

Procuramos mostrar também que, na realidade, os próprios filósofos iluministas defensores do fim da escravidão não sabiam ao certo como propor a liberdade para os negros. Ou seja, Elias Alexandre é um exemplo dessa postura ambígua, no qual as necessidades de liberdade e da escravidão coexistiam.

Finalmente, é preciso ressaltar o capital político que consistia o fato de servir em Angola. Ambos militares conseguiram mercês e favores políticos, baseados em seus serviços. Isso ilustra o quanto os enclaves lusitanos em Angola possuíam uma importância em fins do século XVIII, mas também como os agentes ultramarinos faziam circular as informações entre áreas distantes do império e construía suas redes pessoais para alcançar seus objetivos de ascensão social. Tanto pelo mérito, quanto pela lógica da mercê, o serviço em Angola era entendido como algo penoso, mas proveitoso a curto e a longo prazo. Não apenas para os militares, mas para seus familiares.

Fontes e referências bibliográficas

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU, Angola, cx. 38, doc. 82

AHU, Angola, Cx. 47, doc. 10

AHU, Angola, Cx. 57, doc 57

AHU, Angola, Cx. 60

AHU, Angola, cx. 65, doc. 38

AHU, Angola, cx. 70, doc. 10

AHU, Angola, cx. 73, doc. 15, 19 e 26

AHU, Angola, cx. 74, doc. 06 e 21

AHU, Angola, cx. 75, doc. 01, 28, 55 e 58

AHU, Angola, cx. 76, doc. 69

AHU, Angola, cx. 77, doc. 13, 26, 28, 33, 41, 45 e 86

AHU, Angola, cx. 79, doc. 33 e 59

AHU, Angola, cx. 81, doc. 21 e 37

AHU, Angola, cx. 83, doc. 27 e 51

AHU, Angola, Códice 555

FONTES IMPRESSAS

Arquivos de Angola, 2ª serie , oficina da Imprensa Nacional, Luanda, 1953

Arquivos de Angola, vol. I, nº 1, outubro de 1933, Publicação Oficial, sem indicação de página.

Arquivos de Angola. vol. I, nº 4, novembro de 1935, Publicação Oficial, sem indicação de página.

Arquivos de Angola. Vol. II, nº 13, Publicação oficial pela repartição central de estatística geral, Luanda, 1936

Arquivo da Diocese de Niterói - freguesia de São Gonçalo - livro 20 Batismos de Forros
BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. (1705). São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977

CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Pe. João António. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. 2 vols.

CEDOPE (Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses). Disponível em: http://www.cedope.ufpr.br/joaquim_silva.htm Acesso em 15 de abril de 2013

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 2 vols.

CORREA, Elias Alexandre da Silva. *Relação ou notícia particular da infeliz viagem da não de Sua Magestade Fidelissima, Nossa Senhora da Ajuda e São Pedro de Alcântara, do Rio de Janeiro para a Cidade de Lisboa neste presente anno*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778.

COUTINHO, Francisco Inocencio de Sousa. *Memorias do Reino de Angola, e suas Conquistas, escriptas por Dom Francisco Ignocencio de Sz^a Coutinho, Gov^{or} e Cap^m Gen^{AL} do mesmo Reyno Annos de 1773 = 1775*. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3917279> – acesso em 27 de set. de 2012.

COUTINHO, Azeredo. “Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/140509.html> - Acesso em 10/08/2014

COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. “Concordância das leis de Portugal e das Bullas Pontificias, das quaes humas permitem a escravidão dos pretos d’Africa, e outras prohibem a escravidão dos Indios do Brazil”. Disponível em: http://consorcio.bn.br/slave_trade/obras_raras/or8834.pdf - Acesso em 10/08/2014

DE VIDE, Frei Rafael Castello de. Viagem e missão no Congo. Disponível em: <http://arlindo-correia.com/161007.html>. Acesso em 10/10/2014

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mór Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até principio do anno de 1791”. In. *Annaes marítimos e coloniaes*. Associação Maritima e Colonial. 6ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846, p. 127-133

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Notícia da Cidade de Benguela”. In: *Annaes Marítimos e Coloniaes* (Parte não Oficial), Série n.º 5 (12), 1845, pags. 486-49. Disponível em: <http://www.arlindo-correia.com/100109.html> - acesso em 11/11/13

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. “Continuação do diário do exercito que o Ilmo. e Exmo. Snr. Manuel de Almeida Vasconcellos, governador e capitão general destes reynos, dirigio a castigar o rebelde Marques do Mossulo, e seus confederados que foram inavadores dos domínios de vossa magestade fidelissima” – AHU, Angola, Cx. 60

SILVA, Joaquim José da. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no ano de 1785 por ordem do governador e capitão general do Reino de angola, o bacharel Joaquim José da Silva, enviado aquelle reino como naturalista, e depois secretario do governo. *O Patriota*,. n.1, 1813. p.97-100; n.2, 1813, p.86-98; n.3, 1813, p.49-60.

MAPAS E IMAGENS

*Planta da fortaleza de N. S. da Nazareth e S. João do Loge e o seu prospecto visto do lago do Sul. Autor: Félix Xavier Pinheiro de Lacerda (1791). Disponível em; http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540836/cart540836.html - Acesso em 10/10/2014

*Planta de Ambriz. Autor: Félix Xavier Pinheiro de Lacerda (1791). Disponível em; http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540836/cart540836.html - Acesso em 10/10/2014

*Mapa demonstrando a proximidade entre Ambriz e Luanda [Adaptado]. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/> - Acesso em 10/10/2014

*Adaptação de mapa, no qual está marcada a região de alguns dos presídios (Ambaca, Muxima, Encoge, Dande, Golungo, Massangano e Cambambe) citados na obra de Elias Alexandre. Fonte: <http://catalog.afriterra.org/zoomMap.cmd?number=1204> - Acesso em 10/10/2014

* A "mayanga do povo", existente nos subúrbios de Luanda e que durante séculos abastecendo de água potável as classes pobres de Luanda. Fonte: <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/agua.htm> . Acesso em 02 de novembro de 2013

* Mapa do século XVIII adaptado, no qual se pode notar a proximidade da região do Mossulo ao porto de Ambriz. Autor: Bellin, Jacques Nicolas, c. 1747. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart172381/cart172381.html - Acesso em 10/10/2014

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Editora Nova Cultural. Coleção Pensadores, 1996
- AGOSTINHO, Santo. *Sobre a potencialidade da alma*. 2ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural. Coleção Pensadores, 2000
- BARBEITOS, Arlindo. “A raça ou a ilusão de uma identidade definitiva”. In: *O racismo, ontem e hoje : actas do 7º Colóquio Internacional Estados, Poderes e Identidades na África Subsaariana*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Centro de Estudos Africanos, 2005
- BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa., 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: *Almanack Braziliense* (Online), v. 2, p. 21-34, 2005
- BICALHO, M. F. B. (Org.) ; FERLINI, V. L. A. (Org.). *Modos de Governar. Ideias e prática políticas no Império português*. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 69-92
- CANDIDO, Mariana. *Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850* . México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011

CANTARINO, Nelson Mendes. *A razão e a ordem: o Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2012, p.213

CARVALHO, Flavia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. Universidade Federal Fluminense, tese de doutorado, 2013,

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. “Primeiras contribuições do pensamento ilustrado brasileiro a uma história da África”. Disponível em: Disponível em: <http://www.temppresente.org>. Acesso em 02 de novembro de 2013

COSER, Miriam. “A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais”. In. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727.

COUTO, Carlos. *Os Capitães-Mores em Angola no Século XVIII. Subsídio para o Estudo da sua Actuação*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. “As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII”. *História: questões e debates*, n.36, 2002. p.61-98.

CRUZ, Ariane Carvalho da. “A africanização da guerra em Angola na segunda metade do século XVIII”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal , 2013,

CRUZ, Ariane Carvalho da. *Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)*. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2014

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura imperial e projetos coloniais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Edição do Banco de Angola. s.d.. Vol. I

DELGADO, Ralph. “O governo de Sousa Coutinho em Angola”. In: *Stvdia*, VI, Julho 1960, p.p.19-56; VII, Janeiro 1961, p.p.49-86; X, Julho 1962, p.p.7-47.

DIAS, Gastão de Sousa. *D.Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho. Administração Pombalina em Angola*. Lisboa: Editorial Cosmos, Cadernos Coloniais, nº 27, 1936

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, VIII (suplemento), pp. 823-38, 2001

FALCON, Francisco Calazans. “As reformas pombalinas e a educação no Brasil: as reformas pombalinas e seu impacto sobre a colônia”. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XVIII, nº 2, dez. 1992. p. 5-41

FALCON, Francisco José Calazans. “Da Ilustração à Revolução – percursos ao longo do século – tempo setecentista”. *Acervo*, vol. 4, nº 1, 1989

FERREIRA, Roquinaldo. “O Brasil e a arte da Guerra em Angola (séculos XVII e XVIII)”. In: *Estudos Históricos*, 39, 2007: 1-24

FERREIRA, Roquinaldo. *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare, and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Los Angeles: University of California, tese de doutorado, 2003

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 23, 2000, pp. 67-88. Disponível em: <<http://www.penelope.ics.ul.pt> > - Acesso em 04 de jun. de 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S. "Vitorino Magalhães Godinho et lês réseaux impériaux". *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. 50, 2005

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. "Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal". In: *Fênix - Revista de história e estudos culturais*, UFU-Online, vol. 4, n. 4, p.1-14, 2007

FURTADO, Júnia. "O retorno como missão: o mulato Cipriano Pires Sardinha e a viagem ao Daomé". In: BOTELHO, Tarcísio; LEEUWEN, Marco H. D. Van. *Mobilidade social em sociedades coloniais e pós-coloniais: Brasil e Paraguai, séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2009, p. 47-83

GARRIGA, Carlos. "Orden Jurídico y Poder Político em el Antiguo Régimen". In: *Istor IV (16)*, p. 13-44, 2004.

GONÇALVES, Izabela Gomes. *A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2010

GUEDES, Roberto. (Org.). *África: brasileiros e portugueses (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013

GUEDES, Roberto. "Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII)". In:

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro; RIBEIRO, Marília de Azambuja; SILVA, Gian Carlo de Melo.. (Org.). *Cultura e sociabilidades no mundo atlântico*. Recife: Editora Universitária, 2012, v. 1, p. 369-398

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004

HESPANHA, A. Manuel (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4: *O Antigo Regime*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 121-155

KRAUSE, Thiago. *Em busca da honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. Niterói: UFF, dissertação de mestrado, 2010,

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000

LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro Ferreira da. “Introdução”. In: *História econômica de Portugal (1700-2000): o século XVIII*, vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais, 2005

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MAYER, Arno J. *A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

MELO, Cristiane P. “As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. In: *Revista de História*, 154 (1º - 2006), 267-295

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “O ‘ethos’ nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social”. In. *Almanack Brasiliense*, nº 2, novembro 2005. pp. 4-20
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- NOGUEIRA, Jofre Amaral. *Angola na época pombalina. O governo de Sousa Coutinho*. Lisboa, 1960
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001
- OLIVEIRA, Ingrid Silva de. *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: a construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. Nova Iguaçu: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2011.
- PANTOJA, Selma Alves. *O encontro nas terras de além-mar: Os espaços urbanos do Rio de Janeiro, Luanda e Ilha de Moçambique na era da Ilustração*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1994
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000
- PANTOJA, Selma. “O litoral angolano até às vésperas da independência do Brasil”. In: *Textos de História*. Vol. 11. Nº 1/2, 2003
- PANTOJA, Selma. “Redes e tramas no mundo da escravidão atlântica, na África Central Ocidental, século XVIII”. *História Unisinos*. 14(3):236-241, Setembro/Dezembro, 2010
- PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990

PATACA, Ermelinda Moutinho. “Coletar, preparar, remeter, transportar – práticas de História Natural nas viagens filosóficas portuguesas (1777-1808)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300882030_ARQUIVO_ermelinda_anpuh2011.pdf Acesso em 6 de janeiro de 2013

PEREIRA, Magnus. “Rede De Mercês E Carreira: O “Desterro D’angola” De Um Militar Luso-Brasileiro (1782-1789)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 97-127, 2006.

PORTELLA, José Roberto Braga. *Descrições, memórias, notícias e relações: Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, tese de doutorado, 2006

PRATT, Mary Louise. “Humboldt e a reinvenção da América”. In: *Estudos Históricos*, vol 4, nº 8. Rio de Janeiro : FGV, 1991.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMOS, Luis Oliveira. “Pombal e o escravagismo”. In: *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, 1971. *Portuenses na História*, Lisboa, 2001

RUSSELL-WOOD, A. J. R. “Governantes e agentes”. In: BETHENCOURT e CHAUDHURI, *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates. Vol. 3. p. 169-192

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, tese de doutorado, 1999

SANTOS, Catarina Madeira « De “antigos conquistadores” a “angolenses” », *Cultura*[Online], Vol. 24 | 2007, posto online no dia 24 Janeiro 2013, consultado a 06 Janeiro 2015

SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750-1800)*. Lisboa/Paris: Universidade Nova de Lisboa, tese de doutorado, 2005

SILVA JR, Carlos. “Mapeando o tráfico transatlântico de escravos”.In: *Afro-Ásia*, Salvador , n. 45, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100008&lng=en&nrm=iso>.Acesso em 08/08/2014

SIMON, J. W. *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories: 1783-1808*. Lisboa: Instituto de Investigação Tropical, 1983

SIQUEIRA, Mariana Nastari. *Entre o signo da mudança e a força da tradição: o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764 – c. 1821*. Rio de Janeiro: UFRRJ, dissertação de mestrado, 2011.

SIQUEIRA, Sônia. “A escravidão negra no pensamento do Bispo Azeredo Coutinho: contribuição ao estudo da mentalidade do último inquisidor geral”. In: *Revista de História*. São Paulo, n° 56, 1963

SOUSA, Ana Madalena. *D. Francisco de Sousa Coutinho em Angola: Reinterpretação de um Governo (1764-1772)*. Funchal/Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, dissertação de mestrado, 1996

SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

SOUZA, Marcelo Weitzel. “Conde de Lippe (e seus artigos de guerra), quando passou por aqui, também chegou lá.”. Disponível em: http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/mestrado.historia_do_direito_ii.pdf - Acesso em 10/10/2014

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 208

WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba: UFPR, tese de doutorado, 2009

WEHLING, Arno. “Absolutismo e Regalismo: A Alegação Jurídica do Bispo Azeredo Coutinho”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro. a. 169 (439): 255-274, abril/julho 2008

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americanos”. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 375-393

XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: ICS, 2008

ANEXO

* Partindo do princípio que esta tese é o primeiro trabalho que levanta o aspecto crítico do militar Elias Alexandre da Silva Corrêa para com a questão do tráfico de escravos, segue em anexo a versão integral da nota de rodapé que conta entre as páginas 172 e 176 do primeiro volume da História de Angola. [as notas de rodapé são do autor original]

Este painel aparatozo, esconde entre o brilhantismo das cores, o defeito dos seus realces: há hum colorido sem sombras, q. agrada a vista, e degrada a idêa das suas imperfeições: ellas são conhecidas, quando apontadas, por consequência: eu me proponho a mostrallas, segundo a pobre intelligência do meu discurço. Toda reprodução de interesses acima [dos benefícios que o tráfico de escravos proporcionava à monarquia] nomeados prezistem mal seguros sobre huma baze insolida á imitação dos edificios, q. qualquer terremoto arroja por terra; assim os recentemente construídos; como os q. a antiguidade havia authorizado. Com tudo: no pavimento do mundo se devizão torroens sólidos, ao menos na memória dos mortaes, sem q. jamais fossem ameaçados de inconstância; mas o pavimento sobre q. o comercio das Conquistas tem erigido os edificios da sua aparatoza grandeza, hé de natureza diametralmente oposta; tão frágil, balançavel, e decadente; como os fôlegos que o compõem: finalmente pode-se chamar aéreo; e os interesses sobre elles fecundados se podem crer de hua consequência igual á dos viajantes humanos elevados á esfera fluida sobre as suas machinas Aerostaticas.

Já mostrei (a) os incidentes destrutivos, que arruinão os comerciantes de Angola. A ambição os gera sucessivamente. Serião mais afortunados se o seu espírito se contentasse com lentas vantagens. Mas se o fossem, seria a Monarchia mais feliz? Não. As ganâncias destes passarião a murchar, e a fenecer nas maons de outros membros da mesma republica; pois os interesses ou prejuízos do comercio espalhão pelos povos as suas malignas ou benignas influencias; assim como um rio felicita, ou destroe as agriculas do seu contorno. O comercio tem justa comparação com hua machina agitada por molas das quaes, a força, ou debilidade, se fás sentir em todas as peças das suas dependências; mas as peças desta fabrica universal de cada Monarchia, não exclue o membro mais indigente da Sociedade. Que importa, q. a roda mais vezinha a qualquer mola, gire com mais impectuozidade se a acção operatória de toda a Machina permanece em agitação mais grave, e lenta? O atrazo dos comerciantes de Angola há hum prelúdio da ruína da Monarchia. Os carregadores da Conquista sofrem danos mais concideraveis. O máo methodo de conduzir a escravatura e a inhumanidade dos conductores, são os cúmplices de graves prejuízos. Prezumindo evitar os q. succedessem por menos cazos dos enfermos, estipularão os carregadores huma compensação por cabeça q. chegasse viva, a qualquer dos marinheiros, q. se empregasse na administração dos remédios, e tracto carictativo dos doentes; e cresceo mais esta inútil despeza de 6, ou 7 tostoens, por quanto: a ambição de os ganhar não excita a ternura; nem zelo de um

tracto mais distincto. Os Estrangeiros protegendo este gênero de comercio com os cuidados de hum tracto humano, alegre, suave, e compassivo, se aproveitão de interesses avultados, q. resultam dos pios socorros q. prestão á humanidade. Nós os invejamos sem os imitar. Á vista dos flagelos, q. experimentão os miseraveis captivos na passagem do Oceano; como pode a natureza deixar de succumbir a hum tal rigor? Os martírios são incessantes, e sempre novos. A mínima bagatela lhe apresta o rápido golpe do chicote sobre os membros. Os mesmos afagos com q. grossaria marujal pretende alegrar-lhes o espírito, são dimandos do escarneo, tendente a aniquilar o seu ser e existência; como se a cor diversa do exterior lhes mudasse o character humano, e destruísse as potencias da sua alma. Este desprezo, e tracto, q. os miseraveis captivos tomão por exórdio dos seus males os reduz / principalmente os adultos/ a huma melancolia devorante. Secundados pelas enfermidades contagiosas q. quaze sempre os persegue, nascidas dos vapores immundos q. exallão; e de hua atmosfera corrupta q. respirão, lhes sobrevêm a febre. A sangria restabelece a huns, e mata a outros; e como não há hum só professor, q. characterize o mal, distinga os symptomas; e conheça a enfermidade, se lhes applicam os poucos remédios, q. a botica enserra, há fantazia de hum par de ignorantes q. em toda a parte se achão, porq. delles o mundo Banzamento (a) Recordando no seu delírio, troncados vestígios do seu antigo estado, hé tratado com o mais inhumano rigor como homecida de si mesmo. Apesar do seu tormento exigem d'elle uma ar alegre, e huma comida satisfatória, quando se acha inteiramente possuído da enfermidade aguda, de hypondria excessiva, e de fastio mortal. O remédio para reprimir a repugnância hé o chicote: medicina assaz comua as suas enfermidades, e cordeal constante para a conservação da saúde. Apenas delirão; ou / na lingoa marujal/ chegam a banzar⁵⁰¹, são abandonados á força do seu mal, athé espirar⁵⁰².

Perdendo os carregadores de Angola não só os captivos percidos, mas os Direitos, subsídios reaes, e comedorias do navio, se propõem a començar do frágil resto, a perda inevitável. Se a cargação hé numeroza se contenta em apurar o capital: se diminua o remédio hé sofrer a diminuição: refazer-nos de abonos, e esperançar na futura sorte de hua igual repetição. Os sobejos da escravatura transportada, longe de atrair lucroz vendas, excitão nos compradores o desdém, e o desprezo. Cobertos de Sarna, tolhidos dos membros, depenados do cabello, descarnados os corpos; e o espírito

⁵⁰¹ Banzar exprime a paixão voluntária, q. dizem abração os negros preferindo a morte ao captiveiro.

⁵⁰² Alguns oprimidos de hua seria reflexão dos tormentos q. sofrem e dos vindouros, tem chegado ao cume da desesperação.

habatido não dezação o interesse; antes multiplicação a despesa do armazém do seu depósito, do sustento, do cirurgião, da botica, da dieta, de todo o mais tracto humano conducente ao restabelecimento; e ultimamente da comissão, q. coroa a sua venda.

Talvez pence o Leitor, que: se este ramo de comercio não fosse lucrativo seria abandonado: Hé natural este discurço; mas as consequências o illudem. A negociação de Angola, não tira dos escravos a ventagem, a excepção de alguma venturoza viagem, rara vez sucedida; e sempre esperada: o cambio das fazendas, sendo o comerciante autorizado: as extorçoens ao povo; sendo dos pequenos; hé a isca, q. os atrae, e convida a preenxer os membros desta classe; e como seja preciso retirar os lucros deste Conthine; e a moeda não hé geral, se empregão os nos efeitos desta Conquista. A Cêra sendo gênero incorruptível, seria com tudo: supitar o comércio da África, empregar nella os cabedades immensos da importação. Nem este gênero se acharia em quantidade necessária; nem o comercio tiraria o interesse de repetidos giros pelos empates , q. sofre a sua venda no Brazil. O marfim é vedado á exportação particular: Logo o consumo da infelis escravatura hé o mais fácil, e venturozo meio de passar o dinheiro para fora da Conquista. Este hé um dos motivos para sofrer os contínuos revezes de hua negociação fundado sobre espíritos viventes: gênero tanto mais custozo; quanto mais falível.

Comprada a escravatura aos carregadores de Angola, Benguella, Costa da Mina, Senegal ou Caboverde &c., comessa a gerar novas despesas, q. exigem, já o cuidado da sua conservação, e já os impostos redobrados sobre a sua existência⁵⁰³. Empregados nas diversas manufacturas, ou fabricas, q. os seus braços erigem, e conservão, promovem com os interesses, hum gasto necessário, e incessante: O alimento, o vestuário; e o curativo, era bem sofrível, se o objecto fosse permanente: alem do que: os inválidos, q. as moléstias põem fora de qualquer trabalho⁵⁰⁴: os dezertados dos domínios dos seus Senhores⁵⁰⁵: os estropeados de incidentes funestos⁵⁰⁶: os crimes pepretados pela natural inclinação, q. os arrasta ao mal em prejuízo dos senhorios⁵⁰⁷: e a final toda a despesa ordinária, e extraordinária, unida ao capital hé sobmergida com os seus corpos debaixo da terra, acrescentando a q. a humanidade dedica aos seus sepulcros. O trafico dos q. os possuem requerer por cada hum, hum sucessor; q. muitas vezes parece, q. apenas se há

⁵⁰³ O Contracto das entradas; e outros Registos rendozos por donde tranzitão.

⁵⁰⁴ No Rio de Janeiro há muitos tocados de humorfêa: pernas enxadas: chagas escributicas: erneas carnozas, e outras enfermidades q. lhes atrae a liberdade de mendigarem.

⁵⁰⁵ Aos quaes lhe chamão Calhambóias.

⁵⁰⁶ Nas Minas do Ouro ficão muitas vezes esmagados debaixo do chão.

⁵⁰⁷ Roubos, mortez, ferimentos, facas &c.

comprado. O ganho dos fabricantes se emprega não só em prover a vacância dos q. faltão; más em augmentar o numero dos q. trabalhão, e neste giro atraindo da superfície do Globo brilhantes cabedades, os sepulta no seu centro para prezistir inútil ao Universo.

Não só as produçoens, e riquezas dos Reynos Vegetal, e Mineral, caminão para a decadência deste mal: as do Reyno aquático, sofrem igual dezastré⁵⁰⁸. A mesma pobre humanidade hé combatida no interior das Cabanas pela ruína, q. os escravos, e o costume de os haver lhes sussita. Huns porque empregando o débil cabedal, q a sua industria pôde adquirir alguns annos, na compra de hum captivo, q. os ajude no maneio domestico, perecêo, quando já esgotado de força lhes falta o recurço de haver outro. Outros a quem hua grosseira creação, e falta de industria os pôs inhabeis de agencear o sustento por si só, ou se fazem vadios, viciozos, perturbadores da republica, e ultimamente soldados; ou mendigão pelas portas; por senão exporem a ser companheiros dos negros nos rudes servissos em que se poderião empregar: nenhum Branco no Brazil se sujeita ao habatimento desta classe; e muitos destes membros da Sociedade, vem não só a ser inúteis; mas nocivos á Monarchia.

Ex-aqui o fim funesto das riquezas do Brazil. Talvez se os políticos discorressem seriamente no atrazo, q os ferros da escravidão fomentão surdamente á opolencia das Conquistas, julgassem a suspensão do captivo, não só huma beneficência incomparável, e compaixão humana para com os nossos semelhantes; mas hum rasgo de profunda política com solido augmento da Monarchia. A política deste tempo/ por hua combinação de factos particulares, e geraes/, tende a prosperar da forma mais possível os interesses vitalícios de cada membro, ou corporação Republicana, deixando aos vindouros á reforma de hum plano necessário, ventajozo ao Estado. Com tudo: não parece, q. a falta de espíritos illuminados, sussita a decadência em progressão continua: a reflexão não tem tateado esse ponto. A reforma deve ser geral; e por consequência sobprimido o damno no seu manancial: os membros que o sofrem não tem, nem meios; nem valor para o expellir; por quanto a ambição adoptando cegamente o systêma de não desprezar o pouco, por não esperar o muito, se nutre debilmente com tanto que mitigue o seu nocivo apetite. Tal o sôfrego Agricula, por não sofrer a demora de uha colheita grande, deixa de semear o pouco grão, q. a terra deo, para sassear os dezejos de hua comida indiscreta.

508 Os q. no uso de pescar, morrem naufragados.